



ACOMPANHANDO A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável





ACOMPANHANDO A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil
sobre a identificação de indicadores nacionais referentes
aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os pontos de vista expressos ao longo deste documento não necessariamente refletem a opinião e a posição institucional das diversas agências, programas, fundos e entidades do Sistema das Nações Unidas no Brasil que participaram da elaboração desta publicação. Encoraja-se o uso, a reprodução e a disseminação deste documento. Exceto quando houver restrição expressa, o material pode ser copiado, feito *download* e impresso para fins de estudos, pesquisas e uso em cursos ou para outros usos não comerciais, desde que garantida a citação da autoria.

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: PNUD, 2015.

291 p. : Il. Color.

ISBN: 978-85-88201-29-3

1. Objetivos Globais. 2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 3. Desenvolvimento Sustentável. 4. Organização das Nações Unidas. 5. Indicadores. 6. Acompanhamento.

Como citar na referência bibliográfica:

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável:** subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: PNUD, 2015. 250 p.

Jorge Chediek

COORDENADOR RESIDENTE DO SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL

Haroldo Machado Filho (organizador)

ASSESSOR SÊNIOR DO PNUD BRASIL

AUTORES COLABORADORES

| | | |
|------------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| Adriana Bacelar | Fernanda Daltro | Maria Teresa Amaral Fontes |
| Adriano Tavares | Fernanda Lopes | Mariana Rocha |
| Alejandra Carrillo | Flávia Frangetto | Marina Lopes Ribeiro |
| Alice Neves | Francisco Cordeiro | Michelle Barron |
| Amanda Barroso Lima | Gerardo Alfaro | Moema Dutra Freire |
| Ana Carolina Feldenheimer | Gilberto Duarte | Natanael Lopes |
| Ana Carolina Querino | Gustavo Chianca | Niklas Stephan |
| Ana Cláudia Pereira | Haroldo Machado Filho | Nivio Nascimento |
| Ana Paula Sabino | Haydee Padilla | Oscar Lapouble |
| Andréa Bolzon | Ieva Lazareviciute | Oscar Suriel |
| Angela Pires | Isadora Cardoso Vasconcelos | Paulo Sérgio Muçouçah |
| Anna Cunha | Jennifer Gonçalves | Pedro Fontoura |
| Beatriz Judice Magalhães | Joana Chagas | Rafael Franzini |
| Bernardino Vitoy | Joaquim Fernandes | Rafael Osório |
| Camila Almeida | José Maria Parisi | Rayne Ferretti Moraes |
| Camila Cavallari | José Ribeiro | Rebeca Mancini Pereira |
| Carla D'Ourdes do Nascimento | Juan Cortez | Regiane Rezende |
| Carlos Campelo de A. e Melo | Julia Ribeiro | Regina Cavini |
| Carlos Corvalan | Juliana Regueiro | Renata Seabra |
| Carlos Mussi | Juliana Wenceslau | Renato Moya |
| Carolina Velho | Kristina Taboulchanas | Roberta Ataides |
| Casimira Benge | Laís Abramo | Roberta Martins |
| Christiane Matos | Lara Ellery | Rogério Lima |
| Christiani Buani | Leandro Sereno | Rogério Oliveira |
| Cleiton Euzébio | Lenildo de Moura | Rose Diegues |
| Clóvis Zapata | Luana Lopes | Roxanne Le Failler |
| Daniel Furst | Luara Landulpho Alves Lopes | Ruth Pucheta |
| Daniel Madsen Melo | Lucimar Coser | Samantha Salve |
| David Stevens | Ludmilla Diniz | Santiago Nicholls |
| Deise Queiroz | Luis Fujiwara | Sarah Reis |
| Denise Hamú | Luis Lima | Silvana Granemann |
| Denise Sanchez | Maeve Mello | Stanley Gacek |
| Enrique Vasquez | Marcelo Britto | Suelma Rosa |
| Érica Machado | Marcello Broggio | Thaís Dumêt |
| Everaldo Meirelles | Marcelo Mazzoli | Thaís Guerra |
| Fabiana Gorenstein | Maria Carolina Aragão | Victor Pavarino |
| Fábio Eon | Maria Claudia Falcão | Vinícius Monteiro |
| Fábio Evangelista | María Dolores Núñez | Vivian Coelho |
| Felipe Dias Carvalho | Maria Rebeca Otero Gomes | Zohra Abbakouk |

COMITÊ EDITORIAL

| | | |
|------------------------------|-----------------------------|----------------------|
| Amanda Barroso Lima | Daniel Madsen Melo | Marina Lopes Ribeiro |
| Carla D'Ourdes do Nascimento | Fábio Evangelista | Pedro Tarrisse |
| Clóvis Zapata | Isadora Cardoso Vasconcelos | |

EQUIPE CT COMUNICAÇÃO

| | | |
|-------------------------------|----------------------------------|--------------------|
| Clayton Gonçalves do Carmo | Yana Palankof | Jucélia Gomes Lima |
| Projeto gráfico e diagramação | Revisão ortográfica e gramatical | Atendimento |



Agradecimentos

Alan Bojanic – *Representante da FAO no Brasil*

Carlos Mussi – *Diretor da CEPAL no Brasil*

Daniel Silva Balaban – *Diretor e Representante do Centro de Excelência no Combate à Fome no Brasil*

David Stevens – *Assessor de Programa Sênior do UNISDR no Brasil*

Denise Hamú – *Representante do PNUMA no Brasil*

Elkin Velasquez – *Diretor do Escritório Regional para a América Latina e o Caribe do ONU-Habitat*

Gary Stahl – *Representante do UNICEF no Brasil*

Georgiana Braga Orillard – *Diretora do UNAIDS no Brasil*

Gustavo Aishemberg – *Representante da UNIDO no Brasil*

Jaime Nadal Roig – *Representante do UNFPA no Brasil*

Joaquín Molina – *Representante da OPAS/OMS no Brasil*

Jorge Chediek – *Representante Residente do PNUD no Brasil e Diretor do IPC-IG*

Lucien Muñoz – *Representante da UNESCO no Brasil*

María Dolores Núñez – *Coordenadora do Programa de Voluntários da ONU no Brasil*

Nadine Flora Gasman Zylbermann – *Representante da ONU Mulheres para o Brasil*

Rafael Franzini-Batlle – *Representante do Escritório de Ligação e Parceria da UNODC no Brasil*

Stanley Gacek – *Diretor Adjunto/Oficial Encarregado do Escritório da OIT no Brasil*

Suelma Rosa dos Santos – *Gerente de Programa da UNOPS para o Brasil*

Sumário

| | |
|---|----|
| Lista de siglas | 08 |
| Preâmbulo | 15 |
| Introdução | 17 |
| Instruções metodológicas para grupos técnicos temáticos da Força-Tarefa da ONU sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 | 21 |



| | |
|---|-----------|
| OBJETIVO 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares | 26 |
|---|-----------|



| | |
|---|-----------|
| OBJETIVO 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável | 40 |
|---|-----------|



| | |
|--|-----------|
| OBJETIVO 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades | 52 |
|--|-----------|



| | |
|--|-----------|
| OBJETIVO 4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos .. | 72 |
|--|-----------|



| | |
|---|-----------|
| OBJETIVO 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas | 91 |
|---|-----------|



| | |
|---|------------|
| OBJETIVO 6. Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos | 106 |
|---|------------|



| | |
|--|------------|
| OBJETIVO 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos | 119 |
|--|------------|



OBJETIVO 8. Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos .. **129**



OBJETIVO 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação **147**



OBJETIVO 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles **160**



OBJETIVO 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis **171**



OBJETIVO 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis **187**



OBJETIVO 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos **200**



OBJETIVO 14. Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável **208**



OBJETIVO 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda da biodiversidade **220**



OBJETIVO 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis **234**

Referências **258**

Lista de siglas

- Abal** – Associação Brasileira do Alumínio
- Abeaço** – Associação Brasileira de Embalagem de Aço
- Abipet** – Associação Brasileira da Indústria do Pet
- ABLV** – Associação Brasileira da Indústria de Leite Longa Vida
- Adema** – Administração Estadual do Meio Ambiente
- AEAT** - Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho
- AEE** – Atendimento Educacional Especializado
- Águas Paraná** – Instituto das Águas do Paraná
- ANA** – Agência Nacional de Águas
- ANA/Inep** – Avaliação Nacional da Alfabetização
- Aneb** – Avaliação Nacional da Educação Básica
- Aneel** – Agência Nacional de Energia Elétrica
- ANP** – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
- Anresc** – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
- Antaq** – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
- ANTDJ** – Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude
- Anvisa** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- BEN** – Balanço Energético Nacional
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BPC** – Benefício de Prestação Continuada
- Bracelpa** – Associação Brasileira de Celulose e Papel
- Caged** – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- Capes** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CAR** – Cadastro Ambiental Rural
- Ceaf** – Cadastro de Expulsões da Administração Federal (CGU)
- Cebriid** – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas
- Cedaw** – Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
- Cempre** – Compromisso Empresarial para Reciclagem
- CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- Cerd** – Comitê sobre Eliminação da Discriminação Racial
- Cetesb** – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
- Cetic** – Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação
- CGAN** – Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde
- CGHDE** – Coordenação-Geral de Hanseníase e Doenças em Eliminação
- CGIAE** – Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas
- CGPNCM** – Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle da Malária

CGPNI – Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde
CIDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos
CIM – Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima
CIPD – Championing Better Work and Working Lives
CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
Cnen – Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cnuc – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
Cobradi – Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente
Conicq – Convenção Quadro para o Controle do Tabaco
CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Investigação e Inquérito
CPP – Contribuição Previdenciária Patronal
CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente
CPTEC – Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos
CRI – Cartório de Registro de Imóveis
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DAB – Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde
Daeb/Inep – Diretoria de Avaliação da Educação Básica
DAF – Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf do Ministério do Desenvolvimento Agrário
Dapes – Departamento de Ações Programáticas Estratégicas
DAS – Direção e Assessoramento Superior
Dataprev – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
Datusus – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
Deam – Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
Deciis – Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde
Decit – Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde
Denatran – Departamento Nacional de Trânsito
Detrae – Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo
Devep – Departamento de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde
DHS – Demographic and Health Survey
Disoc – Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea

Dnit – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
DPF – Departamento de Polícia Federal (MJ)
DPU – Defensoria Pública da União
DRCI – Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (MJ)
Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras
Empraba – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Enap – Escola Nacional de Administração Pública
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
Fatma – Fundação do Meio Ambiente
FBSG – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Fepam – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler
Fies – Fundo de Financiamento Estudantil
FINBRA – Finanças do Brasil
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Funai – Fundação Nacional do Índio
Fundescola – Fundo de Fortalecimento da Escola
GEFM – Grupo Especial de Fiscalização Móvel
Gertraf – Grupo Executivo de Repressão do Trabalho Forçado
HSH – Homens que Fazem Sexo com Homens
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
Idema – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
Iema – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Ifad – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
Igam – Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IMA – Instituto do Meio Ambiente
Inca – Instituto Nacional de Câncer
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inea – Instituto Estadual do Ambiente
Inema – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos
Inmet – Instituto Nacional de Meteorologia
Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Inpi – Instituto Nacional da Propriedade Industrial

IPC-IG/PNUD - Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

ISA – Instituto Socioambiental

ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOA – Lei Orçamentária Anual

LSPA – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MEI – Microempreendedor Individual

MI – Ministério da Integração Nacional

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MS – Ministério da Saúde

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MTur – Ministério do Turismo

MWh – Megawatt-hora ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico

NMP/100 ml – Coliformes termotolerantes em 100 mililitros de água

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OGU – Orçamento Geral da União

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres

OPAS/OMS – Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde

OPM – Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres

PAM – Produção Agrícola Municipal

PAR – Plano de Ações Articuladas

Para – Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos

PBMC – Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas

PCAP – Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas na População Brasileira

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PeNSE – Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar

PET-ABIPET – Associação Brasileira da Indústria

PET Abividro – Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro

Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

Pintec - Pesquisa de Inovação Tecnológica

PIS/Pasep – Programa Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

Planapo – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PMDBBS – Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite do Ministério do Meio Ambiente

PMA – Centro de Excelência contra Fome do Programa Mundial de Alimentos

PME – Pequena e Média Empresa

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAP – Plano Nacional de Aprendizagem Profissional

PNDS – Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde

PNE – Plano Nacional de Educação

PNETD – Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente

PNPDEC – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PNS – Pesquisa Nacional de Saúde

PNSB – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

PPA – Plano Plurianual

PPAM/Capitais e DF – Pesquisa de Prevalência do Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal

PPCS – Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis

Prodes – Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite

Proecotur – Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal

Proinfância – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

Rais – Relação Anual de Informações Sociais

Rede Clima – Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais

Renavam – Registro Nacional de Veículos Automotores

Ripsa – Rede Interagencial de Informação para a Saúde

S2ID – Sistema Integrado de Informações sobre Desastres

SAE/PR – Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica

Sage – Sala de Apoio à Gestão

Sagi/MDS – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SAS – Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde

SCN – Sistema de Contas Nacionais

SCP – Sustainable Consumption and Production

SCTIE – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde

SDH – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Senad – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública (MJ)

Seppir/PR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados

Siaf – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Siape – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Siclom – Sistema de Controle Logístico de Medicamentos

Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SIH – Sistema de Informação Hospitalar

Sihsus – Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde

SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS)

Simec – Sistema de Monitoramento do MEC

SIN – Sistema Interligado Nacional

Sinan – Sistema Nacional de Agravos de Notificação

Sinasc – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos

Sinesp – Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (MJ)

Sinicom – Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada

Siops – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde

Sipra – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

Siságua – Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano

Sisbacen – Sistema de Informações do Banco Central

Siscel – Sistema de Controle de Exames Laboratoriais da Rede Nacional de Contagem de Linfócitos CD4+/CD8+ e Carga Viral

Sismo – Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas

Sistec – Sistema da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Sisvan – Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional do Ministério da Saúde

SNAS/MDS – Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPI – Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

SPM/PR – Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República

SPU – Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUS – Sistema Único de Saúde (MS)

SVS – Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde

TEP – Tonelada Equivalente de Petróleo

TIC – Tecnologia da Informação e da Comunicação

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

TSI – Programa Turismo Sustentável e Infância

UC – Unidade de Conservação

UF – Unidade da Federação

UFC/100ml – número de unidades formadoras de colônias de de enterococos em 100 ml de água

UNAIDS – Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS

UnB – Universidade de Brasília

UNCT – United Nations Country Team

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

UNISDR-CERRD – Centro de Excelência para a Redução do Risco de Desastres

UNODC – Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime

UNOPS – Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos

UNV – Programa de Voluntários das Nações Unidas

Vigitel – Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico

Viva – Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes

WFP – Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas

ZEE – Zona Econômica Exclusiva

Preâmbulo

Quando o documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, foi aprovado no Rio de Janeiro há pouco mais de três anos, ele determinou o lançamento de diversos processos para a promoção de um amplo debate global sobre a agenda de desenvolvimento Pós-2015. Assim, é com grande satisfação que recebemos a notícia de que a Cúpula das Nações Unidas, realizada em Nova York, para a adoção dessa agenda acaba de aprovar o documento que sintetiza os resultados dos processos iniciados aqui no Brasil há alguns anos. Essa aprovação deixa evidente o êxito da Rio+20.

Foi certamente um caminho interessante, que envolveu numerosos atores, de todos os segmentos – governos, organismos internacionais, setor privado, sociedade civil organizada, academia – na busca de propostas e soluções para um futuro mais sustentável e resiliente.

O mundo tem, portanto, uma agenda de desenvolvimento até 2030 muito mais complexa e ambiciosa, a qual busca o equilíbrio das três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, ambiental e econômica.

Como o Brasil é um exemplo mundial da bem-sucedida implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) – com políticas de proteção social e de preservação do meio ambiente que se apresentam como boas práticas que podem ser replicadas em vários países do mundo –, ele tem tudo para ser também um líder na mobilização em torno da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um dos pilares dessa nova agenda de desenvolvimento pactuada pelos chefes de Estado e de governo.

Nesse espírito, no final do ano passado, no âmbito da Equipe de País das Nações Unidas (United Nations Country Team, UNCT), de forma que se possa agir em consonância com os interesses brasileiros, foi estabelecida uma Força-Tarefa, com a participação de membros do governo federal, com o propósito de fortalecer as áreas de cooperação e desenvolver atividades nos campos relacionados com a agenda de desenvolvimento Pós-2015.

Um dos primeiros resultados concretos dessa parceria, o qual consideramos que poderia ser útil nesse desafiador processo, seria a identificação dos principais indicadores sociais, ambientais e econômicos do Brasil relacionados com os objetivos temáticos e as metas propostos pelo Grupo de Trabalho Aberto sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (GTA-ODS).

Assim, foram estabelecidos 16 grupos técnicos temáticos. Cada grupo ficou encarregado de identificar indicadores para cada um dos 16 ODS temáticos, sendo liderados pelas diferentes agências especializadas, fundos, programas e entidades da ONU no Brasil com base no alinhamento com seus respectivos mandatos. Todos também consideraram o 17º objetivo, referente aos meios de implementação. Esse exercício contou com a participação do PNUD (que co-preside a Força-Tarefa), assim como dos seguintes organismos: Cepal, FAO, ONU-Habitat, ONU Mulheres, Opas/OMS, OIT, PNUD/IPC-IG, PNUMA, PMA, Unaid, Unesco, UNFPA, Unicef, Unido, Unisdr-Cerred, UNODC, Unops e UNV.

Os grupos apontaram os indicadores brasileiros com possível potencial para acompanhamento das metas dos ODS no país, priorizando fontes estatísticas oficiais ou registros administrativos ou ambos, bem como as lacunas existentes no conjunto de indicadores atualmente

disponíveis no Brasil, à luz dos objetivos propostos e das metas relacionadas, sobretudo considerando o desafio de desagregação de dados que esta nova agenda apresenta.

Esperamos que estes subsídios iniciais, apresentados nesta publicação, sejam úteis para o esforço de identificação dos indicadores globais de acompanhamento dos ODS, bem como para os debates que ocorrerão no Brasil sobre os indicadores nacionais.

Contamos que o exercício consubstanciado por esta publicação seja nossa primeira colaboração, entre outras futuras, para a implementação dessa nova agenda de desenvolvimento no país. Considerando o mesmo espírito de cooperação que pautou sua relação com o governo brasileiro desde o processo preparatório da Rio+20, o Sistema das Nações Unidas no Brasil fará o que estiver a seu alcance para que a nova agenda de desenvolvimento tenha êxito no Brasil e no mundo e, assim, faça jus ao legado dessa histórica Conferência.

JORGE CHEDIEK
Coordenador do Sistema Nações Unidas no Brasil

28 de setembro de 2015

Introdução

O documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 dispõe que o desenvolvimento de metas, tal qual aplicado em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – cuja data limite para serem alcançados é o final do ano de 2015 –, poderia ser útil na busca do desenvolvimento sustentado por meio de ações focadas e coerentes. O documento afirma que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) deveriam ter embasamento científico para a criação de metas e para a utilização de indicadores que afirmam corretamente seu progresso. O texto determinou ainda a criação de processos para o estabelecimento desses objetivos.

Desde então, um amplo e inclusivo sistema de consulta tem sido empreendido sobre muitas questões de interesse global. Muitas vozes informaram este debate, e valiosas contribuições têm sido efetuadas a partir de uma ampla gama de partes interessadas. Para citar algumas dessas contribuições, vale a pena lembrar os subsídios de grupos organizados da sociedade civil consolidados no relatório “Um milhão de vozes: o mundo que queremos”, a pesquisa online “Meu mundo”, as contribuições de líderes no âmbito de um Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global, recomendações de acadêmicos e cientistas convocados por meio da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável, subsídios do setor privado consubstanciados no relatório do Pacto Global das Nações Unidas, bem como a experiência do Sistema da ONU apresentada em um relatório sobre a agenda Pós-2015, tal qual por meio do apoio de uma equipe de suporte técnico.

Todos esses subsídios foram importantes para as deliberações de um grupo intergovernamental – o Grupo *Ad Hoc* de Trabalho Aberto sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (GTA-ODS) –, que contou com a participação de mais de setenta países, criado com vistas a desenvolver esses objetivos.

O trabalho do Grupo, do qual o Brasil participou ativamente, compreendeu 13 sessões de trabalho. Em um relatório publicado como resultado de sua 13ª sessão, em julho de 2014, o Grupo apresentou uma proposta de 17 objetivos (sendo 16 temáticos e um último transversal, sobre os meios de implementação para o alcance de tais objetivos). As propostas dos objetivos foram acompanhadas por propostas de metas globais aspiracionais, tendo sido apresentadas 169 metas, as quais cobrem as mais variadas temáticas.

A amplitude e a profundidade do conjunto de objetivos propostos não têm precedentes. Observados em sua totalidade, eles refletem uma agenda inovadora, universal e transformadora que se baseia nos ODMs e os expandem. A visão é que os objetivos promovam o desenvolvimento sustentável e erradiquem a pobreza.

Os ODS propostos foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos ODMs, procurando completar o trabalho inacabado em relação a eles e responder a novos desafios. Esses objetivos constituem um conjunto integrado e indivisível de prioridades globais para o desenvolvimento sustentável.

O relatório do GTA-ODS reconhecia que cada governo deve estabelecer suas próprias metas nacionais, orientados pelo nível global de ambição, mas tendo em conta suas circunstâncias

nacionais. Reconhecia também que os objetivos e as metas serão desenvolvidos por meio de indicadores focados em resultados mensuráveis. Esses indicadores terão de levar em conta as diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento, bem como respeitar as políticas e as prioridades nacionais.

Cientes desses desafios, no âmbito da Equipe de País das Nações Unidas (United Nations Country Team, UNCT) foi estabelecida, em dezembro de 2014, uma Força-Tarefa conjunta sobre a agenda de desenvolvimento Pós-2015 com o objetivo de trabalhar em estreita cooperação com o governo federal a fim de desenvolver atividades nas áreas relacionadas com esta agenda, por meio da elaboração e da apresentação de subsídios, visando a contribuir com a definição e a futura implementação da agenda de desenvolvimento Pós-2015 no país.

Em 4 de dezembro de 2014, o Secretário-Geral da ONU, em seu relatório síntese sobre a agenda Pós-2015, reconheceu que, nos meses subsequentes, os Estados membros iriam negociar os parâmetros finais da agenda de desenvolvimento sustentável. Nesse relatório, refletia-se que os governos terão de ser capazes de negociar esses parâmetros guiados não apenas pela natureza aspiracional dos objetivos e das metas, mas também pela realidade de suas sociedades traduzida em indicadores (tanto os disponíveis como aqueles a serem construídos).

Assim, como o primeiro exercício da Força-Tarefa anteriormente descrita, decidiu-se fazer um mapeamento dos principais indicadores brasileiros – sociais, econômicos e ambientais – existentes, com suas respectivas fontes e níveis de desagregação, que estivessem relacionados aos 16 objetivos temáticos e metas a eles relacionados, sugeridos pelo GTA-ODS. Ademais, foi realizado um exercício de identificação das lacunas existentes no conjunto de indicadores atualmente disponíveis no Brasil à luz desses objetivos e metas.

O comprometimento e a dedicação dos técnicos e dos especialistas dos organismos das Nações Unidas envolvidos na Força-Tarefa nos meses de janeiro e fevereiro de 2015 permitiram uma identificação inicial desses indicadores, bem como a necessidade de refinamento dos dados.

Procurou-se ter uma abordagem “minimalista” na identificação dos indicadores, ou seja, apenas indicadores diretamente relacionados às metas, tais quais formuladas pelo GTA-ODS, foram listados.

Em uma etapa posterior, de março a junho de 2015, os grupos técnicos temáticos concentraram-se no refinamento dos indicadores e nas questões relacionadas à desagregação dos dados. Também tiveram a oportunidade de abordar as metas não avaliadas na primeira etapa do exercício e as metas de implementação, que terminam com indicação alfabética (ex.: 1.a, 9.b, 15.c, etc.).

A responsabilidade sobre questões temáticas, especialmente sobre os ODS temáticos, foi compartilhada por todos os envolvidos com base no alinhamento com seus respectivos mandatos específicos. Nesse sentido, os coordenadores de cada grupo, que seguiram uma metodologia única (*vide* item sobre observações metodológicas), foram estabelecidos também com base no alinhamento com seus respectivos mandatos específicos. A distribuição dos grupos temáticos pode ser verificada na tabela apresentada na próxima página.

O conjunto de tabelas contendo os indicadores mapeados, bem como as observações textuais geradas por cada grupo, as quais, em termos gerais, refletem mais especificamente as lacunas identificadas, foi muito bem apreciado por todos aqueles com os quais esses subsídios técnicos foram compartilhados.

Assim, considerando que os objetivos e as metas propostos pelo GTA-ODS foram, após as negociações intergovernamentais que ocorreram ao longo de 2015, com pequenos ajustes, consolidados no documento submetido à aprovação da Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, decidiu-se que a publicação do conjunto desses subsídios iniciais sobre os indicadores brasileiros resultantes do exercício poderia ser uma contribuição relevante para os esforços de identificação dos indicadores de acompanhamento dos ODS. Trata-se certamente de subsídios iniciais, que não prejudicam a definição sobre os indicadores globais e nacionais que se seguirá nos próximos meses, esforço este que certamente mobilizará muitas partes interessadas, dada a natureza multidisciplinar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, este relatório é apenas uma primeira contribuição neste processo, que promete ser desafiador, mas certamente enriquecedor.

HAROLDO MACHADO FILHO (PNUD/BRASIL)
e MARIO MOTTIN (CGDES/MRE)

Co-presidentes da Força-Tarefa da ONU sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015

RELAÇÃO DOS ORGANISMOS E PARTICIPANTES DE CADA UM DOS GRUPOS TÉCNICOS TEMÁTICOS SOBRE ODS

| GRUPOS TÉCNICOS TEMÁTICOS SOBRE OS ODS | AGÊNCIA(S) COORDENADORA(S) | AGÊNCIAS PARTICIPANTES |
|--|----------------------------|---|
| ODS1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares | PNUD E IPC-IG | Cepal, OIT, Opas/OMS, ONU Mulheres |
| ODS2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável | FAO | PNUD, Opas/OMS, PNUMA, PMA |
| ODS3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades | OPAS/OMS E UNFPA | PNUD, UNODC, Unaid |
| ODS4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos | UNESCO | PNUD, UNFPA, UNODC, PMA, Unicef |
| ODS5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas | ONU Mulheres, UNFPA | PNUD, UNODC, OIT, Opas/OMS, Unaid, Unicef |
| ODS6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos | UNESCO | PNUD, ONU-Habitat, Unops, Opas/OMS |
| ODS7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos | PNUD | Unido, FAO, ONU-Habitat, Unops |
| ODS8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos | CEPAL E OIT | Unido, PNUD |
| ODS9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação | UNIDO E UNOPS | PNUD, ONU-Habitat |
| ODS10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles | CEPAL | PNUD, UNFPA, Unesco, UNODC, OIT |
| ODS11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis | ONU-HABITAT E UNISDR-CERRD | PNUD, UNFPA, Unops |
| ODS12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis | PNUMA | Unido, PNUD, OIT |
| ODS13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos | PNUD E PNUMA | FAO, OIT |
| ODS14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável | UNESCO | PNUD |
| ODS15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade | PNUMA | FAO, PNUD, UNODC |
| ODS16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis | UNODC | PNUD, Unesco, UNV, Unaid, Unicef, OIT |

Instruções metodológicas para grupos técnicos temáticos da Força-Tarefa da ONU sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015

O foco da primeira fase do trabalho dos grupos técnicos temáticos da Força-Tarefa da ONU sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 foi o conjunto dos 16 ODS temáticos tal qual propostos pelo Grupo de Trabalho Aberto sobre Desenvolvimento Sustentável (GTA-ODS), considerando que o ODS 17, sobre os meios de implementação, tem caráter transversal.

Em uma etapa preparatória, o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG/PNUD) fez uma pesquisa preliminar sobre indicadores brasileiros relacionados aos objetivos temáticos e respectivas metas propostas pelo GTA-ODS e listou suas respectivas fontes de dados com potencial para acompanhamento das metas no Brasil. No entanto, nessa primeira abordagem não foi realizada qualquer avaliação técnica mais refinada sobre tais fontes.

Dessa forma, esta etapa do trabalho no âmbito da Força-Tarefa teve como base a pesquisa do IPC-IG/PNUD e seu objetivo era validar e refinar os indicadores preliminarmente listados, preencher as lacunas de indicadores não identificados até então e acrescentar informações relevantes para cada indicador.

Uma tabela Excel foi gerada para cada objetivo proposto, e abas foram criadas para cada uma das respectivas metas, lembrando que, no total, o GTA-ODS havia proposto 169 metas associadas aos objetivos. Na primeira etapa dos trabalhos não foram consideradas as metas relacionadas aos meios de implementação no âmbito de cada ODS temático. Em cada tabela/aba procurou-se identificar as seguintes informações:

- ▶ nome do(s) potencial(ais) indicador(es) relacionados a cada meta;
- ▶ link da fonte ou informação sobre a(s) fonte(s) primária(s);
- ▶ link da fonte ou informação sobre a(s) fonte(s) secundária(s);
- ▶ fonte;
- ▶ periodicidade do(s) indicador(es);
- ▶ grau de desagregação do(s) indicador(es) – *e.g.* desagregação geográfica (federal, estadual, municipal), por gênero, por idade, por raça/cor, por bioma, etc.;
- ▶ observações, incluindo observações textuais (geralmente apresentadas em arquivo Word à parte).

Assim, cada grupo técnico sobre cada ODS temático (do ODS 1 ao 16) deveria:

1. analisar os indicadores brasileiros relacionados ao objetivo temático e às respectivas metas propostas pelo GTA-ODS que haviam sido preliminarmente identificados pelo IPC-IG/PNUD, bem como as informações listadas para cada indicador;
2. eventualmente validar os indicadores brasileiros preliminarmente identificados pelo IPC-IG/PNUD, bem como as informações listadas para cada indicador;
3. acrescentar qualquer indicador social, econômico e/ou ambiental brasileiro relacionado

ao objetivo temático e respectivas metas propostas pelo GTA-ODS que fosse considerado relevante e que não tenha sido preliminarmente identificado pelo IPC-IG/PNUD, bem como acrescentar informações listadas para cada indicador;

4. identificar lacunas de indicadores brasileiros relacionados ao objetivo temático e respectivas metas propostas pelo GTA-ODS e/ou eventuais *proxies*¹ de indicadores que não fossem facilmente identificados;
5. estabelecer uma lista de indicadores principais, secundários e eventuais *proxies* (nesses casos, pedia-se que fosse deixado claro que se tratava de uma *proxy*) relacionados ao objetivo temático e respectivas metas propostas pelo GTA-ODS;
6. apresentar observações textuais sobre os indicadores brasileiros (ou sobre a eventual ausência destes) relacionados ao objetivo temático e respectivas metas propostas pelo GTA-ODS, desde que consideradas relevantes;
7. apresentar bibliografia sobre os indicadores brasileiros identificados referentes ao objetivo temático e respectivas metas propostas pelo GTA-ODS.

Procurou-se adotar uma abordagem minimalista na identificação dos indicadores, ou seja, apenas indicadores relevantes relacionados às metas, tais quais formuladas pelo GTA-ODS, foram listados. Buscou-se, primordialmente, identificar indicadores cujas fontes fossem de instituições oficiais, preferencialmente governamentais (ex.: IBGE e Ipea) ou de agências do Sistema Nações Unidas. Em caráter excepcional, algumas notícias também foram utilizadas como fonte, desde que as informações fossem de agências públicas ou de sítios do governo brasileiro, como o Portal Brasil (www.brasil.gov.br).

Os indicadores a serem listados deveriam ser simples e de fácil interpretação e comunicação. Além disso, os indicadores selecionados deveriam permitir uma maior periodicidade na apresentação dos dados. Preferência deveria ser dada a indicadores que comportassem um maior grau de desagregação, de acordo com sexo, gênero, idade, raça/cor, nível econômico, dimensões espaciais (ex.: área urbana/rural), bioma, etc.

Para a elaboração da tabela, dever-se-ia proceder à listagem das informações procurando, sempre que possível, mencionar, em se tratando de compilações de dados diversos, a página ou o número do gráfico/tabela em que constam as informações relativas ao indicador mencionado (em geral, nas fontes secundárias). Para fins desta publicação, a coluna das fontes foi simplificada, indicando ao leitor a forma mais direta de se ter acesso aos dados, não havendo distinção entre fontes primárias e secundárias. Na publicação eletrônica, o *hyperlink* que permite o acesso mais direto à fonte foi incluído sempre que possível.

Metas que envolvem simultaneamente vários temas (como a meta 1.4, por exemplo, dentre várias outras) podem ser acompanhadas a partir de uma diversa gama de indicadores. A escolha de determinados indicadores não exclui a existência de outros, devendo ser levado em conta o fato de que são muitas as fontes de dados, e que algumas das principais referências aqui utilizadas trazem compilações oriundas de diversas fontes.

¹ Em estatística, uma *proxy* ou variável *proxy* é uma variável que não é por si só diretamente relevante, mas pode ser útil como substituta de uma variável que não possa ser identificada ou mensurada. Por exemplo, o PIB *per capita* é uma *proxy* geralmente usada para mensurar padrão de vida.

Deve-se ainda assinalar que os anos mencionados para a existência dos indicadores nas referidas fontes secundárias podem ser, às vezes, apenas os mais recentes para os quais os indicadores estão disponíveis, não excluindo, portanto, a possibilidade de existência de dados para outros anos.

Embora se tenha procurado levantar o maior número possível de dados consolidados, por vezes foram encontradas somente as informações de que existem bases de dados para a elaboração de determinado indicador, não tendo sido encontrado o indicador já calculado. Nesses casos, os indicadores foram incluídos nas tabelas e foi feita a referência à fonte como a própria base de dados.

Indicadores de estudos acadêmicos só foram citados quando utilizados por entidades governamentais ou internacionais (das Nações Unidas) oficiais. Nestes casos, a fonte citada foi a oficial, que cita a acadêmica, e não a acadêmica *per se*. Analogamente, em publicações cuja autoria não seja exclusivamente de órgãos governamentais ou organismos internacionais, foram utilizadas somente quando constatada a participação de um desses órgãos/organismos na publicação.

Para fins desta publicação, a coluna “Fonte” foi simplificada, indicando ao leitor a forma mais direta de se ter acesso aos dados. Nessa coluna, quase sempre é apresentada a referência que menciona o dado ou o indicador, de forma que a coluna “Base de dados” apresenta a origem dos dados que formam os indicadores.

Na segunda fase, o foco do trabalho realizado pelos grupos técnicos da Força-Tarefa do UNCT foi o levantamento de indicadores quantitativos e qualitativos para as metas relacionadas aos meios de implementação no âmbito de cada ODS temático (ex.: 1.a, 2.b, 3.c), as quais não foram objeto da primeira etapa da análise realizada. Assim, cada um dos 16 Grupos de Trabalho deveria contribuir para o trabalho inicial de identificação de indicadores para essas metas acrescentando novos indicadores ou ainda inserindo iniciativas ou outras observações textuais correspondentes a cada uma dessas metas.

Igualmente, os grupos de trabalho deveriam refinar ainda mais os resultados alcançados na primeira fase. Pretendeu-se ainda nessa etapa identificar as sinergias entre os indicadores e os temas transversais que permeiam os ODS. Nessa fase de aprofundamento do trabalho, os grupos deveriam priorizar indicadores e informações que considerassem a questão de gênero e de raça, não apenas quanto às desagregações dos dados que iriam compor as tabelas e as observações textuais, mas de forma transversal ao longo de todas as metas sempre que possível. Tal refinamento dos dados deveria ser feito tanto para os indicadores e as informações já coletados quanto para aqueles que ainda o seriam naquela segunda etapa.

Na segunda fase dos trabalhos, cada grupo técnico sobre cada ODS temático (do ODS 1 ao 16) deveria:

8. usar como base a tabela consolidada resultante da primeira fase do trabalho do seu grupo, incluindo as abas referentes às metas relacionadas aos meios de implementação no âmbito de cada ODS temático (ex.: 1.a, 2.b, 3.c);
9. coletar/elaborar indicadores quantitativos e/ou qualitativos para as metas referentes aos meios de implementação no âmbito de cada ODS temático, inserindo os indicadores nas tabelas elaboradas e adicionando observações textuais necessária e diretamente relacionadas à redação das respectivas metas;
10. identificar indicadores nacionais não encontrados na primeira fase dos trabalhos dos grupos temáticos e fazer nova avaliação sobre eles, buscando, inclusive, uma reflexão

sobre que indicadores deveriam ser construídos ou que dados deveriam ser levantados para refletir o acompanhamento das respectivas metas;

11. verificar se seria pertinente elencar indicadores qualitativos caso indicadores quantitativos não tivessem sido identificados na primeira fase (*vide*, como exemplo, os indicadores consolidados do grupo técnico temático do ODS 13);
12. aprimorar os indicadores já coletados em relação à disponibilidade de informações quanto à desagregação por Unidades da Federação (federal, estadual, municipal; áreas urbano/rural), por sexo/gênero, raça/cor, faixa etária, bioma, áreas urbano/rural, etc.;
13. refletir se o nível de desagregação correspondente aos indicadores listados estava completo e apropriado, eventualmente inserindo maiores detalhes sobre a disponibilidade de dados desagregados para os indicadores existentes e elaborando observações quanto à necessidade das informações de desagregação quando inexistentes e/ou inadequadas;
14. elaborar observações mais detalhadas quanto à necessidade de maior desagregação, bem como seus parâmetros metodológicos (ex.: “recortes” etários para os quais seria aconselhável obter dados, raça/cor e faixa de renda das mulheres dentro da construção de um certo indicador, etc.), seja para fins de acompanhamento interno das metas seja para fins de comparabilidade com outros países;
15. contemplar as desagregações mais adequadas para cada meta, no caso dos indicadores acrescentados nessa fase,
16. identificar a relevância/pertinência dos indicadores já identificados que estavam repetidos em mais de uma meta;
17. identificar sinergias ou pontos de caráter transversal com outros indicadores com base em bibliografia sugerida;

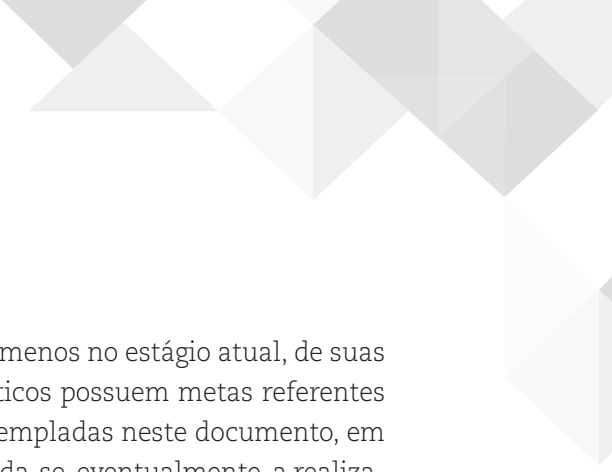
Como subsídios que poderiam ser usados para esta identificação das sinergias, sugeriu-se verificar propostas de indicadores globais para cada meta que estavam em discussão na época, como, por exemplo, a proposta feita pela iniciativa [*Sustainable Development Solutions Network, intitulada Indicators and Monitoring Framework for Sustainable Development Goals*](#), entre outras.

Ademais, como feito por certos grupos temáticos durante a primeira fase dos trabalhos, sugeriu-se que os grupos refletissem e estabelecessem uma divisão sobre quais seriam os indicadores principais para o acompanhamento das metas e quais seriam “outros indicadores”, de caráter mais subsidiário, para o acompanhamento destas.

O objetivo desse exercício foi reduzir o número de indicadores para cada meta, de forma que o acompanhamento de implementação destas não tivesse de se valer de inúmeros indicadores, transformando tal trabalho em algo não factível, custoso e de difícil comunicação.

Assim, esperava-se que, concluída a segunda fase, a apresentação dos dados das tabelas de cada um dos ODS fosse mais sucinta e sintética, considerando-se, para a coleta dos dados, a relevância, a disponibilidade/viabilidade e a adequabilidade de cada um dos indicadores.

O material compilado resultante dessas duas fases é o que está referenciado neste documento. O trabalho, que contou com a participação de mais de cem funcionários das Nações Unidas no Brasil, passou por várias etapas de revisão e validação por técnicos e especialistas em todos os temas presentes nos ODS. Vale ainda notar que a Força-Tarefa resolveu não apresentar seus subsídios em relação ao ODS 17 devido ao seu caráter majoritariamente qualita-



tivo, o que dificulta a mensuração ou o acompanhamento, ao menos no estágio atual, de suas metas. Além disso, como já mencionado, todos os ODS temáticos possuem metas referentes a meios de implementação, as quais estão devidamente contempladas neste documento, em conformidade com a disponibilidade de dados para estes. Estuda-se, eventualmente, a realização de um trabalho apenas em relação ao ODS 17, o qual contém diversos elementos.

Em suma, os subsídios iniciais apresentados nesta publicação traduzem os esforços realizados ao longo de mais de seis meses e que envolveram diversas agências do Sistema ONU. O material apresentado ao longo dos próximos capítulos é fruto de uma construção coletiva que buscou contribuir para os esforços futuros do governo brasileiro, bem como de outras instituições interessadas, sem prejudicar a definição final de indicadores em âmbito nacional ou global. Espera-se que os subsídios aqui contidos contribuam para o planejamento e para a efetiva implementação desta agenda, a qual propõe um desenvolvimento que seja de fato sustentável, inclusivo e resiliente.

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



OBJETIVO 1.

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De acordo com o V Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, o Brasil reduziu a pobreza extrema à metade, bem como o hiato de pobreza extrema¹. A Meta de redução da pobreza à metade do nível de 1990 foi alcançada tanto considerando a linha internacional de US\$ PPC 1,25/dia quanto considerando a linha nacional de R\$ 70,00 mensais. A redução da pobreza extrema desde 1990 foi em grande parte promovida pelo aumento da renda média, mas também houve redução da desigualdade, com aumento da fração da renda que cabe aos 20% mais pobres e melhoria dos indicadores de trabalho do ODM 1, com aumento da produtividade, da formalização, virtual erradicação da pobreza extrema entre os trabalhadores e redução da parcela da força de trabalho em ocupações potencialmente precárias (BRASIL, 2014).

O Brasil seguiu as recomendações das Nações Unidas para o monitoramento dos ODM tanto no que toca à escolha de indicadores quanto às desagregações subnacionais e por grupos. O monitoramento da Meta de pobreza extrema nos Relatórios Nacionais de Acompanhamento dos ODM, por exemplo, revelou a grande desigualdade na taxa de pobreza extrema entre as regiões e entre grupos sociais, como os definidos por sexo e cor ou raça e também por faixa etária.

Para o monitoramento do ODS 1, o Brasil poderá manter a prática de desagregar tanto quanto possível os indicadores, tanto no território quanto por grupos socialmente relevantes por sua vulnerabilidade ou histórico de discriminações, isso porque a nova Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua permite todas as desagregações já realizadas no acompanhamento dos ODM a partir da PNAD antiga, que foi a campo pela última vez em 2014. Embora a nova PNAD permita as mesmas desagregações que a anterior e conte com muitos aprimoramentos, sua amostra não permitirá a produção de informações para municípios, logo persistirá a atual limitação de muitos dados para municípios só se tornarem conhecidos decenalmente, por ocasião do censo demográfico.

¹ "O hiato difere da taxa de pobreza ao considerar não apenas a quantidade de pessoas, mas também a intensidade da pobreza extrema. É um indicador baseado no hiato individual, na diferença entre a linha e a renda domiciliar *per capita* de cada pessoa extremamente pobre. A soma de todos os hiatos individuais é o total de renda que uma sociedade hipotética necessitaria distribuir para a erradicação da pobreza extrema" (BRASIL, 2014, p. 18).

META 1.1

até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|---|---------------|---------------|--|---|-------------------------------|
| Percentagem da população vivendo abaixo de alguma linha internacional de pobreza extrema (atualmente sendo US\$ 1,25/dia) | Anual | PNAD | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, UFs e regiões metropolitanas ▪ Sexo; cor/raça ▪ Faixa etária ▪ Escolaridade ▪ Localização (urbano/rural) | ODS 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 16 |
| Percentagem da população vivendo abaixo da linha nacional de extrema pobreza (atualmente sendo R\$ 77,00 por mês) | Anual | PNAD | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, UFs e regiões metropolitanas ▪ Sexo; cor/raça ▪ Faixa etária ▪ Escolaridade ▪ Localização (urbano/rural) | ODS 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 16 |
| Hiato de pobreza extrema em %, US\$ PPC 1,25 por dia | Anual | PNAD | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, UFs e regiões metropolitanas ▪ Sexo; cor/raça ▪ Faixa etária ▪ Localização (urbano/rural) | ODS 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 16 |

Para a Meta 1.1 são sugeridos três indicadores: dois baseados na linha internacional de pobreza extrema (atualmente US\$ PPC 1.25/dia), estabelecida pelo Banco Mundial, e um baseado na linha nacional de pobreza extrema. Para a linha internacional e para a nacional é calculada a taxa de pobreza extrema ou a percentagem da população com renda abaixo da linha. Para a linha de pobreza internacional, também é calculada a intensidade da pobreza extrema (hiato de pobreza), o indicador P1 de Foster, Greer e Torbecke (1984).

O Banco Mundial está para lançar uma nova linha de pobreza extrema internacional para empregar com os fatores de paridade do poder de compra, PPC, para consumo privado de 2011. A atual linha de US\$ PPC 1,25 tem como referência o PPC de 2005.

O Brasil possui uma linha nacional de extrema pobreza: renda domiciliar mensal por pessoa de R\$ 77,00, valor definido em junho de 2014. É uma linha de pobreza administrativa igual ao limite de elegibilidade para o Programa Bolsa Família. No entanto, a legislação brasileira não estabelece um índice de preços para deflacionar a linha de pobreza extrema.

A despeito das diferenças da nova PNAD contínua, esses indicadores continuarão sendo apuráveis e facilmente desagregáveis. A nova PNAD cobrirá todo o período dos ODS a partir de 2015. Além disso, os dados do terceiro trimestre devem ser em grande medida comparáveis com os da PNAD antiga, permitindo que a série dos indicadores retroceda a 1981. Para deflacionar os valores das rendas, ou das linhas, sugere-se construir os deflatores com base na série de inflação anual acumulada do Banco Mundial para a linha de pobreza extrema internacional; e no Índice Nacional de Preços ao Consumidor, INPC/IBGE, para a linha de pobreza extrema nacional.

META 1.2

até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|---|---------------|---------------|--|---|----------------------------|
| Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 154,00 por mês | Anual | PNAD | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, UFs e regiões metropolitanas ▪ Sexo; cor/raça ▪ Faixa etária ▪ Educação do responsável pelo domicílio ▪ Localização (urbano/rural) | ODS 2, 3, 4, 8, 10, 11, 16 |
| Hiato de pobreza (P1) | Anual | PNAD | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, UFs e regiões metropolitanas ▪ Sexo; cor/raça ▪ Faixa etária ▪ Localização (urbano/rural) | ODS 2, 3, 4, 8, 10, 11, 16 |

A Meta 1.2 oferece uma grande dificuldade para a escolha de indicadores, pois não define o que é pobreza, ao contrário da Meta 1.1, que se refere explicitamente à atual linha internacional de pobreza extrema. Além disso, fala da pobreza “em todas as suas dimensões”, o que dá a entender que o monitoramento não deve ser feito exclusivamente pela abordagem da insuficiência da renda ou do consumo, sugerindo a adoção de indicadores multidimensionais de pobreza. No entanto, o Brasil não adota, ao menos até o momento, indicadores multidimensionais de pobreza, tampouco estes são empregados com frequência por organismos internacionais e multilaterais.

Mesmo considerando apenas a dimensão monetária, o Brasil tem uma linha oficial de extrema pobreza, mas não uma linha de pobreza. No entanto, em razão de a linha de extrema pobreza ser também um critério de elegibilidade para o Programa Bolsa Família, faria sentido a adoção do limite superior de elegibilidade como linha de pobreza nacional. Por este critério, seriam pobres as pessoas com renda familiar *per capita* abaixo de R\$ 154,00 (valores atualizados em junho de 2014).

Mas o indicador de pobreza para a linha de R\$ 154,00 não seria internacionalmente comparável, pois outros países não teriam por que adotar tal valor. Para resolver o problema da comparabilidade internacional, poder-se-á definir uma linha internacional de pobreza como múltiplo da linha internacional de pobreza extrema. Pode-se, por exemplo, definir que a linha de pobreza será duas vezes o valor da linha de pobreza extrema.

Definida uma linha monetária de pobreza, ou mesmo um indicador multidimensional, sua apuração periódica com desagregações estará sujeita às mesmas circunstâncias (potenciais e limitações) do monitoramento da pobreza extrema.

META 1.3

implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social apropriados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|-----------------------------------|--|--|--|-------------------------------|
| Quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais com renda familiar per capita de até meio salário mínimo | Semestral | Cadastro Único do Governo Federal para Programas Sociais | Sagi/MDS. Painel de Acompanhamento de Conjuntura e Programas Sociais | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UFs Municípios | ODS 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 16 |
| Quantidade de famílias extremamente pobres incluídas no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família | Quadrimestral | Cadastro Único do Governo Federal para Programas Sociais | Sagi/MDS. Painel de Acompanhamento de Conjuntura e Programas Sociais | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UFs Municípios | ODS 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 16 |
| Quantidade de famílias que recebem o benefício de superação da extrema pobreza | Trimestral | Cadastro Único do Governo Federal para Programas Sociais | Sagi/MDS. Painel de Acompanhamento de Conjuntura e Programas Sociais | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UFs Municípios | ODS 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 16 |
| Quantidade de beneficiários do BPC para idosos | Variável (quase sempre semestral) | Benefícios ativos do BPC; SNAS/MDS | Sagi/MDS. Painel de Acompanhamento de Conjuntura e Programas Sociais | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UFs Municípios | ODS 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 16 |
| Quantidade de beneficiários do BPC para pessoas com deficiência | Variável (quase sempre semestral) | Benefícios ativos do BPC; SNAS/MDS | Sagi/MDS. Painel de Acompanhamento de Conjuntura e Programas Sociais | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UFs Municípios | ODS 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 16 |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|-------------------------------|--|--|--|-----------------------------------|
| Valor total repassado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (R\$) | Variável (quase sempre anual) | Folha de pagamentos do Programa Bolsa Família; Caixa | Sagi/MDS. Painel de Acompanhamento de Conjuntura e Programas Sociais | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UFs Municípios | ODS 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 16 |
| Valor total repassado aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC idosos + PCD) | Variável (quase sempre anual) | Benefícios ativos do BPC; SNAS/MDS | Sagi/MDS. Painel de Acompanhamento de Conjuntura e Programas Sociais | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UFs Municípios | ODS 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 16 |
| Quantidade e valor de aposentadorias concedidas | Anual | Dataprev | Dataprev | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UFs Sexo Localização (urbano/rural) | ODS 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 16 |
| Quantidade e valores de auxílios concedidos por clientela e grupos de espécies | Anual | Dataprev | MPS. INSS. Anuário Estatístico da Previdência Social. Brasília, 2013 | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UFs Sexo Localização (urbano/rural) | ODS 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 16 |
| Total da população coberta por seguro desemprego | Anual | Estatística do seguro desemprego | MTE | <ul style="list-style-type: none"> Brasil | ODS 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 16 |
| Total de abonos salariais pagos | Anual | Estatística do abono salarial | MTE | <ul style="list-style-type: none"> Brasil | ODS 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 16 |
| Total de beneficiários de salário família | Anual | Dataprev | MPS. INSS. Anuário Estatístico da Previdência Social. Brasília, 2013 | <ul style="list-style-type: none"> Brasil | ODS 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 16 |
| Total de beneficiários de seguro defeso | Anual | Estatísticas do seguro desemprego pescador artesanal | MTE | <ul style="list-style-type: none"> Brasil | ODS 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 14, 16 |

A principal dificuldade relacionada à identificação de indicadores para a Meta 1.3 deve-se à existência de definições distintas do que é “proteção social”. Também não há consenso sobre o que seria um sistema de proteção social adequado. Há, contudo, a proposta do piso de proteção social, *Social Protection Floor Initiative* (SPF-I), de 2009. A proposição do SPF-I foi uma iniciativa conjunta de diversas agências internacionais, no contexto da crise econômica global, visando a assegurar garantias de proteção social com base nos artigos 22, 25 e 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção 102 da OIT.

Tomando o SPF-I como referência de sistema de proteção social adequado, verifica-se haver, em âmbito nacional, diversas iniciativas em linha com o advogado pela proposta, como os programas e as ações direcionados às crianças, aos idosos e à população em geral nas áreas da saúde e saneamento, educação, alimentação, habitação, trabalho, transferência de renda e outros serviços sociais. Os registros administrativos desses programas e ações podem servir de base à construção de alguns indicadores de adequação do sistema de proteção social brasileiro. Contudo, a construção de indicadores com base em registros administrativos exigiria maior desagregação dos dados por categorias relevantes, como sexo e cor ou raça, algo que muitas vezes é possível, mas não está incluído no plano de divulgação dos dados. Os registros também possuem a severa limitação de se referirem apenas à população que acessa os programas e as ações, portanto não informam sobre a cobertura da demanda potencial. Em outras palavras, nada dizem sobre quem não os acessa.

Apesar dessas dificuldades, é possível sugerir alguns indicadores de monitoramento, tais como: (i) percentual do PIB gasto em políticas de proteção social, indicador que poderia ser usado para comparações internacionais se calculado com base em dados do Banco Mundial ou do Fundo Monetário Internacional; (ii) o gasto *per capita* em proteção social, em US\$ PPP ou como percentual do PIB *per capita*; (iii) no caso brasileiro, poderiam ser incluídos indicadores de cobertura dos principais programas sociais, por exemplo, a percentagem da população coberta pela previdência social, a percentagem de pobres e de extremamente pobres coberta pelo Programa Bolsa Família e por outros, como o BPC, o seguro desemprego, etc. – alguns desses indicadores podem requerer a combinação de informações provenientes de fontes de dados distintas, como projeções de população, censos e pesquisas domiciliares do IBGE e registros administrativos; (iv) finalmente, para medir a cobertura da população, sugere-se como indicadores a quantidade e o percentual da população que está coberta por *qualquer* programa ou ação integrante do sistema de proteção social.

META 1.4

até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|-------------------------------------|-----------------------|--|---|----------------------|
| Índice de Gini | Anual | PNAD | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, UFs | ODS 10 |
| Percentual da renda nacional detida pelos 20% mais pobres | Anual | PNAD | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, UFs e regiões metropolitanas ▪ Sexo; cor/raça ▪ Faixa etária ▪ Escolaridade ▪ Localização (urbano/rural) | ODS 8, 10 |
| Índice de Gini para propriedades fundiárias | 1967 1972 1978 1992 1998 2000 | Incra | MDA. INCRA. O Brasil desconcentrando terras: Índice de Gini. Brasília, 2001 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, UFs | ODS 10, 15 |
| Percentagem da população urbana vivendo em moradias inadequadas | Anual | PNAD | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, UFs e regiões metropolitanas ▪ Sexo; cor/raça ▪ Faixa etária ▪ Escolaridade | ODS 2, 3, 5, 10, 11 |
| Percentagem da população vivendo em domicílios com densidade elevada | Anual | PNAD | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, UFs e regiões metropolitanas ▪ Sexo; cor/raça ▪ Faixa etária ▪ Escolaridade ▪ Localização (urbano/rural) | ODS 2, 3, 5, 10, 11 |

Continua..

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|-------------------------|---|--|---|-----------------------------|
| Forma de obtenção das terras do produtor proprietário | Decenal | Censo agropecuário | IBGE | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões e UFs | ODS 10, 15 |
| Condição do produtor em relação às terras (proprietário, assentado sem titulação definitiva e arrendatário) | Decenal | Censo agropecuário | IBGE | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões UFs Sexo Nível de instrução; por pessoa que dirige o estabelecimento (local de residência) | ODS 5, 10, 15 |
| Percentual de terras indígenas no país | Registro administrativo | Funai | Funai | <ul style="list-style-type: none"> Modalidade de terras indígenas (tradicionalmente ocupadas; reservas indígenas; terras domaniais; interditas) | ODS 2, 3, 10, 14, 15, 16 |
| População indígena por situação do domicílio segundo a localização deste (dentro ou fora de terras indígenas) | Decenal | Censo demográfico | BRASIL. IBGE. O Brasil indígena. Brasília, 2013 | <ul style="list-style-type: none"> Sexo Idade Condição de alfabetização Tipo de registro de nascimento Povos indígenas/etnia/troncos ou famílias linguísticas Língua indígena Língua falada | ODS 2, 3, 10, 14, 15, 16 |
| Títulos expedidos às comunidades quilombolas | Registro administrativo | Quadro da política de regularização de territórios quilombolas no Incra | SPPIR. Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial. | <ul style="list-style-type: none"> UF, municípios, territórios quilombolas e comunidades quilombolas | ODS 2, 3, 10, 14, 15, 16 |
| Acesso a esgotamento sanitário (em %) | Anual | PNAD | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 Ipea e SPM/PR. Portal Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça | <ul style="list-style-type: none"> Brasil, grandes regiões, UFs e regiões metropolitanas Sexo; cor/raça Quartil de renda (20% mais pobres e 20% mais ricos) e situação de pobreza dos domicílios Localização (urbano/rural) | ODS 3, 6, 9, 10, 11, 14, 15 |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|---|---------------|----------------------|--|---|---------------------------------|
| Acesso permanente e sustentável à água potável | Anual | PNAD | Ipea e SPM/PR. Portal Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, estados e regiões metropolitanas ▪ Sexo; cor/raça ▪ Quartil de renda (20% mais pobres e 20% mais ricos) e situação de pobreza dos domicílios ▪ Localização (urbano/rural) | ODS 3, 6, 9, 10, 11, 12, 14, 15 |
| Percentual de domicílios com acesso à energia elétrica | Anual | PNAD | Ipea e SPM/PR. Portal Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, estados e regiões metropolitanas ▪ Sexo; cor/raça ▪ Quartil de renda (20% mais pobres e 20% mais ricos) e situação de pobreza dos domicílios ▪ Localização (urbano/rural) | ODS 7, 9, 10, 11, 12, 14, 15 |
| Percentual de domicílios com acesso à internet | Anual | PNAD | Ipea e SPM/PR. Portal Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, estados e regiões metropolitanas ▪ Sexo; cor/raça ▪ Quartil de renda (20% mais pobres e 20% mais ricos) e situação de pobreza dos domicílios ▪ Localização (urbano/rural) | ODS 7, 9, 10, 11, 12 |
| Percentual de domicílios com acesso a telefone fixo | Anual | PNAD | Ipea e SPM/PR. Portal Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, estados e regiões metropolitanas ▪ Sexo; cor/raça ▪ Quartil de renda (20% mais pobres e 20% mais ricos) e situação de pobreza dos domicílios ▪ Localização (urbano/rural) | ODS 7, 9, 10, 11, 12 |
| Percentual de domicílios com acesso a telefone celular | Anual | PNAD | Ipea e SPM/PR. Portal Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, estados e regiões metropolitanas ▪ Sexo; cor/raça ▪ Quartil de renda (20% mais pobres e 20% mais ricos) e situação de pobreza dos domicílios ▪ Localização (urbano/rural) | ODS 7, 9, 10, 11, 12 |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|---------------|----------------------|--|---|------------------------------|
| Percentual de domicílios com acesso a microcomputador | Anual | PNAD | Ipea e SPM/PR. Portal Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, estados e regiões metropolitanas ▪ Sexo; cor/raça ▪ Quartil de renda (20% mais pobres e 20% mais ricos) e situação de pobreza dos domicílios ▪ Localização (urbano/rural) | ODS 7, 9, 10, 11, 12 |
| Percentual de domicílios que não usam energia elétrica ou gás para cozinhar | Anual | PNAD | Ipea e SPM/PR. Portal Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, estados e regiões metropolitanas ▪ Sexo; cor/raça ▪ Quartil de renda (20% mais pobres e 20% mais ricos) e situação de pobreza dos domicílios ▪ Localização (urbano/rural) | ODS 7, 9, 10, 11, 12, 14, 15 |

Para monitoramento nacional da Meta 1.4 propõem-se 18 indicadores que apontam o nível de desigualdade na população brasileira em relação à distribuição dos recursos econômicos de forma equitativa, ao acesso à propriedade, ao controle sobre a terra, ao acesso aos serviços básicos (água, saneamento e energia elétrica) e ao acesso a novas tecnologias apropriadas (telefonia, internet e microcomputador nos domicílios).

Entretanto, faz-se necessário estabelecer alguns indicadores que captam outras dimensões, por exemplo, o acesso ao transporte público. Uma possível proxy associada poderia ser construída com base na proporção da população que leva mais de duas horas por dia no deslocamento casa-trabalho (*vide* o indicador sugerido para a Meta 11.2 – Tempo médio gasto da moradia ao local de trabalho).

Indicadores relacionados à “propriedade e ao controle sobre a terra e outras formas de propriedade” bem como a “recursos naturais” poderão ser refinados em um futuro próximo a partir da implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Para a situação do domicílio da população indígena, dentro ou fora de terras indígenas, além do censo demográfico como fonte de dados podem ser utilizados os dados do Instituto Socioambiental (ISA), que realiza um monitoramento regular da situação dos territórios indígenas, sendo possível visualizar o atual estado da terra de acordo com o povo/etnia e/ou terra. De acordo com o Instituto, existem no país 471 terras indígenas homologadas ou registradas no Cartório de Registro de Imóveis (CRI) e/ou na Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento (SPU) (ISA, 2015).

Quanto aos serviços financeiros, poderiam ser construídos indicadores com base no volume de crédito para crédito subsidiado (ex.: Pronaf-B).

META 1.5

até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|---|----------------------|--|---|-------------------------------|
| Percentual da população em situação de vulnerabilidade | Anual, calculado para 2012 | PNAD | BRASIL. SAE/PR. Perguntas e respostas sobre a definição de classe média. Brasília, 2013 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, UFs e regiões metropolitanas ▪ Sexo; cor/raça ▪ Faixa etária ▪ Localização (urbano/rural) | ODS 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 16 |
| Percentual de ocupações potencialmente precárias | Anual | PNAD | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, UFs e regiões metropolitanas ▪ Localização (urbano/rural) | ODS 2, 3, 5, 10, 11 |
| Percentual da população extremamente pobre entre as pessoas ocupadas | Anual | PNAD | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, UFs e regiões metropolitanas ▪ Sexo; cor/raça ▪ Faixa etária ▪ Escolaridade ▪ Localização (urbano/rural) | ODS 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 16 |
| Porcentagem da população urbana vivendo em moradias inadequadas | Anual | PNAD | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil, grandes regiões, UFs e regiões metropolitanas ▪ Sexo; cor/raça ▪ Faixa etária | ODS 2, 3, 5, 10, 11 |
| Registros de afetados por desastres como alagamentos, ciclones, deslizamentos, enxurradas, inundações, secas, dentre outros | Para obterem-se os dados, selecionam-se as datas desejadas de registro para início e fim do período | S2ID | S2ID (SEDEC/MI) | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UFs; municípios; tipo de documento (Portaria, Avadan e Fide) | ODS 2, 3, 11, 13, 14, 15 |

A discussão de indicadores relacionados à Meta 1.5 está necessariamente vinculada à discussão da Meta 1.3. Ademais, esta discussão também se relaciona com a Meta 1.4. A população que não tem “direitos aos recursos econômicos de forma igualitária, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança,

recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças” (refletida na Meta 1.4) pode ser considerada aquela em situação de maior vulnerabilidade² (refletida na Meta 1.5).

Neste âmbito, o indicador referente à “percentagem da população urbana vivendo em moradias inadequadas” está proposto nas Metas 1.4 e 1.5, pois pode ser considerado uma *proxy* da vulnerabilidade em termos de assentamentos humanos.

Para indicadores que compreendam a exposição e a vulnerabilidade de pobres e populações vulneráveis a eventos extremos relacionados com o clima e outros desastres ambientais, observam-se os indicadores relacionados ao ODS 11 (tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis), objetivo que possui sinergia com o ODS 1. Todavia, indica-se como um dos componentes da Meta 1.5 os registros de afetados por desastres como alagamentos, ciclones, deslizamentos, enxurradas, inundações, secas, dentre outros da base de dados do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) do Ministério da Integração Nacional. O objetivo do sistema é qualificar a gestão de riscos e desastres no Brasil, permitindo o acesso a informações sobre calamidades em diversos níveis.

META 1.a

garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, de forma a proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|---|---|---|--|--|--------------------------|
| Número de acordos de cooperação técnica Sul-Sul vigentes voltados para o desenvolvimento social entre o Brasil e países em desenvolvimento | Para obterem-se os dados, seleciona-se o período de assinatura do documento | Sistema Atos Internacionais/MRE | Divisão de Atos Internacionais/MRE | <ul style="list-style-type: none"> Assunto; situação (vigente, não vigente e em tramitação) | ODS 8, 9, 10, 11, 12, 16 |

² Para considerações sobre o conceito de “resiliência”, verificar as observações textuais relacionadas ao ODS 13.

Para esta Meta de implantação sugere-se como *proxy* para aferir a garantia de mobilização e o esforço de implementação de programas e políticas direcionadas à erradicação da pobreza, o número de acordos de cooperação técnica Sul-Sul vigentes voltados para o desenvolvimento social entre o Brasil e países em desenvolvimento ou volumes destinados aos acordos de cooperação Sul-Sul (dados da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional – Cobradi).

Ao longo dos últimos anos o Brasil firmou acordos de cooperação técnica e científica com países africanos e das Américas Central e do Sul nas áreas social, de segurança alimentar e nutricional, de agricultura, de avaliação do ensino superior, entre outros.³

META 1.b

criar marcos políticos sólidos, em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza

Em relação a esta Meta, não foi possível identificar indicadores, pois **não há base de dados oficial consolidada** sobre o tema no país. Contudo, faz-se necessário um acompanhamento da implementação de marcos políticos nos três níveis (nacional, regional e internacional) que tenham como objetivo apoiar os investimentos para a erradicação da pobreza.

³ No âmbito da cooperação técnica bilateral para o desenvolvimento social, o Brasil possui acordos firmados com diversos países, tais como Egito (MRE, 2013), África do Sul (MRE, 2010a), El Salvador (MRE, 2010b) e Guatemala (MRE, 2008). Com o governo de Honduras, o Brasil firmou o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica (MRE, 2012), que visa à implementação do projeto “Fortalecimento Institucional do Programa de Asignación Familiar (Praf) à Luz das Experiências Operativas do Programa Bolsa Família do Brasil”, e o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto “Geração de Capacidades Técnicas Hondurenses no Marco da Política de Proteção Social” (MRE, 2012a). Na área de segurança alimentar e nutricional, o Brasil firmou com a Colômbia um Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Apoio Técnico para o Fortalecimento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional da Colômbia” (MRE, 2011). Também nessa área o país possui um Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul Relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar com Gana (MRE, 2010).

2

**FOME ZERO
E AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL**



OBJETIVO 2.

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Assim como no ODS 1, este objetivo é amplamente estrutural para a agenda Pós-2015. Avançando em complexidade e profundidade, o objetivo de acabar com a fome, que constava entre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), agora está vinculado à segurança alimentar e à melhoria da nutrição, bem como a um dos maiores desafios deste século: a agricultura sustentável. Os indicadores devem refletir, e refletem, os inúmeros desafios postos para o equilíbrio entre garantia de acesso a alimentos e nutrição, aumento da produção e sustentabilidade, monitorando ainda temas transversais como gênero, raça e etnia, para que as tradições culturais sejam respeitadas e fortalecidas. Por isso recomenda-se para os indicadores do ODS 2 especial cuidado quanto às desagregações e quanto ao papel especial que o Brasil exerce, em âmbito global, nos temas do combate à fome e segurança alimentar e nutricional, bem como no apoio à agricultura sustentável. O Brasil tem tudo para se manter na linha de frente desses temas, avançando precocemente nas Metas propostas e estabelecendo desafios nacionais ainda mais robustos e ousados, como foi o caso dos ODM.

META 2.1

até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|---------------|--|---|----------------------|
| Prevalência domiciliar de segurança alimentar e insegurança alimentar segundo situação de residência e grandes regiões | 2006 | PNDS | BRASIL. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS 2002 - Relatório Final. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. | <ul style="list-style-type: none">Grandes regiõesSituação de residência (urbano/rural) | ODS 1, 3 |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|-----------------------------|----------------------|--|--|----------------------|
| Situação de segurança alimentar do domicílio | 2004 e 2009 | PNAD | IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios: segurança alimentar 2004-2009. Rio de Janeiro, 2010 | <ul style="list-style-type: none"> UF | ODS 1, 3 |
| Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população com mais de 20 anos de idade por sexo | 1974-1975, 1989 e 2008-2009 | POF | IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil 2008-2009. Rio de Janeiro, 2010 | <ul style="list-style-type: none"> UF Sexo Faixa etária | ODS 3 |
| Evolução de indicadores antropométricos na população de 5-9 anos de idade por sexo (altura para a idade; IMC para idade) | 1974-1975, 1989 e 2008-2009 | POF | IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil 2008-2009. Rio de Janeiro, 2010 | <ul style="list-style-type: none"> UF Sexo Faixa etária | ODS 3 |
| Porcentagem do orçamento familiar gasto com alimentação | 1974-1975, 1989 e 2008-2009 | POF | IBGE. Pesquisa Nacional de Orçamentos Familiares: despesas, rendimentos e condições de vida 2008-2009. Rio de Janeiro, 2010 | <ul style="list-style-type: none"> UF | ODS 1, 3, 10, 12 |
| Contaminação de alimentos por agrotóxicos. Porcentagem de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido) | 2008 | PARA | ANVISA. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimento: relatório complementar relativo à segunda etapa das análises de amostras coletadas em 2012 | <ul style="list-style-type: none"> Cultura agrícola | ODS 3, 15 |

A primeira Meta é um desdobramento direto do esforço e das conquistas alcançadas no âmbito do ODM 1, de erradicar a fome e a pobreza. Reconhecendo os importantes avanços, sabe-se que o maior desafio hoje para o Brasil é alcançar em sua totalidade os grupos populacionais mais vulneráveis. O país tem feito importantes esforços nesse sentido nos últimos anos, e os indicadores devem acompanhar esse empenho com as devidas desagregações e abrangendo as dimensões da segurança alimentar e nutricional.

Para cada um dos indicadores propostos, recomendam-se esforços no aprimoramento de desagregações por grupos em situação vulnerável, como indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais, bem como as categorias de raça/cor, gênero, faixa etária. Para o caso do Brasil, tais desagregações são absolutamente fundamentais para o monitoramento desta Meta.

META 2.2

até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|----------------------|---|---|----------------------|
| Percentual de crianças menores de 5 anos com peso abaixo do esperado para a idade | 1996 e 2006 | PNDS | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Grandes regiões ■ Faixa de renda | ODS 1, 3 |
| Porcentagem de crianças entre 0 e 59 meses de idade que apresentam déficit de altura para a idade, déficit de peso para a altura, excesso de peso para a altura e déficit de peso para a idade segundo características sociodemográficas | 2006 | PNDS | BRASIL. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS 2002 - Relatório Final. Brasília: Ministério da Saúde, 2008 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Faixa etária ■ Sexo ■ Área (urbana/rural) ■ Região ■ Anos de estudo da mãe | ODS 1, 3 |
| Porcentagem de mulheres entre 15 e 49 anos de idade que apresentam déficit de peso, excesso de peso e obesidade segundo características sociodemográficas | 2006 | PNDS | BRASIL. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS 2002 - Relatório Final. Brasília: Ministério da Saúde, 2008 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Faixa etária ■ Sexo ■ Área (urbana/rural) ■ Região ■ Anos de estudo ■ Número de filhos ■ Raça/cor | ODS 1, 3, 5 |
| Porcentagem de adolescentes de 10 a 19 anos com déficit de peso, excesso de peso e obesidade | 2010 | POF | IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil 2008-2009. Rio de Janeiro, 2010 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Grandes regiões ■ Faixa etária | ODS 1, 3 |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|--------------------|---|--|----------------------|
| Porcentagem de adultos entre 19 e 75 anos ou mais que apresentam déficit de peso, excesso de peso e obesidade segundo características sociodemográficas | 2010 | POF | IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil 2008-2009. Rio de Janeiro, 2010 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Faixa etária ▪ Sexo ▪ Área (urbana/rural) ▪ Região ▪ Faixa de renda | ODS 1, 3 |
| População residente por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar | 2004 e 2009 | PNAD | IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios: segurança alimentar 2004-2009. Rio de Janeiro, 2010 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Faixa de renda domiciliar <i>per capita</i> ▪ Faixa etária ▪ Grandes regiões ▪ UF ▪ Sexo ▪ Área (urbana/rural) ▪ Raça/cor ▪ Situação do domicílio | ODS 1, 3 |
| Prevalência domiciliar de segurança alimentar e insegurança alimentar | 2006 | PNDS | BRASIL. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS 2002 - Relatório Final. Brasília: Ministério da Saúde, 2008 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Grandes regiões ▪ Áreas (urbanas/rurais) ▪ Situação de residência | ODS 1, 3 |
| Prevalência de aleitamento materno exclusivo até o 6o mês de idade e prevalência de aleitamento materno continuado (até 2 anos de idade), conforme preconizado pela OMS | 2008 | PPAM/capitais e DF | BRASIL. II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal. Brasília: Ministério da Saúde, 2009 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Grandes regiões ▪ UF | ODS 1, 3, 5 |
| Diferença nas prevalências de déficit de altura para idade em crianças menores de 5 anos de povos indígenas e quilombolas | 2006 | PNDS | FUNASA. I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas BRASIL. Chamada Nutricional Quilombola 2006 - Resumo Executivo. Brasília: MDS, 2007 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Macrorregiões indígenas, quilombolas e público beneficiário do Programa Bolsa Família (situação de pobreza e extrema pobreza) | ODS 1, 3 |
| Baixo peso ao nascer (total)/taxa de crianças nascidas com baixo peso (<2.500g) | 2007 | Sinasc | Datasus | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Grandes regiões | ODS 1, 3 |

Para os indicadores desta Meta, recomenda-se um aprimoramento na periodicidade da coleta e a manutenção dos esforços em expandir a cobertura das medições dos indicadores de saúde nutricional (Sisvan). Mais uma vez, um dos pontos mais sensíveis para o monitoramento desta Meta será a garantia de dados desagregados para os grupos mais vulneráveis, incluindo povos tradicionais.

O Brasil tem envidado importantes esforços na ampliação da rede de proteção social às crianças, aos adolescentes e às mulheres grávidas, e indicadores referentes a esses esforços poderiam ser avaliados pelo governo brasileiro para monitoramento. O investimento em creches, ações voltadas à educação alimentar e nutricional e ao acesso a alimentos nutritivos e saudáveis são exemplos que podem ser cobertos por mais indicadores sob esta Meta.

META 2.3

até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---|--|--|---|----------------------|
| Incidência de pobreza e extrema pobreza entre os agricultores familiares | Anual, calculado para o período 2001-2011 | PNAD | IPC-IG, WFP. Structured Demand and Smallholder Farmers in Brazil: the case of PAA and PNAE. Brasília, 2013 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil | ODS 1 |
| Quantidade produzida, área plantada e valor da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas no Brasil | Anual | PAM (2000–2012) | IBGE. Produção agrícola municipal: culturas temporárias e permanentes. Rio de Janeiro, v. 40, 2013 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Município | ODS 1, 8 |
| Participação da agricultura familiar nas culturas e na pecuária. | Decenal | Censo Agropecuário | IBGE. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro, 2010 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Grandes regiões ▪ UF | ODS 1, 3 |
| Número de contratos no Pronaf | Anual | Anuário Estatístico do Crédito Rural | MDA/DAP | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UF | ODS 8, 15 |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|--|---------|--------------|----------------------|
| Número de indígenas recebendo Pronaf | Anual | Anuário Estatístico do Crédito Rural | MDA/DAP | ■ Município | ODS 8, 15 |
| Número de quilombolas recebendo Pronaf | Anual | Anuário Estatístico do Crédito Rural | MDA/DAP | ■ Município | ODS 8, 15 |
| Número de agricultores assentados | Anual | Sipra | Incra | ■ Município | ODS 8, 15 |

A formulação desta Meta expõe importantes desafios da agenda Pós-2015. Nem todas as populações partilham da mesma ideia de produtividade em suas culturas, e, no caso do Brasil, país que conta com populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, entre outras, o monitoramento da produtividade torna-se especialmente sensível. Além dessa categoria, outras como “serviços financeiros” e “emprego” devem ser compreendidas sob uma perspectiva multicultural, uma vez que as organizações sociais de culturas específicas e diversos acordos internacionais ratificados pelo Brasil garantem o respeito às tradições desses povos. Em contrapartida, deve-se ressaltar a importância central do acesso à terra para o caso brasileiro, bem como a garantia de acesso a outros recursos naturais, conhecimento e serviços como crédito e assistência técnica.

Em relação a alguns dos indicadores sugeridos para esta Meta, como, por exemplo, o que se refere ao número de indígenas e quilombolas que recebem o PRONAF, é preciso solicitar aos respectivos órgãos responsáveis a necessária desagregação desses dados para estas populações específicas.

META 2.4

até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---|--|--|--|----------------------|
| Porcentagem de áreas destinadas às UCs | 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010, 2012 e 2013 | Cadastro Nacional de Unidades de Conservação | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> Bioma Grupo do SNUC (Proteção Integral-PI e Uso Sustentável-US) | ODS 15 |
| Quantidade comercializada de fertilizantes | Anual | Anuário Estatístico do Setor de Fertilizantes; LSPA e PAM | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> UF Área plantada | ODS 15 |
| Consumo nacional de agrotóxicos | Anual (2000-2009) | Relatórios de Comercialização de Agrotóxicos – Boletim Anual de Produção, Importação, Exportação e Vendas de Agrotóxicos no Brasil LSPA e PAM | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> UF Área cultivada | ODS 15 |
| Proporção das terras em uso agrossilvipastoril dos estabelecimentos agropecuários | - | Censo Agropecuário e PAM | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> Utilização das terras | ODS 15 |
| Porcentagem de propriedades rurais com financiamento do Planapo | Anual | | Planapo | <ul style="list-style-type: none"> UF | ODS 15 |

A formulação desta Meta evoca o paradoxo entre produtividade econômica e sustentabilidade ambiental. Ela traz, simultaneamente, elementos relativos ao alcance de uma maior produtividade econômica e outros relativos à preservação ambiental. Esses dois elementos podem ser conflitantes como no caso do indicador “Quantidade comercializada de fertilizantes por área plantada”. De acordo com o IBGE (2012, p.31), a agricultura moderna tem gerado impactos ambientais que comprometem a sustentabilidade dos ecossistemas agrícolas a médio e longo prazos, embora esteja elevando a produtividade e permitindo atingir níveis de produção que atendem às demandas do mercado. Os fertilizantes são largamente utilizados para o aumento da produtividade agropastoril, estando associados à eutrofização dos rios e lagos, à acidificação dos solos, à contaminação de aquíferos e reservatórios de água, e à geração de gases associados ao efeito estufa. O acompanhamento desse indicador permite tanto avaliar a evolução da intensidade de uso de fertilizantes no País quanto subsidiar estudos de riscos à qualidade da água de rios, lagos e aquíferos ubterrâneos.

META 2.5

até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e adequadamente geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|--|---------------------------------------|--------------|----------------------|
| Número de variedades comercializadas | Anual | Sistema de acesso sobre sementes | Mapa/Sistema de acesso sobre sementes | ■ Cultivo | ODS 15 |
| Número de variedades criolas inscritas no Cadastro Nacional de Cultivares (RNC) | Anual | Registro Nacional de Cultivares | Mapa | ■ Cultivo | ODS 15 |
| Número de bancos de germoplasma vegetais e animais integrando a Plataforma Nacional de Recursos Genéticos | Anual | Registro Nacional de Cultivares | Mapa | ■ Cultivo | ODS 15 |

Em maio de 2015 foi aprovada a Lei n. 13.123/2015, chamada “marco da biodiversidade”, que revogará a MP n. 2.186-16¹ quando for regulamentada. A nova lei torna mais simples o acesso ao patrimônio genético pelos usuários (indústrias farmacêuticas, de cosméticos, agropecuárias, etc.), sem negligenciar a repartição dos benefícios provenientes desses recursos a comunidades tradicionais que detêm conhecimentos associados a esses recursos. Contudo, existem diversas críticas da sociedade civil ao novo marco legal que alegam que ele não observa direitos fundamentais de povos tradicionais com conhecimentos associados a recursos genéticos (*vide* capítulo V e artigos 20 e 21² da Lei n. 13.123/2015).

Com a entrada em vigor deste novo marco legal, espera-se que o Brasil ratifique o Protocolo de Nagoya da Convenção da Diversidade Biológica.³

META 2.a

umentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países de menor desenvolvimento relativo

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é responsável pela execução de várias ações de cooperação técnica, científica e tecnológica que visam, por exemplo, à capacitação de pessoal e à transferência de recursos tecnológicos principalmente a países considerados de menor desenvolvimento relativo. Dentre as ações há o Programa de Desenvolvimento

¹ A Medida Provisória n. 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, “dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização” (BRASIL, 2001). A MP abrange a proteção ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético contra o uso e a exploração ilícita de recursos genéticos, uma vez que o Estado reconhece o direito de comunidades locais e indígenas sobre decisões acerca de recursos genéticos a elas associados. Assim, as comunidades locais ou indígenas que criam, desenvolvem, detêm ou conservam conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético têm o direito de ser referenciadas todas as vezes que esses recursos forem utilizados, publicados, divulgados ou explorados, além de terem o direito de não permitir que terceiros não autorizados a usem, testem, pesquisem, explorem, divulguem, transmitam ou retransmitam informações dos ou os próprios recursos genéticos associados a essas comunidades. Ademais, as comunidades devem “perceber” benefícios pela exploração econômica realizada por terceiros aos recursos genéticos.

² Art. 20. Quando a modalidade escolhida for a repartição de benefícios monetária decorrente da exploração econômica de produto acabado ou de material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético, será devida uma parcela de 1% (um por cento) da receita líquida anual obtida com a exploração econômica, ressalvada a hipótese de redução para até 0,1 (um décimo) por acordo setorial previsto no art. 21.

Art. 21. Com o fim de garantir a competitividade do setor contemplado, a União poderá, a pedido do interessado, conforme o regulamento, celebrar acordo setorial que permita reduzir o valor da repartição de benefícios monetária para até 0,1% (um décimo por cento) da receita líquida anual obtida com a exploração econômica do produto acabado ou do material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado de origem não identificável.

³ O Protocolo de Nagoya sobre Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD) foi assinado, mas não foi ratificado pelo Brasil. O Protocolo visa a estimular maior segurança jurídica, transparência e equidade no acesso e na repartição de benefícios a provedores e usuários de recursos genéticos em nível mundial.

Agrícola da Savana Tropical de Moçambique, o apoio ao desenvolvimento do setor algodoeiro nos países do Projeto Cotton-4 (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali) e o apoio ao desenvolvimento da rizicultura do Senegal.

Além disso, na Rodada de São Paulo foram definidas margens de preferência comerciais de pelo menos 20% sobre a tarifa aplicada a mais de 47 mil produtos dos 11 países signatários (Argentina, Brasil, Coreia do Sul, Cuba, Egito, Índia, Indonésia, Malásia, Marrocos, Paraguai e Uruguai). De forma similar, na Cúpula de Seul definiram-se diretrizes para resolver entraves a fim de promover o crescimento inclusivo, sustentável e resiliente em países em desenvolvimento nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento de recursos humanos, segurança alimentar, entre outras.

Além dessas ações, o Brasil tem diversos tratados de cooperação técnica bilateral com países em desenvolvimento que visam, em geral, a promover capacitação por meio da transferência de conhecimentos ou tecnologias. Dentre os acordos podem ser citados o projeto “Capacitação e Transferência de Metodologias de Tecnologias para o Programa mais Alimentos para Cuba”, de dezembro de 2011; o projeto de “Cooperação Técnica na Área de Agricultura”, firmado em abril de 2012 com o governo da Etiópia; o projeto de investimento em infraestrutura rural “Fortalecimento da Extensão Rural no Afeganistão”, de junho de 2012; e os projetos de “Capacitação em Biotécnicas Reprodutivas e Melhoramento Genético para o Desenvolvimento da Bovinocultura Leiteira Dominicana”, firmado em junho de 2012; e o de “Cooperação na Área de Biotecnologia”, acordado com o governo da Índia (sem data) (BRASIL, 2014; MRE, 2011, 2012, 2012a, 2012b).

META 2.b

corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive por meio da eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha

O Brasil participou da IX Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio realizada em Bali em dezembro de 2013. A Conferência trouxe resultados em termos de facilitação de comércio com o chamado “Pacote de Bali”, como a negociação do Acordo sobre a Facilitação do Comércio (*Agreement on Trade Facilitation*), o estabelecimento de um Comitê Preparatório sobre a Facilitação do Comércio (*Preparatory Committee on Trade Facilitation*), além de decisões sobre regras preferenciais de origem para países menos desenvolvidos, acesso ao mercado de países desenvolvidos e em desenvolvimento com quotas e taxas livres para os países menos desenvolvidos (OMC, 2013).

Além dessas negociações, o Brasil tem outros tratados importantes na área, como o Acordo de Preferências Tarifárias Regional no âmbito da Aladi, regulamentado em dezembro de 1984; o Acordo de Preferências Tarifárias Fixas (APTF) do Mercosul para importações da Índia, vigente desde junho de 2009; o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e Israel, vigente desde 28 de abril de 2010 (MDIC, 2014), entre outros. Ainda nesse sentido, vale destacar os alcances da

Terceira Rodada de Negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais, realizada em 2004 (vide Meta 2.a), em que foram definidas margens de preferência de pelo menos 20% sobre a tarifa aplicada a mais de 47 mil produtos dos 11 países signatários (Argentina, Brasil, Coreia do Sul, Cuba, Egito, Índia, Indonésia, Malásia, Marrocos, Paraguai e Uruguai) (BRASIL, 2014).

META 2.c

adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), busca manter a estabilidade e as garantias ao produtor no mercado agrícola. A PGPM pode ser executada por meio da aquisição ou do escoamento de produtos agrícolas. Por meio da aquisição formam-se estoques públicos de alimentos. Nesse sentido, há como adquirir alimentos de produtores ou cooperativas por meio das Aquisições do Governo Federal (AGF) ou por meio de Contratos de Opções de Venda (COV). Esses instrumentos visam a proteger o produtor/cooperativa rural contra oscilações nos preços de seus produtos (TCU, 2010). De forma semelhante, existe o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, e gerido pelo MDS e pelo MDA, que tem como objetivo incentivar a agricultura familiar por meio da aquisição de alimentos agrícolas distribuídos para pessoas em situação de insegurança alimentar ou para a criação de estoques estratégicos. A Conab disponibiliza em seu sítio na internet levantamentos da safra de produtos agrícolas e o valor dos preços praticados no Programa de Aquisição de Alimentos, séries históricas dos estoques públicos e os preços mínimos em vigor (CONAB, 2014).

3 SAÚDE E BEM-ESTAR



OBJETIVO 3.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015, em especial o ODS 3, apresenta Metas bem definidas que permitirão a continuidade e o alcance de melhorias importantes e necessárias para o país que foram iniciadas com os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM).

A diversidade de informações e indicadores de saúde que o Brasil possui e são monitorados periodicamente por meio de seus sistemas de informação, censos ou pesquisas nacionais, permite ao país maior chance de sucesso no acompanhamento e alcance das metas estabelecidas. Caso ocorram intercorrências, há possibilidade do governo realizar a identificação precoce de ações necessárias para o alcance dos resultados esperados.

META 3.1

até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|------------------------------------|--------------------|--|---|---|----------------------|
| Razão de mortalidade materna – C.3 | Anual (desde 1990) | <ul style="list-style-type: none">▪ SIM▪ Sinasc | SVS/MS. Painel de Monitoramento da Mortalidade Materna Ripsa | <ul style="list-style-type: none">▪ Grandes regiões, UF▪ Faixa etária▪ Cor/raça | ODS 5 |

Para o Brasil, seria preferível que a mortalidade materna fosse expressa como “razão de mortalidade materna”, e não como taxa. Assim, o indicador listado, expresso como C.3, pode ser definido como o número de óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos de mães residentes em determinado espaço geográfico no ano considerado.

O Brasil tem trabalhado durante as últimas décadas na redução das mortes maternas, e para o monitoramento deste indicador, utiliza a Razão da Mortalidade Materna (RMM) como um indicador sensível que reflete a qualidade da atenção à saúde da mulher. Taxas elevadas de mortalidade materna estão associadas à insatisfatória prestação de serviços de saúde a esse grupo, desde o planejamento familiar e a assistência pré-natal até a assistência ao parto e ao puerpério. Também têm sido analisadas as variações populacionais, geográficas e temporais da mortalidade materna, identificando-se situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos.

Segundo dados do Relatório da Situação da População Mundial de 2014, a razão de mortalidade materna no Brasil em 2013 foi de 69 mortes para 100 mil nascidos vivos, alcançando uma importante redução quando comparada à razão de mortalidade materna de 1990 – 120 mortes por 100 mil nascidos vivos, base para a comparação para a redução de 75% de mortes maternas previstas nos ODM. A razão de mortalidade materna é o indicador com o qual se vem trabalhando há longo tempo e permite comparação seriada. Ademais, é apropriada uma meta que leve em conta uma redução percentual, mais do que uma meta que considere atingir um valor absoluto, sobretudo no caso do Brasil, cuja mortalidade materna se encontra abaixo de setenta mortes por 100 mil nascidos vivos.

META 3.2

até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|---|--|---|----------------------|
| Taxa de mortalidade neonatal (número de óbitos na idade de 0 a 27 dias por mil nascidos vivos) | Anual | <ul style="list-style-type: none"> SIM Sinasc | Ripsa CGIAE/SVS/MS. Painel de Monitoramento da Mortalidade Infantil e Fetal | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UF, municípios Sexo Cor/raça | - |
| Taxa de mortalidade infantil (número de óbitos infantis – menores de 1 ano – por mil nascidos vivos) | Anual | <ul style="list-style-type: none"> SIM Sinasc | CGIAE/SVS/MS. Painel de Monitoramento da Mortalidade Infantil e Fetal Ripsa | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UF, municípios Sexo Cor/raça | - |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|---|---|---|----------------------|
| Taxa de mortalidade na infância (número de óbitos de menores de 5 anos de idade por mil nascidos vivos) | Anual | <ul style="list-style-type: none"> ▪ SIM ▪ Sinasc | Ripsa | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Grandes regiões, UF, municípios ▪ Sexo ▪ Cor/raça | - |
| Proporção de mortes evitáveis em menores de 5 anos (segundo a lista de causas de mortes evitáveis) | Anual | SIM | CGIAE/SVS/MS. Estatísticas Vitais | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Grandes regiões, UF ▪ Faixa etária ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Escolaridade | - |

O Brasil conseguiu atingir o objetivo 4 dos ODM, “Reduzir a mortalidade na infância”, em 2012, três anos antes do prazo estabelecido. O país apresentou uma redução expressiva da taxa de mortalidade infantil (TMI) no período de 1990 a 2012, passando de 47,1 óbitos infantis por mil nascidos vivos em 1990 para 14,6/1.000 nascidos vivos em 2012, resultando em uma redução de aproximadamente 70% neste período (BRASIL, 2014). No entanto, devem-se monitorar os indicadores de mortalidade de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos para que o país reduza ainda mais este indicador, alcançando níveis observados em países com semelhante grau de desenvolvimento.

Considerando a classificação de mortes evitáveis, vale notar ainda que em 2009 ocorreram 42.642 óbitos infantis, sendo 69,7% classificados como evitáveis; em 2013 foram 38.683 e 68,8% evitáveis. Apesar de o número de óbitos infantis apresentar queda nos últimos anos, observa-se que a proporção de óbitos evitáveis se mantém com pouca variação nesse período, e em sua maioria esses óbitos são evitáveis por adequada atenção à gestação, seguida por adequada atenção ao recém-nascido e por adequada atenção ao parto.

META 3.3

até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|------------------------|--|---|---|----------------------|
| Porcentagem de gestantes com HIV que receberam tratamento antirretroviral para reduzir a transmissão vertical | 2004, 2006, 2010, 2012 | <ul style="list-style-type: none"> Sinasc Siclom | DST-Aids/SVS/MS. Global Aids response progress: reporting narrative report Brazil | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UF Sexo Cor/raça | ODS 5 |
| Taxa de detecção de casos de Aids notificados em menores de 5 anos de idade (por 100 mil habitantes) | Anual | <ul style="list-style-type: none"> Sinan SIM Siscel Siclom | DST-Aids/SVS/MS. Boletim epidemiológico: Aids e DST. Brasília, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UF Sexo Faixa etária | - |
| Taxa de detecção de casos de HIV notificados (por 100 mil habitantes) | Anual | <ul style="list-style-type: none"> Sinan SIM Siscel Siclom | DST-Aids/SVS/MS. Boletim epidemiológico: Aids e DST. Brasília, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UF, capitais Sexo/gênero Faixa etária Escolaridade Cor/raça Ano de diagnóstico Modo de transmissão | - |
| Coefficiente de mortalidade por Aids (por 100 mil habitantes) | Anual | <ul style="list-style-type: none"> Sinan SIM | DST-Aids/SVS/MS. Boletim epidemiológico: Aids e DST. Brasília, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UF, capitais Sexo Faixa etária Cor/raça Ano de diagnóstico | - |
| Prevalência do HIV em populações-chave | Anual | <ul style="list-style-type: none"> DST-Aids/SVS/MS | DST-Aids/SVS/MS. Boletim epidemiológico: Aids e DST. Brasília, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> Sexo Faixa etária Escolaridade Cor/raça População-chave (HSH, usuários de drogas, profissionais do sexo) | - |
| Porcentagem estimada de casos incidentes de TB em pessoas com HIV que receberam tratamento tanto para TB como para HIV | Anual | <ul style="list-style-type: none"> Sinasc Sicom | DST-Aids/SVS/MS. Global Aids response progress: reporting narrative report Brazil | <ul style="list-style-type: none"> Potencialmente desagregável Região, UF, capitais Faixa etária | - |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|--|--|---|----------------------|
| Taxa de mortalidade específica por tuberculose | Anual | <ul style="list-style-type: none"> SIM Sinasc | Ripsa CGIAE/SVS/MS | <ul style="list-style-type: none"> UF | - |
| Taxa de incidência de tuberculose | Anual | <ul style="list-style-type: none"> SIM Sinasc | Ripsa CGIAE/SVS/MS | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UF, região metropolitana, capitais Sexo Faixa etária | - |
| Percentual de casos de malária tratados em menos de 24 horas após o diagnóstico | Anual | <ul style="list-style-type: none"> Sivep malária Sinan | CGPNM/SVS/MS | <ul style="list-style-type: none"> Brasil, UF, municípios | - |
| Percentual de casos de malária diagnosticados em menos de 48 horas após o início dos primeiros sintomas | Anual | <ul style="list-style-type: none"> Sivep malária Sinan | CGPNM/SVS/MS | <ul style="list-style-type: none"> Brasil, UF, municípios | - |
| Prevalência de hanseníase por 10 mil habitantes | Anual | <ul style="list-style-type: none"> Sinan | CGHDE/SVS/MS | <ul style="list-style-type: none"> Brasil, UF, municípios | - |
| Casos confirmados de sífilis em gestantes | Anual | <ul style="list-style-type: none"> Sinan | DST, HIV e Hepatites/SVS/MS | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UF Educabilidade Cor/raça | ODS 5 |
| Casos confirmados de sífilis congênita | Anual | <ul style="list-style-type: none"> Sinan | DST, HIV e Hepatites/SVS/MS | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UF, capitais Sexo | - |
| Prevalência de fêmeas de simúlios vetores de <i>Onchocerca volvulus</i> com larvas infectantes (L3) | Cada 3-4 anos | <ul style="list-style-type: none"> CGHDE/SVS/MS | DVDT/SVS/MS. Plano integrado de ações estratégicas de eliminação da hanseníase, filariose, esquistossomose e oncocercose como problema de saúde pública, tracoma como causa de cegueira e controle das geohelmintíases. Brasília, 2012 | <ul style="list-style-type: none"> Polos base e comunidades endêmicas no Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami | - |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|--|--|--|----------------------|
| Prevalência de antigenemia de <i>Wuchereria bancrofti</i> em crianças em idade escolar (5 a 14 anos) | Cada 2-3 anos | <ul style="list-style-type: none"> CGHDE/SVS/MS | DVDT/SVS/MS. Plano integrado de ações estratégicas de eliminação da hanseníase, filariose, esquistossomose e oncocercose como problema de saúde pública, tracoma como causa de cegueira e controle das geohelmintíases. Brasília, 2012 | <ul style="list-style-type: none"> Áreas endêmicas nos municípios da área metropolitana do Recife | - |
| Taxa de detecção de hepatite C na população total (por 100 mil habitantes) | Anual | <ul style="list-style-type: none"> Sinan | DST-Aids/SVS/MS. Boletim epidemiológico: hepatites virais. Brasília, 2012 | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UF Faixa etária | - |
| Taxa de detecção de hepatite B na população total (por 100 mil habitantes) | Anual | <ul style="list-style-type: none"> Sinan | DST-Aids/SVS/MS. Boletim epidemiológico: hepatites virais. Brasília, 2012 | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UF Faixa etária | - |
| Distribuição percentual de casos confirmados de hepatite A | Anual | <ul style="list-style-type: none"> Sinan | DST-Aids/SVS/MS. Boletim epidemiológico: hepatites virais. Brasília, 2012 | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UF Faixa etária | - |
| Casos confirmados de hepatite D | Anual | <ul style="list-style-type: none"> Sinan | DST-Aids/SVS/MS. Boletim epidemiológico: hepatites virais. Brasília, 2012 | <ul style="list-style-type: none"> Sexo Ano de notificação | - |

O Brasil vem apresentando redução no número de casos de malária a cada ano, registrando em 2014 o menor número de casos dos últimos 35 anos (143.250). O país está em vias de atingir as Metas estabelecidas nos acordos internacionais no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), reduzindo o número de casos em 76% entre 2000 e 2014. Entre 2004 e 2014 reduziu-se o número de internações (-84%) e óbitos (-61%) por malária no país. Nos últimos dez anos foi observada redução de 69% no número de casos: em municípios relacionados à extrema pobreza, a redução foi de 83%, e o mesmo foi atingido em mulheres (-65%), gestantes (-60%) e crianças menores de 5 anos (-71%).

Para o acompanhamento desta meta sugeriu-se que houvesse o indicador de “porcentagem de pessoas em área endêmica de malária que dormiram utilizando mosquiteiros impregnados de longa duração”.

Ademais, também foi sugerida a existência do indicador refletindo a “proporção de famílias afetadas por custos extraordinários em decorrência da tuberculose” (TB – *affected families facing catastrophic costs due to TB* – %) (WHO, 2015). Atualmente não existem dados oficiais que permitam o cálculo desses dois indicadores para o Brasil. Contudo, trata-se de indicadores usados internacionalmente, portanto sua utilização pelo governo brasileiro poderia beneficiar iniciativas de prevenção e ajudaria na comparabilidade de dados.

META 3.4

até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis (DNTs) por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|---|--|---|----------------------|
| Taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por doenças crônicas não transmissíveis (doenças cardiovasculares (I00 – I99), doenças respiratórias (J30 – J98), neoplasias (C00 – C97), diabetes mellitus (E10 – E14)) | Anual | SIM | CGIAE /SVS/MS | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Grandes regiões, UF, municípios ▪ Sexo ▪ Faixa etária ▪ Cor/raça | - |
| Taxa de internação hospitalar (por 100 mil pessoas) por doenças crônicas selecionadas (doenças cardiovasculares (I00 – I99), doenças respiratórias (J30 – J98), neoplasias (C00 – C97), diabetes mellitus (E10 – E14)) | Anual | SIH/SUS | SAS/MS | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Grandes regiões, UF, municípios ▪ Sexo ▪ Faixa etária ▪ Cor/raça | - |
| Cobertura de serviço público de saúde mental/100 mil habitantes por região | Anual | Coordenação de Saúde Mental, Alcool e Outras Drogas/ Dapes/SAS/MS | BRASIL. Saúde Mental em Dados, ano VII, n. 10. Informativo eletrônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2012 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Grandes regiões, UF | - |

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) constituem o maior problema global de saúde e têm gerado elevado número de mortes prematuras, perda de qualidade de vida, com alto grau de limitação e incapacidade, além de serem responsáveis por impactos econômicos para famílias e comunidades e para a sociedade em geral.

Visando a ampliar o comprometimento do Brasil com o tema, após amplo processo de consulta a diversos setores sociais o Ministério da Saúde do Brasil lançou em 2011 um plano de ação nacional. O plano brasileiro define e prioriza as ações e os investimentos necessários, estabelece Metas e compromissos a serem assumidos, preparando o país para os desafios das DCNT e seus fatores de risco nos próximos dez anos. Dentre essas Metas destaca-se a redução da taxa de mortalidade prematura (<70 anos) por DCNT (doenças cardiovasculares, câncer, diabetes ou doenças respiratórias crônicas) em 2% ao ano, como preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

Para esta meta sugere-se a adoção do indicador “Expectativa de vida saudável aos 60 anos”.¹ Recomenda-se que no futuro sejam produzidos dados sobre estado de saúde que permitam o cálculo desse indicador. Ainda nesse sentido, é importante que os dados sejam desagregáveis por raça/cor, etnia, estado, município e sexo.

META 3.5

reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|---------------------|--|---|----------------------|
| Prevalência de consumo abusivo de álcool | Anual | Vigitel (2006-2010) | BRASIL. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022. Brasília: Ministério da Saúde, 2011 | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões | - |
| Dependência de drogas nas cidades com mais de 200 mil habitantes | Anual | Senad/Cebrid | BRASIL. Relatório brasileiro sobre drogas. Brasília: Senad, 2009 | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões | - |

Continua...

¹ O cálculo do indicador é detalhado no documento *Health Expectancy Calculation by Sullivan Method: a Practical Guide* (2007).

...Continuação

| | | | | | |
|--|--------------|--|---|--|----------|
| <p>Prevalências em porcentagens e população estimada com uso no mês de diferentes drogas psicotrópicas (exceto álcool e tabaco)</p> | <p>Anual</p> | <p>Senad/Cebrid</p> | <p>BRASIL. Relatório brasileiro sobre drogas. Brasília: Senad, 2009</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Cidades (mais de 200 mil habitantes) | <p>-</p> |
| <p>Cobertura dos serviços de atenção e cuidado direcionado a pessoas que usam drogas</p> | <p>Anual</p> | <p>Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas/ Dapes/SAS/MS</p> | <p>BRASIL. Saúde Mental em Dados, ano VII, n. 10. Informativo eletrônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2012</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UF | <p>-</p> |

No âmbito do governo federal existem algumas legislações relacionadas com a prevenção e o tratamento do abuso de álcool e outras drogas que demarcam há alguns anos este campo de atuação.

A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas foi publicada em 2003 e apresenta diretrizes para as atividades de tratamento e prevenção no Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se de um documento fundamental que orienta as ações de saúde e destina recursos financeiros para essas atividades. Enfatiza o trabalho intersetorial, a lógica da redução de danos e o respeito aos direitos humanos como premissas éticas básicas para o desenvolvimento desse trabalho. Além disso, a política anuncia a criação e o financiamento dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) como serviço público especializado e organizador da rede de cuidados no SUS.

Atualmente, no âmbito do SUS o Brasil conta com diversos elementos que compõem a Rede de Atenção Psicossocial (Raps). A Raps tem como objetivos específicos a promoção dos cuidados em saúde particularmente em relação aos grupos mais vulneráveis; a prevenção do consumo e da dependência de crack, álcool e outras drogas; a redução de danos provocados pelo consumo de crack, álcool e outras drogas na sociedade por meio do acesso a trabalho, renda e moradia solidária (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

A Política Nacional sobre Drogas, de 2005, define vários objetivos nos eixos de prevenção e cuidado direcionados a pessoas que usam drogas, tais como: promover informação, educação e capacitação sobre drogas; implementar um sistema integrado de assistência na rede pública e privada a pessoas com transtornos advindos do uso de psicoativos; avaliar e seguir os tratamentos e as terapias para quem usa tais substâncias; manter atualizado o Observatório Nacional de Informações sobre Drogas (Obid) para que as informações sejam úteis à formulação de políticas públicas de combate ou redução de consumo de drogas (SENAD, 2005). Ademais, em 2007 o governo federal instituiu a Política Nacional sobre o Álcool, por meio do Decreto n.

6.117. Outras legislações da saúde pública também incluem atividades de prevenção e tratamento em suas políticas, programas e planos, como é o caso da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), de 2014, que desenvolve ações para reduzir a morbimortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas.

META 3.6

até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|--|--|--|----------------------|
| Taxa de mortalidade por acidentes de transporte terrestre (ATT) por 100 mil habitantes | Anual | <ul style="list-style-type: none"> SIM | CGIAE / SVS / MS | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UF, municípios Sexo Faixa etária Cor/raça Tipo de veículo | ODS 11 |
| Taxa de mortalidade por acidentes de transporte terrestre (ATT) por 10 mil veículos | Anual | <ul style="list-style-type: none"> SIM Renavam/ Denatran | CGIAE / SVS / MS Denatran | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UF, municípios Sexo Faixa etária Cor/raça Tipo de veículo | ODS 11 |

O crescimento econômico experimentado no país na última década implicou uma intrínca relação entre políticas de desenvolvimento social e econômico, planejamento de transporte e a contemplação de um segmento mais amplo da população, pois gerou um quadro que, ao tempo em que buscou contemplar segmentos excluídos, também acirrou históricas contradições de modelos insustentáveis, centrados no transporte individual motorizado e caracterizado por um crescimento urbano desordenado, nem sempre acompanhado de equivalente investimento nas estruturas voltadas à segurança, à gestão e ao planejamento da mobilidade.

No primeiro decênio do atual milênio, o percentual de crescimento da frota veicular nacional superou em dez vezes o da população (DENATRAN, 2015). Nota-se, contudo, que ao tempo em que entre 2001 e 2012 o número de automóveis cresceu 104,5%, o aumento da frota de motocicletas foi de 339,5%. Esse fenômeno, entendido como resposta ao déficit de mobilidade de boa parte da população, à precariedade dos sistemas de transporte público, às demandas por serviços e trabalho, tem impactado o setor da saúde de forma inédita. Além de as motos poluírem relativamente muito mais que os automóveis e os ônibus, a vulnerabilidade desta modalidade de transporte implicou para o SUS, apenas em 2013, custos da ordem de R\$ 114 milhões em internações, não inclusas despesas com reabilitação, medicação e o impacto em outras áreas da saúde e da previdência social.

O panorama da redução da morbimortalidade no trânsito vem implicando, nesse sentido, um desafio que requer complexa conciliação entre crescimento econômico, políticas inclusivas e desenvolvimento sustentável. Nas respostas a essa equação reside a capacidade de atender a esta ousada meta.

META 3.7

até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|--|----------------------|---|---|----------------------|
| Volume de recursos do orçamento público destinados à saúde sexual e reprodutiva | Anual | Ministério da Saúde | Unfpa | - | ODS 5, 16 |
| Porcentagem de mulheres de 15 a 49 anos que usam métodos contraceptivos modernos | Decenal | PCAP | BRASIL. Pesquisa de conhecimento, atitudes e práticas na população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2011 | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões | ODS 5, 16 |
| Taxa de fecundidade na adolescência (número médio de filhos nascidos vivos tidos por uma mulher de 15 a 19 anos na população residente em determinado espaço geográfico no ano considerado) | Estimativa: IBGE/Projeções demográficas preliminares | Sinasc | RIPSA CGIAE /SVS /MS | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UF | ODS 5 |
| Proporção da demanda por contraceptivos atendida (taxa de fecundidade desejada/ taxa de fecundidade observada) | Decenal | PNDS | BRASIL. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2002 - Relatório Final. Brasília: Ministério da Saúde, 2008 | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões | ODS 5 |
| Percentual de pessoas entre 15 e 64 anos que tiveram mais de um parceiro sexual nos últimos 12 meses que informaram o uso de preservativo em sua última relação sexual | 1994, 1998, 2012 | PCAP | BRASIL. Pesquisa de conhecimento, atitudes e práticas na população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2011 | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões Sexo Faixa etária | ODS 5 |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|-------------------------|---|--|----------------------|
| Percentual de escolares que afirmam ter recebido informações sobre doenças sexualmente transmissíveis e Aids na escola | 2009, 2012 | PeNSE | IBGE. Pesquisa nacional de saúde do escolar. Rio de Janeiro, 2009 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Grandes regiões, UF, municípios ■ Sexo ■ Faixa etária ■ Escolaridade (país) ■ Cor/raça | ODS 5, 16 |
| Percentual de escolares que afirmam ter recebido informações na escola sobre como adquirir preservativos gratuitamente | 2009, 2013 | PeNSE | IBGE. Pesquisa nacional de saúde do escolar. Rio de Janeiro, 2009 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Grandes regiões, UF, municípios ■ Sexo ■ Faixa etária ■ Escolaridade (país) ■ Cor/raça | ODS 5, 16 |
| Percentual de escolares que afirmam ter recebido orientação na escola sobre prevenção de gravidez | 2009, 2014 | PeNSE | IBGE. Pesquisa nacional de saúde do escolar. Rio de Janeiro, 2009 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Grandes regiões, UF, municípios ■ Sexo ■ Faixa etária ■ Escolaridade (país) ■ Cor/raça | ODS 5, 16 |
| Porcentagem de unidades de saúde básica que oferecem serviços de planejamento familiar | 2007 a 2014 | Datusus | UNFPA. Planejamento Familiar no Brasil: 50 anos de história. Brasília, 2008 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Grandes regiões | ODS 5, 16 |
| Proporção de nascidos vivos (%) segundo número de consultas pré-natal | 1995 a 2012 | Sinasc | CGAE /SVS /MS | <ul style="list-style-type: none"> ■ Grandes Regiões, UF, Regiões metropolitanas, Capitais | ODS 5, 16 |

Contextualizando a priorização da saúde sexual e da saúde reprodutiva na Atenção Básica, vale ressaltar que entre os ODM quatro possuem relação direta com a saúde sexual e com a saúde reprodutiva: a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; a melhoria da saúde materna; o combate ao HIV/Aids, à malária e a outras doenças; e a redução da mortalidade infantil. O Brasil vem atuando ainda em diversas frentes para assegurar que as políticas de saúde estejam em consonância com as diretrizes de promoção da igualdade racial, étnica, de gênero, de geração e de orientação sexual.

Os indicadores propostos anteriormente contemplam alguns meios de monitoramento da meta, permitindo verificar e acompanhar o volume de recursos aplicados pelo governo brasileiro destinados ao tema, bem como acompanhar o panorama do acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva desde a adolescência.

Em relação ao indicador “Proporção da demanda por contraceptivos atendida”, ele é importante para avaliar a acessibilidade da população, sobretudo a adolescente, a recursos de informação em saúde sexual e reprodutiva, bem como para avaliar a acessibilidade aos insumos contraceptivos e a capilaridade com que estão disponíveis no território brasileiro.

Os indicadores “Percentual de escolares que afirmam ter recebido informações na escola sobre como adquirir preservativos gratuitamente”, “Percentual de escolares que afirmam ter recebido orientação na escola sobre prevenção de gravidez” e “Porcentagem de unidades de saúde básica que oferecem serviços de planejamento familiar” permitem avaliar as estratégias de informação e educação em saúde nos ambientes escolares, com potencial impacto sobre a ocorrência de gravidez na adolescência e de doenças sexualmente transmissíveis.

Os indicadores “Porcentagem de unidades de saúde básica que oferecem serviços de planejamento familiar” e “Proporção de nascidos vivos (%) segundo número de consultas pré-natal” são excelentes para avaliar a acessibilidade às estruturas de saúde sexual e reprodutiva no Brasil. Porém, em relação ao último indicador, devido ao número de consultas de pré-natal já ser relativamente bom no país, seria importante observar o número de gestantes captadas precocemente no pré-natal, isto é, abaixo de 16 semanas.

META 3.8

atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|---------------|--|--|----------------------|
| Percentual de cobertura populacional por equipes de Saúde da Família | Anual | DAB/SAS | DAB/MS | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões UF, Municípios e capitais | - |
| Percentual de internações por condições sensíveis à atenção primária | Anual | SIH/SUS | SAS/MS | <ul style="list-style-type: none"> UF, Municípios Sexo Faixa etária | - |
| Percentual de cobertura de vacinas | Anual | SI-PNI/SVS | SI-PNI/MS | <ul style="list-style-type: none"> UF, Municípios | - |
| Gasto total em saúde como proporção do PIB | Anual | SCN, Siops | IBGE. Conta-Satélite de Saúde 2007-2009. Rio de Janeiro, 2012. | - | - |
| Gasto total em saúde per capita em termos de paridade do poder aquisitivo | Anual | SCN, Siops | IBGE. Conta-Satélite de Saúde 2007-2009. Rio de Janeiro, 2012. | - | - |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|---------------|--|--------------|----------------------|
| Gasto governamental em saúde como proporção do gasto total em saúde | Anual | SCN, Siops | IBGE. Conta-Satélite de Saúde 2007-2009. Rio de Janeiro, 2012. | - | - |
| Gasto em atenção básica | Anual | SCN, Siops | IBGE. Conta-Satélite de Saúde 2007-2009. Rio de Janeiro, 2012. | - | - |

No Brasil, a saúde é um direito de todos e dever do Estado, assegurada pela Constituição Federal de 1988, artigo 196, que estabelece o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde. A Constituição define a criação de um sistema único de saúde, o SUS, e estabelece que as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, organizada de acordo com as diretrizes da descentralização, do atendimento integral e da participação da comunidade.

O SUS é constituído pela conjugação das ações e dos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde executados pelos entes federativos (União, estados, Distrito Federal e municípios), de forma direta ou indireta. O acesso às ações e aos serviços de saúde inicia-se pelas portas de entrada do SUS, preferencialmente ordenado pela atenção primária, e tem continuidade na rede regionalizada e hierarquizada, de acordo com a complexidade do serviço. Com o SUS, a população brasileira passou a ter direito à saúde universal e gratuita, financiada com recursos provenientes dos orçamentos.

A Estratégia de Acesso e Cobertura Universais em Saúde, proposta pelos Estado Membros e pela OMS, deve ser um norteador para que os sistemas de saúde concretizem o direito à saúde da população, baseado nos valores de solidariedade, equidade e integralidade. Esta estratégia global deve contribuir para o fortalecimento do SUS como sistema universal, integral e de qualidade, baseado no direito à saúde, para que todas as necessidades da população sejam respondidas adequadamente pelo sistema de saúde, sem distinção de qualquer natureza, segmentação da oferta e barreira de acesso aos níveis de atenção.

A Estratégia de Saúde da Família foi criada em 1994 para ampliação da cobertura da atenção básica. Em dez/2014, 62,5% da população brasileira era coberta pelas 39.310 equipes de Saúde da Família e mais de 128 mil Agentes Comunitários de Saúde. Para ampliar o acesso e a resolutividade da APS, o Brasil vem desenvolvendo diversas estratégias, como os Núcleos de Apoio ao Saúde da Família (NASF), que em 2014 contavam com 3898 equipes, as equipes de Consultórios na Rua, unidades de saúde fluviais e equipes para populações ribeirinhas, as ferramentas de telessaúde, a atenção domiciliar e a presença das equipes de saúde nas escolas.

Um importante indicador que vem sendo discutido pela comunidade internacional para

avaliação da resolutividade da APS é o “percentual de internações sensíveis à atenção primária” (ou ambulatorial básica). Um estudo recente, desenvolvido pelo BID, avaliou dados secundários de 6 países latino-americanos (Argentina, Colômbia, Costa Rica, Equador, México e Paraguai) e apontou que, do total de 39 milhões de internações estudadas, 14,3% poderiam ter sido evitadas ou suas causas poderiam ter sido resolvidas pela APS. Segundo este estudo, a Colômbia seria o país com mais alto percentual de internações sensíveis (21,6%) e a Costa Rica o menor (10,8%). No Brasil, estudos apontam que vem sendo observada uma importante queda nas internações sensíveis (15% entre 2000 e 2006). Contudo, elas ainda correspondem a cerca de 26,6% a 30% do total das internações.

Deve-se ainda citar a Política Nacional de Medicamentos, criada em 1998, a qual estabelece medicamentos essenciais à saúde pública, e o Programa Farmácia Popular, regulamentado em 2004, que disponibiliza gratuitamente medicamentos para diabetes e hipertensão e a preços reduzidos medicamentos para o tratamento de asma, dislipidemia, rinite, Parkinson, osteoporose, glaucoma, incontinência, além de anticoncepcionais em farmácias da rede própria e na rede privada, chamada de “Aqui tem Farmácia Popular”.

META 3.9

até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos e por contaminação e poluição do ar, da água e do solo

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|-------------------------------------|---------------|---------------|---------|------------------|----------------------|
| População com acesso à água potável | Anual | Siságua | Siságua | ■ UF, municípios | ODS 6, 9 |

Os indicadores propostos contemplam, de forma limitada, meios de acompanhamento da meta proposta. Tal fato deve-se ao número reduzido de sistemas de informação que poderiam contribuir para obtenção das informações e o estabelecimento de nexos causais entre o número de mortes e/ou doenças com a presença no ambiente de produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar, água e solo e suas respectivas complexidades.

No entanto, é sugerido que sejam criados mecanismos que favoreçam o acompanhamento do objetivo e da meta proposta por meio do desenvolvimento de fontes que contenham indicadores para obtenção de dados. Outra sugestão importante é o fomento a pesquisas científicas que busquem evidenciar as relações entre os diversos fatores químicos, biológicos e físicos existentes e suas relações com o número de mortes e doenças.

META 3.a

fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial de Saúde em todos os países, conforme apropriado

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|-------------------|---------------|---|---------------|----------------------|
| Prevalência de tabagismo em maiores de 18 anos | Cinco anos/ anual | Vigitel | IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde – PNS 2013: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas. Rio de Janeiro, 2014 | ▪ UF, capital | ODS 12 |
| Prevalência de tabagismo em adolescentes de 15 a 18 anos | Três anos | PeNSE | BRASIL. Pesquisa de conhecimento, atitudes e práticas na população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2011 | ▪ UF, capital | ODS 12 |

O principal objetivo da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) é reduzir a oferta e a demanda por tabaco e proteger as futuras gerações das consequências para a saúde, a sociedade, o ambiente e a economia do consumo e exposição à fumaça do tabaco. A melhor maneira de medir a efetividade da implementação do tratado é por meio do acompanhamento da prevalência de tabagismo. Se se alcançar a redução do uso de cigarros e de outros produtos fumígenos em adultos e jovens, o risco de que essa população venha a sofrer as consequências relacionadas ao tabaco será reduzido. A definição de redução de 30% até 2025 é uma meta estabelecida no Plano Global de Enfrentamento das DCNT e seus fatores de risco.

Embora várias medidas da CQCT já tenham sido implementadas no país desde a ratificação do tratado, outras medidas, diretrizes e protocolos, principalmente relacionadas à redução da oferta, vêm sendo elaborados e aperfeiçoados pelas partes para que os países possam dar seguimento à implementação de medidas eficazes. Atualmente, a CQCT tem o protocolo para eliminação do comércio ilícito de produtos de tabaco, mas para que entre em vigor internacionalmente ele necessita da ratificação de pelo menos quarenta partes do tratado.

META 3.b

apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês) sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|------------------------------------|---------------|---------------|----------------------|--------------|----------------------|
| Percentual de cobertura de vacinas | Anual | DAB/SAS | Sage | - | - |

A Central Internacional de Compra de Medicamentos (Unitaid), criada em 2006 por iniciativa do Brasil, do Chile, da França, da Noruega e do Reino Unido, usa financiamentos (como contribuições solidárias) para aumentar os fundos a fim de promover maior acesso à população de países de baixa renda ao tratamento e aos diagnósticos de HIV, malária e tuberculose em países. Outra iniciativa do governo brasileiro é o *Medicines Patent Pool* (MPP), organização antes vinculada à Unitaid, mas atualmente independente, que busca permitir e aumentar o acesso das pessoas de países em desenvolvimento infectadas pelo vírus HIV a medicamentos patenteados por meio do licenciamento e da produção de genéricos de baixo custo desses medicamentos (MPP, 2014; BRASIL, 2014).

Os indicadores propostos permitirão verificar e acompanhar o volume de recursos aplicados pelo governo brasileiro na promoção de pesquisas, desenvolvimento e inovação em vacinas e medicamentos; na estruturação do parque produtivo nacional para a produção dessas tecnologias sanitárias; na distribuição de vacinas e medicamentos de forma gratuita ou de medicamentos de forma subsidiada.

META 3.c

aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, treinamento e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países de menor desenvolvimento relativo e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|---------------|----------------------|--------------|----------------------|
| Percentual de cobertura de saúde da família | Anual | DAB/SAS | Sage | - | - |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|---------------|--|--------------|----------------------|
| Percentual de internações por condições sensíveis à atenção primária | Anual | SIH/SUS | SAS/MS | - | - |
| Percentual de cobertura de vacinas | Anual | DAB/SAS | Sage | - | - |
| Gasto total em saúde como proporção do PIB | Anual | SCN, Siops | IBGE. Conta-Satélite de Saúde 2007-2009. Rio de Janeiro, 2012. | - | - |
| Gasto total em saúde per capita em termos de paridade do poder aquisitivo | Anual | SCN, Siops | IBGE. Conta-Satélite de Saúde 2007-2009. Rio de Janeiro, 2012. | - | - |
| Composição do gasto total em saúde como proporção do PIB (gasto público e privado) | Anual | SCN, Siops | IBGE. Conta-Satélite de Saúde 2007-2009. Rio de Janeiro, 2012. | - | - |
| Gasto direto – out of pocket como proporção do gasto total em saúde | Anual | SCN, Siops | IBGE. Conta-Satélite de Saúde 2007-2009. Rio de Janeiro, 2012. | - | - |
| Gasto em atenção básica | Anual | SCN, Siops | IBGE. Conta-Satélite de Saúde 2007-2009. Rio de Janeiro, 2012. | - | - |

O Brasil possui diversos acordos de cooperação na área de capacitação de recursos humanos em saúde. No Haiti, por exemplo, o Programa Fortalecimento da Autoridade Sanitária capacitou cerca de 340 agentes de saúde haitianos desde 2010 (BRASIL, 2014). A Cooperação Tripartite Brasil-Cuba-Haiti, vigente desde 2010, vem promovendo cursos de aperfeiçoamento a profissionais do Ministério da Saúde Pública do Haiti, além de contribuir na construção de três hospitais na capital do país.

A Fiocruz também possui alguns projetos de cooperação internacional mediados pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), como o Programa Ibero-Americano de Bancos de Leite Humano (iberBLH), inspirado na experiência brasileira “Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano”.

Além dessas iniciativas, a Fiocruz também coordena cursos de pós-graduação e especialização realizados em outros países, como Argentina, Peru, Paraguai, Venezuela, México, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.

Dentre os vários projetos de cooperação bilaterais firmados pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil podemos citar o projeto de “Apoio ao Sistema de Atendimento Oral de Moçambique – Implementação de Laboratório de Referência em Prótese Dentária em Maputo”, que visa à qualificação de pessoal nessa área; o projeto “Fortalecimento e Capacitação Técnica das Instituições de Saúde para Atendimento às Mulheres e aos Adolescentes Vítimas de Violência Baseada em Gênero e Promoção de Saúde”, entre o Brasil e a Guiné-Bissau, cuja finalidade é contribuir para a estruturação e a modernização dos setores de saúde, educação e assistência social; e o projeto de “Apoio ao Fortalecimento do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados do Uruguai”, que objetiva transferir conhecimentos técnicos e capacitar profissionais nesse campo.

META 3.d

reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais à saúde

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|---|--|--------------|----------------------|
| Número de itens das capacidades básicas para o RSI implantadas no prazo | - | BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Centro de Informações Estratégicas e resposta em Vigilância em Saúde. 2006. | WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). International health regulations (2005). 2nd ed. Geneve: WHO, 2008 | - | - |

O alcance da meta proposta contribuirá para o fortalecimento das capacidades do país no que se refere à prevenção de novos riscos, riscos existentes e o fortalecimento da resiliência, itens que possibilitam a resposta da saúde pública ao atendimento de emergências, sejam elas em âmbito nacional ou internacional.

Os indicadores propostos contemplam de forma significativa os meios de acompanhamento para alcance da meta, uma vez que o Brasil, nos últimos anos, vem trabalhando de forma integrada com diversos parceiros, nacionais e internacionais, no estabelecimento e na melhoria de sistemas de políticas com o objetivo de reforçar sua capacidade para o alerta precoce, a redução de riscos e o gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde.

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



OBJETIVO 4.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No contexto educacional brasileiro, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 25 de junho de 2014, traz vinte Metas a serem alcançadas ao longo de dez anos. Essas Metas abrangem desde a educação infantil até a pós-graduação dos profissionais do magistério, são sensíveis de forma tímida à igualdade de gênero, estimulando a participação das mulheres nas áreas de formação tradicionalmente masculinas, trazem o financiamento da educação como uma meta específica e colocam no centro a qualidade da educação e a avaliação da aprendizagem, considerando como instrumento externo de referência uma das avaliações internacionais da qual o Brasil participa.

A relação entre as Metas do ODS para a educação até 2030 e aquelas que o Brasil, por meio do Plano Nacional de Educação (PNE), estabelece para serem alcançadas até 2024 nos mostra que o esforço brasileiro de universalizar com qualidade a educação básica e de expandir seus quadros superiores antecipa em forma e conteúdo as Metas do ODS de educação e, concomitantemente, estabelece uma linha de tempo de alcance para 2024.

Fazendo um paralelo entre as Metas do ODS 4 e as do PNE, verifica-se a constante vinculação de forma orgânica entre as Metas para a garantia do direito à educação. No conjunto, buscam atingir a universalização da educação básica e do acesso à educação das pessoas com deficiência e altas habilidades, alfabetizar as crianças na idade adequada, alfabetizar a população com 15 anos ou mais, integrar a educação de jovens e adultos à educação profissional, ampliar o acesso à educação superior e formar os profissionais da educação básica em nível superior, na pós-graduação e expandir a formação continuada. Para que esse direito ocorra qualificadamente, as Metas fazem referência, muitas vezes de maneira explícita e outras de maneira indireta, ao financiamento educacional, à gestão democrática e à qualidade da educação. Pode-se colocar como pano de fundo para que todas as Metas sejam alcançadas, tanto as do ODS quanto as do PNE, a valorização dos profissionais do magistério das redes públicas de ensino, explicitada nas metas 17 e 18 do plano brasileiro.

Como fonte de informações, as metas do PNE deverão ter como referência as fontes oficiais de dados do IBGE – a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e o censo demográfico – e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) – os Censos da Educação Básica e da Educação Superior (BRASIL, 2014).¹

Neste exercício foram consideradas essas fontes para os indicadores propostos. Quanto às desagregações, observa-se que ainda há muito que se fazer para o refinamento de alguns casos, pois existe uma lacuna em relação à disponibilidade de dados e indicadores em relação às pessoas com deficiência, desagregação por orientação sexual, gênero, cor/raça, quintil de renda e grupo etário.

META 4.1

até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---|-------------------------------|--|---|----------------------|
| Taxa de escolarização líquida no ensino fundamental da população de 6 a 14 anos (em %) | Anual, calculado para o período de 1990 a 2013. Trimestral a partir de 2014 | PNAD | PNAD/IBGE | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ Regiões metropolitanas ■ Localização rural/urbana ■ Sexo ■ Cor/raça ■ Educação do responsável pelo domicílio ■ Quintil de renda | ODS 5, 8, 10 |
| Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos (em %) | Anual, calculado para o período de 1990 a 2013. Trimestral a partir de 2014 | PNAD | PNAD/IBGE | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ Regiões metropolitanas ■ Localização rural/urbana ■ Sexo ■ Cor/raça ■ Educação do responsável pelo domicílio ■ Quintil de renda | ODS 5, 8, 10 |
| Taxa de adequação da idade para a série | Anual, calculado para o período de 1990 a 2013. Trimestral a partir de 2014 | Censo escolar | Portal Brasileiro de Dados Abertos | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ Regiões metropolitanas ■ Localização rural/urbana ■ Sexo ■ Cor/raça ■ Educação do responsável pelo domicílio ■ Quintil de rend | ODS 5, 8, 10 |

Continua...

¹ O PNE estabelece no parágrafo único do art. 4o que o escopo das pesquisas com fins estatísticos, de forma que se inclua informação detalhada sobre o perfil das populações de 4 a 17 anos com deficiência, será ampliado (BRASIL, 2014).

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|-------------------------------|---|---|----------------------|
| Razão entre o número de alunos e professor | Anual | Censo escolar | Sinopse Estatística da Educação Básica – Inep | <ul style="list-style-type: none">■ Nível e modalidade de ensino no Brasil, grandes regiões■ Localização rural/urbana■ Sexo■ Cor/raça■ Populações indígenas e quilombolas | ODS 8, 10 |

Para mensurar a conclusão da escolaridade obrigatória, elenca-se o indicador já calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “taxa de escolarização líquida”, que identifica a percentagem de estudantes de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. Essa taxa identifica a parcela da população nas faixas etárias de 6 a 14 anos e de 15 a 17 anos matriculada nos Ensinos Fundamental e Médio, respectivamente. A preferência dessa taxa em relação à taxa de escolarização bruta deve-se ao fato de que esta última é um indicador que identifica se a oferta de matrícula é suficiente para atender à demanda da faixa etária específica, sendo ótimo indicador de entrada e para monitoramento dos gestores públicos.

No entanto, a taxa de escolarização bruta não percebe a dimensão da escolarização de fato, da qual se espera a conclusão na idade adequada com aprendizagem de qualidade. Para a dimensão da qualidade foram selecionadas a taxa de adequação da idade-série/ano e a razão entre o número de alunos e professor. No que tange à dimensão equitativa da meta, espera-se que a desagregação dos dados no Brasil seja por nível e modalidade de ensino, nas grandes regiões, localização rural/urbana, por sexo, cor/raça, nas populações indígenas e quilombolas, por educação do responsável pelo domicílio e quintil de renda.

META 4.2

até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---|-------------------------------|---|--|----------------------|
| Taxa de escolarização bruta e líquida da população de 0 a 3 anos em creches | Anual, calculado para o período de 1990 a 2013. Trimestral a partir de 2014 | PNAD | PNAD/IBGE | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ Regiões metropolitanas ■ Localização rural ■ urbana ■ Sexo ■ Cor/raça ■ Educação do responsável pelo domicílio ■ Quintil de renda | ODS 2, 5, 10 |
| Taxa de escolarização bruta e líquida da população de 4 a 5 anos na pré-escola | Anual, calculado para o período de 1990 a 2013. Trimestral a partir de 2014 | PNAD | PNAD/IBGE | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ Regiões metropolitanas ■ Localização rural ■ urbana ■ Sexo ■ Cor/raça ■ Educação do responsável pelo domicílio ■ Quintil de renda | ODS 2, 5, 10 |
| Porcentagem de docentes com formação em nível superior | Anual | Censo escolar | Sinopse Estatística da Educação Básica – Inep | <ul style="list-style-type: none"> ■ Nível e modalidade de ensino no Brasil, grandes regiões ■ Localização rural/urbana ■ Sexo ■ Cor/raça ■ Populações indígenas e quilombolas | ODS 5, 8, 10 |
| Razão entre o número de alunos e professor | Anual | Censo escolar | Sinopse Estatística da Educação Básica – Inep | <ul style="list-style-type: none"> ■ Nível e modalidade de ensino no Brasil, grandes regiões ■ Localização rural/urbana ■ Sexo ■ Cor/raça ■ Populações indígenas e quilombolas | ODS 8, 10 |

Para esta meta, é importante evidenciar que não há na Política Nacional de Educação Infantil o conceito de prontidão para que a criança da educação infantil passe para o ensino fundamental.

Como se trata de uma meta de acesso, aponta-se a taxa de escolarização bruta, que identifica se a oferta de matrícula é suficiente para atender à demanda, bem como a taxa de esco-

larização líquida, daqueles que já possuem o acesso, da população de 0 a 3 anos em creches e de 4 a 5 anos na pré-escola. Ressalte-se que no PNE se determina “universalizar até 2016 a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma que sejam atendidas, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até 2020” (BRASIL, Lei n. 13.005, de 25/06/2014).

Para a dimensão qualidade, selecionam-se dois indicadores de qualidade no âmbito escolar, a saber: (i) percentagem de docentes com formação em nível superior e (ii) razão entre o número de alunos e professor. Aliás, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil em nível superior já está contemplada em uma das 17 estratégias da meta 1 do PNE. Enquanto a qualidade para este nível de ensino se apresenta no Plano: (i) na preservação das especificidades para as crianças de 0 a 5 anos na organização do espaço, tempo e articulação com a etapa seguinte; (ii) no acompanhamento e no monitoramento do acesso e permanência das crianças beneficiárias de programas de transferência de renda em colaboração com os órgãos de assistência social, saúde e proteção à infância; (iii) e no apoio às famílias focando o desenvolvimento integral das crianças (BRASIL, Lei n. 13.005, de 25/06/2014).

É importante ressaltar que os indicadores para a meta 4.2 podem ser cruzados com os da meta 2.2, que trata das necessidades básicas para o desenvolvimento e o cuidado na primeira infância.

META 4.3

até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---|-------------------------------|---|---|----------------------|
| Razão entre as taxas de escolarização líquida de mulheres e homens por nível de ensino (técnico-profissional e superior) | Anual, calculado para o período de 1990 a 2013. Trimestral a partir de 2014 | PNAD | PNAD/IBGE | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ Localização rural/urbana ■ Cor/raça ■ Quintil de renda ■ Dependência administrativa (pública e privada) | ODS 5, 8, 10, 16 |
| Percentagem de docentes com formação em nível superior lecionando na educação profissional | Anual | Censo escolar | Sinopse Estatística da Educação Básica – Inep | <ul style="list-style-type: none"> ■ Nível e modalidade de ensino no Brasil, grandes regiões ■ Localização rural/urbana ■ Sexo ■ Cor/raça ■ Populações indígenas e quilombolas | ODS 5, 8, 10 |

Esta é uma meta que retoma o ODM 3, que estabelecia como Meta eliminar as disparidades entre os sexos em todos os níveis de ensino até 2015. De forma semelhante, para esta Meta seleciona-se como indicador medir a igualdade de acesso entre mulheres e homens a partir da razão entre as taxas de escolarização líquida das mulheres e dos homens por nível de ensino (técnico-profissional e superior). No âmbito da qualidade, propõe-se como indicador a percentagem de docentes com formação em nível superior lecionando na educação profissional. Compreende-se que para o acompanhamento desses indicadores o nível de desagregação deve partir do panorama geral do país e de suas grandes regiões, passando pela localização rural e urbana, comunidades indígenas, quilombolas e dependência administrativa (pública e privada) até o indivíduo: cor/raça, quintil de renda, gênero e sexo.

Em relação à equidade no acesso e na gratuidade, não há indicador disponível. Sugere-se que se elabore um estudo para averiguar a possibilidade da criação de um indicador de equidade e não apenas de igualdade.

META 4.4

até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---|----------------------|-----------|---|----------------------|
| Média de anos de estudo da população de 15 a 24 anos | Anual, calculado para o período de 1990 a 2013. Trimestral a partir de 2014 | PNAD | PNAD/IBGE | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ Regiões metropolitanas ■ Localização rural/urbana ■ Sexo ■ Cor/raça ■ Educação do responsável pelo domicílio ■ Quintil de renda | ODS 8 |
| Média de anos de estudo da população de 15 a 29 anos | Anual, calculado para o período de 1990 a 2013. Trimestral a partir de 2014 | PNAD | PNAD/IBGE | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ Regiões metropolitanas ■ Localização rural/urbana ■ Sexo ■ Cor/raça ■ Educação do responsável pelo domicílio ■ Quintil de renda | ODS 8 |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|----------------------|-----------|---|----------------------|
| Percentagem da população com ensino médio concluído | Anual | PNAD | PNAD/IBGE | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ Regiões metropolitanas ■ UF ■ Localização rural/urbana ■ Sexo ■ Cor/raça ■ Quintil de renda ■ Grupo etário | ODS 8 |
| Percentagem da população com formação em nível superior concluído | Anual | PNAD | PNAD/IBGE | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ Regiões metropolitanas ■ UF ■ Localização rural/urbana ■ Sexo ■ Cor/raça ■ Quintil de renda ■ Grupo etário | ODS 8 |

Em se tratando de uma meta para as competências de jovens e adultos para o ingresso no mundo do trabalho, sugerem-se como indicadores a média de anos de estudo da população de 15 a 24 anos (faixa etária da população jovem de acordo com a ONU) e de 15 a 29 anos (faixa etária da população considerada jovem no Brasil); a percentagem da população com ensino médio concluído por grupo etário; e a percentagem da população com formação em nível superior concluído por grupo etário.

Para o acompanhamento desta meta, faz-se necessário obter o número de concluintes com formação profissional, ou ainda a percentagem da população com formação técnica-profissional de nível médio e/ou superior concluída por grupo etário. Contudo, não há fonte de dados oficiais sobre este tema, o qual poderia ser incluído na PNAD contínua.

Os indicadores deveriam ser desagregados por faixa etária de jovens e adultos conforme os grupos etários a seguir: 15 a 29 anos, 30 a 59 anos, 60 anos ou mais. Além do grupo etário, propõe-se a desagregação por grandes regiões, regiões metropolitanas, Unidades Federativas, localização rural/urbana, gênero, sexo, cor/raça e quintil de renda.

META 4.5

até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|--|-----------------------------------|--|--|----------------------|
| Taxas de escolarização em creches e pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior | Anual, calculado para o período de 1990 a 2012. No caso de creches e pré-escolas, a partir de 1995 | PNAD | PNAD/IBGE | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ UF ■ Localização rural/urbana ■ Sexo ■ Cor/raça ■ Pessoas com deficiência ■ Extremamente pobres ■ 20% mais pobres ■ Indígenas ■ Quilombolas | ODS 1, 5, 8, 10 |
| Porcentagem de crianças e jovens entre 4 e 17 anos que não frequentam o ensino formal | Decenal | Censo demográfico | Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação – IBGE | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ Regiões metropolitanas ■ UF ■ Localização rural/urbana ■ Sexo ■ Cor/raça ■ Quintil de renda | ODS 1, 5, 8, 10 |
| Porcentagem de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados em classes comuns na rede regular de ensino | Anual | Censo escolar | Sinopse Estatística da Educação Básica – Inep | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ Regiões metropolitanas ■ UF ■ Localização rural/urbana ■ Sexo ■ Cor/raça ■ Quintil de renda | ODS 1, 5, 8, 9, 10 |

Foi observada uma lacuna com relação à disponibilidade de dados e indicadores que permitam monitorar a dimensão de igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis. Em especial, destaca-se a necessidade de indicadores que permitam analisar a situação de acesso à educação formal de crianças de rua, albergadas, adolescentes privados de liberdade, criança vivendo com HIV/Aids, crianças vivendo com a mãe que se encontra em privação de liberdade e crianças em situação de trabalho infantil. Ressalte-se que para este último grupo há os dados administrativos do cadastro único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Foi incluído como um dos indicadores para esta meta a porcentagem de crianças e jovens entre 4 e 17 anos que não frequentam o ensino formal obrigatório. No entanto, para o cálculo

deste indicador, a depender das fontes de dados utilizadas para o denominador (censo demográfico, projeção da população ou PNAD), divergências serão observadas na percentagem dessa exclusão.

Ademais, aponta-se a necessidade de aprimorar a coleta de dados com representatividade para as populações indígenas, para jovens que terminam o ensino médio e continuam seus estudos em cursos pontuais e preparatórios para o ingresso à educação superior e a disponibilidade de dados e indicadores em relação a pessoas com deficiência. Salienta-se que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) prevê que crianças com deficiência devem ser matriculadas em classes regulares da educação formal.

Para esta meta propõem-se indicadores nas dimensões educação escolar indígena e igualdade de acesso que fazem necessário averiguar a possibilidade de serem gerados a partir das bases de dados do censo escolar ou dos registros administrativos da Capes/MEC. Os indicadores nesta situação são: “percentagem de crianças e jovens indígenas que possuem acesso à educação regular bilíngue”, “razão entre as taxas de escolarização líquida entre homens e mulheres nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* nas áreas das ciências exatas e tecnológicas” e “razão entre as taxas de escolarização líquida entre homens e mulheres por nível de ensino (da educação básica à pós-graduação)”.

No que tange ao nível de desagregação dos dados, para o indicador “taxa de escolarização na educação básica (a ser desmembrado para cada etapa de ensino) e ensino superior” é importante desagregar pelos seguintes grupos: mulheres, negros, pessoas com deficiência, extremamente pobres, 20% mais pobres, indígenas e quilombolas, além da desagregação geográfica, grandes regiões, Unidades Federativas, localização rural/urbana.

META 4.6

até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|------------------------------|--|---|----------------------|
| Percentagem de jovens do 9º ano do ensino fundamental que atinge nível 5 da escala da Prova Brasil (Anresc) ou % de jovens do 3º ano do ensino médio que atinge nível 5 da escala da Aneb | Bianual | Prova Brasil | Portal Prova Brasil – Avaliação do Rendimento Escolar/Inep | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil ▪ UF ▪ Municípios ▪ Dependência administrativa estadual e municipal | ODS 5, 8, 10 |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---|-----------------------------------|--|---|----------------------|
| Taxa de analfabetismo da população acima de 24 anos | Anual, calculado para o período de 1990 a 2013. Trimestral a partir de 2014 | Censo demográfico | IBGE. Projeção da população do Brasil e das UF | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ Regiões metropolitanas ▪ UF ▪ Localização rural/urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Quintil de renda ▪ Grupo etário | ODS 1, 5, 8, 10, 16 |
| Taxa de analfabetismo funcional da população | Anual, calculado para o período de 1990 a 2013. Trimestral a partir de 2014 | PNAD | IBGE. Séries Históricas e Estatísticas | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ Regiões metropolitanas ▪ UF ▪ Localização rural/urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Quintil de renda ▪ Grupo etário | ODS 1, 5, 8, 10, 16 |

O planejamento para daqui a 15 anos deve começar hoje e ser focado nas crianças em idade escolar. Contudo, como a Meta 4.6 é direcionada aos jovens e adultos e como os dados nacionais mostram que há uma queda nos resultados da aprendizagem no segundo ciclo do ensino fundamental e uma estabilidade ou piora no ensino médio, propõe-se como uma *proxy* para o conhecimento básico em matemática o uso dos testes padronizados de larga escala nacionais, a saber: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), também denominada “Prova Brasil”. Junto com a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), as três avaliações constituem o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação.

Dessa forma, sugere-se como um dos indicadores para esta meta a percentagem de jovens do 9º ano do ensino fundamental que atinge o nível 5 da escala da “Prova Brasil” e a percentagem de jovens do 3º ano do ensino médio que atingem nível 5 da escala da Aneb. A “Prova Brasil” avalia de forma censitária o desempenho de estudantes do 5º e do 9º anos do ensino fundamental de escolas públicas em relação a conhecimentos de língua portuguesa e matemática. Seus resultados são disponibilizados por escola e por ente federativo. Da amostra da Aneb participam os alunos do 5º e do 9º anos do ensino fundamental, bem como os alunos do 3º ano do ensino médio das escolas públicas e as do setor privado em áreas urbanas e rurais. Para esta avaliação, os resultados são apresentados para o Brasil, para as regiões geográficas e as Unidades da Federação. Ambas as avaliações são bianuais.

No que se refere ao monitoramento do analfabetismo, compreende-se que, além da taxa de analfabetismo da população acima dos 24 anos, outro indicador importante é a taxa de analfabetismo funcional, desagregando entre a população de 15 a 24 anos e aquela acima de 24 anos a fim de capturar a diferença da população jovem e adulta. Adota-se aqui o mesmo conceito de analfabetismo funcional do IBGE, ou seja, pessoas de uma determinada faixa etária que têm até três anos de estudo em relação ao total de pessoas na mesma faixa etária (IBGE/PNAD). Para o nível de desagregação, ressalte-se que a categoria cor/raça é contemplada no relatório ODM, a qual poderia ser aplicada para esta meta.

META 4.7

até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|---|--|---|----------------------|
| Percentagem de matrículas na rede pública em tempo integral na educação básica | Anual | Censo escolar | INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ UF ■ Localização rural/urbana ■ Dependência administrativa (federal, estadual e municipal) | ODS 12 |
| Percentagem de escolas públicas nos ensinos fundamental e médio com carga horária diária acima de 4 horas | Anual | Censo escolar | INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ UF ■ Localização rural/urbana ■ Dependência administrativa (federal, estadual e municipal) | ODS 12 |
| Percentagem de escolas indígenas que oferecem educação bilíngue | Anual | Censo escolar | INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ UF | ODS 11 |
| Percentagem de escolas com conselhos escolares ativos | Anual | Microdados do censo escolar | Censo escolar | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ UF ■ Localização rural/urbana ■ Dependência administrativa (federal, estadual e municipal) | ODS 16 |

A meta 4.7 dialoga diretamente com o Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996). A referida lei define que, além da base nacional comum dos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, cada sistema de ensino e estabelecimento escolar deve complementá-la com uma “parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos”. O mesmo Artigo torna obrigatório ainda nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados

[...] o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena, que inclui aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Por fim, o parágrafo 9º do mesmo Artigo determina que “conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente sejam incluídos como temas transversais nos currículos escolares”.

Conforme definição do Ministério da Educação (MEC), a contribuição da escola é desenvolver um projeto de educação comprometido com o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para transformá-la. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)² apontam também para o compromisso com a construção da cidadania substanciada em uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social, dos direitos e das responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e para a afirmação do princípio da participação política.

Nessa perspectiva, foram incorporados nos PCNs³ os temas transversais: 1) ética; 2) pluralidade cultural; 3) meio ambiente; 4) saúde; 5) orientação sexual; e 6) trabalho e consumo. Seus objetivos e conteúdos, segundo o MEC, devem ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola.

Existe ainda o Programa Nacional de Educação Ambiental, de dezembro de 1994, que contempla três eixos: capacitação de gestores e educadores, desenvolvimento de ações educativas e desenvolvimento de instrumentos e metodologias em sete linhas de ação: educação ambiental por meio do ensino formal; educação no processo de gestão ambiental; campanhas

² Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>>.

³ Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são a referência básica para a elaboração das matrizes de referência. Os PCNs foram elaborados para difundir os princípios da reforma curricular e orientar os professores na busca de novas abordagens e metodologias. Eles traçam um novo perfil para o currículo, apoiado em competências básicas para a inserção dos jovens na vida adulta; orientam os professores quanto ao significado do conhecimento escolar quando contextualizado e quanto à interdisciplinaridade, incentivando o raciocínio e a capacidade de aprender.

de educação ambiental para usuários de recursos naturais; cooperação com meios de comunicação e comunicadores sociais; articulação e integração comunitária; articulação intra e interinstitucional; rede de centros especializados em educação ambiental em todos os estados (MEC, 2005; MMA, 2005).

No entanto, apesar da existência da referida legislação e de parâmetros nacionais para a abordagem desses temas, não foi possível identificar indicadores nacionais para aferição da medida em que tais determinações estão sendo cumpridas pelos estabelecimentos escolares e pelos sistemas de ensino. Reitera-se a importância da legislação já existente para o cumprimento da meta e indica-se a necessidade de uma maior disponibilidade de dados, bem como o desenvolvimento de indicadores apropriados para a aferição, em âmbito nacional, do cumprimento de tais parâmetros para que seja possível seu monitoramento até 2030.

Alguns indicadores pertinentes a essa questão, por exemplo, seriam o de proporção do conteúdo ofertado na formação inicial e continuada nas áreas de desenvolvimento sustentável, direitos humanos, igualdade de gênero, cultura de paz, diversidade cultural e cidadania. Consideram-se ainda três propostas de indicadores para essa meta: i) a percentagem de municípios que implementaram a Lei n. 10.639/2003 em seus currículos, analisando a possibilidade da informação nos registros administrativos do Sistema de Monitoramento do MEC (Simec) aos municípios que têm Plano de Ações Articuladas (PAR) ou a introdução no formulário do diagnóstico dos módulos Gestão Pedagógica e Formação de Professores; ii) na dimensão da gestão participativa, sugere-se como indicador a percentagem de escolas com conselhos escolares ativos, considerando-se a quantidade de vezes em que o conselho se reuniu no ano e se sua composição abrange professores, alunos, funcionários e pais/responsáveis; iii) na dimensão organização do tempo escolar, monitorar a percentagem de matrículas na rede pública em tempo integral na educação básica, considerando um regime de sete horas diárias de efetiva atividade escolar/pedagógica.

Outro exemplo seria um indicador do percentual de alunos que cursam disciplinas diversificadas nos currículos da educação básica e carga horária semanal, necessitando ambos os exemplos ser construídos, pois carecem de fontes de informação oficiais.

META 4.a

construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|---|-------------------------------|---|----------------------|
| Percentagem de escolas que possuem banheiros, dependências e vias adequadas a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida | Anual | Microdados do censo escolar | Censo escolar | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ UF ■ Municípios ■ Localização rural/urbana ■ Dependência administrativa público/privada ■ Níveis de ensino ■ Sexo | ODS 9, 11 |
| Percentagem de escolas com salas de recursos multifuncionais para AEE | Anual | Microdados do censo escolar | Censo escolar | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil, grandes regiões ■ UF, ■ Municípios, localização rural/urbana, dependência administrativa público/privada | ODS 11 |
| Percentagem de alunos com acesso à água, ao saneamento e à energia elétrica | Anual | Microdados do censo escolar | Censo escolar | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil, grandes regiões ■ UF, ■ Municípios, localização rural/urbana, dependência administrativa público/privada, níveis de ensino | ODS 3, 6, 7, 9 |
| Percentagem de alunos com acesso a quadra esportiva (coberta ou descoberta) | Anual | Microdados do censo escolar | Censo escolar | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil, grandes regiões ■ UF, ■ Municípios, localização rural/urbana, dependência administrativa público/privada, níveis de ensino | ODS 9 |
| Percentagem de alunos com acesso a parques infantis | Anual | Microdados do censo escolar | Censo escolar | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil, grandes regiões ■ UF, ■ Municípios, localização rural/urbana, dependência administrativa público/privada, educação infantil e anos iniciais | ODS 9 |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|---|---|--|----------------------|
| Percentagem de alunos, professores e funcionários vítimas de violência no ambiente escolar | Bianual | Microdados Aneb e Saeb – Inep | Questionários contextuais da Aneb e da Anresc | <ul style="list-style-type: none">■ Violência física e violência verbal■ UF,■ Municípios, localização rural/urbana, dependência administrativa público/privada, níveis de ensino, gênero, cor/raça | ODS 16 |

O direito à educação, o respeito às diferenças, a criança e o jovem sendo o foco central da aprendizagem, o apoio e a valorização do trabalho dos docentes e a participação da comunidade escolar na construção do projeto político pedagógico são partes constituintes e fundamentais para um ambiente escolar seguro e não violento, inclusivo e equitativo.

Nesse processo, o professor é crucial para criar, ser autor junto com as crianças e os jovens de um ambiente de aprendizagem seguro para todos, contribuindo no suporte ao desenvolvimento social e emocional dos alunos e para a promoção da cultura de paz. Ademais, os gestores escolares e municipais são responsáveis pelas condições de trabalho e pelo ambiente saudável de cooperação e comprometimento, auxiliando seu corpo docente na superação das discriminações do cotidiano escolar.

No âmbito de um ambiente seguro e inclusivo, propõem-se como indicadores: i) a percentagem de escolas com programas de promoção de uma cultura de paz e não violência. Como proxy, sugere-se verificar essa informação com as escolas participantes do Programa Mais Educação⁴ ou Escola Aberta nos estados e nos municípios; ii) a percentagem de alunos, professores e funcionários vítimas de violência no ambiente escolar, que pode ser extraída do questionário socioeconômico da “Prova Brasil” e da Aneb, disponibilizado pela Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb/Inep).

No entanto, como a meta trata da melhoria nas instalações físicas dos ambientes educacionais, seleciona-se como indicadores, já coletados pelo censo escolar, a percentagem de alunos com acesso a parques infantis, a quadras esportivas (cobertas ou descobertas), a água, saneamento e energia elétrica; a percentagem de escolas com salas de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE); e as escolas que possuem banheiros, dependências e vias adequadas às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

⁴O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial n. 17/2007 e regulamentado pelo Decreto n. 7.083/2010 com a finalidade de contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo diário de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública. Trata-se da estratégia indutora para se constituir a jornada escolar com a duração igual ou superior a sete horas diárias durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno da educação básica permanece na escola ou em atividades escolares. É operacionalizado por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e atende, prioritariamente, escolas com percentual igual ou superior a 50% de estudantes participantes do Programa Bolsa Família, conforme ações de acesso aos serviços públicos do Programa Brasil sem Miséria. Disponível em: <<http://pdeinterativo.mec.gov.br/>>. Acesso em: 14/08/2015.

Sugere-se ainda que seja formulado um índice de infraestrutura escolar de acordo com os padrões mínimos de qualidade do serviço da educação básica (infraestrutura e recursos pedagógicos), como determina o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) nas normas de padrões mínimos de funcionamento da escola de ensino fundamental, para adequação de prédios escolares do programa Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola). Até o momento não há um índice oficial, mas há iniciativas produzidas pela academia, como o estudo realizado pelo professor Joaquim José Soares Neto (ex-presidente do Inep e professor da UnB) e o estudo publicado pelo Inep (INEP, 2014).

Na esteira dos programas federais no que tange à infraestrutura escolar, foi criado em 2007 o Proinfância, que contribui para a construção de creches e pré-escolas, assim como para equipar essas instituições educacionais (BRASIL, 2014).

META 4.b

até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|--|--|---|----------------------|
| Número de bolsas de estudo concedidas para o ensino superior e técnico-profissional de nível superior e médio | Anual | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Capes, CNPQ, MEC (Sistec/Setec/MEC) | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Capes ▪ CNPq ▪ Sistec/Setec/MEC | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Nível de ensino e modalidades ▪ Gênero, sexo ▪ Cor/raça ▪ Grupo etário ▪ Renda ▪ Instituições públicas e privadas ▪ Pessoas com deficiências e ▪ Altas habilidades | ODS 5, 8 e 10 |
| Taxa de conclusão de alunos bolsistas | Anual | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Censo da Educação Superior – Inep ▪ Capes ▪ CNPq ▪ Sistec/Setec/MEC | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Censo da Educação Superior – Inep ▪ Capes ▪ CNPq ▪ Sistec/Setec/MEC | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Nível de ensino e modalidades ▪ Gênero, sexo ▪ Cor/raça ▪ Grupo etário ▪ Renda ▪ Instituições públicas e privadas ▪ Pessoas com deficiências e ▪ Altas habilidades | ODS 5, 8 e 10 |

Em se tratando de uma meta de expansão do número de bolsas de estudo, deve-se considerar a dimensão da igualdade de acesso, permanência e sucesso escolar no que tange aos perfis dos alunos bolsistas. Dessa forma, o número de bolsas de estudo concedidas para o ensino superior e técnico-profissional de nível superior e médio deve levar em conta a disponibilização de informações consolidadas referentes a esses perfis (socioeconômico, grupo etário, étnico-racial e de gênero). Ademais, para monitoramento do sucesso escolar, propõe-se como indicador a taxa de conclusão dos alunos bolsistas, desagregada por nível de ensino (médio e superior) e modalidades (formação profissional, em tecnologia da informação e da comunicação (TIC) e programas científicos); por instituições públicas e privadas; egressos de escolas públicas; pessoas com deficiências e altas habilidades. Como fonte de informação para o número de bolsas concedidas, os registros administrativos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI) e do Sistec/Simec/MEC podem auxiliar, e para a taxa de conclusão, o Censo da Educação Superior da Diretoria de Estatísticas Educacionais/Inep.

Além desses dois indicadores, sugere-se a criação de um indicador que identifique a percentagem de bolsas de estudo concedidas à população elegível por etapa de ensino. Consideram-se elegíveis aqueles que concluíram a etapa de ensino anterior para a qual pleiteiam a bolsa. Assim, por exemplo, será concedida bolsa de estudo de nível médio para aqueles que concluíram o ensino fundamental e assim por diante.

META 4.c

até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|-------------------------------|--|---|----------------------|
| Percentagem de docentes com formação em educação especial na educação básica | Anual | Censo escolar | INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica | <ul style="list-style-type: none"> Brasil UF Dependência administrativa (pública e privada) Nível de ensino da educação básica | ODS 5, 8, 10 |
| Percentagem de docentes com formação em nível superior | Anual | Censo escolar | INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica | <ul style="list-style-type: none"> Nível e modalidade de ensino no Brasil, grandes regiões Localização rural/urbana Sexo Cor/raça Populações indígenas e quilombolas | ODS 5, 8, 10 |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|-------------------------------|--|---|----------------------|
| Porcentagem de docentes nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio que possuem licenciatura nas áreas em que atuam | Anual | Censo escolar | INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica | <ul style="list-style-type: none">■ Nível e modalidade de ensino no Brasil, grandes regiões■ Localização rural/urbana■ Sexo■ Cor/raça■ Populações indígenas e quilombolas | ODS 5, 8, 10 |

O debate sobre a formação inicial de professores vem ganhando importância, pois estudos evidenciam que a qualidade dos docentes é a variável identificada como a mais crucial para os resultados dos alunos. A qualidade do ensino dado pelo professor é fundamental para atingir resultados de aprendizagem. Estudos realizados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que a variável escolar que mais influencia os resultados dos alunos é a formação docente, superando outros fatores, como o tamanho das turmas. A mais direta e efetiva forma de aumentar a qualidade do ensino é ter uma formação inicial de qualidade, ter melhores processos para recrutar os professores e combinar desenvolvimento profissional para a melhoria do conhecimento e das competências pedagógicas dos docentes que já estão em sala de aula (MUSSET, 2010).

Quanto ao acompanhamento da ampliação dos professores qualificados, para essa meta selecionam-se como indicadores, calculados com base no Censo Escolar/Inep, a porcentagem de docentes com formação em educação especial e aqueles com nível superior que atuam na educação básica e a porcentagem de docentes, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, que possuem licenciatura nas áreas em que atuam. Esses indicadores seriam desagregados por nível e modalidade de ensino no Brasil, nas grandes regiões, localização rural/urbana, por sexo, cor/raça, nas comunidades indígenas e quilombolas. Para promover atendimento com qualidade e inclusivo de crianças e jovens, sugere-se a criação de dois indicadores relacionados à formação em libras dos professores que atuam na educação básica e superior.

5 IGUALDADE
DE GÊNERO



OBJETIVO 5.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Brasil avançou muito nos últimos anos no que se refere à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres e meninas nos últimos vinte anos, tal como apontam análises relacionadas com o processo de celebração do vigésimo aniversário da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim. Grande parte desse avanço se dá pela institucionalização das políticas para as mulheres em âmbito governamental, tanto na esfera nacional quanto nas subnacionais.

Em 2003 foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), primeiro ligada à Presidência da República e logo tendo seu *status* alterado e equiparado ao de ministério. A SPM é responsável pela coordenação do tema na esfera governamental. Como resultado das conferências nacionais de políticas para as mulheres, foram elaborados três Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres. Esses planos plurianuais consolidam objetivos e Metas em diversos eixos temáticos de responsabilidade de distintos ministérios, contendo, inclusive, recursos financeiros e relação com o Plano Plurianual do governo. São realizadas reuniões periódicas para monitorar a implementação do Plano. As Metas e os indicadores do Plano e as ações – principalmente aquelas relacionadas com a produção de indicadores – realizadas pelo Observatório Brasil de Igualdade de Gênero (tais como o Relatório Anual Socioeconômico das Mulheres, Raseam, e o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça) posicionam bem o Brasil no que se refere ao acompanhamento das Metas propostas no ODS 5.

Ressalte-se que as Metas propostas para este ODS só serão passíveis de acompanhamento caso haja um forte investimento na realização de pesquisas específicas sobre uso do tempo e violência contra as mulheres e o aprimoramento da desagregação de dados por sexo, raça/cor, etnia, faixa etária, contexto de moradia (urbano ou rural) e outras variáveis que permitam mensurar desigualdades entre os grupos de mulheres. Há diversos avanços nesse sentido no âmbito do Comitê de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (CGUT), coordenado pela SPM e com participação do IBGE, do Ipea, da ONU Mulheres e da OIT. Nesse sentido, os investimentos requeridos nos meios de implementação são fundamentais tanto para realizar ações quanto para promover a revolução de dados necessária para o acompanhamento das Metas propostas.

META 5.1

acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|---------------|---|---------------------|----------------------|
| Cumprimento das recomendações do Comitê da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw) elaboradas com base nos relatórios de revisão periódica apresentados pelo país | Quadrienal | N/A | Alto Comissariado de Direitos Humanos | ■ Indicador binário | ODS 10 |
| Cumprimento das recomendações do Comitê sobre Eliminação da Discriminação Racial (Cerd) elaboradas com base nos relatórios de revisão periódica apresentados pelo país | Bianual | N/A | Alto Comissariado de Direitos Humanos | ■ Indicador binário | ODS 10 |
| Cumprimento das recomendações do Conselho de Direitos Humanos elaboradas com base na revisão periódica universal | Quadrienal | N/A | Alto Comissariado de Direitos Humanos | ■ Indicador binário | ODS 10 |

Esta meta refere-se à inexistência de leis e políticas discriminatórias. Ou seja, é uma meta bastante ampla, que não possui um indicador específico que possa responder por ela diretamente de forma clara e objetiva. Nesse sentido, a proposta feita foi de relacionar a meta com o cumprimento dos instrumentos internacionais relacionados com a promoção de igualdade de gênero e raça, tais como os relatórios elaborados pelo governo para o Comitê da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw), o Comitê sobre Eliminação da Discriminação Racial (Cerd) e o Conselho de Direitos Humanos (Revisão Periódica Universal). Essas instâncias elaboram um conjunto de recomendações que o país deve seguir para responder a situações de discriminação. Por esse motivo, acredita-se ser uma forma de se aproximar do monitoramento desta meta.

Em âmbito nacional, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), criada em 2003, trabalha no sentido de combater todas as formas de preconceito e discriminação contra as mulheres por meio de políticas e ações formuladas para a promoção da igualdade de gênero. A atuação da SPM/PR acontece em três linhas de ação: Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres; Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e programas e ações nas áreas de saúde, educação, cultura, participação política, igualdade de gênero e diversidade (SPM/PR, 2014).

META 5.2

eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|-------------------------------|--|--|----------------------|
| Taxa de homicídio de mulheres por 100 mil mulheres | Anual | SIM/SVS/MS | WAISELFISZ, JJ. Mapa da Violência 2012. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO, 2012 | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões UFs Municípios Idade Raça/cor | ODS 16 |
| Número de notificações de violência contra mulheres e meninas registradas pelo Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes | Anual | Viva/Sinan/MS | Viva/Sinam/Ministério da Saúde | <ul style="list-style-type: none"> Município Idade Raça/cor Tipo de violência | ODS 16 |
| Número de notificações de estupro sofridos por mulheres | Anual | Viva/Sinan/MS | WAISELFISZ, JJ. Mapa da Violência 2012. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO, 2012 | <ul style="list-style-type: none"> Nota técnica do Ipea desagrega por sexo, idade, raça/cor, escolaridade, local da ocorrência, relacionamento entre vítima e autor do estupro, circunstâncias e meios empregados para o crime. Mapa da violência desagrega por faixa etária da vítima, local de ocorrência, relacionamento com o agressor | ODS 16 |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|--------------------------|--|---|----------------------|
| Número de vítimas do crime de tráfico de pessoas e crimes correlatos | Anual | IBGE/MS/ Datusus/FBSG | Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014) | <ul style="list-style-type: none"> Unidades da Federação Sexo | ODS 16 |
| Porcentagem de reincidência nos atendimentos no SUS, sexo feminino | Anual | Sinan/SVS/MS | WAISELFISZ, JJ. Mapa da Violência 2012. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO, 2012 | <ul style="list-style-type: none"> Local de ocorrência Faixa etária | ODS 16 |
| Número de casos de violação sexual | Anual | Datusus | MS | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões UFs Idade Raça/cor | ODS 16 |
| Número de casos de exploração sexual | Anual | Datusus | MS | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões UFs Idade Sexo Raça/cor | ODS 16 |
| Número de casos de pornografia infantil | Anual | Datusus | MS | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões UFs Idade Sexo Raça/cor | ODS 16 |
| Número de casos de negligência e abandono de crianças e adolescentes | Anual | Datusus | MS | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões UFs Idade Sexo Raça/cor | ODS 16 |

De acordo com o V Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODMs (BRASIL, 2014), não existem no Brasil pesquisas periódicas para acompanhar estatísticas relativas à violência contra a mulher. O mesmo documento menciona o serviço da Central de Atendimento à Mulher, com o Ligue 180, gratuito, que fornece informações sobre direitos e serviços públicos para mulheres vítimas de violência, registrando, assim, o número de ligações recebidas. Esse número cresceu de 46 mil em 2006 para 732 mil em 2012 (BRASIL, 2014), mas isso não significa necessariamente aumento dos casos de violência, mas, sim, um crescimento no número de acessos ao serviço da Central.

Também cabe mencionar a Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que reconhece o dever do Estado de garantir proteção às mulheres vítimas de violência, delineando as ações para uma política de enfrentamento à violência doméstica e familiar (SPM/PR, 2014c).

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015 tem como um de seus objetivos contribuir para a redução da violência de gênero no ambiente escolar e universitário, com ênfase no enfrentamento do abuso e da exploração sexual de meninas, jovens e adolescentes por meio da capacitação de conselhos tutelares e de direitos para identificação e encaminhamento adequado de situações de violência doméstica e sexual contra meninas e adolescentes (ação 4.4.10). Além disso, há ações voltadas para a prevenção e a punição da exploração sexual de meninas e mulheres durante grandes eventos esportivos, com ações como campanhas publicitárias nacionais contra a exploração sexual de meninas e mulheres durante tais eventos, estimulando a denúncia dos casos (ações 8.11.1 e 8.11.2) (SPM, 2014b).

O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, de 2013, identifica políticas e ações que constam no Plano Plurianual 2012-2015 (PPA) que tenham como conteúdo o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Esse documento busca indicadores que levem a uma compreensão mais ampla e profunda do quadro de violência contra crianças e adolescentes a fim de auxiliar na construção de políticas públicas de enfrentamento desse tipo de violência, separando-se os indicadores pelos eixos temáticos: prevenção; atenção; defesa e responsabilização; comunicação e mobilização social; participação e protagonismo; estudos e pesquisas (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013).

Para o monitoramento desta meta identificam-se os seguintes indicadores: taxa de homicídios; número de notificações de violência contra mulheres e meninas registradas pelo sistema de vigilância de violências e acidentes; número de notificações de estupros sofridos por mulheres registradas pelo sistema de vigilância de violências e acidentes.

A atribuição de indicadores para esta meta é limitada pelo fato de não existirem fontes de dados oficiais e periódicas sobre a prevalência da violência contra mulheres no Brasil. Dessa forma, tais indicadores utilizados referem-se à vitimização de mulheres, independentemente da circunstância em que a violência tenha ocorrido. Em alguns casos, optou-se por utilizar dados de serviços de atendimento a mulheres em situação de violência, apesar de estes não poderem ser utilizados para realizar inferências estatísticas sobre a população, por exemplo, o número de mulheres vítimas de tráfico de pessoas; o número de vítimas do crime de tráfico de pessoas e crimes correlatos. A partir da constatação de que os dados sobre tráfico de pessoas no Brasil produzidos atualmente são frágeis, o Ministério da Justiça tem investido na criação de um instrumento de integração entre os diversos sistemas processuais e de informação e as diversas instituições que fazem o enfrentamento ao tráfico de pessoas. A Metodologia Integrada de Coleta e Análise de Dados e Informações sobre Tráfico de Pessoas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, s.d.) já começou a ser implementada pelo Ministério, e em um futuro próximo poderá ser utilizada para cálculo do indicador “número de mulheres vítimas de tráfico de pessoas”. Alternativamente, o indicador “número de vítimas do crime de tráfico de pessoas e crimes correlatos” pode ser utilizado até que a metodologia produza resultados”.

META 5.3

eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|-----------------------------------|-------|--|----------------------|
| Número de crianças e adolescentes do sexo feminino entre 10 e 14 anos casadas ou vivendo em união | Decenal | Censo demográfico | IBGE | <ul style="list-style-type: none">▪ Raça/cor▪ Idade▪ Rendimento▪ Escolaridade▪ Deficiência▪ Município▪ UFs▪ Grandes regiões | - |
| Número de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos casadas ou vivendo em união | Decenal | Censo demográfico | IBGE | <ul style="list-style-type: none">▪ Raça/cor▪ Idade▪ Rendimento▪ Escolaridade▪ Deficiência▪ Município▪ UFs▪ Grandes regiões | - |

O censo demográfico de 2010 identificou 42.785 crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos casados no Brasil. Em função de o Código Civil autorizar uniões apenas entre maiores de 16 anos – abaixo dessa idade só podem casar-se com autorização judicial – trata-se, na maioria dos casos, de uniões informais. O Código Penal, por sua vez, proíbe qualquer tipo de união com menores de 14 anos.

O casamento infantil é considerado ilegal no Brasil. Contudo, em zonas rurais e até mesmo nas periferias dos centros urbanos, essa prática ilegal ocorre com frequência, conforme demonstram os dados do Censo 2010.

META 5.4

reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|-------------------|----------------------|--|--|----------------------|
| Razão do número médio de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos por mulheres pelo número médio de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos por homens | Anual, desde 1996 | PNAD | Ipea e SPM/PR. Portal Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça | <ul style="list-style-type: none"> ■ Raça/cor ■ Faixa etária ■ Educação ■ Renda ■ Grande região | ODS 8 |
| Proporção de crianças de 0 a 6 anos de idade que frequentam escola ou creche | Anual, desde 1995 | PNAD | Ipea e SPM/PR. Portal Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça | <ul style="list-style-type: none"> ■ Raça/cor ■ Faixa etária ■ Educação ■ Renda ■ Grande região | ODS 8 |
| Tempo de deslocamento trabalho-casa | Anual, desde 1996 | PNAD | Ipea e SPM/PR. Portal Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça | <ul style="list-style-type: none"> ■ Raça/cor ■ Faixa etária ■ Educação ■ Renda ■ Grande região | ODS 8 |
| Proporção de domicílios chefiados por mulheres que não possuem máquina de lavar roupas | Anual, desde 1995 | PNAD | Ipea e SPM/PR. Portal Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça | <ul style="list-style-type: none"> ■ Raça/cor ■ Faixa etária ■ Educação ■ Renda ■ Grande região | ODS 8 |

Desde 1996, o IBGE coleta por meio da PNAD informações sobre alguns aspectos relacionados com a medição do uso do tempo (tais como número de horas dedicadas a afazeres domésticos e trabalho remunerado, deslocamento casa-trabalho). Em 2010, o IBGE realizou sua primeira pesquisa piloto de caráter nacional sobre uso do tempo. A pesquisa, que envolveu cinco Unidades da Federação (PA, PE, RS, RJ, SP e DF), 801 municípios e 50 mil domicílios, utilizava diários de uso do tempo, a serem preenchidos pela população e conferidos pelos entrevistadores. Os dados ainda são preliminares, e está em discussão se o instituto implementará a pesquisa de forma regular e com que periodicidade.

Pesquisas de uso do tempo são fundamentais para produzir informações sobre as principais barreiras de acesso ao mercado de trabalho em posições caracterizadas pelo trabalho decente. Além disto, são fundamentais para promover a valorização do trabalho não remunerado (tarefas domésticas e de cuidado), realizado em ampla maioria por mulheres.

A Emenda Constitucional n. 72, de abril de 2013, equipara os direitos de trabalhadoras domésticas aos dos demais trabalhadores. Os(as) trabalhadores(as) domésticos(as) passam, assim, a ter direitos como o salário mínimo, a jornada máxima semanal, as férias remuneradas e as licenças maternidade e paternidade. Outros direitos, como a proteção contra demissão sem

justa causa e o seguro desemprego, foram regulamentados por lei específica recentemente aprovada (MTE, 2014). Não obstante, a Convenção 189 da OIT, de 16 de junho de 2011, sobre o trabalho doméstico decente, ainda não foi ratificada pelo Brasil (MTE, 2013b).

Além dos quatro indicadores selecionados na tabela, outros poderiam ser utilizados para o acompanhamento desta meta. Contudo, atualmente não há base de dados para o cálculo desses indicadores, a saber: a) conta satélite de contribuição de trabalho não remunerado das mulheres à economia; e b) acesso a restaurantes comunitários e lavanderias comunitárias.

As contas satélite de trabalho não remunerado das mulheres são instrumentos utilizados para estimar a produção agregada do trabalho de cuidado não remunerado vis à vis ao PIB do país. O Estado brasileiro não produz dados necessários – pesquisas de uso do tempo – para o cálculo deste indicador. Da mesma forma, não foram localizados dados agregados sobre a existência de serviços comunitários relativos a cuidado, como restaurantes e lavanderias. Atualmente, o governo brasileiro não coleta os dados necessários para o cálculo do indicador. A produção desse conjunto de dados e indicadores possibilitaria o acompanhamento da meta.

META 5.5

garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---|--------------------------|--|---|----------------------|
| Porcentagem de mulheres nas ocupações assalariadas não agrícolas | Anual, calculado para o período 1992-2012 | PNAD | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> Brasil, grandes regiões | ODS 10, 16 |
| Proporção de deputadas federais e senadoras por legislatura | Quadrienal | TSE | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> Sexo Raça/cor | ODS 10, 16 |
| Percentual de mulheres ministras de Estado | - | MPOG | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> Sexo Raça/cor | ODS 10, 16 |
| Percentual de mulheres ministras de tribunais superiores | - | Presidência da República | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> Sexo Raça/cor | ODS 10, 16 |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|--|--|--|----------------------|
| Percentual de mulheres prefeitas e governadoras | - | TSE | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> Sexo Raça/cor | ODS 10, 16 |
| Percentual de mulheres com DAS 5 e 6 (cargos de direção e assessoramento superior) | Mensal | Siape/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | ENAP. Servidores públicos federais: gênero – 2014. Brasília, 2014. p. 18 (Série Estudos) | <ul style="list-style-type: none"> Sexo, escolaridade Desejável cor/raça | ODS 10, 16 |
| Percentual de mulheres em ocupações de gerência em geral | Anual | PNAD | PNAD | <ul style="list-style-type: none"> Sexo Raça/cor | ODS 10, 16 |
| Razão do rendimento médio real das mulheres em relação ao rendimento médio real dos homens | Anual | PNAD | PNAD | <ul style="list-style-type: none"> Sexo Raça/cor | ODS 10, 16 |
| Percentual de mulheres entre jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham | Anual | PNAD | PNAD | <ul style="list-style-type: none"> Sexo Raça/cor | ODS 10, 16 |
| Percentual de mulheres na população desocupada | Anual | PNAD | PNAD | <ul style="list-style-type: none"> Sexo Raça/cor | ODS 10, 16 |

Dentre os dez indicadores propostos para o acompanhamento desta meta, destacam-se dois: a) o percentual de mulheres com DAS (Direção e Assessoramento Superior) 5 e 6 (mais altos níveis) no Poder Executivo; b) a proporção de mulheres em cargos de liderança nas empresas públicas e privadas. Para todos os indicadores é imprescindível que o nível de desagregação contemple cor/raça.

Em relação ao primeiro indicador citado, recentemente foi aprovada medida para incluir a variável raça/cor no registro administrativo dos cargos DAS do governo federal. É fundamental contar com informação de qualidade nesse sentido para que a promoção da participação das mulheres nos níveis de tomada de decisão seja efetiva, incluindo as mulheres em sua diversidade étnico/racial.

Atualmente o governo brasileiro não coleta os dados necessários para o cálculo do segundo indicador destacado. Existem fontes que se aproximam, tais como a pesquisa realizada pelo

Instituto Ethos. No entanto, esses levantamentos representam apenas uma parcela das empresas, não podendo ser extrapolados para o nível nacional.

META 5.6

assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|--------------------------|--|---|---|----------------------|
| Número de estabelecimentos de saúde cadastrados no SUS que realizam procedimentos para a interrupção voluntária de gravidez para casos previstos em lei | Mensal, a partir de 2008 | <ul style="list-style-type: none"> Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde Datasus | Datusus | <ul style="list-style-type: none"> Região UFs Município | ODS 3 |
| Taxa de mortalidade por câncer de mama | 1979 a 2012 | <ul style="list-style-type: none"> Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde Instituto Nacional de Câncer (Inca) | INCA. Atlas on-line de mortalidade | <ul style="list-style-type: none"> N/A | ODS 3 |
| Prevalência do HIV entre mulheres profissionais do sexo | 2009 | <ul style="list-style-type: none"> Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais/Boletim Epidemiológico Aids e DST | Estudos especiais de vigilância epidemiológica e comportamental encomendados pelo MS/SVS/Depto. DST, HIV e Hepatites Virais | <ul style="list-style-type: none"> Idade | ODS 3 |
| Taxa de mortalidade por câncer de colo de útero | 1979 a 2012 | <ul style="list-style-type: none"> Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde Instituto Nacional de Câncer (Inca) | INCA. Atlas on-line de mortalidade | <ul style="list-style-type: none"> N/A | ODS 3 |
| Coefficiente de detecção de HIV em gestantes (por 1.000 nascidos vivos) | 2000 a 2014 | <ul style="list-style-type: none"> MS/SVS/ Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais | DST-Aids/SVS/MS. Boletim epidemiológico: Aids e DST. Brasília, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> Região UFs Faixa etária Escolaridade Raça/cor | ODS 3 |
| Número de nascidos vivos por mães entre 10 e 19 anos (gravidez na adolescência) | Anual | <ul style="list-style-type: none"> Datusus | Datusus | <ul style="list-style-type: none"> Região UFs Raça/cor | ODS 3 |

Embora seja notável a convergência de algumas Metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 com a meta 5.6 do ODS 5, é importante considerar que o ODS 3 diz respeito a acesso a serviços, cuidados e informações, enquanto o ODS 5 diz respeito à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres. Dessa forma, os indicadores propostos para a meta 5.6 dizem respeito ao exercício dos direitos reprodutivos.

O IBGE, em parceria com o Ministério da Saúde, realizou três suplementos especiais da PNAD – em 1998, 2003 e 2008 – com dados de saúde que atendiam a maior parte dos indicadores propostos para esta meta. A periodicidade estabelecida foi de cinco anos. Esses suplementos foram substituídos por uma pesquisa mais robusta: a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS). Os resultados começaram a ser divulgados em dezembro de 2014. A PNS poderá ser uma fonte adicional para esta meta. No entanto, cabe ressaltar que as bases de dados do Ministério da Saúde são confiáveis e de muita qualidade.

Na América Latina, a mortalidade materna caiu 45%, passando de 130 para 72 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos. No Brasil, de 1990 a 2011, a taxa de mortalidade materna caiu em 55%, passando de 141 para 64 óbitos por 100 mil nascidos vivos. Em 2011, 99% dos partos foram realizados em hospitais ou outros estabelecimentos de saúde (BRASIL, 2014).

Segundo a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde da Criança e da Mulher, de 2006, 67,8% de todas as mulheres entrevistadas usam algum método contraceptivo, sendo que 99,9% têm conhecimento da existência de pelo menos um dos métodos. Entre as mulheres atualmente unidas, 80,6% usam algum método, enquanto esse percentual é de 75,2% entre mulheres não unidas e sexualmente ativas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

Para esta meta, além dos indicadores selecionados a seguir para efeito de monitoramento, propõem-se outros três indicadores, que atualmente não são coletados:

a) percentual de mulheres que afirmam poder dizer “não” para marido ou parceiro caso não deseje ter relações sexuais; b) percentual de mulheres que afirmam que o uso ou a recusa no uso de contraceptivo é decisão tomada por ela própria; c) percentual de mulheres de 15 a 49 anos que afirmam poder decidir sozinha sobre sua saúde e cuidados sexuais e reprodutivos. Os dados necessários para o cálculo dos indicadores ainda não são coletados na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde. Tal lacuna poderia ser sanada com a inclusão das seguintes questões previstas em questionários do Demographic and Health Survey: (DHS q. 1.054), (DHS phase 7 q. 819 and 820), (DHS q. 922).

META 5.a

empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|---------------|-------|--------------|----------------------|
| Percentual de recursos alocados no PPA e na LOA para concessão de crédito para mulheres rurais em relação aos recursos alocados para crédito rural | Anual | PPA e LOA | MPOG | ■ N/A | - |

Juridicamente não há distinção no Brasil entre direitos de homens e mulheres a quaisquer dos recursos econômicos mencionados. Para tanto, propõe-se o uso do seguinte indicador: “Percentual de recursos alocados no PPA e na LOA para concessão de crédito para mulheres rurais em relação aos recursos alocados para crédito rural”.

META 5.b

aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|----------------------|--|--|----------------------|
| Proporção de domicílios que não possuem telefone fixo ou móvel | Anual | PNAD | Ipea e SPM/PR. Portal Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça | <ul style="list-style-type: none">■ Sexo do/a chefe do domicílio■ Cor/raça do/a chefe do domicílio■ Localização do domicílio | - |
| Proporção de domicílios que não possuem microcomputador | Anual | PNAD | Ipea e SPM/PR. Portal Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça | <ul style="list-style-type: none">■ Sexo do/a chefe do domicílio■ Cor/raça do/a chefe do domicílio■ Localização do domicílio | - |
| Proporção de domicílios que não possuem acesso à internet | Anual | PNAD | Ipea e SPM/PR. Portal Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça | <ul style="list-style-type: none">■ Sexo do/a chefe do domicílio■ Cor/raça do/a chefe do domicílio■ Localização do domicílio | - |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|----------------------|--|--|----------------------|
| Proporção da população de 10 anos ou mais de idade que acessou a internet de algum local | Anual | PNAD | Ipea e SPM/PR. Portal Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça | <ul style="list-style-type: none"> Sexo do/a chefe do domicílio Cor/raça do/a chefe do domicílio Localização do domicílio | - |

A linha de ação 8.4 do Plano Nacional de Política para as Mulheres 2013-2015 busca promover o acesso das mulheres aos bens culturais e às tecnologias da informação e apoiar as mídias livres e alternativas. Algumas de suas ações são: a contribuição ao acesso aos benefícios da banda larga, especialmente a equipamentos e programas especializados de atendimento a mulheres, e a promoção e a capacitação das mulheres para incluí-las digitalmente ampliando seu acesso às TICs. Sempre considerando a diversidade étnica, racial, de orientação sexual, de identidade de gênero, de gerações e as mulheres com deficiência.

Na linha de ação 8.5 também são delineadas ações nesse sentido, visando a estimular e a fomentar a criatividade das mulheres em diversos campos de atuação (música, cinema e vídeo, TV e rádio, mercado editorial, *designer* de moda, artes visuais, artes cênicas e dança, cultura popular, publicidade, arquitetura, jogos e animação, gastronomia, turismo, tecnologia digital, etc.) (SPM/PR, 2014b).

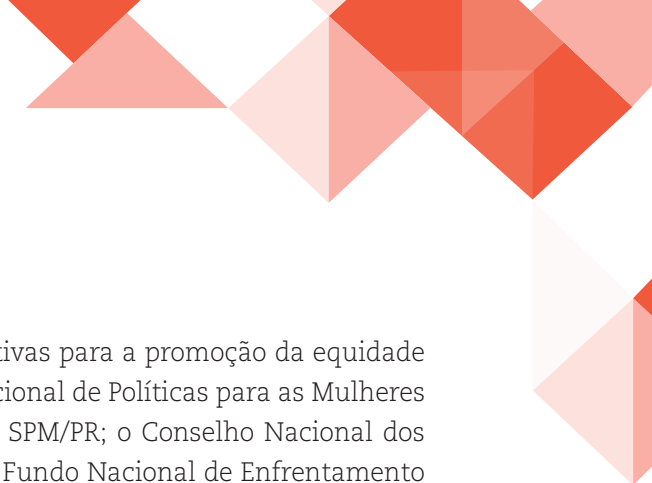
Nesta esteira, propõem-se para esta meta indicadores que identifiquem o acesso dos domicílios à internet e se possuem microcomputador, telefone fixo ou móvel, além de identificarem a proporção da população de 10 anos ou mais de idade que acessou a internet de algum local.

META 5.c

adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|---|---------------------------------------|---|----------------------|
| Percentual de recursos alocados na LOA para políticas de promoção da equidade de gênero em relação ao total do orçamento da União | Anual | Orçamento Mulher de 2000 a 2014. Portal do Senado Federal | Portal Senado Federal | <ul style="list-style-type: none"> N/A | - |

Nesta meta, propõe-se para monitoramento o percentual de recursos alocados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para políticas de promoção da equidade de gênero em relação ao total do orçamento da União.



Em vigor podem-se citar as seguintes políticas e iniciativas para a promoção da equidade de gênero e do empoderamento das mulheres: o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM); o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero da SPM/PR; o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, também integrante da SPM/PR; e o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, em tramitação no Congresso Nacional.¹

¹ A criação de um Fundo Nacional para o Enfrentamento à Violência contra Mulheres aparece como recomendação do relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra Mulheres.

6 **ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO**



OBJETIVO 6.

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

Considerações iniciais

A água é uma questão central do desenvolvimento sustentável. Os recursos hídricos e os serviços a eles relacionados podem promover a redução da pobreza, o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental. Da alimentação à segurança energética, passando pela saúde ambiental, a água contribui para melhorias no bem-estar social e para o crescimento inclusivo, afetando a vida de bilhões de pessoas.

O ODS 6 insere-se na necessidade de garantir o direito humano à água potável, bem como de assegurar saneamento e higiene para todos. A falta de suprimento de água, saneamento e higiene representa um impacto enorme na saúde e no bem-estar das populações além de uma considerável perda nas atividades econômicas. Os serviços de água e saneamento costumam resultar em ganhos econômicos substantivos.

Na visão das Nações Unidas, a garantia de disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento só será possível se houver mudanças de comportamento na sociedade. A promoção dessas mudanças dar-se-ia por meio da educação e da ciência.

META 6.1

até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---|---------------------------------|--|--|------------------------|
| Acesso permanente e sustentável à água potável | Anual, calculado para o período 1990-2012 | PNAD | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none">Brasil, grandes regiões, UFs, regiões metropolitanas | ODS 1, 2, 3, 9, 10, 11 |
| | | Datusus/Siságua | Siságua | <ul style="list-style-type: none">Brasil, UF e municípios | |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|--|-----------------------------------|---|---|----------------------|
| Domicílios particulares permanentes que tinham água canalizada em pelo menos um cômodo, abastecidos por rede geral de distribuição em aglomerados subnormais | Decenal | Censo demográfico | Censo demográfico 2010 - Aglomerados subnormais: Informações territoriais | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Município | ODS 1, 3, 9, 11 |
| Domicílios particulares permanentes que tinham água canalizada em pelo menos um cômodo, abastecidos por outra forma em aglomerados subnormais | Decenal | Censo demográfico | Censo 2010 – Aglomerados subnormais: Informações territoriais | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Município | ODS 1, 3, 9, 11 |
| Domicílios particulares permanentes que não tinham água canalizada em aglomerados subnormais | Decenal | Censo demográfico | Censo demográfico 2010 - Aglomerados subnormais: Informações territoriais | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Município | ODS 1, 3, 9, 11 |
| Índice de consumo de água <i>per capita</i> | Anual | SNIS | Ministério das Cidades | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Os dados do SNIS para o componente água e esgotos agrupam-se segundo três bases: dados agregados, dados desagregados e dados municipais. O componente resíduos sólidos urbanos contém apenas base de dados municipais | ODS 1, 3, 11, 12 |
| Avaliação oferta/ demanda do abastecimento urbano de água por município | Diagnóstico geral relativo às condições de atendimento às demandas urbanas até o ano de 2015 | ANA | Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Municipal | ODS 1, 3, 9, 11 |

Para esta meta, o indicador “índice de consumo de água *per capita*” não indica se mais pessoas estão tendo acesso à água ou se as pessoas que já têm acesso estão sendo mais eficientes ao consumir água. Ademais, considera-se importante a criação de indicador que qualifique o consumo *per capita* de água.

Além disso, seria importante criar um indicador que medisse a cobrança e o impacto da Tarifa Social de Água e Esgoto, uma vez que essa tarifa seja aprovada pelo Congresso Nacional e passe a valer para todo o território nacional. Atualmente, o Projeto de Lei do Senado n. 505/2013 está em tramitação. As pessoas que poderiam se beneficiar dessa tarifa devem, segundo o projeto, estar inscritas no Cadastro Único (SENADO FEDERAL, 2015). Embora essa lei ainda não tenha sido aprovada, muitos estados e municípios criaram suas tarifas sociais da água.

META 6.2

até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---|-----------------------------------|--|--|----------------------|
| Acesso ao esgotamento sanitário (em %) | Anual, calculada para o período 1990-2012 | PNAD | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> Brasil Grandes regiões | ODS 1, 3, 9 |
| | Anual | SNIS | Ministério das Cidades | <ul style="list-style-type: none"> Município | ODS 1, 3, 9 |
| Percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado no total de domicílios em aglomerados subnormais | Decenal | Censo demográfico | Censo demográfico 2010 - Aglomerados subnormais: Informações territoriais | <ul style="list-style-type: none"> Município | ODS 1, 9, 11 |
| Porcentagem de municípios com sistema de drenagem subterrânea nas ruas pavimentadas no total de municípios no Brasil | 2000 e 2008 | PNSB | IBGE | <ul style="list-style-type: none"> Brasil Grandes regiões UFs | ODS 9, 11 |
| Porcentagem de municípios com exclusivamente sistema de drenagem superficial nas ruas pavimentadas no total de municípios no Brasil | 2000 e 2008 | PNSB | IBGE | <ul style="list-style-type: none"> Brasil Grandes regiões UFs | ODS 9, 11 |

Para esta meta, apesar de não haver dados disponíveis desagregáveis por sexo, raça, faixa de renda e idade, considera-se essencial a construção de indicadores que levem em conta as necessidades das populações e das pessoas mais vulneráveis em relação a doenças causadas pela falta de higiene e saneamento adequados, tais como mulheres, meninas e populações mais vulneráveis.

META 6.3

até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|------------------|---------------|---|--------------|----------------------|
| Número de municípios a montante de captações com indicativos de poluição | N/A | ANA | Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água | ▪ UFs | ODS 3, 9 |
| Situação do município prevista para 2015 com relação à proteção das captações/ tratamento de esgotos | N/A | ANA | Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água | ▪ Município | ODS 3, 9, 11 |
| Concentração máxima anual por tipo de substância poluente | 2004, 2008, 2010 | IBGE | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | - | ODS 3, 12, 14 |

É recomendável que sejam desenvolvidos e implementados instrumentos e indicadores para monitorar a reciclagem e a reutilização segura de águas residuais.

Ainda nesse sentido, o *Relatório mundial das Nações Unidas sobre desenvolvimento dos recursos hídricos, World water development report* (UNESCO, 2015), deve ser um importante subsídio para o acompanhamento desta meta, sobretudo no que se refere a estudos de caso e indicadores.

Para indicadores relacionados à proteção dos ecossistemas (inclusive indicadores relativos à qualidade da água), ver tabela relativa ao ODS 15.

META 6.4

até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|----------------------|---|--------------|----------------------|
| Avaliação oferta/demanda do abastecimento urbano de água por município | 2015 | ANA | Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água | ■ Municipal | ODS 1, 3, 9, 11 |
| Índice de perda na distribuição | 2011 | SNIS | Ministério das Cidades / Secretaria Nacional de Saneamento Básico | ■ Municipal | ODS 11, 12 |

Para esta meta, seria importante desenvolver indicadores de uso da água por setor produtivo para acompanhar a eficiência do uso da água em todos os setores e as retiradas sustentáveis.

META 6.5

até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado

A Agência Nacional de Águas (ANA), criada em 17 de julho de 2000 pela Lei n. 9.984, regula os recursos hídricos do Brasil, sendo responsável por implementar, operacionalizar, controlar e avaliar os instrumentos de gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos. A ANA regula, apoia a gestão dos recursos hídricos, monitora rios e reservatórios, faz o planejamento desses recursos, realiza projetos e programas, além de oferecer informações que visam a orientar gestões racionais e sustentáveis dos recursos hídricos (ANA, 2014). A Agência coordena o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (criado pela Lei n. 9.433/1997), instrumento importante de informações que servem à gestão dos recursos hídricos (SNIRH, 2014).

Há também o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), criado pela mesma lei e composto por conselhos de recursos hídricos estaduais e do Distrito Federal, órgãos estaduais, municipais e do DF, comitês de bacia, pela própria agência reguladora (ANA), por agências de águas e pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) do Ministério do Meio Ambiente. O Singreh tem diversos objetivos, como coordenar a gestão integrada dos recursos hídricos; arbitrar, no âmbito administrativo, conflitos relacionados com as águas do país; implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos; realizar o planejamento,

a regulação e o controle do uso, da preservação e da recuperação dos recursos hídricos; e, finalmente, promover a cobrança pelo uso das águas (Lei n. 9.433/1997).

O Singreh é essencial para a promoção de uma gestão integrada dos recursos hídricos do país, pois articula informações indispensáveis de diversos entes estaduais e federativos a fim de contribuir para a avaliação e a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Nesse sentido, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos é a primeira instância do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, sendo ele um órgão consultivo e também deliberativo no que se refere ao uso das águas. Por sua vez, os Comitês de Bacias Hidrográficas são a base do Singreh, funcionando como entidade formada pelo poder público, usuários de águas e sociedade civil e tendo como finalidade debater assuntos ligados à gestão dos recursos hídricos (ANA, 2014).

Em relação aos recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços, vale dizer que 60% do território nacional está inserido em bacias hidrográficas que alcançam territórios vizinhos. Segundo a ANA, tais bacias contam com 83 rios fronteiriços ou transfronteiriços (SAE, 2013a). Há, portanto, uma série de tratados bilaterais, tripartites e multilaterais que versam sobre os recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços.

Ademais, há alguns acordos de cooperação internacional sobre gestão de recursos hídricos, como a cooperação técnica Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em Países Caribenhos, com vigência até meados de 2015, que oferece capacitação para profissionais que lidam com temáticas de recursos hídricos em diversos países da região.

Há também o projeto Cooperação Sul-Sul para o Fortalecimento da Gestão Integrada e do Uso Sustentável dos Recursos Hídricos no Contexto dos Países da América Latina e Caribe e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), celebrado entre a ANA, a ABC e a Unesco, que tem como objetivo maior contribuir com o fortalecimento da gestão integrada e com o uso sustentável dos recursos hídricos nos países latino-americanos e caribenhos e nos países africanos de língua portuguesa. Dentre os objetivos específicos está o de fomentar a construção de sistemas de informações integrados na América Latina para a gestão e o uso dos recursos hídricos.

Segundo a ANA, não há indicadores integrados atualmente para o monitoramento desta meta, a prática atual tem sido o tratamento caso a caso.

META 6.6

até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Sinergias |
|---|-----------------|---------------|--|--------------|---------------|
| Número de municípios a montante de captações com indicativos de poluição | Avaliação geral | ANA | Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água | ▪ UFs | ODS 3, 11, 12 |
| Situação do município prevista para 2015 com relação à proteção das captações/tratamento de esgotos | Avaliação geral | ANA | Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água | ▪ Município | ODS 3, 9, 11 |

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade atua na gestão das 320 Unidades de Conservação existentes no país. Estas são divididas em dois grupos: um de proteção integral e outro de uso sustentável. As Unidades de Conservação pertencentes ao grupo de proteção integral são aquelas que pretendem livrar tais áreas de qualquer tipo de intervenção humana, preservando-as de atividades de uso direto de seus recursos (com exceção de casos previstos na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Snuc). Dentre as categorias do grupo de proteção integral existem as estações ecológicas, as reservas biológicas, os parques nacionais, os monumentos naturais e os refúgios da vida silvestre. O grupo de uso sustentável abrange Unidades de Conservação onde é possível compatibilizar o uso sustentável de parte dos recursos naturais existentes com a preservação em cada uma de suas UCs. As Áreas de Proteção Ambiental (APA), as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (Arie), as Florestas Nacionais (Flona), as Reservas Extrativistas (Resex), as Reservas de Fauna (Refau), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) compõem o grupo de uso sustentável (ICMBio, 2014).

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), do Ministério do Meio Ambiente, é financiado pelo Banco Mundial, pelo governo alemão, pela WWF do Brasil e pelo BNDES. O programa existe desde 2003 e tem previsão de durar até 2040, tendo como objetivo fortalecer e promover a conservação de 60 milhões de hectares na região, além de prover recursos para sua manutenção com a intenção de promover o desenvolvimento sustentável na floresta. A atual fase do programa almeja criar 13,5 milhões de hectares de novas áreas de conservação de proteção integral e manejo sustentável; consolidar 32 milhões de hectares de áreas de conservação apoiadas na fase anterior do programa e capitalizar o Fundo de Áreas Protegidas em US\$ 70 milhões (PROGRAMA ARPA, 2014).

O Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado, instituído pelo Decreto n. 5.577/2005, visa a estimular a conservação, a recuperação e o uso sustentável de ecossistemas naturais, além da “valorização e o reconhecimento de suas populações locais”. O programa conta com a iniciativa Cerrado Sustentável, que tem quatro linhas de ação: criação e implementação de Unidades de Conservação; apoio a iniciativas de uso sustentável; formulação de políticas; e monitoramento ambiental. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), 8,1% do total do bioma Cerrado é protegido, sendo 3,1% áreas de proteção integral e 5% de uso sustentável (MMA, 2014a).

Outro instrumento que tem contribuído para a conservação e a restauração de ecossistemas relacionados à água são os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH), existentes no país desde 1988, sendo formados por organismos colegiados que fazem parte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Os Comitês têm composição diversificada e democrática, o que contribui para que todos os setores da sociedade com interesse sobre a água na respectiva bacia tenham representação e poder de decisão sobre sua gestão. Os membros que compõem o colegiado são escolhidos entre seus pares, sejam eles dos diversos setores usuários de água, sejam das organizações da sociedade civil ou dos poderes públicos. Suas principais competências são: aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia; arbitrar conflitos pelo uso da água em primeira instância administrativa; estabelecer mecanismos e sugerir os valores da cobrança pelo uso da água; entre outros.

Outro instrumento importante de monitoramento e suporte à conservação e à recuperação de áreas degradadas é o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Este é o instrumento adotado pelo Estado brasileiro para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais. Esse processo consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APP), Reserva Legal (RL), remanescentes de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública, com o objetivo de traçar um mapa digital que servirá de base para o cálculo dos valores das áreas para diagnóstico ambiental.

Essa ferramenta é de suma importância para auxiliar no planejamento do imóvel rural e na recuperação de áreas degradadas. O CAR fomenta a formação de corredores ecológicos e a conservação dos demais recursos naturais, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental, sendo atualmente utilizado pelos governos estaduais e federal. É importante salientar que as informações do CAR ainda não estão disponíveis, mas em breve será possível utilizá-las (MMA, 2015).

Dentre as áreas classificadas como APP estão as matas ciliares – matas que recobrem as margens dos rios e de suas nascentes –, as quais também são conhecidas como formações florestais ribeirinhas, matas de galeria, florestas ciliares e matas ripárias. No Brasil, elas estão presentes em todos os biomas: Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Floresta Amazônica, Pantanal e Pampa.

As matas ciliares têm uma importância singular, pois sua retirada ou degradação impactam significativamente no ciclo da água de uma bacia hidrográfica. Elas colaboram tanto para a qualidade como para a quantidade de água, pois retêm excesso de sedimentos, protegem as ribanceiras, evitam deslizamentos de terra e o assoreamento dos rios. Ademais, têm um importante papel na fixação de gás carbônico e na preservação da diversidade biológica (SIGAM, 2015).

De acordo com as alterações realizadas em outubro de 2012 (com base na Medida Provisória n. 571, convertida na Lei n. 12.727/2012) em relação ao Código Florestal, o qual estava em vigor desde maio do mesmo ano (Lei n. 12.651/2012), propriedades com área entre quatro e dez módulos fiscais devem manter, pelo menos, 20 metros de vegetação às margens desses cursos d'água. Em propriedades maiores ou em rios mais largos, a recomposição deve ser entre 30 e 100 metros de mata ciliar.

As matas ciliares podem ser utilizadas como Áreas de Preservação Permanente (APP), previstas no art. 3º, II, da Lei n. 12.651/2012. Os produtores rurais terão de recompor entre 5 e 100 metros de vegetação nativa das APPs nas margens dos rios, dependendo do tamanho da propriedade e da largura dos rios que cortam os imóveis rurais.

Para imóveis rurais com até um módulo fiscal (unidade de área que varia de 5 a 110 hectares, de acordo com a região do país), o proprietário terá de recompor na APP uma faixa de 5 metros de largura a partir da calha do rio, independentemente do tamanho do curso d'água. Se houver outras APPs na propriedade, a área preservada não poderá ultrapassar 10% da área total do imóvel.

Nas propriedades entre um e dois módulos fiscais, a faixa a ser reflorestada deverá ter 8 metros, qualquer que seja a largura do rio. Nos imóveis rurais entre dois e quatro módulos fiscais, os proprietários terão de recuperar 15 metros. No caso de imóveis entre quatro e dez módulos rurais, a largura da recomposição da mata nativa será de 20 metros nas APPs ao longo de rios de até 10 metros de largura, e 30 metros a 100 metros nas margens de rios mais largos.

Os grandes proprietários de terras, com imóveis com mais de dez módulos fiscais, serão obrigados a recompor, no mínimo, faixas de 30 metros de largura nas APPs ao longo de pequenos cursos d'água (com 10 metros de largura) e entre 30 metros e 100 metros nas margens de rios maiores (com mais de 10 metros de largura).

Além dos instrumentos supracitados, recomenda-se que seja desenvolvido e implementado um Programa Nacional de Mapeamento e Monitoramento de Nascentes e Mananciais a fim de criar indicadores de qualidade da situação de nascentes e mananciais do país. Em relação aos indicadores relacionados à proteção dos ecossistemas listados na tabela para esta meta (inclusive indicadores relativos à qualidade da água), ver tabela relativa ao ODS 15; para indicadores relativos ao mar, ver tabela do ODS 14.

META 6.a

até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados a água e ao saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso

Para esta meta, há iniciativas pontuais de cooperação bilaterais e trilaterais. No entanto, vê-se a necessidade da formulação e da implementação de uma política de cooperação internacional de água, com foco principal na cooperação Sul-Sul pelo governo brasileiro.

A Agência Nacional de Águas promove capacitação acerca da necessidade de conservação e uso racional de recursos hídricos (*vide* meta 6.5) para gestores e trabalhadores na área de recursos hídricos de outros países (ANA, 2014).

O Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico sobre Privilégios e Imunidades e Relações Institucionais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (Iica) para a implementação do projeto de cooperação técnica Desenvolvimento do Setor Água – Interáguas na Área de Saneamento Básico, de 30 de dezembro de 2013 com vigência até 31 de dezembro de 2016, visa a apoiar as ações da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades (SNSA/MCID) no que tange a políticas públicas de saneamento básico (MRE, 2013).

O ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Colômbia para Implementação do Projeto Capacitação de Técnicos Colombianos nas Áreas de Monitoramento Hidrológico, de Qualidade de Água e de Automatização das Redes Hidrológicas e Intercâmbio de Experiências em Programas e Projetos Turísticos, firmado em dezembro de 2009, visa a transferir conhecimentos e técnicas à Colômbia acerca de medições de descargas líquidas e sólidas e qualidade de água em rios com base na experiência do Brasil em monitoramento dos biomas Amazônico e do Pantanal (MRE, 2009).

Há também o Projeto de Capacitação Técnica e Implementação de Mecanismos para o Manejo Sustentável do Sistema de Águas Pluviais das Bacias dos Lagos Manágua e Nicarágua, iniciado em 2010 e com previsão de duração até dezembro de 2015, o qual objetiva capacitar técnicos para elaborarem instrumentos de controle de escoamento a fim de evitar a degradação das bacias dos Lagos Manágua e Nicarágua (ABC, 2012a).

Há ainda o projeto Cooperação Sul-Sul para o Fortalecimento da Gestão Integrada e do Uso Sustentável dos Recursos Hídricos no Contexto dos Países da América Latina e Caribe e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), amparado pela parceria entre a ANA, a ABC e a Unesco, cujo objetivo maior é contribuir com o fortalecimento da gestão integrada e do uso sustentável dos recursos hídricos nos países latino-americanos e caribenhos e nos países africanos de língua portuguesa. A ANA, em particular, recebeu mandatos para contribuir com o fortalecimento técnico e institucional das instituições de água nos países da América Latina e Caribe e nos países da CPLP (ANA, 2014).

Podem ser citados ainda como exemplo: i) o compromisso assumido pelo Brasil de apoiar as ações de cooperação junto à Secretaria Geral Ibero-Americana (Segib) no âmbito do Programa de Formação e Transferência Tecnológica em matéria de Gestão Integrada de Recursos Hídricos, designando a ANA como executora dessas ações amparadas pela Codia; ii) a Plataforma de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na área ambiental, pela qual os Estados membros designaram Brasil e Portugal para coordenar a temática água, visando, particularmente, ao fortalecimento da cooperação Sul-Sul (item V. d); e iii) a participação da ANA na Comissão do Processo Regional para o 7o Fórum Mundial da Água, contribuindo para o fortalecimento e a mobilização dos países da América Latina e Caribe no referido fórum.

Esses projetos têm ajudado os países em desenvolvimento na ampliação de suas capacidades técnicas, institucionais e legais para fazer frente aos desafios inerentes à gestão integrada

e ao uso sustentável dos recursos hídricos, associados aos efeitos potenciais das mudanças globais, tais como crescimento urbano, pressões populacionais, demanda energética e variações climáticas.

Além dessas iniciativas, existe a Capacity Development in Sustainable Development Water Management (CAP-NET), uma rede internacional que visa ao desenvolvimento de capacidades na gestão sustentável da água. Ela é formada por parcerias entre instituições autônomas nacionais, regionais e internacionais, tais como a Unesco, o PNUD, o PNUMA, entre outras (CAP-NET, 2015).

META 6.b

apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento

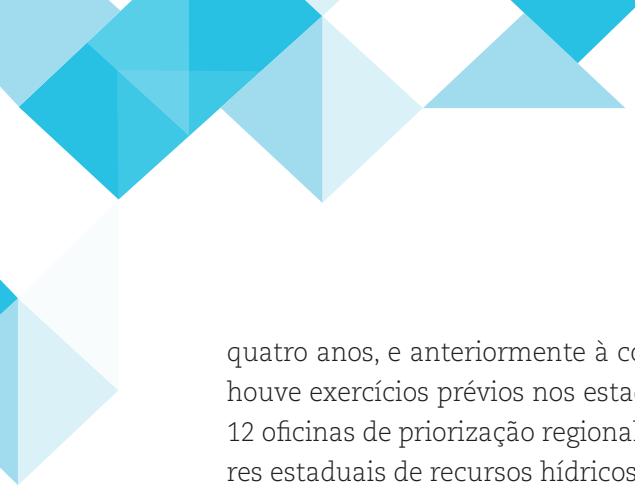
Para esta meta, considera-se importante criar indicadores que possibilitem a mensuração da participação social, com enfoque nas comunidades, na gestão da água e do saneamento (processos deliberativos), podendo os Comitês de Bacia auxiliar na construção desses indicadores.

Dentre alguns programas e iniciativas já existentes no âmbito do governo federal destinados para o fortalecimento da participação local no que se refere à gestão hídrica, pode-se citar o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado (*vide* meta 6.6) visa a promover a educação ambiental e a capacitação para o manejo sustentável para as populações locais.

O Programa Água Doce, lançado em 2004 e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, visa a implementar políticas públicas permanentes de acesso à água de qualidade para consumo, principalmente para pessoas em situação de extrema pobreza do semiárido brasileiro. Há seis esferas estruturantes do Programa: gestão; pesquisa; sistemas de dessalinização; sustentabilidade ambiental; mobilização social; sistemas de produção. Nesse sentido, o componente “mobilização social” busca promover e garantir a autonomia das comunidades beneficiadas de forma que elas assumam a gestão local dos sistemas de dessalinização do Programa. Dados mostram que já existem 150 sistemas implantados, beneficiando aproximadamente 100 mil pessoas de nove estados do Brasil. No total, 212 municípios e 2.783 comunidades já foram diagnosticados para serem beneficiados. A meta do Programa é atingir 2,5 milhões de pessoas até 2019 (MMA, 2014b).

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) (*vide* meta 6.5) é o órgão mais alto na hierarquia do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (Singreh). O CNRH constitui um ambiente de discussões, orientações e deliberações sobre políticas públicas de uso das águas, sendo composto por ministérios e secretarias especiais da Presidência da República, conselhos estaduais de recursos hídricos, usuários desses recursos e representantes da sociedade civil. Existem em vários estados conselhos estaduais de recursos hídricos que atuam e são compostos similarmente à instância nacional (CNRH, 2014).

O Plano Nacional de Recursos Hídricos 2012-2015 foi construído coletivamente também com participantes de comunidades e da sociedade civil. O PNRH deve ser revisado a cada



quatro anos, e anteriormente à consolidação dos resultados do processo de revisão do Plano houve exercícios prévios nos estados para a priorização de suas ações, além da realização de 12 oficinas de priorização regional dessas ações. Participam desses exercícios os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos (MMA, 2011).

7 ENERGIA LIMPA
E ACESSÍVEL



OBJETIVO 7.

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos

Considerações iniciais

O acesso à energia é também uma das questões centrais do desenvolvimento, pois sem energia este é praticamente impossível. Quando se fala em desenvolvimento sustentável, a confiabilidade, a modernidade e a acessibilidade tornam-se realmente questões indissociáveis.

Este objetivo, ao contemplar essas questões, promove um importante balanço entre as dimensões sociais, ambientais e econômicas do desenvolvimento sustentável.

O Brasil conta com dados variados e sólidos sobre seu sistema energético. O Balanço Energético Nacional é a fonte primária principal quando se pensa em dados relacionados à energia. O Anuário Estatístico da Empresa Brasileira de Energia (EPE) é ainda considerado um importante repositório de indicadores de energia no Brasil.

META 7.1

até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|-----------------|-----------------------------------|---|----------------------------|----------------------|
| Percentual de domicílios com acesso à energia elétrica | Anual | PNAD | IBGE | ▪ UFs | ODS 1, 9 |
| Percentual de domicílios com acesso à energia elétrica | Decenal | Censo demográfico | Atlas de Desenvolvimento Humano | ▪ Município | ODS 1, 9 |
| Domicílios particulares permanentes por existência de energia elétrica | Decenal e anual | Censo demográfico | Sinopse do Censo demográfico 2010 | ▪ Grandes regiões ▪ UFs | ODS 1, 9 |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|---------------|---|----------|---|----------------------|
| Evolução do número de perturbação e do impacto sobre o atendimento às cargas do SIN | Anual | Operador Nacional do Sistema Elétrico (nos) | EPE/IBGE | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil | - |
| Tarifas médias por classe de consumo | Anual | BRASIL. Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2014. Rio de Janeiro: EPE, 2014 | EPE | <ul style="list-style-type: none"> ▪ R\$/MWh por classe de consumo (setores da economia) | - |
| Tarifas médias por região | Anual | BRASIL. Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2014. Rio de Janeiro: EPE, 2014 | EPE | <ul style="list-style-type: none"> ▪ R\$/MWh por região | - |

O acesso à energia está relacionado tanto ao consumo quanto à demanda. Foram elencados indicadores para os adjetivos relativos ao “acesso” mencionado na formulação da meta. Para a questão da “universalidade” foram elencados indicadores de percentual de domicílios com acesso à energia elétrica e domicílios particulares permanentes por existência de energia elétrica. Este indicador também foi utilizado nas metas 1.4 e 11.1. Em relação à “confiabilidade”, o indicador escolhido foi a evolução do número de perturbações e o impacto sobre o atendimento às cargas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Quanto aos “preços acessíveis”, foram elencados indicadores de tarifas médias por classe de consumo (por exemplo, indústria, domicílios, setor agrícola, etc.) e tarifas médias por região (R\$/MWh). Quanto à “modernidade”, não se listou no âmbito desta meta nenhum indicador de forma direta. Entretanto, como esta questão é geralmente associada às fontes de energia renovável, é importante observar que o indicador elencado na meta 7.2, sobre energia renovável, contemplaria esta questão. Além disso, o acesso moderno à energia é muito ligado a especificidades locais.

Quanto à acessibilidade dos preços dos serviços de energia (não apenas a energia elétrica poderia ser considerada, mas também gás e petróleo, entre outros), diversas questões têm de ser consideradas, como renda média da população, inflação, percentual de renda média gasto com energia elétrica e outros serviços de energia, renda domiciliar *per capita* da PNAD, rendimento médio das pessoas ocupadas, entre outros.

Em relação ao acesso universal à energia, vale lembrar o Programa Nacional de Universalização do Acesso e do Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos –, lançado em 2003 por meio do Decreto n. 4.873, cujo objetivo é universalizar o acesso à energia elétrica no país, com foco na população de áreas rurais. O Programa é gerido e coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobras. Segundo o Ministério de Minas e Energia, até setembro de 2014 o programa havia fornecido energia elétrica gratuita a 15,3 milhões de moradores de zonas rurais (MME, 2014).

Do ponto de vista da desagregação dos dados, seria importante obter informações sobre o acesso à energia de comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e outras comunidades carentes isoladas.

É importante verificar o impacto qualitativo do acesso à energia elétrica em relação a populações mais vulneráveis/minorias (mulheres, populações ribeirinhas, moradores de áreas rurais, pescadores, indígenas, quilombolas, etc.). Também seria importante desenvolver uma linha de base para analisar esses impactos e consequências qualitativas sobre a vida dessas pessoas.

Ainda, deve ser lembrada a Tarifa Social de Energia Elétrica (vide Lei n. 12.212, de 20 de janeiro de 2010), um programa coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Essa tarifa é, na verdade, um desconto na conta de luz destinado às famílias inscritas no Cadastro Único que tenham renda de até meio salário mínimo *per capita* ou tenham algum componente beneficiário do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC). O desconto concedido varia de acordo com o consumo de energia: consumo mensal até 30 KWh, desconto de 65%; de 31 a 100 KWh de consumo mensal, desconto de 40%; entre 101 e 220 KWh de consumo mensal, 10% de desconto.

As famílias indígenas e quilombolas inscritas no Cadastro Único cuja renda *per capita* seja de até meio salário têm direito ao desconto de 100% na conta de energia elétrica até o limite de consumo de 50 KWh/mês.

Famílias inscritas no Cadastro Único com renda mensal de até três salários mínimos e que tenham entre seus membros pessoas em tratamento de saúde que necessitem de uso contínuo de aparelhos com elevado consumo de energia também recebem o desconto (MDS, 2015).

META 7.2

até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|---|---------------|---|--|---|----------------------|
| Participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira | Anual | BEN | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Matriz energética total e para energia elétrica | - |
| | Anual | BRASIL. Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2014. Rio de Janeiro: EPE, 2014 | Balanço Energético Nacional 2015 – Ano base 2014: Relatório Síntese. Rio de Janeiro: EPE, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Matriz energética total e para energia elétrica | - |

Deve ser ressaltado que o Brasil é um dos países com a matriz energética mais limpa do mundo. Em 2013, a participação de renováveis na matriz energética brasileira manteve-se entre as mais elevadas do mundo (41%), com pequena redução devido à menor oferta de energia hidráulica. De acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE), a participação de renováveis na matriz energética mundial é de 13%, e da OCDE de apenas 8,1% (dados de 2011).

Um potencial indicador referente a esta meta inicialmente listado – o número de empreendimentos em construção ou em operação que utilizam energias alternativas na geração de energia elétrica brasileira – foi posteriormente excluído da lista de indicadores de acordo com decisão do grupo técnico de trabalho, considerando o princípio “minimalista” da listagem de indicadores. Entretanto, considera-se esse levantamento da Aneel importante.

Outras questões a serem consideradas são as políticas públicas de promoção das fontes renováveis de energia, os financiamentos públicos e privados destinados aos empreendimentos de energia renovável, os leilões da Aneel para contratação de energia e fontes renováveis, entre outros.

Atualmente, o governo brasileiro elabora ação coordenada cujo objetivo é o aumento significativo de consumidores residenciais de energia solar. Entre as medidas a serem estimuladas estão: simplificação nas regras para a geração em casas e prédios comerciais, mudança na tributação da energia produzida e fomento ao investimento industrial no setor. Nesse sentido, um indicador importante a ser elaborado diz respeito à existência de incentivos econômicos a energias renováveis no setor elétrico (MME, 2015).

Quanto às questões sobre desagregação, vale a pena observar que o Brasil tem um sistema energético interligado, sobretudo de energia elétrica, portanto promover a desagregação por Unidade de Federação é um exercício metodológico irrelevante.

META 7.3

até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|---|---------------|---|-------|---|----------------------|
| Evolução da Intensidade Energética da Economia | Anual | A ser calculado com base no consumo final por PIB | EPE | <ul style="list-style-type: none"> Setor da economia (com base no consumo por classe de consumo) | - |
| Evolução da Intensidade Elétrica da Economia | Anual | A ser calculado com base no consumo final por PIB | EPE | <ul style="list-style-type: none"> Setor da economia (com base no consumo por classe de consumo) | - |
| Consumo final de energia por TEP | Anual | A ser calculado com base no consumo final por PIB | EPE | - | - |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|---|---------------|---|-------|---------------|----------------------|
| Consumo final per capita | Anual | A ser calculado com base no consumo final por PIB | EPE | - | - |
| Consumo final por domicílio | Anual | A ser calculado com base no consumo final por PIB | EPE | - | - |
| Consumo final de energia por unidade de valor adicionado | Anual | A ser calculado com base no consumo final por PIB | EPE | - | - |

Os indicadores de eficiência energética para um país são estruturados com base na agregação de dados, como consumo final de eletricidade e energia pelo número de habitantes ou domicílios, ou ainda, consumo final por unidade produzida de PIB. A seguir, indicadores e unidades utilizados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) em 2012 para estruturar o Plano Decenal de Expansão da Matriz Brasileira até 2021 (PDE 2021):

| Indicador | Expressão | Unidade |
|------------------------------------|--|-----------------|
| Consumo final per capita | Consumo final de eletricidade por habitante | KWh/hab |
| Consumo final por domicílio | Consumo final de eletricidade por domicílio | KWh/dom |
| Intensidade energética | Consumo final de energia por unidade de valor adicionado | MWh/R\$/tep/R\$ |
| Consumo específico | Consumo final de energia por unidade física de produto | MWh/t/tep/t |

Fonte: EPE (2012)

A intensidade energética é um importante indicador da eficiência energética (EE), pois evidencia qual a tendência da produção industrial e da geração de riqueza de um país em relação ao uso de energia. Uma intensidade energética alta indica um custo alto para conversão de energia em riqueza ou unidade de valor adicionado, enquanto uma intensidade energética baixa indica que se consome pouca energia para obtenção de um PIB alto.

Como no Brasil a eficiência energética é incorporada ao planejamento energético para a expansão do sistema elétrico, os valores para intensidade elétrica e intensidade energética são importantes indicadores do perfil de participação da EE no país. Portanto, relacionados à meta 7.3, os indicadores principais escolhidos foram a “evolução da intensidade energética da economia” e a “evolução da intensidade elétrica da economia”, cujos valores e tendências são elaborados pela EPE. Ela também elabora valores de intensidade energética especificamente para o setor industrial.

A AIE também define os valores de intensidade energética para o Brasil em dólares, adicio-

nando-se ainda indicadores de consumo elétrico e energético *per capita* final (IEA, 2011).

Quanto ao indicador listado na tabela “Existência de Escos (Empresas de Engenharia Especializada em Serviços de Conservação de Energia)”, existem 63 Escos associadas à Abesco no Brasil. Estima-se que existam no total 150 Escos no país, segundo dados da própria Abesco (2015).

META 7.a

até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|---------------|--|---------|---------------|----------------------|
| Existência do Plano Decenal de Cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China, firmado em 21 de junho de 2012, que objetiva promover projetos e programas de cooperação em ciência e tecnologia num período de dez anos, concentrando-se, entre outras, nas áreas de minas, energia, infraestrutura e transportes; tecnologias de energia renovável e de energia limpa, com ênfase em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em bioenergia | N/A | Sistema de Atos Internacionais | MRE | ■ N/A | - |
| Existência do Projeto Promoção de Cultivos Alternativos para a Produção de Biocombustíveis entre Brasil e Peru | N/A | Sistema de Atos Internacionais | MRE | ■ N/A | - |
| Existência do Projeto Desenvolvimento de Processos Agroprodutivos para Biocombustíveis entre Brasil e Equador | N/A | Cooperação Sul-Sul. Equador | ABC | ■ N/A | - |
| Existência do Projeto de Fortalecimento das Capacidades para o Desenvolvimento do Plano Nacional de Eletrificação Rural Brasil-Peru | N/A | Sistema de Atos Internacionais | MRE | ■ N/A | - |
| Existência do Projeto de Suporte Técnico para a Melhoria dos Processos de Carbonização Vegetal na Nicarágua | N/A | Cooperação Sul-Sul. Nicarágua | ABC/MRE | ■ N/A | - |

Há vários exemplos de cooperação internacional do Brasil nessas áreas.

O Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, firmado em 21 de junho de 2012, objetiva promover

projetos e programas de cooperação em ciência e tecnologia num período de dez anos, concentrando-se, entre outras, nas áreas de minas, energia, infraestrutura e transportes; tecnologias de energia renovável e de energia limpa, com ênfase em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em bioenergia (MRE, 2012c).

Mais recentemente, em 2015, no âmbito do fortalecimento da Parceria Estratégica Global Brasil-China, foi atualizado o plano de ação conjunta entre os dois governos, incluindo uma série de ações na área de energia, como em eficiência energética, energias renováveis (eólica, solar, hidrelétrica, biocombustíveis e biomassa), bem como cooperação tecnológica nessas áreas.

O projeto Políticas de Inovação para o Setor Elétrico procura diagnosticar e avaliar as diferentes formas de fomento à inovação no ramo da energia, principalmente no setor elétrico, bem como a eficácia de sua aplicabilidade no Brasil. O projeto foi lançado em 2013 pelo Fundo de Cooperação do Governo Britânico, o Prosperity Fund (CGEE, 2015).

O projeto Promoção de Cultivos Alternativos para a Produção de Biocombustíveis – Fase II tem como objetivo instalar, acompanhar e avaliar cultivos de mamona nas regiões de Ucayali e San Martin (Peru) para estimular o governo peruano a melhorar suas pesquisas em culturas oleaginosas. O projeto começou em 01/05/2008 e tinha previsão para vigorar até o fim de 2014, sendo a Embrapa responsável pela sua execução (MRE, 2008).

O Projeto de Fortalecimento das Capacidades para o Desenvolvimento do Plano Nacional de Eletrificação Rural, Brasil-Peru, promove, desde novembro de 2011 e com vigência até o fim de 2014, a transferência de conhecimentos provenientes da experiência brasileira com projetos de eletrificação rural a fim de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento econômico da população do país parceiro. O projeto é executado pelo Ministério de Minas e Energia (MRE, 2009a).

O Projeto Desenvolvimento de Processos Agroprodutivos para Biocombustíveis, firmado entre o Brasil e o Equador, vigente de 01/04/2011 até 31/12/2014, tem como finalidade promover capacitação científica a técnicos para que possam produzir matérias-primas de fontes alternativas que gerem agroenergia (ABC, 2012).

O Projeto de Suporte Técnico para a Melhoria dos Processos de Carbonização Vegetal, na Nicarágua, visa a repassar novas metodologias e técnicas para melhorar a sustentabilidade na produção de carvão vegetal na Nicarágua e é executado pela Universidade Federal de Viçosa (MG). O projeto está previsto para vigorar de 05/05/2011 até 31/12/2014 (ABC, 2012a).

META 7.b

até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países de menor desenvolvimento relativo, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|---------------|--|---------|---------------|----------------------|
| Existência do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos | N/A | Programa Luz para Todos | MME | ■ N/A | - |
| Existência do Plano de Eletrificação Rural Vinculado ao Desenvolvimento Local – Fase II, Brasil-Guatemala | N/A | Sistema de Atos Internacionais | MRE | ■ N/A | - |
| Existência de projeto de cooperação da Embrapa com a Colômbia para a ampliação do conhecimento sobre a palma azeiteira e mamona como fontes de biomassa para a produção de biodiesel | N/A | Projetos pontuais | Embrapa | ■ N/A | - |
| Existência do Projeto de Cooperação Técnica para Alternativas de Produção de Biocombustíveis da Embrapa com a Costa Rica | N/A | Projetos pontuais | Embrapa | ■ N/A | - |
| Existência do Projeto de Cooperação Técnica da Embrapa para a Adoção de Tecnologias Modernas para a Produção de Etanol em El Salvador | N/A | Projetos pontuais | Embrapa | ■ N/A | - |
| Existência do Projeto de Cooperação Técnica com o Paraguai para o Desenvolvimento de Técnicas para a Produção de Matérias-Primas de Biocombustíveis | N/A | Projetos pontuais | Embrapa | ■ N/A | - |
| Existência de Projeto de Cooperação de Apoio ao Desenvolvimento de Cultivos Alternativos para Biocombustíveis com Recursos Florestais e com a Conservação de Solos | N/A | Projetos pontuais | Embrapa | ■ N/A | - |

O Programa Luz para Todos, anteriormente mencionado (*vide* meta 7.1), é de grande relevância quanto à expansão da infraestrutura para o fornecimento de serviços de energia e para o acesso universal desta no Brasil. O Brasil também coopera nesse sentido com outros países em desenvolvimento.

O Plano de Eletrificação Rural Vinculado ao Desenvolvimento Local – Fase II, Brasil-Guatemala, visa a transferir conhecimentos oriundos da experiência brasileira com o programa Uso Produtivo em Zonas Rurais de Luz para Todos com o propósito de ampliar a capacidade produtiva das pessoas que vivem em zonas rurais a partir do acesso à energia elétrica. A ideia é capacitar técnicos para a implementação de três unidades experimentais do Plano, que está em vigência de 30 de setembro de 2011 a 31 de dezembro de 2015 (MRE, 2013a).

Existe ainda um projeto de cooperação da Embrapa com a Colômbia para a ampliação do conhecimento sobre a palma azeiteira e a mamona como fontes de biomassa para a produção de biodiesel (EMBRAPA, 2014c).

O Projeto de Cooperação Técnica para Alternativas de Produção de Biocombustíveis da Embrapa com a Costa Rica tem como objetivo promover capacitação em técnicas agropecuárias com foco na produção de biodiesel (EMBRAPA, 2014c).

Por sua vez, o Projeto de Cooperação Técnica da Embrapa para a Adoção de Tecnologias Modernas para a Produção de Etanol em El Salvador atua por meio do aumento da produtividade do cultivo da cana-de-açúcar (EMBRAPA, 2014c).

Há ainda o Projeto de Cooperação Técnica com o Paraguai para o Desenvolvimento de Técnicas para a Produção de Matérias-Primas de Biocombustíveis, também realizado pela Embrapa (EMBRAPA, 2014c).

Com o Peru, a Embrapa tem um projeto de Cooperação de Apoio ao Desenvolvimento de Cultivos Alternativos para Biocombustíveis com Recursos Florestais e com a Conservação de Solos (EMBRAPA, 2014c).

(Ver também: Projeto de Fortalecimento das Capacidades para o Desenvolvimento do Plano Nacional de Eletrificação Rural, Brasil-Peru; Projeto de Cooperação Técnica de Desenvolvimento de Processos Agroprodutivos para Biocombustíveis, entre a Embrapa e o governo do Equador – meta 7.a).

8 TRABALHO DECENTE
E CRESCIMENTO
ECONÔMICO



OBJETIVO 8.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos

Considerações iniciais

O Objetivo 8 diz respeito ao crescimento econômico, ao trabalho e ao emprego, sendo composto por dez metas relativas a crescimento *per capita*, produtividade, políticas para o desenvolvimento, produção e consumo sustentáveis, pleno emprego e trabalho decente para todos e todas, desemprego de jovens, trabalho infantil, trabalho forçado e tráfico de pessoas, direitos trabalhistas, turismo sustentável e acesso a serviços financeiros.

Com base em microdados do IBGE é possível produzir indicadores específicos e robustos para cada uma das metas do ODS 8, porém esse tipo de informação não é disponibilizada de forma corriqueira. Portanto, seria importante produzir tais informações cada vez que os dados do IBGE fossem tornados disponíveis. Não foi abordada essa possibilidade na lista sugerida de indicadores porque sua especificidade tornaria difícil a comparação internacional, a não ser nos casos em que isso já é feito por instituições nacionais, como o Ipea (foram indicados quais indicadores possuem essa característica nas tabelas seguintes).

Ao se propor indicadores para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, vale ter como referência também o trabalho executado no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, no qual a OIT produziu o *Guia sobre os novos indicadores de emprego dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (OIT, 2009b) como ferramenta para uso nacional.

META 8.1

sustentar o crescimento econômico per capita, de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, pelo menos um crescimento anual de 7% do produto interno bruto nos países de menor desenvolvimento relativo

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|---|---------------|---|---|---------------|----------------------|
| Produto interno bruto, variação em volume | Anual | IBGE. Séries Históricas e Estatísticas: produto interno bruto, variação em volume | IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais | ■ Brasil | ODS 1 |

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|---|---------------|--|---|--|----------------------|
| PIB <i>per capita</i> (preços de 2013) | Anual | Série estimada utilizando-se o PIB preços de 2013 e a população residente. Para 2010 a 2013: resultados preliminares estimados a partir das Contas Nacionais Trimestrais – referência 2000 | IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil | ODS 1 |
| Produto interno bruto dos municípios | Anual | Produto interno bruto dos municípios 2011 | IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Região metropolitana, mesorregião, microrregião e municípios | ODS 1 |
| Produto interno bruto e participação das grandes regiões e das Unidades da Federação | Anual | IBGE, em parceria com os órgãos estaduais de estatística, as secretarias estaduais de governo e a superintendência da Zona Franca de Manaus | IBGE, em parceria com os órgãos estaduais de estatística, as secretarias estaduais de governo e a superintendência da Zona Franca de Manaus | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UFs ▪ Grandes regiões | ODS 1 |

Conforme o texto da Meta 8.1, o indicador sugerido é a taxa de crescimento anual da renda *per capita*. Recomenda-se também a desagregação por grande região, Unidade da Federação e município, permitindo atenção maior às áreas mais pobres do país.

META 8.2

atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão-de-obra

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|---------------|---|--|--|----------------------|
| Crescimento do PIB por trabalhador ocupado | Trimestral | Sistema de Contas Nacionais Trimestrais | Sistema de Contas Nacionais/ IBGE | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil | ODS 1 |
| Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) (1), em valores correntes, em relação ao total de C&T e ao produto interno bruto (PIB) por setor institucional | Anual | <p>Produto interno bruto (PIB): Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), extraído em 27/02/2014;</p> <p>Dispêndios federais: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Extração especial realizada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro);</p> <p>Dispêndios estaduais: balanços gerais dos estados e levantamentos realizados pelas Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia ou instituições afins; e</p> <p>Dispêndios empresariais: Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec/ IBGE) e levantamento realizado pelas empresas estatais federais a pedido do MCTE</p> <p>laboração: Coordenação-Geral de Indicadores (CGIN) – Ascav/ Sexec – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)</p> | MCTI (2014) | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil | ODS 9 |
| Taxa de investimento da economia brasileira | Anual | IBGE. Séries Históricas e Estatísticas: taxa de investimento | IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil | ODS 9 |
| Produtividade na indústria | Anual | Brasil em síntese: indústria | IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria – Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salários | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil | ODS 9 |
| Número de patentes depositadas por pessoa física e jurídica | Mensal | INPI. Estatísticas | Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) | <ul style="list-style-type: none"> ▪ N/A | ODS 9 |

A Meta 8.2 pode ser decomposta em três aspectos principais. Primeiro, o indicador de dispêndio em ciência e tecnologia em relação ao PIB mede o aspecto de modernização tecnológica e da inovação. Segundo, a taxa de investimento da economia é usada como indicador precursor de ganhos de produtividade. Terceiro, são sugeridos diversos indicadores de produtividade: PIB por trabalhador ocupado, produtividade na indústria e produtividade no trabalho (segundo serviços prestados, informação e comunicação, serviços profissionais, transporte e correio, atividades imobiliárias, manutenção e reparação, outros serviços e macrossetores).

META 8.3

promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|---------------------|--|---------------------------|---|----------------------|
| Percentual de emprego informal não agrícola | Anual ou trimestral | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua | PNAD/IBGE | <ul style="list-style-type: none"> Sexo | ODS 1 |
| Taxa de abertura de vagas | Mensal | Caged MTE | Caged MTE | <ul style="list-style-type: none"> Setores UFs | ODS 1 |
| Taxa de desligamentos | Mensal | Caged MTE | Caged MTE | <ul style="list-style-type: none"> Setores UFs | ODS 1 |
| Percentual de micro, pequenas e médias empresas ativas | Mensal | Empresômetro MPE | CNC | <ul style="list-style-type: none"> Atividades econômicas Setores UFs | ODS 10 |

A Meta 8.3 pode ser decomposta em dois aspectos principais. Primeiro, a taxa de abertura de vagas e a taxa de desligamentos medem o aspecto da geração de emprego decente. Segundo, o percentual de pequenas e médias empresas mede a formalização e o crescimento dessas empresas.

Além dos indicadores propostos, destacam-se algumas políticas adotadas pelo governo brasileiro relativas a empreendedorismo, acesso a serviços financeiros e emprego decente. Segundo o *Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (BRASIL, 2014), no Brasil já existem 364 mil beneficiários do Programa Bolsa Família formalizados como microempreendedores individuais (MEI). A pessoa cadastrada como MEI tem vantagens e benefícios, como o registro no CNPJ; o pagamento de tributos abrangidos no Simples Nacional (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica – CPP) por meio de um único documento de arrecadação, ficando a carga tributária reduzida; cobertura previdenciária; contratação de funcionário por custo reduzido; isenção de taxas para o registro da sua empresa; acesso a crédito bancário; emissão de alvará pela internet; apoio técnico do Sebrae na organização da empresa; entre outros. Segundo o sítio do Simples Nacional, em novembro de 2014 havia 4.587.857 microempreendedores individuais formalizados registrados no portal empreendedor (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2014).

Ainda nesse sentido, outra iniciativa interessante é o Programa Crescer de Microcrédito Produtivo Orientado, que já realizou 2,3 milhões de operações de microcrédito apenas com beneficiários do Programa Bolsa Família. No programa, 157 mil pessoas também foram apoiadas em 7,8 mil empreendimentos de economia solidária. O Programa tem o objetivo de promover o acesso ao crédito orientado às micro e pequenas empresas e de incentivar a formalização de trabalhadores e negócios, fazendo com que possam emitir notas fiscais, participar da previdência social e registrar seus empregados (BRASIL, 2014).

Outro importante avanço é a aprovação da Emenda Constitucional n. 72/2013, que regulamenta diversos direitos trabalhistas fundamentais para trabalhadores e trabalhadoras domésticas.

Foram incluídas nas referências publicações elaboradas por organismos internacionais ou pelo governo brasileiro tidas como importantes que poderão complementar as informações ou dar subsídios para o desenvolvimento de indicadores que permitam monitorar esta meta e prover dados que assegurem sua comparabilidade e seu acompanhamento em âmbito internacional.

META 8.4

melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o “Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis”, com os países desenvolvidos assumindo a liderança

Não foram identificados indicadores para a Meta 8.4, mas destacam-se algumas políticas adotadas pelo governo brasileiro relativas à produção e ao consumo sustentáveis. Devido à adesão brasileira ao Processo de Marrakesh em 2007 e segundo as orientações do Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis (*10-Year Framework of Programmes on SCP*) do PNUMA de 2003, o Brasil lançou o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), de 23/11/2011, que aborda ações estruturantes do governo, do setor produtivo e da sociedade no sentido de promover a sustentabilidade na produção e no consumo. No Plano, as políticas ambientais são conjugadas às políticas de desenvolvimento econômico como forma de sugerir e proporcionar alternativas sustentáveis tanto para quem produz quanto para quem consome (MMA, 2011).

O Plano possui mecanismos de implementação diversos, como a atuação do Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentável, criado em 2008, que é o principal órgão para o desenvolvimento e a execução do PPCS. Há também um Fórum Anual do PPCS que promove troca de experiências entre entidades e pessoas inseridas nas ações do Plano. Outros mecanismos são ferramentas virtuais cujo objetivo é permitir a comunicação entre parceiros sobre o andamento de suas ações, além dos diálogos setoriais e das consultas públicas sobre a formulação do Plano (MMA, 2011).

Há três etapas de implementação para o PPCS. O primeiro ciclo (2011-2014) foca nas áreas de educação para o consumo sustentável, no varejo e no consumo sustentável, no aumento de reciclagem, nas compras públicas sustentáveis, nas construções sustentáveis e na agenda ambiental da administração pública. A segunda etapa tem como finalidade ampliar o alcance das ações para produção e consumo sustentáveis tanto no setor público como no privado. A última etapa consiste na capilarização do PPCS com o intuito de promover diálogos entre diversas instâncias gestoras do Plano sobre suas metas, de acordo com as especificidades de cada região onde ele é implementado (MMA, 2011).

Foram incluídas nas referências publicações elaboradas por organismos internacionais ou pelo governo brasileiro tidas como importantes que poderão complementar as informações ou dar subsídios para o desenvolvimento de indicadores que permitam acompanhar esta meta e prover dados que assegurem sua comparabilidade e seu acompanhamento em âmbito internacional.

META 8.5

até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|---|--------------------------------------|--|--|----------------------|
| Taxa de ocupação das pessoas com 16 anos ou mais de idade | 1995-2012 | Ipea/Disoc | IBGE/PNAD | <ul style="list-style-type: none"> Sexo Cor/raça Faixa etária Urbano/rural | ODS 1, 10 |
| Salário médio por hora de homens e mulheres por ocupação | Anual | Rais | MTE/Rais | <ul style="list-style-type: none"> Sexo | ODS 5, 10 |
| Taxa de desemprego | Anual | PNAD | IBGE (2013), ver tabela 4.2 | <ul style="list-style-type: none"> Brasil Grandes regiões UFs Regiões metropolitanas | ODS 1, 10 |
| Taxa de desemprego | Mensal | PME (IBGE) | IBGE. Banco de Dados Agregados – Sidra | <ul style="list-style-type: none"> Regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre | ODS 1, 10 |
| Rendimento médio real do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade | 2004 a 2013 | PNAD | IBGE/PNAD | <ul style="list-style-type: none"> Sexo Cor/raça Grandes regiões UFs | ODS 1, 10 |
| Percentual de ocupações potencialmente precárias | Anual, calculado para o período 1992-2012 | PNAD | IPEA (2014), p. 28, 146 e 187 | <ul style="list-style-type: none"> Brasil Grandes regiões | ODS 1, 10 |
| Número de empregos formais | Anual a partir de 2003 | Estatísticas da Rais | MTE/Rais | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões UFs Situação de domicílio Sexo Cor/raça | ODS 1, 10 |

A Meta 8.5 pode ser decomposta em três aspectos principais. Primeiro, o emprego pleno e produtivo pode ser medido pela taxa de desemprego (PME; PNAD), pela taxa de participação, pela taxa de ocupação e desocupação, pelo rendimento médio real do trabalho e pela participação da renda do trabalho na renda familiar total. O indicador “taxa de ocupação das pessoas com 16 anos ou mais de idade” foi um dos indicadores centrais dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e é fundamental para monitorar o emprego e as disparidades de gênero no mercado de trabalho, com desagregação por sexo, segundo cor/raça e grupos de anos de estudo. É importante que seja desagregado também por deficiência severa.

Segundo, o trabalho decente pode ser medido pelos seguintes aspectos: percentual de ocupações potencialmente precárias; proporção de ocupados sindicalizados; número de empregos formais; média de horas semanais trabalhadas (inclusive acima de 44 e 48 horas); número de trabalhadores resgatados de condição análoga à escravidão; número de infratores; percentual de crianças e adolescentes ocupados; número de crianças e adolescentes afastados do trabalho infantil; proporção de trabalhadoras domésticas com carteira assinada; quantidade de acidentes de trabalho e taxa de incidência e de mortalidade de acidentes de trabalho.

O terceiro aspecto é relativo a grupos vulneráveis. A média de horas semanais dedicadas a afazeres domésticos e o índice de dissimilaridade de Duncan permitem avaliar a desigualdade de gênero. O índice calcula a proporção de mulheres ou homens que teriam de mudar de grupos de ocupação de modo que a distribuição em cada grupo fosse igual à da força de trabalho como um todo. O número e o percentual de empregos de pessoas com deficiência permitem avaliar sua inserção no mercado formal de trabalho.

META 8.6

até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|---|---------------|---------------|---|--|----------------------|
| Taxa de desemprego entre os jovens | Anual | PNAD | IBGE (2013), ver gráfico 1.8. | <ul style="list-style-type: none"> ■ Sexo ■ Faixa etária | ODS 1,10 |
| Proporção de jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham em relação ao total de jovens de 15 a 24 anos de idade | 2005 a 2013 | PNAD | IBGE/PNAD/OIT | <ul style="list-style-type: none"> ■ Sexo ■ Cor/raça ■ Grandes regiões ■ Unidades da Federação | ODS 4, 10 |

Continua...

...Continuação

| | | | | | |
|---|--|----------------------------|--|---|-----------|
| Taxa de desocupação de jovens de 15 a 24 anos de idade | 2004 a 2013 | PNAD | IBGE/PNAD/OIT | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Situação de domicílio | ODS 1,10 |
| Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade | 2004-2012 | PNAD | IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011-2012 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Grandes regiões ▪ Sexo ▪ Grupos de idade | ODS 4, 10 |
| Taxa de alfabetização de jovens de 15 a 24 anos | Anual, calculado para o período de 1990 a 2012 | PNAD | Brasil, 2014, p. 43, 162, 194 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Grandes regiões ▪ Brasil | ODS 4, 10 |
| Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade | 2004-2012 | PNAD | PNAD | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Grandes regiões ▪ Sexo ▪ Grupos de idade | ODS 4, 10 |
| Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade | 1995-2012 | Ipea/Disoc | IBGE/PNAD | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Situação de pobreza ▪ Brasil e grandes regiões | ODS 4, 10 |

A Meta 8.6 pode ser decomposta em três aspectos principais: 1) o emprego de jovens pode ser medido pela taxa de desemprego, pelo percentual da população ocupada e pela taxa de desocupação; 2) a educação de jovens pode ser medida pelas taxas de alfabetização e de analfabetismo e pelo número de anos de estudo. O indicador de jovens que não estudam nem trabalham diz respeito a ambos os aspectos; 3) a formação de jovens, que pode ser medida pelo número e pela proporção de contratos de aprendizagem.

META 8.7

tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|------------------|---|--|--|----------------------|
| Número e porcentagem de crianças entre 5 e 17 anos de idade em situação de trabalho infantil | Decenal e anual | Indicadores sobre a situação do trabalho infantil no Brasil | IBGE/Censo e PNAD | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sexo ▪ Faixa etária ▪ Raça/cor ▪ Grandes regiões ▪ UFs | ODS 1 |
| Número de crianças e adolescentes afastadas de situação irregular de trabalho infantil | A partir de 2007 | Indicadores sobre a situação do trabalho infantil no Brasil | MTE – Secretaria de Inspeção do Trabalho / Detrae. OIT | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UFs ▪ Municípios | ODS 1 |
| Número total de trabalhadores resgatados de condição análoga à escravidão | 1995-2014 | Grupo de Fiscalização Móvel do MTE | MTE – Secretaria de Inspeção do Trabalho / Detrae. OIT | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UFs ▪ Setor de atividade econômica | ODS 1 |
| Número de infratores no Cadastro de Empregadores Flagrados Utilizando Trabalho em Condição Análoga à Escravidão – “Lista Suja” | 1995-2014 | Grupo de Fiscalização Móvel do MTE | MTE – Secretaria de Inspeção do Trabalho / Detrae. OIT | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UFs ▪ Setor de atividade econômica | ODS 1 |

A Meta 8.7 pode ser decomposta em dois aspectos principais. O aspecto do trabalho infantil pode ser medido pelo número e pela porcentagem de crianças entre 5 e 17 anos em situação de trabalho infantil. O aspecto da escravidão moderna pode ser medido pelo número de pessoas vivendo em condição análoga à escravidão.

O Brasil ratificou as Convenções 29 e 105 da OIT, concernentes ao trabalho forçado e à sua erradicação. Em 1995 foram criados o Grupo Executivo de Repressão do Trabalho Forçado (Gertraf) e o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), vinculado à Secretaria de Fiscalização

do Trabalho do MTE, que atua especificamente no meio rural investigando denúncias de trabalho escravo. Em 2002 teve início a implementação do projeto de cooperação técnica Combatendo o Trabalho Forçado no Brasil, realizado com a OIT, e em 2003 o Brasil tipificou, no artigo 149 do Código Penal, o crime de reduzir um trabalhador à condição de escravo (OIT, 2010).

Também nesse sentido, em 2011 foi criado o *Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo*, também conhecido como “Lista suja”, por meio de portaria interministerial MTE/SDH n. 2. Até a última atualização da lista, em 21 de novembro de 2014, havia 582 nomes de pessoas jurídicas ou físicas que deveriam pagar multas e cumprir procedimentos administrativos para ter seus nomes retirados da lista. Contudo, não há outras punições previstas para tais empregadores (MTE, 2011).

Em 2013, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de suas operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo, inspecionou trezentos estabelecimentos que haviam sido denunciados por manterem trabalhadores em condição análoga à escravidão. Nessas investigações, 2.063 trabalhadores foram resgatados e 4.327 autos de infração foram lavrados. Entre 1995 e 2013, foram realizadas 1.572 inspeções, que resultaram no resgate de 46.478 trabalhadores e no pagamento de R\$ 86.320.330,00 aos trabalhadores (MTE, 2013).

Historicamente, a maior incidência de resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão ocorre no meio rural, em especial na pecuária, na produção de carvão e no setor sucroalcooleiro. Apesar disso, em 2013, pela primeira vez na história da fiscalização do trabalho, foi registrado um número maior de resgatados no meio urbano (1.068) do que no meio rural (995), com grande predominância do setor da construção civil (849), seguido pelo setor da confecção têxtil (aproximadamente 120), no qual se caracteriza a exploração de estrangeiros, notadamente bolivianos e peruanos.

Quanto à situação de trabalhadores estrangeiros em condições precárias de trabalho, o MTE recebe, desde a década de 1990, de forma crescente, denúncias de más condições ou de violência no trabalho relacionadas ao fluxo migratório irregular de mão de obra. Denúncias recorrentes são feitas em relação ao trabalho em oficinas de costura, onde trabalham, majoritariamente, migrantes da Bolívia, do Peru e do Paraguai. Algumas medidas têm sido adotadas como tentativa de combate a essas condições, como a assinatura do Acordo Brasil/Bolívia em 2005, que propõe a regularização de imigrantes sem documentação. Nesse mesmo ano instaurou-se na Câmara Municipal de São Paulo a Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar a Exploração de Trabalho Análogo ao de Escravo. Outro acordo firmado nesse âmbito é o Pacto Municipal Tripartite contra a Fraude e a Precarização e para o Trabalho e Emprego Decentes em São Paulo (2009) – Cadeia Produtiva das Confeções, entre o Ministério do Trabalho e Emprego e diversos outros órgãos e entidades (MTE, 2014a).

O Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD) tem como uma de suas principais prioridades a erradicação do trabalho escravo e a eliminação do trabalho infantil, em especial em suas piores formas. O Brasil ratificou as duas convenções da OIT relacionadas ao tema – a Convenção n. 138 (1973) sobre a Idade Mínima de Admissão ao Trabalho, em 2002, e a Convenção n. 182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (1988) no ano 2000. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) articula um conjunto de ações para retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto quando na condição de aprendizes, a partir de 14 anos. O Programa compreende transferência de renda – prioritária-

mente por meio do Programa Bolsa Família –, acompanhamento familiar e oferta de serviços socioassistenciais, atuando de forma articulada com estados e municípios e com a participação da sociedade civil. A família só poderá receber o benefício caso todos os seus filhos de até 16 anos não trabalhem (MTE, 2014b).

Segundo o exercício de monitoramento do PNETD realizado em 2013, algumas metas foram alcançadas parcialmente e outras totalmente. A meta de ter 60% das crianças de 5 a 9 anos com ocorrência de trabalho infantil incluídas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi atingida e superada, com a inclusão de 104.097 crianças no Peti em 2012 (em 2011 haviam sido identificadas 89.072 crianças entre 5 e 9 anos trabalhando). Outra meta totalmente alcançada foi incluir 40% de crianças e adolescentes de 10 a 13 anos em ocorrência de trabalho infantil no Peti (MTE, 2013).

O número de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos foi reduzido em 62% entre 1992 e 2013, passando de 8.423.448 para 3.188.000 nesse período, segundo dados da PNAD. Para o ano de 2013, segundo a PNAD, o número de crianças e adolescentes trabalhando era distribuído da seguinte forma por faixas etárias: 61 mil crianças de 5 a 9 anos (0,4% do total de crianças dessa faixa etária); 445.867 crianças de 10 a 13 anos (3,4% do total dessa faixa etária); 806.588 adolescentes de 14 e 15 anos (11,4% do total dessa faixa etária); e 1.874.849 adolescentes de 16 e 17 anos (26,4% do total de adolescentes dessa faixa etária) (elaboração: OIT).

As referências incluem publicações elaboradas por organismos internacionais ou pelo governo brasileiro tidas como importantes que poderão complementar as informações ou dar subsídios para o desenvolvimento de indicadores que permitam monitorar esta meta e prover dados que assegurem sua comparabilidade e seu acompanhamento em âmbito internacional.

META 8.8

proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas com emprego precário

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|---|---------------|--|----------|---|----------------------|
| Ratificação e implementação de convenções fundamentais da OIT e regulamentos internacionais sobre trabalho e direitos humanos | Contínua | OIT. Up-to-date Conventions not ratified by Brazil | OIT | <ul style="list-style-type: none"> N/A | ODS 1, 10 |
| Taxa de acidentes de trabalho fatais | Anual | Ministério da Previdência Social. AEAT 2013 | MPS/SPPS | <ul style="list-style-type: none"> Sexo Classe de atividade Econômica UFs | ODS 1 |
| Incidência de incapacidade temporária | Anual | Ministério da Previdência Social. AEAT 2013 | MPS/SPPS | <ul style="list-style-type: none"> UFs Tipo de incapacidade (até 15 dias, mais de 15 dias e permanente) | ODS 1 |

Continua...

A Meta 8.8 pode ser decomposta em dois aspectos principais. O aspecto dos direitos trabalhistas pode ser medido pela ratificação e pela implementação de convenções fundamentais da OIT e regulamentos internacionais sobre trabalho e direitos humanos. O aspecto relacionado a ambientes de trabalho seguros pode ser medido pela taxa de acidentes de trabalho fatais e pela incidência de incapacidade temporária. Esta meta apresenta sinergias com a Meta 8.7.

Em relação aos trabalhadores migrantes, a Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante tem como um de seus objetivos a proteção dos direitos humanos de migrantes no Brasil, ao mesmo tempo em que busca aumentar os vínculos da migração com o desenvolvimento. A Política também visa a documentar os movimentos migratórios do Brasil a fim de oferecer informações mais acuradas sobre como regulá-los.

Segundo a Constituição Federal, os migrantes em situação regular no país devem ser tratados com igualdade de oportunidades e têm os mesmos direitos e deveres dos cidadãos brasileiros. Ademais, dentro das diretrizes específicas do texto da Política Nacional, estabelece-se que os migrantes terão condições decentes de trabalho a fim de se erradicar a exploração (MTE, 2010a).

META 8.9

até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--------------------|---------------|---|--------------------------------|---------------|----------------------|
| PIB do turismo | Anual | Travel & Tourism Economic Impact 2015. Brazil | World Travel & Tourism Council | ■ N/A | ODS 9 |
| Consumo do turismo | Anual | Travel & Tourism Economic Impact 2015. Brazil | World Travel & Tourism Council | ■ N/A | ODS 9, 12 |

Os indicadores sugeridos para a Meta 8.9 são o PIB e o consumo ligados ao turismo. O Ministério do Turismo elaborou o Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI), que tem como objetivo eliminar a exploração, inclusive sexual, de crianças no turismo brasileiro e promover práticas e atividades turísticas que respeitem o meio ambiente e contribuam para a redução da pobreza e das desigualdades locais e regionais por meio da criação de emprego e renda. O Programa tem como parceiros o Conselho Nacional de Turismo, as secretarias municipais e estaduais de Turismo, a Câmara Temática do Turismo Sustentável e Infância, empresas do setor turístico, universidades e organizações da sociedade civil. O Programa tem quatro linhas de ação: 1) projeto inclusão social com capacitação profissional, que oferece, desde 2008, cursos profissionalizantes a jovens em situação de vulnerabilidade social; 2) projetos de formação de multiplicadores, em que pessoas formadas espalham conhecimentos e técnicas a outros profissionais em todo o Brasil; 3) seminários de sensibilização; e 4) campanhas. O Programa já

divulgou alguns resultados: 1.800 jovens capacitados, 530 agentes locais formados, 163 seminários de sensibilização realizados e um total de 110 mil pessoas sensibilizadas. Entre 2013 e 2014, 728.839 materiais publicitários foram distribuídos pela campanha contra a exploração sexual em períodos de Carnaval e Copa do Mundo (MTur, 2014).

Outra iniciativa de promoção do turismo sustentável é o Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur), desenvolvido pelo MMA e resultado de acordo entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Entre os principais objetivos do Programa, pode-se mencionar a geração de empregos e renda a partir do incentivo a atividades alternativas de turismo que respeitem e colaborem para a preservação do meio ambiente do bioma. O Programa foi iniciado em 2000, e em 2010 foi concluída a fase de planejamento. Contudo, não foram encontradas informações recentes sobre seu andamento nem sobre se está em execução (MMA, 2014c).

As referências incluem importantes publicações elaboradas por organismos internacionais ou pelo governo brasileiro que podem complementar as informações ou dar subsídios para o desenvolvimento de indicadores que permitam monitorar esta meta e prover dados que assegurem sua comparabilidade e seu acompanhamento em âmbito internacional.

META 8.10

fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, financeiros, e de seguros para todos

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|---|---------------|--|---|---------------|----------------------|
| Fazendo negócios – distância da “fronteira” | Anual | The World Bank Group. Getting Credit. 2015 | World Bank Group | ■ N/A | ODS 1 |
| Número de bancos comerciais por grupo de 100 mil adultos | Anual | The World Bank. Data. 2015 | World Bank Group World Development Indicators e FMI Financial Access Survey | ■ N/A | ODS 1 |
| Número de caixas eletrônicos por grupo de 100 mil adultos | Anual | The World Bank. Data. 2015 | FMI Financial Access Survey | ■ N/A | ODS 1 |

Os indicadores sugeridos para a Meta 8.10 são a distância em relação aos países de melhor desempenho no acesso ao crédito, o número de bancos comerciais e o número de caixas eletrônicos. A Parceria Nacional para Inclusão Financeira, lançada em 2011 durante o III Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, tem os objetivos de expandir e aprimorar o acesso da

população a serviços financeiros; aumentar e melhorar a responsabilidade financeira e o acesso a informações sobre serviços financeiros por meio da educação financeira e do incremento e do incentivo à transparência; além de fomentar uma rede de oferta de serviços financeiros mais adequada às necessidades da população (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014). O Programa Crescer provê apoio aos negócios de trabalhadores autônomos, além de lhes conferir microcrédito (vide Meta 8.3).

META 8.a

umentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio (*Aid for Trade*) para os países em desenvolvimento, particularmente os países de menor desenvolvimento relativo, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países de menor desenvolvimento relativo

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|---|---------------|---|---|---|----------------------|
| Evolução Aid for Trade por valores alocados e transferidos | Anual | Query Wizard for International Development Statistics. OCDE, 2015 | Query Wizard for International Development Statistics. OCDE, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> Setores | ODS 9 |

O indicador sugerido para a Meta 8.a é a evolução do Aid for Trade por valores alocados e transferidos.

META 8.b

até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho

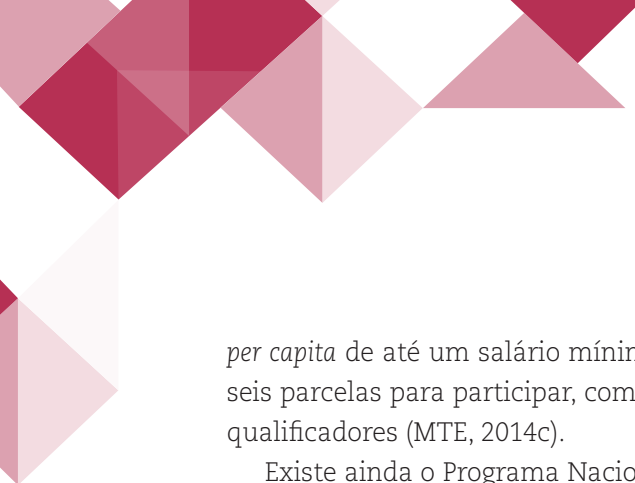
| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|---------------|--|---|---------------|----------------------|
| Gasto governamental total em proteção social e programas de emprego como percentagem do PIB e do orçamento federal | Anual | Portal da Transparência SICONFI | Finanças do Brasil (Finbra) – estados e municípios do Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Controladoria-Geral da União Portal da Transparência | ■ N/A | ODS 1, 17 |

O indicador sugerido para a Meta 8.b é o gasto governamental em proteção social e programas de emprego como percentagem do PIB e do orçamento federal.

O Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente de 2010, que tem como documento de referência o Pacto Global/Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT), apresenta, dentro do resultado esperado de “fortalecimento do sistema público de emprego, trabalho e renda por meio da integração das políticas de qualificação profissional, de intermediação de mão de obra e de seguro-desemprego” e da “ampliação das políticas de qualificação profissional e intermediação de mão de obra, especialmente para jovens, mulheres e população negra”, a meta de aumentar, até 2015, em 50% o número de jovens qualificados inseridos no mercado de trabalho. Outra meta para o ano de 2015 é a implementação de todas as ações do Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP) (MTE, 2010).

Em 2011 foi lançada a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ), documento consensuado de forma tripartite (governo, centrais sindicais e confederações empresariais) no âmbito do Subcomitê da Juventude do Comitê Executivo Interministerial da Agenda Nacional de Trabalho Decente. A ANTJ apresenta uma estratégia integrada de promoção do Trabalho Decente para a Juventude organizada em torno de quatro prioridades: a) Mais e melhor educação; b) Conciliação entre estudos, trabalho e vida familiar; c) Inserção digna e ativa no mundo do trabalho com igualdade de oportunidades; d) Diálogo social sobre juventude, trabalho e educação. Atualmente, encontra-se em fase final de elaboração, no âmbito do Subcomitê, o Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, concebido como um instrumento de operacionalização da ANTJ.

Outra iniciativa é o ProJovem Trabalhador, do governo federal, que busca inserir jovens desempregados com idades entre 18 e 29 anos no mercado de trabalho. O programa, gerido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, atende jovens que façam parte de famílias com renda



per capita de até um salário mínimo por mês. Os jovens recebem uma bolsa de R\$ 100,00 em seis parcelas para participar, com frequência mínima de 75%, de cursos profissionalizantes e qualificadores (MTE, 2014c).

Existe ainda o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), cujo objetivo é aumentar a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes voltados à inserção de pessoas qualificadas no mercado de trabalho por meio da ampliação da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Os cursos são oferecidos gratuitamente ou podem ser financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil do MEC (Fies) (MEC, 2014d).

As referências incluem importantes publicações elaboradas por organismos internacionais ou pelo governo brasileiro que poderão complementar as informações ou dar subsídios para o desenvolvimento de indicadores que permitam monitorar esta meta e prover dados que assegurem sua comparabilidade e seu acompanhamento em âmbito internacional.

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA



OBJETIVO 9.

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Considerações iniciais

O ODS 9 está claramente focado no desenvolvimento da infraestrutura, na promoção da industrialização inclusiva e sustentável e no fomento à inovação, temas que interagem com outros objetivos, especialmente os ODS 1, 6, 7, 11 e 12. O Objetivo é de primordial importância para o fomento do desenvolvimento econômico de todas as nações do mundo, independentemente do grau de maturidade econômica.

Apesar da ampla disponibilidade de indicadores econômicos, especialmente para os agregados macroeconômicos, que fazem parte das contas nacionais de cada país, no âmbito deste exercício da Força-Tarefa foram identificadas dificuldades referentes à escolha de indicadores específicos para metas que carecem de maior definição e à desagregação destes (município, gênero, raça, renda); à periodicidade de pesquisas detalhadas (Pesquisa de Orçamentos Familiares); e à mudança de perguntas entre edições diferentes de uma mesma pesquisa (PNAD; POF).

META 9.1

desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|--|--|--------------|----------------------|
| Investimento público em infraestrutura como proporção do PIB | Anual | Relatório de Infraestrutura CNI | CNI (Siafi) Tabela I – Execução Orçamentária da União – OGU 2014 | ■ Brasil | ODS 11 |
| Intensidade de emissões do setor de infraestrutura: a razão entre o PIB e as emissões de GEE dos setores de energia, transporte, resíduos sólidos e efluentes domésticos e industriais | Anual | Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil | MCTI | ■ Brasil | ODS 7, 11, 12, 13 |

Continua...

...Continuação

| | | | | | |
|---|---|---|---|--|-------------|
| Percentual de municípios com ações e/ou instrumentos de gerenciamento de riscos | 1999, 2001, 2002, 2004, 2008, 2009 e 2012 | Perfil dos Municípios Brasileiros – 2013 | IBGE | <ul style="list-style-type: none"> Grande região | ODS 11 |
| Porcentagem de domicílios de baixa renda com acesso a todos os serviços básicos (água, esgoto, sanitário, coleta de lixo, eletricidade e telefone) | Anual | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pesquisa Básica – 2001 a 2013 | IBGE | <ul style="list-style-type: none"> UFs, Metrópoles | ODS 1, 6, 7 |
| Despesa de famílias de baixa renda com serviços básicos (eletricidade, celular, gás, água, esgoto) como proporção da despesa total | 2008-2009 | POF | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> Grande região | ODS 1, 6, 7 |
| Proporção de material reciclado em atividades industriais | Anual | ABAL, BRACELP, ABIVIDRO, ABIPET, ABEAÇO, ABLV, CEMPRE | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> Brasil | ODS 12 |
| Tarifa elétrica média anual como proporção da renda <i>per capita</i> | Mensal | Relatórios do Sistema de Apoio a Decisão | Aneel Fornecimento | <ul style="list-style-type: none"> Companhia elétrica | ODS 7 |
| Comércio com países vizinhos como proporção do PIB | Mensal | Intercâmbio Comercial Brasileiro: Países e Blocos Econômicos | MDIC | <ul style="list-style-type: none"> Brasil | ODS 8 |
| Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora | Mensal | Qualidade do Serviço e do Produto | Aneel | <ul style="list-style-type: none"> Município | ODS 7 |
| Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora | Mensal | Qualidade do Serviço e do Produto | Aneel | <ul style="list-style-type: none"> Município | ODS 7 |
| Duração Relativa da Transgressão de Tensão Precária e Crítica | Mensal | Qualidade do Serviço e do Produto | Aneel | <ul style="list-style-type: none"> Município | ODS 7 |
| Porcentagem de municípios incluídos no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) | | S2ID | S2ID (SEDEC/MI) | <ul style="list-style-type: none"> Município | ODS 1, 11 |
| Razão entre a movimentação anual de contêineres e o PIB | Anual | Movimentação Portuária | Antaq | <ul style="list-style-type: none"> Brasil | ODS 8 |
| Porcentagem de estradas pavimentadas | | Transporte Rodoviário | Dnit/Ministério dos Transportes | | ODS 11 |

Continua...

...Continuação

| | | | | | |
|---|-----------------|--|-----------------|-----------------|--------|
| Total de rodovias construídas, duplicadas e adequadas federais | Anual 2004-2009 | Plataforma de Indicadores do Governo Federal | Governo federal | ■ Grande região | ODS 11 |
| Total de rodovias recuperadas federais | Anual 2004-2009 | Plataforma de Indicadores do Governo Federal | Governo federal | ■ Grande região | ODS 11 |

Infraestrutura é um conceito amplo com diversas dimensões, incluindo transporte, energia, habitação, telecomunicações, água e saneamento. Como algumas dessas dimensões estão contempladas em ODS específicos (ODS 6, 7 e 11, por exemplo), no trabalho de identificação de indicadores no âmbito do ODS 9 procurou-se tratar a infraestrutura de forma global. As metas do ODS 9 exploram a importância da infraestrutura para o desenvolvimento econômico, mas é importante frisar sua importância crucial para a qualidade de vida da população.

Recomendam-se os indicadores investimento público como proporção do PIB no que tange às questões sobre qualidade e confiabilidade; intensidade de emissões de gases de efeito estufa do setor de infraestrutura no que tange à questão referente à sustentabilidade; percentual de municípios com ações ou instrumentos de gerenciamento de riscos no que tange ao aspecto da resiliência; percentual de domicílios de baixa renda com acesso a todos os serviços básicos no que diz respeito ao acesso equitativo; e despesa de famílias de baixa renda com serviços básicos como proporção da despesa total quanto às questões relacionadas a preços acessíveis. À parte, foram listados indicadores alternativos adicionais.

META 9.2

promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no produto interno bruto, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|---------------|-----------|---|----------------------|
| Varição dos empregos no setor industrial | Mensal | Caged/MTE | Caged/MTE | ■ Municípios com mais de 10 mil habitantes em São Paulo ou com mais de 30 mil habitantes no restante do Brasil (de acordo com o censo mais recente) | ODS 8, 12 |

Continua...

...Continuação

| | | | | | |
|--|------------|--|------|----------|--------|
| Folha de pagamento real | Mensal | Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário | IBGE | ■ UF | ODS 8 |
| Participação da indústria no PIB | Trimestral | Sistema de Contas Nacionais Trimestrais | IBGE | ■ Brasil | ODS 12 |
| Valor adicionado bruto da indústria como proporção do PIB | Trimestral | Séries Históricas e Estatísticas – Valor Adicionado Bruto da Indústria | IBGE | | ODS 12 |

A promoção da industrialização inclusiva e sustentável refere-se ao aumento da participação da indústria de forma agregada na economia nacional em bases ambientalmente sustentáveis e socialmente inclusivas. O conceito de industrialização inclusiva e sustentável é inovador e carece do desenvolvimento de indicadores específicos capazes de capturar de forma completa as dimensões econômicas, sociais e ambientais que vão além dos tradicionais indicadores macroeconômicos utilizados nas contas nacionais. Apesar disso, a promoção da indústria de forma inclusiva e sustentável é de suma importância, especialmente para países menos desenvolvidos e em desenvolvimento, uma vez que fornece os elementos estruturantes para garantir o crescimento e o desenvolvimento econômico, essencial para a redução da pobreza e a melhora da qualidade de vida da presente geração e da futura.

São recomendados, ainda, indicadores de variação dos empregos no setor industrial em relação ao total de empregos e folha de pagamentos real no que tange à participação no emprego. Quanto à participação no PIB, são recomendados indicadores de participação da indústria no PIB e o valor adicionado bruto da indústria como proporção do PIB, valor agregado e formação bruta de capital fixo. O desenvolvimento de parques industriais surge como um potencial indicador de desempenho agregado capaz de capturar as dimensões social e ambiental.

Em termos de comparação internacional, sugere-se que sejam utilizados dados de variação dos empregos no setor industrial em relação ao total de empregos e do crescimento anual do valor de manufatura agregado *per capita* e percentual, em conformidade com o UNIDO *Industrial Statistics Database*, publicado no *International Yearbook of Industrial Statistics*, que apresenta estatísticas gerais de crescimento da indústria, informações detalhadas da estrutura da indústria e estatísticas dos maiores indicadores de *performance* industrial por país em séries históricas para as categorias propostas pelo *International Standard Industrial Classification of all Economic Activities (ISIC)*.

META 9.3

umentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|---|-----------|-----------------|----------------------|
| Avaliação de pequenos empresários sobre os serviços de financiamento dos bancos | Anual | O Financiamento dos Pequenos Negócios no Brasil em 2014 | Sebrae | ■ Grande região | ODS 1,8 |
| Contratações por linha de crédito do Proger | 2012 | Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda | Caged/MTE | ■ Municípios | ODS 8 |
| Desembolso do sistema BNDES para micro, pequenas e médias empresas | Anual | Desembolso do Sistema BNDES/MPME | BNDES | ■ Grande região | ODS 1,8 |
| Número de empregos gerados por micro e pequenas empresas | Anual | Relatório do Núcleo de Inteligência Territorial | Sebrae | ■ UF | ODS 8 |

Foram recomendados os indicadores de contratações por linha de crédito do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) e desembolso do sistema BNDES quanto à questão de crédito acessível; número de empregos gerados por micro e pequenas empresas no que se refere à integração em cadeias de valor e mercados; e de avaliação de pequenos empresários sobre os serviços de financiamento dos bancos no que tange ao acesso a serviços financeiros.

Em termos de comparação internacional, recomenda-se a utilização de dados amplos que capturem a disponibilidade de financiamento para pequenas e médias empresas, dispêndio para pequenas e médias empresas, porcentagem do crédito total destinado a pequenas e médias empresas e a participação de pequenas e médias empresas no valor agregado total da indústria.

META 9.4

até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência no uso de recursos aumentada e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---|--|--|--------------|----------------------|
| Porcentagem da oferta interna de energia oriunda de fontes renováveis | Anual | BEN | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | - | ODS 7 |
| Emissões de gases de efeito estufa e contribuição de cada gás pelos processos industriais | Dados para 2005 e 2010 | PIB, Datasus, GEE, PPC | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | - | ODS 7, 13 |
| Consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio | Anual | MMA | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | - | ODS 13 |
| Proporção de material reciclado em atividades industriais selecionadas | Anual | ABAL, BRACELP, ABIVIDRO, ABIPET, ABEAÇO, ABLV, CEMPRE | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | - | ODS 12 |
| Emissões brasileiras setoriais de gases de efeito estufa (GEE) por setor | Dados da fonte secundária quinquenais para o período de 1995 a 2010. Calculados para o Brasil | Estimativas anuais de emissões de GEE no Brasil (MCTI, 2013) e Relatório de Avaliação do IPCC (AR5/2013) | MCTI e MMA (PNIA) 2014, p. 26 | - | ODS 13 |

Foram recomendados os indicadores de percentual da oferta de energia oriunda de fontes renováveis no que diz respeito à infraestrutura moderna; emissões de gases de efeito estufa por processos industriais e consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio no que tange às indústrias sustentáveis; e proporção de material reciclado em atividades industriais no que diz respeito à eficiência no uso de recursos. Um indicador alternativo de emissões de gases de efeito estufa foi listado à parte. Outros indicadores mais amplos e comparáveis internacionalmente devem incluir utilização de energia por unidade de valor agregado e emissões de carbono por unidade industrial.

O Acordo de Cooperação do Plano Indústria – Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas do Setor Industrial, firmado em 21 de agosto de 2012 entre o Ministério do Meio Ambiente, a Confederação Nacional da Indústria e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, tem como objetivo reduzir até 2020 5% das emissões de gases de efeito estufa por parte dos sete setores da indústria (MMA, 2012). Decorrente da assinatura desse acordo, criou-se a Comissão Técnica do Plano Setorial de Redução de Emissões da Indústria (CTPIIn), encarregada de promover a articulação entre órgãos e entidades públicas e privadas a fim de implementar, monitorar e revisar o Plano (ICMBIO, 2012; MDIC, 2013).

Acordos nesse sentido são realizados em consonância com o Decreto n. 7390/2010 e a Lei n. 12.187/2009, que estabelecem a elaboração de Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação. Tais planos preveem ações de redução de emissões de gases que causam mudança global do clima e têm foco na adoção de medidas que mitiguem a vulnerabilidade dos ecossistemas e das populações (MMA, 2014i).

META 9.5

fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|---|-------|--------------|----------------------|
| Percentagem de empresas que implementaram inovação de produto e/ou processo | Trienal | PINTEC | IBGE | - | ODS 12 |
| Pessoal de ciência e tecnologia por milhão de habitantes | Anual | Rede de Indicadores de Ciência y Tecnología Iberoamericana e Interamericana (RICYT) | MCTI | - | |

Continua...

...Continuação

| | | | | | |
|---|--------------------------|---|-------------|------------------------------|--|
| <p>Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) (1), em valores correntes, em relação ao total de C&T e ao produto interno bruto (PIB)</p> | <p>Anual (2000-2012)</p> | <p>PIB, Siafi, Serpro, Balanços Gerais dos Estados e Pintec</p> | <p>MCTI</p> | <p>■ Setor institucional</p> | |
| <p>Dispêndios públicos em pesquisa e desenvolvimento (PeD) por objetivo socioeconômico</p> | <p>Anual (2000-2012)</p> | <p>Siafi, Serpro e Balanços Gerais dos Estados</p> | <p>MCTI</p> | <p>–</p> | |

Foram recomendados indicadores de percentual de empresas que implementaram inovação no que tange às capacidades tecnológicas de setores industriais; pessoal de ciência e tecnologia por milhão de habitantes no que diz respeito a pessoal de CeT; e dispêndio nacional em CeT em relação ao PIB no que se refere a gastos públicos e privados em PeD. Um indicador alternativo de dispêndio em CeT foi listado à parte.

Dentro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil há o Instituto Nacional de Tecnologia (INT), que, em seu Plano Diretor 2011-2015, tem como meta ser referência na elaboração e na execução de políticas públicas para o desenvolvimento tecnológico, buscando aumentar, até 2015, o percentual de projetos e serviços ligados aos ministérios e às agências reguladoras para 10%. No mesmo Plano existem projetos estruturantes, como o Projeto Inovação, que destina recursos e promove parcerias com empresas para incentivar a inovação. Além dessa iniciativa, o MCTI possui diversas ações de Ciência, Tecnologia e Informação (CT&I), dentre as quais é importante ressaltar a de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas, que se concentra em programas de áreas estratégicas de PeD (MCTI, 2011).

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a partir do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, faz com que empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica apliquem um determinado percentual referente à sua receita em projetos de PeD do setor de energia elétrica. A Aneel orienta e fiscaliza essas empresas quanto ao investimento desses recursos em áreas de PeD (ANEEL, 2014).

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e algumas das empresas que a compõem possuem programas voltados à PeD em inovação e tecnologia. A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE Eletrobras) desenvolveu o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento realizado entre instituições públicas e privadas de ensino e empresas de energia elétrica baseado na busca de inovações científicas e tecnológicas para aprimoramento de suas atividades. Entre os temas que recebem investimentos do Programa de PeD da CGTEE Eletrobras estão os que contemplam a redução da emissão de CO², qualidade do ar, utilização de subprodutos da geração termelétrica a carvão e tecnologias de carvão limpo (CGTEE, 2014).

Na Eletronorte, outra empresa subsidiária da Eletrobras que fornece energia elétrica aos estados da Amazônia Legal, existem três programas no eixo de PeD: Programa Eletronorte de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (PEPD); Programa Eletronorte de Propriedade Intelectual (Pepi); e Programa Eletronorte de Eficiência Energética (Peee) (ELETRONORTE, 2014).

META 9.a

facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países de menor desenvolvimento relativo, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

Há vários exemplos de cooperação internacional nessas áreas envolvendo o Brasil. O Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), existente desde 2009, elaborou o Plano de Ação Estratégico para 2012-2022 e a Agenda de Projetos Prioritários a fim de articular diversos recursos e atores para a promoção da integração regional no plano político (BRASIL, 2014). Dentro do Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul há o Programa de Convergência Estrutural, que busca financiar projetos de infraestrutura regional para uma maior integração entre os países da região, incentivar a produtividade econômica dos países que fazem parte do bloco e impulsionar o desenvolvimento social regional (MPOG, 2014d).

O Projeto de Cooperação Trilateral entre o Brasil, o PNUD e o Haiti, de fortalecimento da autoridade sanitária deste país, vigente desde 2010, tem como objetivo melhorar o sistema de saúde e a vigilância de epidemias no Haiti por meio de ações de infraestrutura, formação de recursos humanos na área de saúde, entre outras ações (ABC, 2014a).

O Programa de Apoio à Cooperação Científica e Tecnológica Trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul (Ibas), criado pela Portaria MCT n. 481/2005, tem como finalidade apoiar projetos

e ações de cooperação que contribuam para o desenvolvimento tecnológico e científico dos três países. Em princípio, as áreas contempladas pelo programa são: HIV/Aids, tuberculose e malária; biotecnologia na saúde e agricultura; nanociências e nanotecnologia; ciências oceanográficas (CNPQ, 2014c).

O Programa Colaboração Interamericana em Materiais (Ciam) visa a realizar intercâmbios acadêmicos de alto nível na área de ciência e engenharia de materiais. Os países participantes são: Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Jamaica, México, Peru e Trinidad e Tobago (CNPQ, 2014a).

O Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia (Prosul) foi instituído pela Portaria MCT n. 872/2001 e tem como objetivo apoiar iniciativas nessa área entre grupos brasileiros e dos demais países sul-americanos que promovam o desenvolvimento científico e tecnológico regional (CNPQ, 2014e).

Há ainda o Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (Cyted) (Programa Ibero-Americano de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo), do qual fazem parte Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. O Programa promove a cooperação multilateral em inovação de ciência e tecnologia (CNPQ, 2014b).

O Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia (Proáfrica), criado por meio da Portaria MCT n. 363/2004, objetiva elevar a capacidade científica e tecnológica de países africanos, financiando intercâmbios de pesquisadores e cientistas atuantes em áreas estratégicas selecionadas pelo Programa. Ademais, o Programa realiza parcerias com comunidades empresariais e industriais africanas (CNPQ, 2014d).

META 9.b

apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, diversificação industrial e agregação de valor às commodities

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, atua no fomento à pesquisa científica e tecnológica e na formação de pesquisadores brasileiros. O CNPq participa da formulação, da execução, da avaliação, da difusão e do acompanhamento da Política Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPQ, 2014).

A Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004, “dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo” (Presidência da República, 2004), e o Decreto-Lei n. 719, de 31 de julho de 1969, criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, cujo objetivo é apoiar financeiramente projetos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1969).

O Instituto Nacional de Tecnologia (INT), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e

Inovação, atua no Brasil em parceria com o setor produtivo por meio da oferta de soluções e inovações, como tecnologias, serviços especializados, entre outros mecanismos voltados para o aumento da eficiência desse setor. As ações do INT são voltadas para os campos de energia, complexo industrial, saúde, petróleo e gás, defesa, energias renováveis, química verde e tecnologias sociais (INT, 2014).

META 9.c

umentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|----------------------|-------|--------------|----------------------|
| Percentual de domicílios com acesso à internet | Anual | PNAD | IBGE | - | ODS 1, 11 |
| Percentual de domicílios com acesso a telefone fixo | Anual | PNAD | IBGE | - | ODS 1, 11 |
| Percentual de domicílios com acesso a telefone celular | Anual | PNAD | IBGE | - | ODS 1, 11 |

De acordo com a União Internacional de Telecomunicações (UIT), agência das Nações Unidas especializada em tecnologias de informação e comunicação, no Brasil, 51,6% da população tinha acesso à internet até 2013 (UIT, 2013).

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação elaborou o Programa Nacional de Inclusão Digital, que tem como objetivo fornecer maior acesso a tecnologias à população menos favorecida, além de promover a capacitação de jovens e outras pessoas que já trabalham na área de informática e tecnologia (MCTI, 2014).

Dentro do Programa Nacional de Inclusão Digital existe o Projeto Cidadão Conectado – Computador para Todos, instituído pelo Decreto n. 5.542/2005, cujo objetivo é promover inclusão digital às pessoas em situação de vulnerabilidade por meio da aquisição de computadores, softwares e serviços de assistência técnica (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2005).

Há também o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), que tem como finalidade promover a ampliação do acesso à banda larga no Brasil e da qualidade de serviços de voz e dados. O PNBL atua no arranjo regulatório para reduzir custos, promove incentivos fiscais para estimular o setor privado a implementar infraestrutura na área, além de atuar no sentido de massificar a internet no país (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2014a).

Em consonância com o Programa Nacional de Banda Larga, existe, dentro do Ministério das Comunicações, o Projeto das Cidades Digitais, criado pela Portaria n. 376, de 19 de agosto de 2011. O objetivo do projeto é promover uma cultura digital na sociedade por meio da implantação de ações de infraestrutura, conteúdos, serviços e sustentabilidade (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2014).

10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES



OBJETIVO 10.

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Considerações iniciais

O Objetivo 10 diz respeito à desigualdade. É importante observar que ele procura abordar questões referentes à desigualdade não apenas dentro dos países, mas entre eles. Vários indicadores sugeridos em relação às metas no âmbito deste ODS apresentam sinergias com outros Objetivos. Além dos indicadores quantitativos, deve-se também considerar indicadores qualitativos relativos à informação ou adequação sobre legislação e implementação de políticas públicas.

META 10.1

até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---|----------------------|---|---|----------------------|
| Renda domiciliar per capita dos 40% mais pobres | Anual | PNAD | IBGE | <ul style="list-style-type: none">BrasilGrandes regiõesUFsRegiões metropolitanas | ODS 1 |
| Variação da renda domiciliar per capita dos 40% mais pobres | Anual | PNAD | IBGE | <ul style="list-style-type: none">BrasilGrandes regiõesUFsRegiões metropolitanas | ODS 1 |
| Renda domiciliar per capita nacional | Anual | PNAD | IBGE | <ul style="list-style-type: none">BrasilGrandes regiõesUFsRegiões metropolitanas | ODS 8 |
| Variação da renda domiciliar per capita nacional | Anual | PNAD | IBGE | <ul style="list-style-type: none">BrasilGrandes regiõesUFsRegiões metropolitanas | ODS 8 |
| Crescimento médio da renda domiciliar per capita por quintil | Anual, valor calculado para o agregado do período 2001-2012 | PNAD | BRASIL. Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2011-2012 | <ul style="list-style-type: none">BrasilGrandes regiõesUFsRegiões metropolitanas | ODS 1 |

São sugeridos cinco indicadores para a meta 10.1. O indicador de renda domiciliar *per capita* nacional e sua variação são importantes como uma “linha de base” para o acompanhamento desta meta. Os indicadores da variação da renda dos 40% mais pobres permitem sua comparação com a média nacional. Sugere-se também a inclusão do indicador de “crescimento médio da renda domiciliar *per capita* por quintil”. Embora a meta mencione apenas os 40% mais pobres, este indicador seria importante para acompanhar todas as faixas, inclusive a dos 20% mais pobres.

META 10.2

até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|---|--|---|----------------------|
| Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais | Anual | PNAD | IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Rio de Janeiro, 2013 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ UFs ■ Regiões metropolitanas ■ Sexo | ODS 1, 8 |
| Taxa de desemprego | Anual | PNAD | IBGE | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ UFs ■ Regiões metropolitanas ■ Sexo ■ Raça/cor ■ Idade | ODS 1, 5, 8 |
| Taxa de desocupação | Anual | PNAD | IBGE | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil, grandes regiões ■ UFs, regiões metropolitanas ■ Sexo, raça/cor, idade | ODS 1, 5, 8 |
| Taxa de ocupação | Anual | PNAD | IBGE | <ul style="list-style-type: none"> ■ Desagregada por trabalho formal e informal ■ Sexo ■ Raça/cor ■ Idade | ODS 1, 5, 8 |
| Índice de desigualdade de gênero | Anual | Relatório do Desenvolvimento Humano. PNUD, 2014 | Relatório do Desenvolvimento Humano. PNUD, 2014 | - | ODS 1, 5 |

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---|------------------------|---|--|-----------------------------|
| Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade com rendimento | Anual, calculado para o período 2004-2012 | PNAD | IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Rio de Janeiro, 2013. | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ UFs ■ Regiões metropolitanas | ODS 1 |
| Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso a cada uma das seguintes dimensões: educação, proteção social, domicílios com qualidade nos espaços, serviços básicos do domicílio, rendimento domiciliar per capita inferior a 60% da mediana e sem acesso a pelo menos uma dessas dimensões | Anual | PNAD | IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Rio de Janeiro, 2013. | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ UFs ■ Regiões metropolitanas | ODS 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11 |
| IDH | Decenal | Censo Demográfico 2010 | Atlas de Desenvolvimento Humano | <ul style="list-style-type: none"> ■ Município, UF, Região Metropolitana e UDH | ODS 1, 2, 3, 4, 5 |

São sugeridos oito indicadores para a meta 10.2. O aspecto da inclusão econômica pode ser medido pelo rendimento do trabalho, pela taxa de desemprego, pela taxa de desocupação e ocupação bem como pelo Índice de Gini. A inclusão socioeconômica pode ser medida pelo Índice de Desenvolvimento Humano e por dimensões não monetárias do padrão de vida (educação, proteção social, domicílios com qualidade nos espaços e serviços básicos do domicílio). Conforme refletido em outras metas, uma preocupação é a necessidade de se obter indicadores com um nível de desagregação adequado, especialmente quanto a gênero e raça/cor.

Além dos indicadores desagregados por sexo, deve-se lembrar da existência do Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), calculado pelo PNUD. O IDG reflete desigualdades com base no gênero em três dimensões: saúde reprodutiva, autonomia e atividade econômica. A saúde reprodutiva é medida pelas taxas de mortalidade materna e de fertilidade entre as adolescentes; a autonomia é medida pela proporção de assentos parlamentares ocupados por cada gênero e a obtenção de educação secundária ou superior por cada gênero; e a atividade econômica é medida pela taxa de participação no mercado de trabalho para cada gênero. O IDG substitui os anteriores Índice de Desenvolvimento relacionado ao Gênero e Índice de Autonomia de Gênero.

ro. Ele mostra a perda no desenvolvimento humano devido à desigualdade entre as conquistas femininas e masculinas nas três dimensões do IDG (PNUD, 2014).

Outra dificuldade encontrada foi identificar um indicador para verificar a redução de desigualdades das pessoas com deficiência. No Brasil, as pesquisas demográficas desde o ano de 1872 incluem informações sobre deficiência. Essas pesquisas refletiam a visão de que deficiência é um conjunto específico de defeitos corporais. O Censo 2000 marcou uma transição para uma nova forma de registrar informações sobre deficiência no país (SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2014). As perguntas levaram em conta a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), Deficiência e Saúde da OMS, com foco em atividade. O Censo do IBGE de 2010 mostrou que quase 24% da população brasileira possui algum tipo de deficiência.

A Relação Anual de Informações (Rais) reúne dados para a elaboração de estatísticas do mercado de trabalho brasileiro. Há informações sobre o total de empregos e a remuneração média segundo o tipo de deficiência (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014). Em termos estatísticos das informações sobre pessoas com deficiência, pode ser considerado que já houve um progresso muito grande. No entanto, é importante continuar a melhorar a coleta das informações sobre deficiência no país. Um indicador para verificar a redução de desigualdades das pessoas com deficiência ainda tem de ser desenvolvido. Essas observações sobre pessoas com deficiência também se aplicam para outras metas que mencionam pessoas com deficiência.

Outros indicadores que poderiam ser relacionados a esta meta são aqueles referentes a cotas (de gênero, raça e deficiência) em universidades e concursos públicos.

META 10.3

garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|------------------------------|--|--|----------------------|
| Resultados da Prova Brasil | Anual | Prova Brasil | Inep | <ul style="list-style-type: none"> Municipal | ODS 4 |
| Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade com rendimento | Anual | PNAD | IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Rio de Janeiro, 2013 | <ul style="list-style-type: none"> Brasil Grandes regiões UFs Regiões metropolitanas | ODS 1 |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---|----------------------|---|--|-----------------------------|
| Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais | Anual | PNAD | IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Rio de Janeiro, 2013. | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ UFs ■ Regiões metropolitanas ■ Sexo ■ Raça/cor | ODS 1, 8 |
| Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso a cada uma das seguintes dimensões: educação, proteção social, domicílios com qualidade nos espaços, serviços básicos do domicílio, rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a 60% da mediana e sem acesso a pelo menos uma dessas dimensões | Anual | PNAD | IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Rio de Janeiro, 2013. | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ UFs ■ Regiões metropolitanas | ODS 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11 |
| Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade | Anual, calculado para 2002 e 2012 | PNAD | IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Rio de Janeiro, 2013. | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ UFs ■ Regiões metropolitanas | ODS 1, 4 |
| Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade | Anual, calculado para 2002 e 2012 | PNAD | IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Rio de Janeiro, 2013. | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ UFs ■ Regiões metropolitanas | ODS 1, 4 |
| Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência em cargos de direção ou gerência e rendimento médio do trabalho principal | Anual, calculado para 2012 | PNAD | IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Rio de Janeiro, 2013. | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ UFs ■ Regiões metropolitanas ■ Sexo | ODS 5, 8 |
| Distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade com rendimento segundo as classes de percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade | Anual, calculado para o período 2004-2012 | PNAD | IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Rio de Janeiro, 2013. | <ul style="list-style-type: none"> ■ Brasil ■ Grandes regiões ■ UFs ■ Regiões metropolitanas | ODS 1, 8 |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|----------------------------------|---------------|----------------------|---|--|----------------------|
| Índice de Desigualdade de Gênero | Anual | PNAD | Relatório do Desenvolvimento Humano. PNUD, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> Participação política Empoderamento Saúde reprodutiva Mercado de trabalho | ODS 1, 5 |

A meta 10.3 pode ser decomposta em quatro aspectos principais. O aspecto da desigualdade na educação pode ser medido pelos resultados da Prova Brasil, a média de anos de estudo, a taxa de analfabetismo e os indicadores educacionais do Inep. A desigualdade socioeconômica pode ser medida pelo Índice de Gini, pelo rendimento médio do trabalho (geral e cargos de gerência), pela distribuição do rendimento mensal e pelas dimensões do padrão de vida (ver meta 10.2). Por fim, o aspecto referente aos grupos vulneráveis pode ser medido pelo Índice de Desigualdade de Gênero e avaliado qualitativamente pela lista de legislação sobre cotas universitárias.

META 10.4

adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e políticas de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|----------------------|--|--|----------------------|
| Evolução do valor real do salário mínimo | Anual | Dieese | Cepal, PNUD, OIT, 2008 | <ul style="list-style-type: none"> Brasil | ODS 8 |
| Percentual de ocupações potencialmente precárias | Anual | PNAD | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> Brasil Grandes regiões UFs Regiões metropolitanas | ODS 1, 11 |
| Proporção de trabalhadores com remuneração inferior à do salário mínimo | Anual | PNAD | PNAD | <ul style="list-style-type: none"> Brasil Grandes regiões UFs Regiões metropolitanas | ODS 8 |
| Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência que não contribuam para a Previdência Social | Anual | PNAD | IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Rio de Janeiro, 2013 | <ul style="list-style-type: none"> Brasil Grandes regiões UFs Regiões metropolitanas | ODS 8 |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|----------------|----------------------------|---|--|----------------------|
| Índice de Gini por rendimento mensal de todos os trabalhos | Anual até 2013 | PNAD | IBGE | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ UFs ▪ Regiões metropolitanas | ODS 1 |
| Gasto social federal | 1995-2011 | Disoc/Ipea | IPEA. Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010. Brasília, 2012 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil. Considera as 11 áreas do GSF | ODS 1 |

A meta 10.4 apresenta grande sinergia com a meta 2 do ODS 1. A meta pode ser decomposta em três aspectos principais. O aspecto da renda pode ser medido pela evolução do salário mínimo, pela proporção dos trabalhadores com renda inferior ao salário mínimo e pelo Índice de Gini. O aspecto do trabalho decente pode ser medido pelo percentual de ocupações potencialmente precárias e pela proporção de pessoas que não contribuíram para a Previdência Social. Em relação às políticas fiscais, no Brasil ainda há um grande déficit de indicadores fiscais.

O aspecto da proteção social pode ser medido pelo Gasto Social Federal (GSF), que mede o volume de recursos aplicado pelo governo federal nas políticas sociais e compara o montante efetivamente gasto nessa área diante do total de recursos mobilizado pelo governo. Ele aborda 11 áreas: previdência social geral, benefícios a servidores públicos, saúde, assistência social, alimentação e nutrição, habitação e urbanismo, saneamento básico, trabalho e renda, educação, desenvolvimento agrário e cultura.

Deve-se lembrar de que o Tesouro Nacional publica regularmente uma tabela com funções orçamentárias. No entanto, o problema em relação a esse levantamento é o risco de dupla contagem, pois há programas que são nacionais, estaduais e municipais, o que, no final, resultaria em um superdimensionamento dos números. Ademais, há dados sobre populações atendidas por programas federais de proteção sociais, sobretudo publicados pelo Ipea e pelo MDS. No entanto, a periodicidade não é regular.

META 10.5

melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais, e fortalecer a implementação de tais regulamentações

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Brasil, criada pela Lei n. 6.385/1976, tem as funções de assegurar o funcionamento de mercados de bolsa e balcão; proteger titulares de valores mobiliários contra emissões irregulares e outros atos ilegais; evitar fraudes ou manipulações que criem condições inverídicas de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários; e assegurar que práticas comerciais equitativas aconteçam no mercado de valores mobiliários (CVM, 2014).

Os órgãos de regulação e supervisão nacional cumprem as recomendações da International Organization of Securities Commissions (IOSCO), sendo a CVM signatária do Memorando Multilateral de Entendimento da IOSCO, por meio do qual a CVM passa a compartilhar com mais reguladores, e de maneira mais ágil e segura, material de investigação (CVM, 2014a).

No caso desta meta, são importantes os Relatórios do Banco Central do Brasil e resoluções correspondentes, sobretudo o Relatório de Estabilidade Financeira (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014). Ademais, são também relevantes indicadores de liquidação ou insolvência de instituições financeiras bem como os tratados e os acordos dos quais o Brasil participa em termos de padrões de supervisão bancária (ex.: Basileia).

META 10.6

assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de garantir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas

Segundo o Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODMs, elaborado pelo Ipea, entre 2010 e 2013 o Brasil participou do G20, sobretudo no que se refere à coordenação macroeconômica internacional, à cooperação para o desenvolvimento e à reforma das instituições financeiras. Tais temáticas, na agenda do G20, impactam mais acentuadamente os países em desenvolvimento em relação ao crescimento e à geração de empregos bem como ao poder de voz e voto em instituições internacionais (BRASIL, 2014).

No contexto desta meta, outras questões são relevantes, como, por exemplo, a reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI), a qual, eventualmente, comportaria uma maior contribuição de países emergentes, como o Brasil; contribuição maior do país no âmbito do Banco Mundial; e o desenvolvimento do recém-lançado Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), também conhecido como banco dos Brics, e seus mecanismos de assistência.

META 10.7

facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável de pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas

O Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, aprovou em agosto de 2010 a Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante, que tem por finalidade estabelecer princípios, diretrizes, estratégias e ações acerca dos fluxos migratórios internacionais. No final de 2014 foi aprovada proposta de projeto de lei sobre migrações, para ser debatida no âmbito do governo federal. A proposta de projeto de lei foi encaminhada pelo ministro do MTE aos ministros das demais pastas que discutem a questão como uma contribuição para a formatação de um projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional (MTE, 2013, 2015).

Existe ainda o Observatório das Migrações Internacionais – fruto de cooperação entre o CNIg e a Universidade de Brasília –, cujo objetivo é manter informações atualizadas sobre fluxos migratórios internacionais no Brasil a fim de contribuir para a construção de políticas públicas de migração mais fiéis à realidade e mais eficazes (MTE, 2014).

As Leis n. 9.675/1988 e n. 11.961/2009 ampliam direitos de imigrantes em situação irregular no Brasil quanto ao requerimento de registro e residência provisórios. Contudo, o Brasil ainda não permite a legalização de clandestinos ou imigrantes irregulares ou a transformação em permanentes no caso de serem estrangeiros em trânsito, turistas, com vistos temporários ou de cortesia, segundo o artigo 38 da Lei de Imigração n. 6.815, de 19 de agosto de 1980 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1980).

META 10.a

implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, em conformidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio

O Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC) é um acordo entre países em desenvolvimento sobre intercâmbio de concessões comerciais entre os signatários e tem como objetivo ampliar laços comerciais entre países da África, da Ásia e da América Latina. O acordo foi firmado em 1988. No Brasil, o Decreto n. 5.106, de 15 de junho de 2004, dispõe uma lista de concessões tarifárias do Mercosul no âmbito do Acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (MDIC, 2004).

Existe ainda o Acordo de Preferências Tarifárias Regional n. 04, regulamentado pelo Decreto n. 90.782, que estabelece a Preferência Tarifária Regional. Ademais, o Acordo de Preferências Tarifárias Fixas (*vide* Meta 2.b) Mercosul-Índia, vigente desde junho de 2009, estabeleceu preferências tarifárias concedidas a determinados produtos por ambas as partes a fim de criarem uma zona de livre comércio entre elas (MDIC, 2014a).

Além desses acordos, podem ainda ser citados o Acordo de Alcance Parcial para a Liberação e a Expansão do Comércio Intrarregional de Sementes; o Acordo de Complementação Econômica n. 35 Mercosul-Chile; o Acordo de Complementação Econômica n. 36 Mercosul-Bolívia; o Acordo de Complementação Econômica n. 53 Brasil-México; o Acordo de Complementação Econômica n. 54 Mercosul-México; o Acordo de Complementação Econômica n. 58 Mercosul-Peru; o Acordo de Complementação Econômica n. 59 Mercosul-Colômbia-Ecuador-Venezuela; o Acordo de Complementação Econômica n. 62 Mercosul-Cuba; o Acordo de Alcance Parcial n. 38 Brasil-Guiana; o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica n. 41 Brasil-Suriname; e o Acordo de Complementação Econômica n. 69 Brasil-Venezuela, todos com o objetivo de estabelecer preferências e outorgar facilidades no comércio internacional entre as partes acordadas em cada um desses tratados (MDIC, 2014).

META 10.b

incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais

Não foram identificados indicadores para esta meta.

META 10.c

até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar “corredores de remessas” com custos superiores a 5%

Não foram identificados indicadores para esta meta.

11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



OBJETIVO 11.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Considerações iniciais

O ODS 11 é o único Objetivo claramente focado em cidades e assentamentos humanos. Por conta disso, priorizou-se a seleção de indicadores com nível de desagregação municipal. Considerou-se útil iniciar o trabalho a partir do Relatório do Desenvolvimento Sustentável na América Latina: seguimento da Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento Pós-2015 e Rio+20, em particular a seção sobre os temas emergentes (NAÇÕES UNIDAS, 2013, p. 80-105), assim como dos relatórios anuais do IBGE, do Ipea e dos diversos ministérios.

De forma geral, o Brasil possui diversos dados sobre os temas urbanos, em especial sobre o acesso aos serviços básicos. Com relação às metas deste Objetivo, notou-se a insuficiência de dados e informações, sobretudo no âmbito da resiliência e das políticas e do acesso para pessoas portadoras de deficiências. A desagregação por gênero, raça e idade, assim como por tamanho de município e caracterização urbana ou rural, igualmente não está presente em todos os indicadores, sendo, portanto, um desafio.

META 11.1

até 2030, garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|----------------------|---------------|-------------------------|---|---|----------------------|
| Déficit habitacional | Anual | PNAD, Censo Demográfico | FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. Déficit habitacional no Brasil 2011-2012. Belo Horizonte, 2015 | <ul style="list-style-type: none">▪ Situação do domicílio (área urbana ou rural)▪ Regiões geográfica▪ UFs▪ Regiões metropolitanas▪ Faixas de renda familiar em salários mínimos | ODS 1, 10 |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|-----------------------|-----------------------------------|--|---|----------------------|
| Proporção da população residente em aglomerados subnormais e nas demais áreas urbanas | Decenal | Censo demográfico | Censo demográfico 2010 - Aglomerados subnormais: Informações territoriais | <ul style="list-style-type: none"> ■ Grandes regiões ■ UFs ■ Regiões metropolitanas ■ Municípios ■ Rde ■ Distritos e setor censitário ■ Aspectos territoriais específicos (urbano/rural, topografia, padrões urbanísticos, densidade e características de sítio) | ODS 1, 10 |
| Proporção das despesas (monetárias e não monetárias) na média mensal | 2002-2003 e 2008-2009 | POF | IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: despesas, rendimentos e condição de vida. Rio de Janeiro, 2010. | <ul style="list-style-type: none"> ■ Todos os estratos geográficos e socioeconômicos | - |

Em âmbito global, recomenda-se ter como ponto de partida os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). A meta 11.1 relaciona-se com a meta 7.d dos ODMs: “Até 2020, ter alcançado uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários”. Assim, os indicadores selecionados procuram facilitar a continuidade para o monitoramento da meta 11.1. Os dois primeiros indicadores selecionados, o “déficit habitacional”, calculado pela Fundação João Pinheiro com base nos dados do Censo em parceria com o Ministério das Cidades, e a “proporção da população residente em aglomerados subnormais e nas demais áreas urbanas”, presente nos dados do Censo do IBGE, eram os indicadores de acompanhamento do ODM 7.d e foram identificados como de alta relevância para os ODS, garantindo continuidade no monitoramento da meta.

De acordo com o IBGE, “um aglomerado subnormal consiste em linhas gerais em uma área ocupada irregularmente por certo número de domicílios, caracterizada, em diversos graus, por limitada oferta de serviços urbanos e irregularidade no padrão urbanístico” (CENSO DEMOGRÁFICO 2010, AGLOMERADOS SUBNORMAIS – INFORMAÇÕES TERRITORIAIS, IBGE, p. 29). Nesse sentido, este indicador é pertinente, pois integra os diferentes elementos especificados na meta.

Como princípio para o monitoramento desta meta, foram priorizados também indicadores de acesso da população aos serviços, e não apenas aqueles relacionados aos domicílios e aos municípios. A partir de indicadores populacionais, sugere-se a desagregação por sexo, raça/cor e idade a fim de que seja possível aferir o acesso de extratos minoritários e mais vulneráveis da população aos serviços básicos.

META 11.2

até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|-------------------|---|--|---|----------------------|
| Tempo médio gasto da moradia ao local de trabalho | Anual | PNAD | IPEA. Tempo de deslocamento casa-trabalho no Brasil (1992-2009): diferenças entre regiões metropolitanas, níveis de renda e sexo. Texto para discussão. Brasília; Rio de Janeiro | <ul style="list-style-type: none"> UFs, região metropolitana Nível de renda Sexo Outras variáveis econômicas | ODS 1, 10 |
| Tempo médio de viagem | Anual, desde 2003 | Sistema de Informação da Mobilidade Urbana, ANTP | ANTP. Sistema de Informações da Mobilidade Urbana: Relatório Geral 2013 | <ul style="list-style-type: none"> Município (mais de 60 mil habitantes), faixa da população Número de habitantes Modo de transporte | ODS 1, 10 |
| Custo anual dos acidentes de trânsito | Anual, desde 2003 | Ipea, Denatran | IPEA. DENATRAN. Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas rodovias brasileiras - relatório executivo. Brasília: ANTP, 2006 | <ul style="list-style-type: none"> Tipo de via (rodovias em aglomerados urbanos, rodovias municipais, estaduais ou federais) Tipo de veículo Componente de custo (perda de produção, danos aos veículos, cuidados em saúde e outros) | ODS 3 |
| Óbitos em acidentes de transporte | Anual, desde 1980 | Datusus | Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil. Brasília, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> Regiões UFs e município Idade Sexo Cor/raça | ODS 3 |
| Distâncias percorridas pelas pessoas | Anual, desde 2003 | Sistema de Informações da Mobilidade Urbana, ANTP | ANTP. Sistema de Informações da Mobilidade Urbana: relatório geral 2013 | <ul style="list-style-type: none"> Município (mais de 60 mil habitantes) Faixa da população Número de habitantes e Modo de transporte | ODS 3 |

Considerando as últimas recomendações feitas em âmbito global e a formulação da meta, os indicadores sugeridos na tabela procuram contemplar cada uma das características do sistema de transporte. Primeiramente, quanto à questão da necessidade de proporcionar um transporte seguro com atenção para a segurança rodoviária, o que envolve o custo dos acidentes por local (rodovias em aglomerados urbanos; rodovias municipais, estaduais, federais; por tipo de veículo e óbitos em acidentes de transporte segundo categoria).

Segundo, a importância de um sistema de transporte sustentável e eficiente, considerando o tempo médio gasto da moradia ao local de trabalho. Nesse sentido, a pesquisa básica do Censo 2000 permitia uma melhor observação do tempo médio gasto por sexo e por faixa etária.

Em âmbito global, sugere-se que seja avaliada a abrangência da oferta em transportes coletivos por meio do levantamento do percentual de pessoas vivendo dentro de um raio de meio quilômetro de distância de acesso a, pelo menos, um serviço de transporte coletivo que responda à seguinte exigência de frequência de passagem: três vezes por hora (ou uma vez a cada vinte minutos).

No que se refere à acessibilidade, a Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, define-a como uma

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Ademais, de acordo com o eixo de acessibilidade do 1º Relatório Nacional da República Federativa do Brasil sobre o Cumprimento das Disposições da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008-2010), prevê-se R\$ 4,1 bilhões de investimento em ações conjuntas entre União, estados e municípios. Assim, foi estabelecido que a totalidade da frota de transportes públicos no Brasil deveria adequar-se até 2015. O Programa Minha Casa, Minha Vida 2, por exemplo, também prevê a possibilidade de adaptação para 100% das unidades projetadas, ou seja, 1 milhão e 200 mil moradias futuramente potencialmente habitadas por pessoas portadoras de deficiência. Prevê-se, igualmente, a criação de cinco centros tecnológicos para a formação técnica de treinadores e instrutores de cães-guias em todas as regiões do país. Além disso, ações de mobilidade urbana do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) integram requisitos de acessibilidade. Contudo, não foram encontrados dados que permitam medir os avanços dessas iniciativas, pois a desagregação por pessoas portadoras de deficiência é um nível de detalhamento raro no levantamento de dados tanto no Brasil quanto no mundo, de forma geral.

META 11.3

até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|---|----------------------|----------------------|---|---|----------------------|
| Proporção de municípios, total e adesão dos gestores municipais à Agenda de Compromissos dos Objetivos do Milênio sobre total de municípios brasileiros | Período de 2001-2014 | PNIA | IBGE. Perfil dos estados e dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none">■ Grandes regiões■ UFs | |
| Municípios com Agenda 21 segundo o estágio de implantação | 2002, 2009 e 2012 | PNIA | IBGE. Perfil dos estados e dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none">■ Grandes regiões■ UFs | |

Foram considerados importantes indicadores a taxa de municípios e a taxa total dos gestores municipais que aderiram à Agenda de Compromissos dos Objetivos do Milênio. Segundo a pesquisa do Perfil de Municípios do IBGE, o indicador mede alocação de pessoas e recursos no nível do município para as ações previstas na Agenda, a participação social para o monitoramento das ações previstas nesta, assim como a existência de um plano de ação para atingir a(s) meta(s) assumida(s) na Agenda. Também se sugere que o número de municípios que se envolveram no processo inicial de implementação da Agenda 21 Local seja um indicador da capacidade de planejamento e gestão dos municípios pela importância que a Agenda 21 estabeleceu na gestão sustentável e participativa dos assentamentos humanos.

Destaca-se que, no caso do Brasil, seria interessante monitorar o número de governos locais implementando mecanismos de Orçamento Participativo; no entanto, este dado não foi encontrado na pesquisa preliminar conduzida no âmbito deste exercício. Mas vale lembrar que o Estatuto da Cidade e o recém-aprovado Estatuto da Metrópole incluem em suas metodologias de gestão pública e planejamento os princípios de participação, inclusão e integração setorial. Estes são marcos normativos importantes para o país, sobretudo pela quantidade de planos setoriais e pela inexistência de mecanismos de articulação e integração destes. Assim, apesar dos esforços engajados nesse sentido pelo governo brasileiro, faltam indicadores que mensurem o nível de integração e coordenação dos processos de elaboração e de implementação de planos e a adequação destes, incluindo o Plano Diretor dos municípios com os princípios e as ferramentas estabelecidos pelo Estatuto da Cidade e, futuramente, pelo Estatuto da Metrópole.

META 11.4

fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|--|---|---|---|----------------------|
| Percentual de Unidades da Federação (UFs) e municípios com legislação e política de patrimônio aprovadas em relação ao total de UFs e municípios | Anual (dados disponíveis para 2012 e a disponibilizar para 2013) | IBGE. Perfil dos estados e dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 2015 | Plano Nacional de Cultura – relatório 2013 de acompanhamento das metas | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões UFs e municípios | - |
| Municípios, total e com legislação específica para tratar da questão ambiental | Período de 2001-2014 | Munic | IBGE. Perfil dos estados e dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões UFs e municípios | ODS 6, 13, 14, 15 |
| Percentual dos recursos públicos federais para cultura/PIB | Anual (dados disponíveis para 2012 e a disponibilizar para 2013) | IBGE. Perfil dos estados e dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 2015 | Plano Nacional de Cultura – relatório 2013 de acompanhamento das metas | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões UFs e municípios | - |
| Percentual das escolas públicas de educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural | Anual (dados disponíveis para 2012 e a disponibilizar para 2013) | IBGE. Perfil dos estados e dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 2015 | Plano Nacional de Cultura – relatório 2013 de acompanhamento das metas | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões UFs e municípios | ODS 4 |

De acordo com os fundamentos estabelecidos em âmbito internacional, o Brasil, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), reconhece o conceito de “patrimônio” em suas três dimensões: físico, intangível e arqueológico. O patrimônio cultural, por exemplo, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é composto de bens de natureza material e imaterial. É possível monitorar o percentual de Unidades da Federação e de municípios com legislação e política de patrimônio aprovadas; o percentual dos recursos públicos federais para a cultura/PIB; e o percentual das escolas públicas de educação básica com a disciplina Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural.

Também se buscou um indicador para medir os esforços de planejamento feitos para a preservação do patrimônio natural: o percentual de municípios com legislação específica para tratar da questão ambiental. De fato, considerou-se útil medir os fundos disponibilizados para a implementação dessas políticas, pois este elemento reflete de forma quantitativa o esforço desempenhado.

META 11.5

até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|---|--|------------------------------------|--|--|----------------------|
| Óbitos em virtude de acidentes ambientais registrados pelo Ibama | Anual | Registro administrativo. | Relatório de Acidentes Ambientais Registrados pelo Ibama em 2014 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Classe de risco ■ Período do dia ■ UFs | ODS 3, 6, 13, 15 |
| Impactos humanos e materiais dos eventos extremos | Periodicamente (desde 1940 dependendo da variável) | S2ID, Defesa Civil | NA | <ul style="list-style-type: none"> ■ Tipo de evento ■ Período do dia ■ UF ■ Tipo de impacto (humano ou material) | ODS 13, 15 |

Continua...

...Continuação

| | | | | | |
|--|--|--------|---|---|--------------|
| Percentual de municípios com ações e/ou instrumentos de gerenciamento de riscos | Período de 2001-2014 | Munic | IBGE. Perfil dos estados e dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none">■ Grandes regiões■ UFs e municípios | ODS 13 |
| Internações hospitalares por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado por 100 mil habitantes | Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2012-2010-2008-2004 | Sihsus | IBGE. Indicadores do desenvolvimento sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none">■ Categoria de doença■ Grandes regiões■ UFs | ODS 3, 6, 15 |

Esta meta traz à pauta o tema da resiliência urbana no que diz respeito aos desastres socioambientais. Recomendou-se primeiro selecionar o indicador de variação de óbitos em virtude de acidentes ambientais registrados pelo Ibama e o percentual de municípios com ações e/ou instrumentos de gerenciamento de riscos sobre o total de municípios no Brasil.

Considerando a atenção especial dada à água, recomendou-se monitorar a percentagem de pessoas afetadas por desastres como alagamentos, ciclones, deslizamentos, enxurradas, inundações, secas, dentre diversos outros. O indicador é pertinente, pois o dado contém informações desagregáveis por cada um dos eventos extremos, com relação ao número total de afetados, mortos, feridos, enfermos, desabrigados, desalojados, desaparecidos e outros. Por fim, sugeriu-se incluir a observação da variação de internações hospitalares por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado por 100 mil habitantes. Importante ainda é conhecer o perfil demográfico das populações atingidas por desastres para permitir uma atuação de ajuda humanitária sensível aos diferentes tipos de vulnerabilidade.

Em relação à preparação e à prevenção dos municípios, sugere-se a inclusão do indicador percentual de municípios com ações e/ou instrumentos de gerenciamento de riscos. O indicador contempla a gestão integrada de riscos de desastres quanto à identificação, ao mapeamento e à análise dos riscos aos quais determinadas localidades e pessoas são expostas, de modo que sejam elaborados programas, planos e medidas com a finalidade de prevenir e diminuir os riscos relativos a essa exposição.

META 11.6

até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo *per capita* das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|---------------|----------------------|--|---------------|-------------------------|
| Coleta per capita de resíduos sólidos domiciliares (RDO) | Anual | PNIA | PNIA 2012 – Referencial teórico, composição e síntese dos indicadores da versão piloto. Brasília, 2014 | ▪ NA | ODS 6, 12, 15 |
| Consumo de substâncias que destroem a camada de ozônio (ODM) | Anual | PNIA | PNIA 2012 – Referencial teórico, composição e síntese dos indicadores da versão piloto. Brasília, 2014 | ▪ NA | ODS 3, 6, 7, 12, 13, 15 |

A meta faz referência ao impacto ambiental do sistema de transporte, do residencial e da atividade econômica terciária e industrial das cidades. Sugeriu-se que seja observada a taxa de coleta *per capita* de resíduos sólidos domiciliares e o consumo de substâncias que destroem a camada de ozônio (este último indicador já fazia parte dos considerados nas metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio).

Cabe ressaltar que investimentos em modernização de infraestruturas e mudanças de comportamento com foco nos princípios de sustentabilidade socioambiental e econômica também podem contribuir diretamente para o cumprimento da meta.

Esta meta está relacionada ao ODS 6, que trata do tema da água. Assim, dois indicadores que tinham sido inicialmente elencados como referentes à meta 11.6 foram posteriormente retirados, considerando-se sua maior relação com o ODS 6: índice de consumo de água *per capita* (*vide* meta 6.1) e índice da perda na distribuição (*vide* meta 6.4).

META 11.7

até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|--|--------------------|---------------|--|---|----------------------|
| Percentual de pessoas vítimas de roubo ou furto no período de referência | 2009 | PNAD | IBGE /PNAD. Características da vitimização e do acesso à Justiça no Brasil. Rio de Janeiro, 2009 | <ul style="list-style-type: none"> UFs e regiões metropolitanas Sexo/cor-raça Grupos sociais Tipo do local (estabelecimento comercial ou via pública) Idade | ODS 1, 3, 5, 16 |
| Pessoas de 10 anos ou mais de idade que não procuraram a polícia em decorrência do último roubo do qual foram vítimas no período de referência de 365 dias, por motivo de não terem procurado a polícia em decorrência do último roubo | 2009 | PNAD | IBGE /PNAD. Características da vitimização e do acesso à Justiça no Brasil. Rio de Janeiro, 2009 | <ul style="list-style-type: none"> UFs e regiões metropolitanas Sexo/cor-raça Grupos sociais Tipo do local (estabelecimento comercial ou via pública) Idade Grandes regiões | ODS 1, 3, 5, 16 |
| Taxa de homicídios | Anual (desde 1980) | Datasus | WAISELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2014: Homicídios e juventude no Brasil - Atualização 15 a 29 anos. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013 | <ul style="list-style-type: none"> Regiões UFs e município Idade Sexo, cor/raça | ODS 1, 3, 5, 16 |

Esta meta aborda o tema da convivência no espaço urbano. É importante que os indicadores sejam desagregáveis para dar, no mínimo, visibilidade às questões de gênero, faixa etária, cor/raça e pessoas portadoras de deficiência. Também é importante considerar outras minorias, como a comunidade LGTB ou minorias religiosas.

Ao procurar indicadores que observem se um espaço público é universalmente acessível, considerou-se que indicadores de segurança urbana contemplavam esse aspecto. Primeiro, sugeriu-se observar o percentual de pessoas vítimas de roubo ou furto na população de 10 anos ou mais, com foco nos seguintes tipos de locais de ocorrência: estabelecimento comercial, do transporte coletivo ou da via pública. Esse dado foi calculado pela PNAD em 2009. Con-

tudo, embora continue sendo coletado, não aparece nos relatórios das pesquisas seguintes.

Com relação à sensação de segurança, considerando o contexto brasileiro, recomenda-se, igualmente, a manutenção do indicador de taxa de homicídios (por 100 mil) e vitimização, lembrando que é primordial desagregar esse dado para dar visibilidade aos diferentes grupos considerados acima e aos locais de ocorrência.

No âmbito desta meta, destacam-se algumas iniciativas na esfera federal. O Ministério das Cidades tem programas voltados ao planejamento urbano, à reabilitação urbana, à acessibilidade e à prevenção de riscos nos espaços das cidades. Nesse sentido, o Programa Nacional de Reabilitação tem como uma de suas principais diretrizes a promoção da funcionalidade e da recuperação de imóveis subutilizados de áreas urbanas centrais a fim de incitar uma maior acessibilidade a esses espaços bem como sua democratização. O Programa atua em três frentes principais: apoio direto utilizando recursos financeiros; disponibilização de imóveis públicos e coordenação setorial e fomento às ações federativas (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2014b).

O Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho 2001) prevê que os municípios com mais de 20 mil habitantes ou que façam parte de regiões metropolitanas devem elaborar planos diretores regularmente, de forma participativa, inclusiva, democrática e sustentável. O Plano Diretor estabelece regras para o crescimento e a organização da cidade (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2014).

O Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana – Brasil Acessível, lançado em 2004, tem como finalidade promover o acesso à cidade em todas as suas dimensões, levando em consideração a diversidade e a necessidade das pessoas que devem usufruir desse direito. O Programa conta com ações que devem ser implementadas em municípios e estados em relação à universalização do acesso aos espaços da cidade, com foco naqueles cidadãos que possuem restrições de mobilidade, necessidades especiais, entre outras. Dentre as ações previstas constam: capacitação de profissionais, adequação de transportes públicos às diversas necessidades, campanhas de sensibilização, promoção de um planejamento urbano que considere a eliminação de barreiras e a fluidez dentro das áreas de mobilidade humana (calçadas bem feitas, rampas acessíveis, corrimões, semáforos bem localizados, etc.) (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2006).

META 11.a

apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|---|--|----------------------|---|--|-------------------------------------|
| Percentual de municípios com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos | 1999, 2001, 2002, 2004, 2008, 2009 e 2012 | PNIA | IBGE. Perfil dos estados e dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UFs | ODS 6, 12, 15 |
| Percentual de municípios com consórcio público, convênio de parceria, apoio do setor privado ou de comunidades nas áreas de des. urbano, emprego/trabalho, educação, saúde, cultura, turismo e meio ambiente | 1999, 2001, 2002, 2004, 2008, 2009 e 2012. | PNIA | IBGE. Perfil dos estados e dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões, UFs | ODS 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15, 16 |

No Plano Plurianual 2012-2015, os objetivos do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária englobam a formulação e a implementação de marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial a fim de contribuir para a redução de desigualdades regionais e para a ocupação racional do território. Além disso, o Programa também objetiva promover a integração de políticas públicas setoriais e territoriais, consolidar um modelo de governança territorial participativo e inclusivo com foco na superação das desigualdades sociais, de raça, gênero, etnia e geração, dentre outros (MPOG, 2014c).

Para esta meta, sugere-se a criação do seguinte indicador: existência de planos de desenvolvimento regional, incluindo projeções populacionais e recursos necessários.

META 11.b

até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação à mudança do clima, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregações | Principais sinergias |
|---|--|----------------------|---|--|----------------------|
| Municípios com Órgãos Municipais de Meio Ambiente (OMMA) | Bianual (desde 2002-disponível para os anos 2004, 2008, 2009 e 2012) | PNIA | IBGE. Perfil dos estados e dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Grandes regiões ■ UFs | ODS 15, 16 |
| Municípios com Conselhos de Meio Ambiente (OMMA) | Bianual (desde 1999) | PNIA | IBGE. Perfil dos estados e dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Grandes regiões ■ UFs | - |
| Número de municípios que se envolveram no processo inicial de implementação da Agenda 21 Local | Disponível para os anos de 2002, 2009 e 2012 | PNIA | IBGE. Perfil dos estados e dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Grandes regiões ■ UFs | - |

O Marco de Sendai traz foco maior na redução do risco, ou seja, aborda os fatores causadores do desastre (abordagem preventiva) e está, assim, mais diretamente relacionado às negociações sobre desenvolvimento sustentável e mudança do clima. O Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastre (RRD) também traz novos mecanismos de monitoramento, desde o nível local até o nacional.

Na II Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil, realizada em novembro de 2014, foram encaminhadas quarenta propostas de princípios e diretrizes usadas para aperfeiçoar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, dentre as quais se destaca a garantia da elaboração ou revisão do Plano Diretor em todos os municípios, independentemente da quantidade de habitantes, no prazo de cinco anos no máximo, de forma participativa, e contando com recursos do Ministério da Integração Nacional, em articulação com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, enfatizando: 1) a inclusão das áreas de risco na elaboração ou na atualização do Plano, definindo restrições de construção e ocupação nessas áreas; 2) a observância de critérios do espaço físico na definição do uso dos solos; 3) as emissões de Certidão de Uso do Solo e autorizações de parcelamento deste; 4) a participação de membros da Defesa Civil em conselhos de desenvolvimento urbano do Plano Diretor e do Plano de Desenvolvimento Sustentável (proposta 2.1).

Outra proposta diz respeito à realização de obras estruturais em áreas de risco, de acordo com a legislação ambiental, tais como: construção ou ampliação de grandes barragens, pontos de parada de veículos de transporte de cargas perigosas, muros de contenção de enchentes e deslizamentos, canais, valas e áreas assoreadas que possam atingir regiões habitadas (para reduzir danos de ocupação desordenada) e um sistema simples de abastecimento proveniente de poços tubulares ou de outras fontes para comunidades urbanas e rurais (proposta 2.13).

Finalmente, a proposta 3.95 diz respeito à coleta e à divulgação, de forma abrangente, de informações sobre gestão de riscos de desastres naturais e não naturais, levando em conta as particularidades de cada contexto geográfico e cultural do país e contando com o envolvimento de todos os segmentos do setor público, estudantes e profissionais capacitados. A finalidade dessa proposta é criar programas de mapeamento geotécnico e social de áreas de risco das cidades; levantar recursos em regiões muito populosas, possibilitando o monitoramento e a fiscalização periódica; elaborar políticas públicas e fortalecer o combate à ocupação e à reocupação de áreas de risco; catalogar e monitorar tais áreas com informações sobre habitações, fontes de água, encostas de morros e outras áreas vulneráveis a inundações; incrementar ações de mapeamento de áreas de risco feitas pela Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais (CPRM) (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2014).

Para esta meta, sugere-se a criação do seguinte indicador: percentual de municípios com implementação de planos municipais de redução de riscos alinhados com os tratados internacionais que incluam em seu desenho, implementação e monitoramento grupos vulneráveis e marginalizados, tais como crianças, mulheres grávidas, idosos e pessoas com deficiência.

META 11.C

apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais

O Brasil desenvolve diferentes parcerias no sentido desta meta, podendo-se citar algumas delas.

O Projeto Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique – Fase II, vigente desde 2010 e com previsão de término em 30 de junho de 2015, visa a contribuir para a redução do déficit habitacional em Moçambique por meio do apoio à elaboração de uma política habitacional naquele país, bem como transferir tecnologias e conhecimentos sobre construções não convencionais adequadas à realidade moçambicana, entre outras metas. O Projeto prevê o envio de aproximadamente cem técnicos brasileiros a Moçambique para promoverem ações de capacitação e transferência de tecnologias, além da vinda de 22 técnicos daquele país ao Brasil. Outro projeto com os mesmos objetivos é o de Desenvolvimento Urbano em São Tomé e Príncipe: componente Política Habitacional e Metodologias não Convencionais de Construção, vigente até 30 de agosto de 2015.

Outra iniciativa a ser mencionada é a de gestão de resíduos sólidos, realizada entre o Brasil e a Namíbia, sendo a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a instituição executora. O



objetivo é implementar um projeto-piloto de coleta seletiva, triagem e reciclagem de materiais de forma sustentável (ABC, 2014).

Para esta meta sugere-se a criação do indicador percentual do montante financeiro destinado à cooperação com países menos desenvolvidos alocado para construções sustentáveis e resilientes utilizando materiais locais.

12 CONSUMO
E PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS



OBJETIVO 12.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Considerações iniciais

O ODS 12 apresenta um desafio na implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável por tratar da temática sobre produção e consumo sustentáveis, que envolve políticas de vanguarda e transversais, não havendo, portanto, indicadores próprios para sua mensuração. Este ponto pode ser observado em todas as metas para as quais apenas indicadores tangenciais foram encontrados dentre os indicadores nacionais, permitindo inferências parciais sobre o avanço na transição para padrões mais sustentáveis de produção e consumo, e não uma mensuração direta e específica dos esforços envolvidos.

O desenvolvimento de indicadores específicos de produção e consumo sustentáveis exigirá investimentos dos governos nacionais para “monitorar a interface entre economia, sociedade e meio ambiente e os fluxos no uso de recursos e geração de resíduos como resultados das atividades de produção e consumo”. Tais indicadores deverão ter sólida base científica e desenho integrado – com um indicador podendo ajudar a mensurar mais de uma meta – e poderão auxiliar o poder público a demonstrar o retorno do investimento em políticas de produção e consumo sustentáveis, aumentando a consciência acerca dos benefícios do desenvolvimento sustentável.

O Brasil parte de um patamar acima quanto a este ODS, uma vez que já tem seu Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), lançado em 2011, que engloba ações com impactos positivos para o atendimento das metas do ODS 12.

META 12.1

implementar o Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|---------------|--|--------------|----------------------|
| Adoção de planos e políticas de produção e consumo sustentáveis | NA | - | Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis | ▪ NA | ODS 17 |

A implementação do 10YFP é passível de ser mensurada via levantamento das Políticas de Produção e Consumo Sustentáveis Nacionais – planos, programas, leis aprovadas e atividades diretas das pastas governamentais – que envolvam as temáticas abordadas nos programas do 10YFP e, em nível mais específico, o monitoramento da implementação destas políticas.

O Brasil tem seu Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), lançado em 2011, o qual elencou, em seu primeiro ciclo, seis prioridades, convergentes com os programas atualmente aprovados para o 10YFP. Atualmente, discute-se o Segundo Ciclo do Plano, levando-se em consideração tanto o 10YFP quanto as metas do ODS 12.

Segundo as recomendações da decisão 7 do XIX Encontro do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, o 10YFP deve considerar mais dois programas adicionais nas áreas de gestão integrada de resíduos e para o reforço das Pequenas e Médias Empresas (PME) na integração de práticas de Produção e Consumo Sustentáveis.

META 12.2

até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|----------------------------|---|---|--------------|----------------------|
| Consumo industrial de substâncias destruidoras da camada de ozônio | Anual, (período 2000-2009) | Coordenação de Proteção da Camada de Ozônio/MMA | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | ■ Brasil | ODS 9, 13 |
| Terras em uso agrossilvipastoril | Anual, (período 2000-2009) | Censo Agropecuário e PAM | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | ■ Brasil | ODS 2 |
| Queimadas e incêndios florestais | Anual, (período 2000-2009) | CPTEC/Inpe | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | ■ Brasil | ODS 15 |
| Consumo mineral per capita | Anual | Sumário mineral. Coordenadores: Thiers Muniz Lima, Carlos Augusto Ramos Neves. Brasília: DNPM, 2013 | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | ■ Brasil | ODS 14, 15 |
| | | Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060 – Revisão 2013, IBGE | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | | ODS 14, 15 |

Continua...

...Continuação

| | | | | | |
|---|-------|--|---|----------|------------|
| Vida útil das reservas minerais | Anual | DNPM/MME | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | ■ Brasil | ODS 14, 15 |
| Vida útil das reservas de petróleo e gás | Anual | Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 2014 | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | ■ Brasil | ODS 14, 15 |

Esta meta é muito ampla, englobando dimensões diversas. Foram incluídos alguns indicadores disponíveis na publicação **Indicadores de desenvolvimento sustentável** (IBGE, 2015). Por ser ampla e transversal, esta meta pode também ser monitorada por meio do cruzamento de indicadores de outros ODSs.

O desenvolvimento de um indicador – ou conjunto de indicadores – que monitore o uso dos recursos naturais é, contudo, recomendável, em vista do crescente consumo destes e de seu papel central no desenvolvimento das nações. A construção de tais indicadores apontará a necessidade de uso mais eficiente dos recursos em determinadas atividades econômicas nacionais, norteadas por políticas de desenvolvimento sustentável. O documento do PNUMA para discussão intitulado *Sustainable consumption and production indicators for the future SDGs* aponta que indicadores para mensurar e monitorar o sucesso da gestão sustentável de recursos devem ser baseados em princípios de contabilidade de fluxo de materiais.¹

¹ "Material flow accounts principles" foram acordados internacionalmente e sistematizados no *European Statistical Office Methods Guidebook* e nas diretrizes da OCDE para fluxos de material e produtividade de recursos e tornaram-se parte do *System of Environmental and Economic Accounting framework* (SEEA) (PNUMA, 2015).

META 12.3

até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|------------------------------|---------------|---|---|--------------|----------------------|
| Volume de resíduos orgânicos | Anual | Panorama dos resíduos sólidos no Brasil | Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais | ■ N/A | ODS 11, 15 |

Em relação a esta meta, foi sugerido um indicador como referência, apesar de a fonte não ser oficial.

Esta temática deverá compor o Segundo Ciclo do PPCS, que proporrá meios de monitorar o atingimento da meta estabelecida no Plano. O Ministério do Meio Ambiente, que coordena o Plano Nacional, pretende contratar diagnósticos nacionais e estabelecer parcerias estratégicas no governo e no setor produtivo para promover a redução do desperdício de alimentos.

META 12.4

até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---|--|--|---|----------------------|
| Consumo de agrotóxicos e afins | Anual, calculado para o período 2000-2012 | PNIA | Ibama | <ul style="list-style-type: none"> Brasil | ODS 2, 3, 6, 14, 15 |
| Consumo nacional anual de agrotóxicos e afins por área plantada | Anual, calculado para o período 2000-2009 | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | IBAMA. Produtos Agrotóxicos e afins comercializados em 2009 no Brasil: Uma abordagem ambiental. Brasília, 2010 | <ul style="list-style-type: none"> Brasil | ODS 2, 3, 6, 14, 15 |
| Consumo nacional de agrotóxicos e afins por área cultivada | Calculado para 2009 | IBGE | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> UFs | ODS 2, 3, 6, 14, 15 |
| Concentração de poluentes no ar em áreas urbanas | NA | Órgãos estaduais, secretarias municipais de meio ambiente e instituições privadas | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> UFs Regiões metropolitanas Municípios | ODS 3, 11 |
| Qualidade de águas interiores | NA | Inema (BA); Iema (ES); Igam (MG); Águas Paraná (PR); CPRH (PE); Inea (RJ); Fepam (RS); e Cetesb (SP) | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> N/A | ODS 6 |

Continua...

...Continuação

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|---|---|--------------------|----------------------|
| Balneabilidade | NA | Inema (BA); Iema (ES); Igam (MG); Águas Paraná (PR); CPRH (PE); Inea (RJ); Fepam (RS); e Cetesb (SP); IMA (AL); Idema (RN); Fepam (RS); Fatma (SC); Adema (SE). | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | ▪ N/A | ODS 3, 6, 14 |
| Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado | NA | Sihsus/Datasus Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060 – Revisão 2013, IBGE | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | ▪ UFs, idade, sexo | ODS 3, 6 |
| Uso de fertilizantes | Anual | Anuário estatístico [do] setor de fertilizantes 2010. São Paulo: Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), 2011 Produção agrícola municipal: 2013. Rio de Janeiro: IBGE 2013 | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | ▪ UFs, municípios | ODS 2, 3, 6, 14, 15 |
| Rejeitos radioativos | NA | Eletrobras Eletronuclear e CNEN | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | ▪ N/A | ODS 2, 3, 6, 14, 15 |

Dentre os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do IBGE, há dez indicadores relacionados ao manejo e ao impacto de químicos na saúde humana e ambiental que oferecem um retrato parcial sobre a questão no país (abordam poluentes específicos, como agrotóxicos e rejeitos radioativos). Na medida em que indicadores mais amplos ou sobre outros tipos de poluentes possam ser desenvolvidos, o governo brasileiro também monitora o uso e o impacto das substâncias químicas por meio do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) e de sua participação como país signatário da Convenção de Estocolmo.

META 12.5

até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---|---|---|--|----------------------|
| Taxa de recuperação de materiais recicláveis em relação à totalidade de resíduos sólidos urbanos coletados | Anual, calculado para o período 2002-2011 | Ministério das Cidades | PNIA | <ul style="list-style-type: none"> Municípios (acima de cem habitantes) | ODS 6, 11, 15 |
| Coleta per capita de resíduos sólidos domiciliares (RDO) | Anual, calculado para o período 2002-2011 | Ministério das Cidades | PNIA | <ul style="list-style-type: none"> Municípios (acima de cem habitantes) | ODS 6, 11, 15 |
| Taxa de cobertura da coleta de resíduos sólidos domiciliares em relação à população urbana | Anual, calculado para o período 2002-2011 | Ministério das Cidades | PNIA | <ul style="list-style-type: none"> Municípios (acima de cem habitantes) | ODS 6, 11, 15 |
| Reciclagem | Anual | Abal; Bracelpa; Abividro; Abipet; Abeaço; ABLV e Cempre | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> Brasil | ODS 6, 11, 15 |
| Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico | NA | PNAD | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> Municipal | ODS 1, 6, 11, 15 |

Além dos indicadores já existentes e apontados na tabela, futuramente podem ser incorporados indicadores da implementação da Logística Reversa, estabelecida pela Lei n. 12.305/2010 no país.

META 12.6

incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios

Não foi possível identificar indicadores existentes para esta meta. No entanto, foram indicadas algumas ações/iniciativas que poderão, no futuro, contribuir com indicadores, desde que passem a integrar estatísticas oficiais, são elas: incentivos fiscais para a adoção de práticas sustentáveis, tais como Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS ecológico); valor e número de contratos de operações de concessão de financiamento para tomadores que adotem práticas sustentáveis (instituições financeiras públicas e privadas); adoção de padrões internacionais de gestão ambiental pelas empresas, tais como ISO 14001, *Forest Stewardship Council* (FSC), etc.; participação das empresas na composição de índices como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE Bovespa); número de empresas que utilizam o relatório da Global Reporting Initiative (GRI); e participação dos bancos no processo de financiamento de atividades com parâmetros ambientais e sociais, em conformidade com o Protocolo Verde.

META 12.7

promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|---|-------|--------------|----------------------|
| Desempenho das contratações públicas sustentáveis | Anual | Compras governamentais. Relatórios. | MPOG | ■ N/A | ODS 15, 16 |

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) publica relatórios anuais acerca das compras realizadas pela administração pública federal, os quais incluem o percentual de compras públicas consideradas sustentáveis. Sugere-se a criação de um indicador que utilize os relatórios do MPOG como fonte para dados em nível federal, mas é interessante considerar também as iniciativas estaduais e municipais.

META 12.8

até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------------|----------------------|----------|--------------|----------------------|
| Implementação da agenda ambiental na administração pública – A3P | Anual – 2007 a 2013 | PNIA | MMA/SAIC | ■ Brasil | ODS 15, 16 |

Para esta meta também não foram identificados indicadores oficiais. Porém, há várias ações em andamento que, se monitoradas/mensuradas, poderiam representar indicadores estatísticos relevantes, são elas: dados da Associação Brasileira de Embalagens (Abre) sobre Pacto Setorial para inclusão da simbologia do descarte seletivo, realizado no contexto do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS); dados do Inmetro, da ABNT e de outras associações com atuação em rotulagem ambiental, como o selo Procel; dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) acerca da adoção do Selo Produto Orgânico e do Selo Produto da Agricultura Familiar; pesquisas sobre consumo sustentável em série histórica

realizadas pelo Instituto Akatu² e a promovida pelo Ministério do Meio Ambiente – “O que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente”;³ resultados de campanhas voltadas para consumo sustentável, como as realizadas pelo Ministério do Meio Ambiente no âmbito do PPCS, tais como: campanha “Saco é um Saco”, campanha “Separe o Lixo e Acerte na Lata” e campanha “Outubro – mês do Consumo Sustentável” (MMA, 2014); resultados das ações da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que dissemina conhecimento sobre consumo consciente em órgãos públicos; resultado das ações de educação ambiental realizadas pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação.

META 12.a

apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas em rumo à padrões mais sustentáveis de produção e consumo

Não há indicadores apontados na tabela, no entanto a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que integra o Ministério das Relações Exteriores, acompanha e monitora todos os projetos de cooperação técnica firmados pelo governo brasileiro com outros países ou organismos internacionais. Tal acompanhamento pode incluir a identificação seletiva de projetos que envolvam temáticas afins ao desenvolvimento sustentável e, especificamente, as ações que favoreçam padrões sustentáveis de produção e consumo. Hoje, a ABC já classifica os projetos em categorias de acordo com as pastas de governo que assinam os acordos, tais como “meio ambiente”, “desenvolvimento social”, “planejamento”.⁴

Sugere-se monitorar o fortalecimento da capacidade científica e tecnológica em direção a padrões mais sustentáveis por meio do número de patentes de novas tecnologias verdes apresentadas no país. Um possível indicador pode ser criado utilizando-se a base de dados do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), que registra as patentes industriais no Brasil.

Sugere-se um indicador baseado na produção de artigos científicos sobre o tema publicados nacional e internacionalmente por autores ou coautores brasileiros. Esse indicador pode utilizar a base de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI).

Outros possíveis indicadores podem ser propostos, como a participação de estudantes nacionais em concursos, cursos ou bolsas envolvendo a temática de produção e consumo sustentáveis no exterior; a submissão de projetos de instituições brasileiras no âmbito do 10YFP

² Pesquisa 2012. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br/pesquisa/2012/PESQUISA AKATU.pdf>>.

³ Pesquisa 2012. Disponível em: <<http://mma.gov.br/publicacoes/responsabilidade-socioambiental/category/90-producao-e-consumo-sustentaveis?download=989o-que-o-brasileiro-pensa-do-meio-ambiente-e-do-consumo-sustentavel>>.

⁴ Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Gestao/ClassificacaoSegmento>>.

Trust Fund; a participação de entidades governamentais e não governamentais em redes sobre o tema, tais como o SCP Clearinghouse e a Rede de Informação em Produção e Consumo Sustentáveis para a América Latina e Caribe (RedPyCS).

META 12.b

desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais

O Ministério do Turismo conta com diretrizes e explicações fundamentais organizadas para a implementação de ferramentas de monitoramento e avaliação referentes à gestão do turismo sustentável no país (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

A campanha Passaporte Verde, realizada pelo PNUMA no Brasil em parceria com os Ministérios do Turismo e do Meio Ambiente, promove o “Compromisso Voluntário Passaporte Verde”, no qual estabelecimentos do setor de turismo se comprometem com medidas de sustentabilidade em seus negócios, apresentando seus resultados após um ano. O primeiro levantamento será feito em setembro de 2015.⁵

META 12.c

racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de maneira que proteja os pobres e as comunidades afetadas

Apesar de o Brasil ter ratificado importantes acordos pela redução de impactos ambientais provocados pelo uso de combustíveis fósseis, como a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto, e apesar de o país ter elaborado a Política Nacional sobre Mudança do Clima (estabelecida pela Lei n. 12.187/2009) e o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, que incentivam a adoção de medidas que miti-

⁵ Disponível em: <<http://passaporteverde.org.br/inscreva/>>.

guem a redução de gases de efeito estufa prejudiciais ao desenvolvimento sustentável do país, o Brasil ainda não possui política ou plano que proponha ou implemente o fim – ou ao menos a diminuição – dos subsídios destinados a essas fontes de energia não renováveis (MMA, 2014b).

13 AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA



OBJETIVO 13.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos¹

Considerações iniciais

Este Objetivo proposto é o único que tem uma referência expressa a outro processo de negociação multilateral. A redação deixa claro que qualquer meta relacionada a este Objetivo deve relacionar-se diretamente às negociações no âmbito do regime multilateral de mudança do clima no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (em inglês, *United Nations Framework Convention on Climate Change* – UNFCCC). Para não duplicar ações e esforços, discussões sobre a operacionalização das metas e sobre possíveis indicadores de acompanhamento e mensuração de sua consecução devem ocorrer *pari passu com o avanço das negociações* e das medidas de implementação no âmbito dos órgãos e dos processos da UNFCCC referentes aos temas tratados nessas metas.

No tocante à adaptação à mudança do clima, deve-se reconhecer que nos foros pertinentes, como o Fundo Verde para o Clima (em inglês, *Green Climate Fund* – GCF), tem-se reafirmado a necessidade de indicadores qualitativos para mensurar os resultados de programas e projetos relacionados à adaptação, necessidade essa ainda maior quando se busca aferir impactos mais amplos do Fundo. Decisão do Conselho do GCF prevê a combinação de indicadores quantitativos e qualitativos na mensuração dos resultados mais amplos das atividades do Fundo (Decisão B.08/07, Anexo VIII).

Assim, em relação às metas referentes a este Objetivo proposto, considerou-se mais aconselhável identificar indicadores brasileiros qualitativos.

No tocante à intersecção entre o ODS referente à mudança global do clima e os demais, ressalta-se o caráter transversal do tema, considerando que os efeitos adversos do fenômeno dão origem a problemas associados à agenda dos outros ODS ou os intensificam. Caso esses efeitos adversos se intensifiquem, eles poderão anular os esforços para a promoção do desenvolvimento em outras áreas, o que deixa, portanto, evidente a importância do combate à mudança do clima.

¹ Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima é o fórum internacional, intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

META 13.1

reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|--|--|--------------------------------|-----------------------|
| Existência de Plano Nacional de Adaptação | N/A | Em elaboração (de acordo com o Decreto n. 7.390/2010 e a Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima – Lei n. 12.187/2009). Consulta pública encerrada em 21/12/14 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ CIM | Elaboração de planos setoriais | ODS 6, 9, 11, 12 e 15 |
| Existência de Política Nacional de Proteção e Defesa Civil | N/A | Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Presidência da República, Casa Civil | N/A | ODS 6, 11 e 12 |
| Existência do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais | N/A | CEMADEN | <ul style="list-style-type: none"> ▪ MCTI | N/A | ODS 11 e 16 |
| Existência do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos | N/A | CPTEC | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Inpe/MCTI | N/A | ODS 11 e 16 |
| Existência do Inmet | N/A | INMET | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mapa | N/A | ODS 11 e 16 |

Para a listagem de indicadores qualitativos nesta meta, encontrou-se uma dificuldade quanto à separação do que seria impacto resultante da mudança global do clima e de desastres naturais. Nesse sentido, pensando-se as parcerias e potenciais custos de monitoramento, é necessário que haja mais investimentos em pesquisa (ex.: *downscaling*, etc.) para redução de incertezas e/ou standardização de critérios para tratamento conjunto e/ou diferenciado desses temas.

Em relação aos indicadores listados na tabela que fazem referência ao Instituto Nacional do Semiárido (Insa), à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), ao Observatório Nacional de Clima e Saúde, entre outras instituições, estas são consideradas parceiras importantes no reforço às capacidades de adaptação e resiliência.

O conceito de resiliência tem sido bastante difundido não apenas em relação à mudança do clima, mas também em relação a outras temáticas. Resiliência consiste, essencialmente, em assegurar que o Estado, a comunidade e as instituições globais se empenhem em capacitar e proteger os indivíduos. O desenvolvimento humano implica eliminar as barreiras que impedem as pessoas de usar sua liberdade de agir. Alcançar e manter o progresso no plano do

desenvolvimento humano pode depender da prontidão e da eficácia da resposta no momento em que ocorrem choques.

Um empenho comum – nacional e global – na prestação universal de serviços sociais, no reforço da proteção social e na garantia do pleno emprego constituiria uma decisão político-social de grande alcance que lançaria os alicerces para a criação de resiliência a longo prazo dos países e dos seus cidadãos como indivíduos. Tal empenho potencializaria a capacidade dos indivíduos, das sociedades e dos países de resistir e se recuperar de reveses, sem deixar de reconhecer que alguns se encontram mais expostos a riscos e ameaças do que outros, carecendo por isso de apoio adicional. Se a ocorrência de catástrofes naturais e causadas pelo homem é inevitável, é possível, no entanto, envidar esforços no sentido de mitigar os respectivos efeitos e acelerar a recuperação (PNUD, 2014).

Considerando que a resiliência envolve muitos aspectos, é importante ressaltar que a resiliência a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais está, necessariamente, relacionada a questões de proteção social, pleno emprego e outras. Portanto, verifica-se uma inter-relação direta entre este ODS e todos os outros, com destaque para os ODSs 1, 8, 9 e 11.

META 13.2

integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|---|------------------------------------|---|-----------------------|
| Existência da Política Nacional sobre Mudança do Clima | N/A | Lei n. 12.187/2009 | Governo brasileiro | <ul style="list-style-type: none"> Setor | ODS 6, 9, 11, 12 e 15 |
| Existência do Plano Nacional sobre Mudança do Clima | N/A | Decreto n. 6.263, de 21 de novembro de 2007 | PNMC | <ul style="list-style-type: none"> Nove planos setoriais | ODS 6, 9, 11, 12 e 15 |
| Existência do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) | N/A | Decreto n. 6.263, de 21 de novembro de 2007 | Casa Civil | <ul style="list-style-type: none"> N/A | ODS 16 |
| Existência de Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional | N/A | N/A | Congresso Nacional | <ul style="list-style-type: none"> N/A | ODS 16 |

Continua...

...Continuação

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|--|--------------------------------------|--|----------------------|
| Existência do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas | N/A | Fórum Clima | Fórum Brasileiro de Mudança do Clima | <ul style="list-style-type: none"> Quinze fóruns estaduais (AM, BA, ES, SC, CE, PE, TO, RS, MT, MG, PA, PR, SP, PI, RJ) | ODS 16 |
| Existência do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima | N/A | Lei n. 12.114/2009, regulamentada pelo Decreto n. 7.343/2010 | MMA e BNDES | <ul style="list-style-type: none"> N/A | ODS 8, 10 e 16 |
| Existência do Fundo Amazônia | N/A | Fundo Amazônia | BNDES | <ul style="list-style-type: none"> N/A | ODS 8, 10 e 16 |
| Existência de linha de crédito para o Plano ABC | N/A | Resolução n. 3.896, de 17/08/2010 | BNDES e Banco do Brasil | <ul style="list-style-type: none"> N/A | ODS 8, 10 e 16 |
| Elaboração do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas (Sismoj) | N/A | Sismoj | MCTI | <ul style="list-style-type: none"> N/A | ODS 6 |

Os dois principais instrumentos nacionais relacionados a esta meta são a Política Nacional sobre Mudança do Clima – Lei n. 12.187/2009 – e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) – Decreto n. 6.263/2010. Entretanto, verifica-se certo desbalanceamento entre os principais “pilares” da mudança do clima (mitigação, adaptação, financiamento e transferência de tecnologias), com ênfase muito maior na mitigação.

Nota-se que as estratégias integradas de mitigação e adaptação à mudança do clima, nos termos da Lei n. 12.187/2009, perpassam as esferas local, regional e nacional. Nesse sentido, uma análise da regulamentação da mudança do clima nos âmbitos municipal e estadual, além do federal, completaria a reflexão de novos indicadores para a meta em questão.

Para o atendimento do compromisso voluntário previsto na Lei n. 12.187/2009, o Decreto n. 7.390/2010 prevê a elaboração de Planos Setoriais com a inclusão de ações, indicadores e metas específicas de redução de emissões e mecanismos para a verificação do seu cumprimento.

É importante ressaltar que, além de conter uma estratégia de mitigação, os Planos Setoriais também deverão incluir ações de adaptação, definida pela Lei n. 12.187/2009 como iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos ante os efeitos atuais e esperados da mudança do clima.

Os seguintes Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação já foram concluídos:

- ▶ Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM);
- ▶ Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado);
- ▶ Plano Decenal de Energia (PDE);
- ▶ Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC);
- ▶ Plano Setorial de Mitigação da Mudança Climática para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Indústria de Transformação (Plano Indústria);
- ▶ Plano de Mineração de Baixa Emissão de Carbono (PMBC);
- ▶ Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima (PSTM);
- ▶ Plano Setorial da Saúde para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima.

Encontra-se em fase de elaboração o Plano de Redução de Emissões da Siderurgia.

É recomendável a contínua observação do estágio de implementação desses planos assim como avaliar se suas previsões internalizaram os aspectos dinâmicos da realidade a fim de identificar eventuais necessidades de revisá-los para se adequarem ao surgimento de fatores que não puderam ser considerados quando da edição dos referidos planos.

No âmbito dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, alguns ministérios criaram grupos de trabalho ou comitês para a condução de atividades conexas aos Planos Setoriais, como o Grupo Técnico de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas em Transporte Público Urbano (Portaria do Ministério das Cidades n. 443, de 20 de setembro de 2011); a Comissão Gestora do Plano Setorial da Saúde de Mitigação e Adaptação (Portaria n. 3.244, de 30 de dezembro de 2011).

META 13.3

melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce à mudança do clima

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais Sinergias |
|--|---------------|--|--------------------------------------|--|----------------------|
| Existência do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima | N/A | Fórum Brasileiro de Mudança do Clima | Fórum Brasileiro de Mudança do Clima | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Quinze fóruns estaduais (AM, BA, ES, SC, CE, PE, TO, RS, MT, MG, PA, PR, SP, PI, RJ) | ODS 16 |
| Existência da Rede Clima | N/A | Rede Clima | Rede Clima | <ul style="list-style-type: none"> ▪ N/A | ODS 16 |

Continua...

...Continuação

| | | | | | |
|---|-----|---|--------------------------------------|-------|----------------|
| Existência do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas | N/A | PBMC | PBMC | ▪ N/A | ODS 16 |
| Existência de Política Nacional de Proteção e Defesa Civil | N/A | Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 | Presidência da República, Casa Civil | ▪ N/A | ODS 6, 11 e 12 |
| Existência do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais | N/A | CEMADEN | MCTI | ▪ N/A | ODS 11 e 16 |
| Existência do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos | N/A | CPTEC | Inpe/MCTI | ▪ N/A | ODS 11 e 16 |
| Existência do Inmet | N/A | INMET | Mapa | ▪ N/A | ODS 11 e 16 |

Esta meta tem relação direta com os artigos 4 (compromissos), 5 (pesquisa e observação sistemática) e 6 (educação, treinamento e conscientização pública) da UNFCCC.

Quanto ao monitoramento e à avaliação da adaptação, a Conferência das Partes (COP) da UNFCCC solicitou às Partes, entidades operacionais do mecanismo financeiro da Convenção e outras entidades relevantes envolvidas com adaptação, que considerem recomendações como: a) monitoramento e estruturas de avaliação devem ser apropriados às circunstâncias nacionais; um conjunto comum de indicadores globais não é útil, tendo em vista a natureza específica em cada contexto da adaptação à mudança do clima; b) avaliações no nível nacional podem ter papéis diferentes de avaliação em nível subnacional e em nível de projeto. Mais especificamente, o Comitê de Adaptação recomendou, e a COP referendou, que o Conselho do GCF mantenha indicadores sobre adaptação em seu marco de gerenciamento de resultados simples, flexíveis e qualitativos, além de quantitativos.

Em relação à redução de impacto e alerta precoce, há uma forte interrelação entre esta meta e as metas 11.5 e 11.b do ODS 11.

META 13.a

implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano até 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto de ações significativas de mitigação e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima, por meio de sua capitalização, o mais cedo possível

Meta em âmbito internacional referente a compromisso assumido pelos países desenvolvidos. Não é possível listar indicadores brasileiros referentes a esta meta.

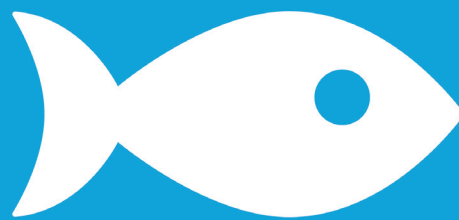
META 13.b

promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas

Meta em âmbito internacional referente aos países de menor desenvolvimento relativo. Não é possível listar indicadores brasileiros referentes a esta meta.

Até a publicação deste relatório, a Terceira Comunicação Nacional Brasileira à UNFCCC ainda não havia sido publicada. Quando o for, deverá relatar a cooperação Sul-Sul quanto à mudança do clima.

14 VIDA NA
ÁGUA



OBJETIVO 14.

Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Considerações iniciais

O Brasil é um país com mais de 8.500 km de extensão costeira e apresenta nessa região rica biodiversidade marinha, belezas e riquezas naturais e paisagísticas únicas que contrastam com cenários de áreas densamente povoadas resultantes de processos de ocupação desordenada, portanto com diferentes usos e conflitos. Considerando a necessidade de equilibrar as demandas de desenvolvimento com a necessidade de proteger os ecossistemas na costa brasileira, uma demanda importante para o país é a necessidade de desenvolver e implementar um plano de gestão e monitoramento integrado costeiro marinho que promova a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais desses ecossistemas. Esta ação perpassa o Planejamento Espacial Marinho (PEM) ou Uso compartilhado do Ambiente Marinho, como tem sido chamado pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Cirm).

META 14.1

até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|-------------------|--|---|--|----------------------|
| Percentual de amostras durante o ano em que a água da praia apresentou valores de bactérias dentro dos padrões estabelecidos pelo Conama | Anual – 1992-2010 | <ul style="list-style-type: none">Idema (RN)CPRH (PE)IMA (AL)Adema (SE)Inema (BA)Iema (ES)Inea (RJ)Cetesb (SP)IAP (PR)Fatma (SC) eFepam (RS) | IBGE. Indicadores de desenvolvimento sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none">Por praias selecionadas (Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) | ODS 11 e 12 |

Continua...

...Continuação

| | | | | | |
|---|--------------------------|--|--|--|--------------------|
| <p>Concentração média anual de bactérias na água (em NMP/100 ml ou UFC/100 ml)</p> | <p>Anual – 1992-2010</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Idema (RN) ▪ CPRH (PE) ▪ IMA (AL) ▪ Adema (SE) ▪ Inema (BA) ▪ Iema (ES) ▪ Inea (RJ) ▪ Cetesb (SP) ▪ IAP (PR) ▪ Fatma (SC) e ▪ Fepam (RS) | <p>IBGE. Indicadores de desenvolvimento sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Por praia selecionadas (Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) | <p>ODS 11 e 13</p> |
| <p>Percentil 80 anual da qualidade da água para recreação de contato primário</p> | <p>Anual – 1992-2010</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Idema (RN) ▪ CPRH (PE) ▪ IMA (AL) ▪ Adema (SE) ▪ Inema (BA) ▪ Iema (ES) ▪ Inea (RJ) ▪ Cetesb (SP) ▪ IAP (PR) ▪ Fatma (SC) e ▪ Fepam (RS) | <p>IBGE. Indicadores de desenvolvimento sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Por praias selecionadas (Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) | <p>ODS 11</p> |

O Decreto n. 87.566, de 16 de setembro de 1982, promulga o texto da Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias, concluída em Londres a 29 de dezembro de 1972. Desta Convenção destaca-se o Anexo V, sobre regras para a prevenção da poluição por lixo nos navios.

A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, adotada em Montego Bay, em 1982, representa a principal regulamentação internacional sobre o tema, com uma consolidação genérica das regras atinentes ao direito do mar. A Convenção trata especificamente da proteção e da preservação do meio marinho na Parte XII (artigos 192 a 237), dedicando as seções 5, 6 e 7 à poluição transfronteiriça (arts. 207 a 232).

A Convenção de Montego Bay classifica seis formas específicas de poluição marinha: 1) poluição de origem terrestre, denominada de poluição telúrica (art. 207); 2) poluição proveniente de atividades relativas aos fundos marinhos sob jurisdição nacional (art. 208); 3) poluição proveniente de atividades no leito do mar, nos fundos marinhos e seu subsolo além dos limites da jurisdição nacional (espaços esses denominados pela mesma Convenção de Área, cf. art. 10, § 1o, inciso 1) (art. 209); 4) poluição por alijamentos (art. 210); 5) poluição proveniente de embarcações (art. 211); e 6) poluição proveniente da atmosfera ou através dela (art. 212 dispondo normas relativas às formas de poluição do meio marinho).

No Brasil, a Lei n. 8.617/1993 dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva, a plataforma continental brasileira e dá outras providências. A lei, em seu art. 13, dispõe que

[...] na plataforma continental, o Brasil, no exercício de sua jurisdição, tem o direito exclusivo de regulamentar a investigação científica marinha, a proteção e a preservação do meio marinho, bem como a construção, a operação e o uso de todos os tipos de ilhas artificiais, instalações e estruturas.

A Lei n. 9.966/2000 dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências. A lei, inclusive, determina as penalidades para os infratores.

Em relação à poluição por nutrientes, as atividades humanas, em especial a produção de alimentos, a queima de combustíveis fósseis e as águas residuais de pessoas e indústrias, levaram, nas últimas décadas, a aumentos significativos da quantidade de nutrientes no meio ambiente – como o nitrogênio e o fósforo –, principalmente no meio ambiente marinho. No caso das águas costeiras, esse processo causa o acúmulo excessivo de nutrientes, que, por sua vez, produz eutrofização e hipóxia, prejudicando a qualidade das águas, causando impactos à saúde humana, danos à biodiversidade – como a vegetação marinha e as barreiras de coral – e a morte de peixes.

No entanto, levando em conta a extensão do território, há consideráveis dificuldades para prevenir, controlar e fiscalizar a poluição em suas diversas formas no Brasil.

META 14.2

até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---|---------------|--|--|----------------------|
| Proporção de estoques pesqueiros dentro de limites biológicos seguros | Informações gerais para o período entre 1995 e 2005 | MPA | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Categoria de exploração ▪ Região da ZEE | ODS 13 |
| Percentagem de áreas destinadas a Unidades de Conservação nos biomas | Informações atualizadas para outubro de 2013 | CNUC | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Bioma ▪ SNUC (PI e US) | ODS 6, 15 |

O governo brasileiro tem dado especial atenção ao uso sustentável dos recursos costeiros. Tal atenção expressa-se no compromisso governamental com o planejamento integrado da utilização de tais recursos, visando ao ordenamento da ocupação dos espaços litorâneos. Para atingir tal objetivo, concebeu e implantou o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), implementando um processo marcado pela experimentação e pelo aprimoramento constante. O PNGC foi constituído pela Lei n. 7.661, de 16/05/1988, cujos detalhamentos e operacionalização foram objeto da Resolução n. 1 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Cirm), de 21/11/1990, aprovada após audiência do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). A própria lei já previa mecanismos de atualização do PNGC por meio do Grupo de Coordenação do Gerenciamento Costeiro (Cogerco).

Esse Plano tem como finalidade primordial o estabelecimento de normas gerais visando à gestão ambiental da zona costeira do país, lançando as bases para a formulação de políticas, planos e programas estaduais e municipais. Para tanto, busca os seguintes objetivos:

- ▶ promoção do ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros, subsidiando e otimizando a aplicação dos instrumentos de controle e de *gestão proativa* da zona costeira;
- ▶ estabelecimento do processo de gestão, de forma integrada, descentralizada e participativa, das atividades socioeconômicas na zona costeira, com o objetivo de contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população e proteger seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural;
- ▶ desenvolvimento sistemático do diagnóstico da qualidade ambiental da zona costeira, identificando suas potencialidades, vulnerabilidades e tendências predominantes como elemento essencial para o processo de gestão;
- ▶ incorporação da dimensão ambiental nas políticas setoriais voltadas à gestão integrada dos ambientes costeiros e marinhos, compatibilizando-as com o PNGC;
- ▶ efetivo controle sobre os agentes causadores de poluição ou degradação ambiental sob todas as formas que ameacem a qualidade de vida na zona costeira; e
- ▶ produção e difusão do conhecimento necessário ao desenvolvimento e ao aprimoramento das ações de gerenciamento costeiro (MMA, sem data).

META 14.3

minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis

O Plano Setorial dos Recursos do Mar (PSRM) tem vigência plurianual e apresenta-se como uma das decorrências da Política Nacional para os Recursos do Mar. O PSRM tem como finalidade conhecer e avaliar as potencialidades do mar, assim como realizar atividades de monitoramento de recursos vivos e não vivos, além dos fenômenos oceanográficos e do clima das áreas marinhas que estão dentro da jurisdição do país ou sejam de interesse nacional. A ação “Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha” – Revimar, do VIII PSRM, busca manter a avaliação contínua de seis Unidades de Conservação de ecossistemas

recifais monitoradas pelo método *reef check*.¹ Atualmente, esse programa de monitoramento é coordenado pelo ICMBio (ICMBio, 2015).

No ano de 2006, o Brasil aderiu à Iniciativa Internacional dos Recifes de Coral (Icri). A Icri é uma parceria entre governos, organizações internacionais e organizações não governamentais e tem como objetivo promover a conservação dos ambientes de recife de corais e dos ecossistemas relacionados em todo o mundo (MMA, 2014).

META 14.4

até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Sinergias |
|---|---|---------------|--|--|-----------|
| Proporção de estoques pesqueiros dentro de limites biológicos seguros | Informações gerais para o período entre 1995 e 2005 | MPA | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Categoria de exploração ▪ Região da ZEE | ODS 13 |

Em fevereiro de 2001, o Comitê de Pesca da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Cofi/FAO) aprovou e publicou o “Plano de Ação Internacional para prevenir, deter e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (PAI-INN)” no âmbito do “Código de conduta para a pesca responsável”.

O Plano abrange todas as pescarias e todas as formas de atividades ilegais. Os Estados são convidados a pôr esse plano em prática com a maior brevidade possível, quer diretamente em cooperação com outros Estados, quer indiretamente por intermédio de organismos regionais competentes em matéria de gestão das pescas.

De acordo com o PAI-INN, compreende-se por pesca ilegal: a) aquela realizada por embarcações nacionais ou estrangeiras em águas sob jurisdição de um Estado sem a permissão deste ou em desacordo com suas leis e regulamentos; b) aquela realizada por embarcações

¹ O *Reef Check* é um programa de voluntários criado em 1996 que realiza o monitoramento dos recifes de corais em nível mundial.

que hasteiam bandeira de Estados que fazem parte de uma organização regional de ordenamento pesqueiro competente, porém operam em desacordo com as medidas de conservação e ordenamento adotadas por tal organização, impostas pelos Estados, ou ainda, as disposições pertinentes aplicáveis do Direito Internacional; c) a violação de leis nacionais ou de obrigações internacionais, inclusive aquelas contraídas pelos Estados cooperantes com alguma organização regional de ordenamento pesqueiro competente.

Compreende-se por pesca não declarada: a) que não tem sido declarada ou tem sido declarada de forma inexata à autoridade nacional competente, em desacordo com as leis e os regulamentos nacionais; b) praticada em uma zona de competência de uma organização regional de ordenamento pesqueiro competente, que não tem sido declarada ou declarada de forma inexata, em desacordo com os procedimentos de declaração da referida organização.

Compreende-se por pesca não regulamentada: a) aquela realizada nas zonas de competência de uma organização regional de ordenamento pesqueiro por embarcações sem nacionalidade, por embarcações que hasteiam bandeira de um Estado que não faz parte da referida organização ou por uma entidade pesqueira, em desconformidade com as medidas de conservação e ordenamento da referida organização; b) realizada em zonas de pesca ou sobre populações de peixes que não possuem medidas de conservação e gestão aplicáveis, ocorrendo ainda em desacordo com as responsabilidades relativas à conservação dos recursos vivos marinhos, de incumbência do Estado por força do Direito Internacional.

As atividades INN podem ser vistas como predatórias, pois diminuem a eficácia das medidas de gestão das pescas, resultam em oportunidades econômicas perdidas para os pescadores legítimos e minam a segurança alimentar.

O Plano Nacional de Combate à Pesca Ilegal, não Declarada e não Regulamentada foi lançado em 4 de dezembro de 2013 pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) em parceria com os Ministérios do Meio Ambiente, da Defesa (por intermédio da Marinha do Brasil), da Justiça (Polícia Federal) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O Plano tem como objetivo apertar o cerco contra a pesca ilegal em todo o país, penalizando quem deixa de declarar o que pescou, o que inclui os navios pesqueiros estrangeiros em atividade no mar territorial brasileiro. Ademais, foram lançados um selo e o certificado de pesca legal, a serem conferidos aos proprietários de embarcações regulares.

META 14.5

até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---|---------------|--|---|----------------------|
| Proporção de estoques pesqueiros dentro de limites biológicos seguros | Informações gerais para o período entre 1995 e 2005 | MPA | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento 2014. Brasília: Ipea, 2014 | <ul style="list-style-type: none">▪ Categoria de exploração▪ Região da ZEE | ODS 13 |

A biodiversidade presente ao longo das zonas costeiras e marítimas do Brasil conta com algumas ações do governo que garantem sua conservação, tais como a elaboração do Plano Nacional de Áreas Protegidas (Pnap). O Plano foi reconhecido pelo Decreto n. 5.758/2006, que define princípios, diretrizes, objetivos e estratégias para a criação e o desenvolvimento de um sistema amplo de áreas protegidas. Entre elas é importante destacar a diretriz que dispõe que áreas marinhas devem ser criadas e administradas tendo em vista a conservação da biodiversidade e a recuperação dos estoques pesqueiros. Nesse sentido, uma das estratégias mais relevantes é a identificação de áreas propícias à criação de novas áreas protegidas. O processo de revisão e atualização das “Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade Brasileira” propôs como objetivo o desenho de um sistema de áreas protegidas nas zonas costeiras e marinhas do país (MMA, 2007).

Há um instrumento importante que tem como objetivo viabilizar a recuperação ou o manejo de estoques pesqueiros de espécies muito exploradas a fim de se alcançar a sustentabilidade pesqueira. Esse instrumento é a delimitação de áreas ou zonas de exclusão de pesca, previsto no Pnap, podendo ser utilizadas pelo órgão gestor do meio ambiente ou conjuntamente, entre o MMA e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) (MMA, 2010).

Além do Pnap, há o Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio), criado em 1994 para a implementação do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio). O Probio é coordenado pelo MMA e executado conjuntamente com o CNPq e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), tendo como objetivo elaborar estratégias de implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica (CBD). Especificamente, o Probio realizou levantamentos e avaliações de áreas e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade brasileira, o que inclui a biodiversidade na zona costeira e marinha também (MMA, 2010). Atualmente, apenas 2% da área marinha brasileira está protegida em Unidades de Conservação.

A ação de Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha (Revimar) e o Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura (Sinpesq), atualmente em fase de planejamento, poderão, quando efetivamente implementados, passar a gerar e a disponibilizar dados contínuos de monitoramento dos ecossistemas marinhos e costeiros do Brasil.

META 14.6

até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuem para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio

Para facilitar a implementação do Plano Nacional de Combate à Pesca Ilegal, não Declarada e não Regulamentada (*vide* meta 14.4), foi criado um grupo de trabalho de combate à pesca ilegal, importante iniciativa do governo para fortalecer os programas e os planos de fiscalização

O objetivo do governo federal, além de combater a pesca ilegal, é garantir um futuro sustentável ao setor pesqueiro nacional, privilegiando aqueles que trabalham conforme as determinações.

Com o objetivo de dar incentivo ao pescador e tornar o pescado nacional mais competitivo, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) criou o Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel. Com este programa todos os pescadores profissionais artesanais, armadores e industriais que sejam proprietários ou arrendatários de embarcações pesqueiras têm direito de comprar óleo diesel mais barato nos postos habilitados pelo MPA. O desconto na bomba varia de 12% a 17%, com a isenção do ICMS fornecido pelos estados e o auxílio pecuniário do governo federal chega até 25% a diferença do preço do óleo diesel nacional ante o internacional. Atualmente, o programa abrange 14 dos 27 estados da Federação. Para ter direito ao benefício é preciso se inscrever no programa (MPA, 2014).

No âmbito do Plano Nacional de Combate à Pesca Ilegal, não Declarada e não regulamentada, têm sido discutidas penalidades para as embarcações nacionais com registro utilizando petrecho proibido. Uma das sugestões de penalidades, além de multas, apreensão do pescado e do petrecho, é a suspensão do direito ao subsídio do óleo diesel por um ano. No caso de reincidência, a penalidade seria a suspensão do subsídio de óleo diesel permanentemente.

META 14.7

até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo

Existem alguns projetos de cooperação Sul-Sul que a Agência Brasileira de Cooperação promove na área de pesca e aquicultura, tais como o projeto de fortalecimento de capacidades para o melhoramento da produção da aquicultura no Baixo Yavari (Peru), que visa a apoiar o desenvolvimento sustentável das atividades de aquicultura na região destinadas à segurança

alimentar, à geração de emprego e renda, ao associativismo e ao cooperativismo entre produtores. O projeto está vigente desde março de 2011 e deve ser finalizado em dezembro de 2015 (ABC, 2014).

Outro projeto importante na área é o “Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura na Costa do Marfim”, que tem como objetivo contribuir para a sustentabilidade do setor da pesca e aquicultura naquele país. Este projeto está atualmente em execução pelo MPA, tendo previsão para ser finalizado em abril de 2016 (ABC, 2014).

META 14.a

umentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é responsável por promover e coordenar a participação e as ações do Brasil na Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) no que tange às ciências oceânicas. A Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil (DHN) tem como função coordenar e promover a participação do país na COI em relação aos serviços oceânicos, servindo também como Banco Nacional de Dados Oceanográficos (BNDO) e Centro Depositário da COI, como parte do Sistema Mundial de Dados Oceanográficos (MARINHA DO BRASIL, 2014).

A DHN também é responsável por implementar as atividades do Programa Piloto Sistema Global de Observação dos Oceanos Brasil (Goos). Este Programa tornou operacional a coleta, a análise e a transmissão de dados na área oceânica em relação à qual o Brasil tem direitos de jurisdição ou soberania. Entre os objetivos do Programa destacam-se a ampliação e a consolidação de um sistema de observação dos oceanos, zona costeira e atmosfera a fim de que o conhecimento científico seja aperfeiçoado, disponibilizando informações para subsídio aos estudos, às previsões e às ações que diminuam a vulnerabilidade decorrente de eventos do clima que afetam o Brasil (MARINHA DO BRASIL, 2014a).

Em 2003, o DHN passou a hospedar o Escritório Regional para o Goos no Brasil a partir de um Memorando de Entendimento acordado entre o Brasil e a Unesco em 8 de outubro de 2002. Esse escritório tem como finalidade propiciar o desenvolvimento e a implementação do Programa Goos na região Atlântico Sul e Tropical. O DHN também atua em outras duas atividades ligadas à COI: 1) Rede Piloto de Boias Fundeadas no Atlântico Tropical (Pirata), na qual a DHN, junto ao Inpe, realiza a manutenção de cinco boias; 2) Sistema Global de Observação do Nível Médio do Mar, cabendo à DHN coordenar as atividades de obtenção de dados do nível médio do mar no âmbito nacional (MARINHA DO BRASIL, 2014).

META 14.b

proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados

O Plano Safra da Pesca e Aquicultura visa a implementar diversos novos parques aquícolas em lagos e represas de diferentes regiões do país. O Plano tem várias linhas de crédito destinadas aos pequenos pescadores e aquicultores para que possam investir em equipamentos, barcos e estruturas mais eficientes. Dentre os financiamentos, há benefícios especiais voltados às pescadoras, ao jovem, às marisqueiras, aos pescadores familiares e às cooperativas e associações de pesca e aquicultura. Além desses recursos financeiros, serão realizadas capacitações voltadas para a inserção de pequenos pescadores e aquicultores no mercado (MPA, 2012).

O Plano visa a “ampliar ações governamentais e o desenvolvimento sustentável por meio de medidas de estímulo à competitividade e ao empreendedorismo” (MPA, 2012). Esse Plano é majoritariamente voltado para pescadores e aquicultores familiares, associações ou cooperativas da área, pescadores artesanais, mulheres, entre outros. Contudo, o Plano também oferece crédito para médios e grandes pescadores ou aquicultores (MPA, 2012).

META 14.c

assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”

O Decreto n. 1.530, de 22 de junho de 1995, declara a vigência da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Unclos) no âmbito interno. Por sua vez, a Lei n. 8.617, de 4 de janeiro de 1993, promulgada em consonância com a Unclos, incorpora ao direito interno nova divisão para as águas territoriais brasileiras: 12 milhas marítimas de mar territorial, nas quais o Brasil exerce soberania (artigos 1o e 2o); 24 milhas marítimas de zona contígua (artigos 4o e 5o); 200 milhas marítimas de zona econômica exclusiva (ZEE), nas quais o Brasil exerce direitos de soberania (artigos de 6o a 10) para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais das águas subjacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo e no que se refere a outras atividades com vistas à exploração e ao aproveitamento da zona para fins econômicos; plataforma continental, na qual o Brasil exerce direitos de soberania para efeitos de exploração de recursos naturais (artigos de 11 a 14) (BEIRÃO; PEREIRA, 2014). A plataforma continental poderá se estender além das 200 milhas da ZEE nos locais em que ela não atingir os 200 metros de profundidade, criando-se, assim, a definição de Plataforma Continental Estendida (FERREIRA NETO, 2010).

Em 2004, o Brasil submeteu à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) uma proposta para o limite exterior da plataforma continental brasileira para extensão além das

200 milhas na forma do artigo 76 da Unclos. Em 2007, a CLPC apresentou suas recomendações ao Brasil, deixando de recomendar 19% do total da área pleiteada, aproximadamente 200.000 km². Ainda assim, 765.000 km² foram recomendados como plataforma continental do Brasil, pendente apenas depósito na ONU. O Projeto Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (Leplac) trabalha na submissão de uma proposta – nova ou revista – à CLPC, na forma do artigo 8o do Anexo II da Unclos (MORE, 2014).

15 VIDA
TERRESTRE



OBJETIVO 15.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade

Considerações iniciais

A formulação deste Objetivo envolve uma série de temáticas relacionadas aos ecossistemas terrestres e à biodiversidade. Considerando-se o conjunto de metas, verificou-se que alguns indicadores poderiam estar presentes em várias delas, o que acarretaria em imprecisão sobre o que, de fato, se pretende medir em cada meta. Para maior precisão, foram remanejados indicadores entre metas com o intuito de evitar repetições exaustivas. Portanto, o conjunto de indicadores listados deve ser visto de forma abrangente para o Objetivo como um todo.

META 15.1

até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|--|---------------|--|--|----------------------|
| Percentagem de áreas destinadas a Unidades de Conservação | Informações atualizadas para outubro de 2013 | CNUC | BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: Ipea, 2014. | <ul style="list-style-type: none">▪ Bioma▪ SNUC (PI e US) | ODS 6, 13 |
| Área das Unidades de Conservação de Proteção Integral | Calculado para o ano de 2010 | CNUC | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none">▪ Grandes Regiões e UF | ODS 6, 13 |

Continua...

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---|---|---|--|----------------------|
| Área das Unidades de Conservação de Uso Sustentável | Calculado para o ano de 2010 | CNUC | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> Grandes Regiões e UF | ODS 6, 13 |
| Ocorrência anual de queimadas e de incêndios florestais | Anual | CPTEC | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> Bioma/UC/Parques e Terras indígenas | ODS 13 |
| Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) | Anual, calculado para o período 1992-2010 | <ul style="list-style-type: none"> CPRH (PE) Inema (BA) Igam (MG) CCETESB (SP) Águas Paraná (PR) e Fepam (RS) | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> Corpos d'água selecionados (Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul) | ODS 13 e 14 |
| Índice de Qualidade das Águas (IQA) | Anual, calculado para o período 1992-2010 | <ul style="list-style-type: none"> CPRH (PE) Inema (BA) Igam (MG) CCETESB (SP) Águas Paraná (PR) e Fepam (RS) | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> Corpos d'água selecionados (Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul) | ODS 6, 13, 14 |
| Cobertura vegetal nativa remanescente | Calculado para 2002-2010 | <ul style="list-style-type: none"> Cemam/Ibama Prodes/Inpe | PNIA | <ul style="list-style-type: none"> Bioma | ODS 6, 13 |

O conjunto de indicadores com uma grande variedade de medições – área ocupada por Unidades de Conservação, quantidade comercializada de fertilizantes, consumo nacional de agrotóxicos, número de focos de calor, dentre outros – pode dificultar a compreensão do que, de fato, se está medindo. Foram mantidos, preferencialmente, os indicadores de superfície, porém organizados com critérios estatísticos em unidades de medida e desagregações. Considera-se que mais importante do que a desagregação por grandes regiões seja a desagregação por biomas, o que facilita avaliar a situação destes.

Assim, considera-se que seria importante calcular a proporção das áreas terrestres protegidas (% do total) por tipo de uso e por bioma, usando os dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (MMA), o que poderia refletir, por exemplo, informações sobre a superfície das áreas protegidas terrestres em relação à área total terrestre do país, bem como em relação à área total de cada bioma. Geralmente, os indicadores são apresentados em termos de área (km²), mas o cálculo em relação ao percentual das áreas terrestres protegidas (% do total), por tipo de uso e por bioma, é possível.

Ressalta-se também a necessidade de incluir informações sobre as convenções internacionais. Nesse contexto, a Convenção sobre Terras Úmidas de Importância Internacional, mais conhecida como Convenção Ramsar, é muito pertinente, havendo informação disponível. O cálculo das áreas (km²) consideradas “sítios Ramsar”¹ no Brasil seria de grande importância, fornecendo informações sobre o número e a superfície das zonas úmidas brasileiras que têm sido designadas como tal.

Considerou-se que a inclusão da proporção de áreas protegidas e os “sítios Ramsar” também seria relevante, pois o Objetivo 7.6 dos ODM (Proporção das áreas terrestres e marinhas protegidas) já existe, e dever-se-ia dar continuidade a esse indicador internacional. O indicador sobre percentagem de áreas terrestres protegidas é muito usado internacionalmente para comparar países, e segundo a Convenção de Diversidade Biológica, existe a seguinte meta de Aichi relacionada:

Meta 11: Até 2020, pelo menos 17% de áreas terrestres e de águas continentais e 10% de áreas marinhas e costeiras, especialmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, terão sido conservadas por meio de sistemas de áreas protegidas geridas de maneira efetiva e equitativa, ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas e por outras medidas espaciais de conservação, e integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.

Observa-se que o ODS 15 diz respeito apenas a áreas terrestres, e que as áreas marinhas são contempladas no ODS 14.

META 15.2

até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|--|---------------|---|---|----------------------|
| Desflorestamento da Amazônia Legal | Anual, disponível para o período 1991-2011 | Prodes | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> Na fonte secundária, Por unidade da federação que compõe a Amazônia Legal | ODS 13 |

Continua...

¹ A Lista de Ramsar é o principal instrumento adotado pela Convenção sobre zonas úmidas para implementar seus objetivos. É composta por áreas caracterizadas como ecossistemas úmidos importantes, selecionados pelos países e aprovadas por um corpo técnico especializado da Convenção. Uma vez aceitas, essas áreas recebem o título de “Sítios Ramsar”.

...Continuação

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|--|---|---|--|----------------------|
| Desmatamento nos biomas extra-amazônicos | Variável | PMDBBS/ MMA e relatório técnico "Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica: período 2011-2012" | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> ■ UF ■ Biomas (Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal) | ODS 13 |
| Desmatamento anual por bioma | Anual | Ibama, Inpe e MMA | PNIA | <ul style="list-style-type: none"> ■ Bioma | ODS 13 |
| Cobertura territorial dos projetos de ZEE | Anual | MMA (SRHU) e IBGE | PNIA | <ul style="list-style-type: none"> ■ Bioma / UF | ODS 1, 2, 13 |
| Cobertura vegetal nativa remanescente | 2002-2010 | Cemam/Ibama, Prodes/Inpe | PNIA | <ul style="list-style-type: none"> ■ Bioma | ODS 1, 2, 13 |
| Cobertura vegetal das áreas utilizadas pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde (PBV) | 2011, 2012 | Censipam | PNIA | <ul style="list-style-type: none"> ■ Unidades territoriais, bioma e estado | ODS 1, 2, 13 |
| Área de florestas públicas destinadas para uso e gestão comunitários | Calculado para os anos de: 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2011 e 2012 | ICMBio, Funai | PNIA | <ul style="list-style-type: none"> ■ Bioma | ODS 1, 2, 13 |

O Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal existe desde 2004 e tem como objetivo acabar com o desmatamento ilegal na região.

Atualmente, o Plano está em sua terceira fase (2012-2015). Já foram criadas diversas políticas públicas ou ações voltadas para a promoção do seu objetivo, tais como o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC). Este programa tem como uma de suas metas a ampliação de áreas de florestas cultivadas e o estímulo à recuperação de áreas degradadas por meio de financiamento a produtores e cooperativas – e seus membros – rurais que tenham empreendimentos voltados para a consecução de tais objetivos (MMA, 2013).

O Ministério do Meio Ambiente tem diversos outros programas e iniciativas de conservação e manejo sustentável de florestas do país. O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) é o órgão gestor de florestas públicas e tem como competências fomentar práticas de atividades florestais sustentáveis, promover e gerir programas de capacitação, treinamento, pesquisa e assistência técnica voltados para a implementação de ações florestais de forma sustentável e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais, entre outras funções (SFB, 2014).

Ver também o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), do Ministério do Meio Ambiente.

Considera-se que o Cadastro Ambiental Rural, assim que implementado, poderá ser uma boa fonte de informações para avaliar a conservação, a recuperação e o uso sustentável de ecossistemas. Alguns exemplos de indicadores que podem ser desenvolvidos a partir da regulamentação e da implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), com dados do Programa de Regularização Ambiental:

- ▶ área reflorestada no bioma Amazônia no âmbito do Programa de Regularização Ambiental (PRA);
- ▶ área reflorestada no bioma Cerrado no âmbito do Programa de Regularização Ambiental (PRA);
- ▶ área reflorestada no bioma Caatinga no âmbito do Programa de Regularização Ambiental (PRA);
- ▶ área reflorestada no bioma Pampa no âmbito do Programa de Regularização Ambiental (PRA);
- ▶ área reflorestada no bioma Mata Atlântica no âmbito do Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Com o Novo Código Florestal em vigor, tendo o CAR como um de seus principais instrumentos, há um grande debate no país sobre as oportunidades de negócio geradas pelos 21 milhões de hectares de passivo ambiental, equivalente ao tamanho de quase todo o Estado de São Paulo, que precisarão obrigatoriamente ser restaurados com vegetação nativa nas diferentes regiões brasileiras, segundo o Ipea (2013). A cadeia produtiva florestal tem se movimentado para lidar com questões relativas que vão desde a coleta de sementes à produção de mudas e manutenção de plantios, bem como a recomposição da paisagem. Novos mecanismos de gestão, como a Cota de Reserva Legal, criada para que a floresta excedente de um produtor seja utilizada para compensar o déficit de outra propriedade no mesmo bioma, abrem possibilidades de receita e podem agregar valor à terra conservada (IBIFLORESTAS, 2015).

META 15.3

até 2030, combater a desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|--------------------------|---------------|----------------------|---|----------------------|
| Estado da Cobertura Terrestre das Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD) | Calculado para 2008-2009 | MMA/Ibama | PNIA | <ul style="list-style-type: none"> ■ Bioma ■ UF | ODS 1, 2, 13 |

Foi considerado para esta meta o indicador “Áreas de desmatamento e remanescentes da vegetação nativa dos biomas Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica nas áreas susceptíveis à desertificação (ASD)”.

O Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), realiza o Sistema de Alerta Precoce (SAP) de secas e desertificação, criado para responder aos desafios das mudanças do clima e seus efeitos nas mudanças no uso e na cobertura da terra. O SAP consiste em um banco de dados geográficos com informações físico-ambientais e socioeconômicas que permite a interação de indicadores de seca e desertificação. Ele integra dados de sensoriamento remoto e previsões do tempo para permitir uma avaliação contínua das áreas mais suscetíveis, melhorando a compreensão dos efeitos combinados da seca e da desertificação.

Apesar dos avanços na área de monitoramento e previsão de secas, a prevenção à desertificação apresenta resultados muito incipientes, focados muitas vezes nos sintomas e não nos promotores do processo, sendo a análise temporal ainda muito limitada e a regional praticamente inexistente. A previsão é de que aconteça um ajuste das classes dos diferentes temas para atribuir pesos referentes às vulnerabilidades, isto é, para posterior análise multifatorial do conjunto de fatores socioeconômicos e biogeofísicos, cuja combinação resultará em Indicadores Regionais de Desertificação de caráter objetivo e numérico.

META 15.4

até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável

A Deliberação n. 57 da Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio), de 28 de outubro de 2008, dispõe sobre a criação de uma Câmara Técnica Temporária sobre Ecossistemas de Montanha no Brasil, em consonância com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), ratificada pelo Brasil.

O objetivo da Câmara Técnica Temporária seria formular a proposta de um Programa Nacional sobre Ecossistemas de Montanha, priorizando ações nos ecossistemas: tepuis (bioma Amazônia); campos rupestres (biomas Cerrado e Caatinga); campos de altitude (biomas Mata Atlântica e Amazônia); brejos de altitude (bioma Caatinga); floresta de neblina (vários biomas); floresta montanha (vários biomas); e *inselbergs* (vários biomas) (MMA, 2008).

Uma vez que não estão disponíveis informações sobre o trabalho da Câmara Técnica e não há disponibilidade de informações oficiais desagregadas para o ecossistema de montanha no país, para o cumprimento desta meta nos próximos anos, o Brasil precisará se esforçar na elaboração de indicadores pertinente.

A proposta de elaboração do Programa Nacional de Conservação e Pesquisa em Ecossistemas de Montanha foi realizada com base em um *workshop* promovido pelo Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFLORA), do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ (CNCFLORA, sem data).

META 15.5

tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de *habitat* naturais, estancar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|--------------------------|----------------------------------|---|---|----------------------|
| Espécies da fauna ameaçadas de extinção representadas nas UCs federais | Anual (2011 e 2012) | ICMBio | PNIA | <ul style="list-style-type: none"> ■ Bioma ■ UF | - |
| Espécies da fauna ameaçadas de extinção com Planos de Ação para a Recuperação e a Conservação | Anual (2004 a 2012) | ICMBio | PNIA | <ul style="list-style-type: none"> ■ Bioma ■ UF | ODS 1, 2, 13 |
| Número de espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção | Disponível para 2005 | Ibama | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Biomas ■ Categorias de risco | ODS 1, 2, 13 |
| Número de espécies da flora brasileira extintas e ameaçadas de extinção | Disponível para 2008 | Ibama | IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro, 2015 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Biomas ■ Categorias de risco | ODS 1, 2, 13 |
| Cobertura vegetal nativa remanescente | Calculado para 2002-2010 | Cemam/ Ibama, Prodes/ Inpe | PNIA | <ul style="list-style-type: none"> ■ Bioma | ODS 13 |

À luz das considerações iniciais anteriores, foram mantidos no âmbito desta meta apenas os indicadores que tratam diretamente das espécies ameaçadas, excluindo-se indicadores de desmatamento e de conservação já repetidos em outras metas deste mesmo Objetivo.

Recomenda-se também a inclusão de planos e/ou políticas para reduzir a perda de *habitat* e de biodiversidade, uma vez que a meta em questão menciona “tomar medidas urgentes”. Foram também incluídos indicadores relativos a ferramentas de gestão, como o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e abordagens ecossistêmicas.

META 15.6

garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos

Esta meta possui relação direta com a meta 2.5.

O Protocolo de Nagoya, no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica (CBD) sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Decorrentes de sua Utilização, foi assinado, mas ainda não foi ratificado pelo Brasil. O Protocolo visa a estimular maior segurança jurídica, transparência e equidade no acesso e na repartição de benefícios a provedores e usuários de recursos genéticos em nível mundial.

Foi aprovada recentemente a “Lei da Biodiversidade” (Lei n. 13.123, de 20 de maio de 2015), que torna mais simples o acesso aos recursos genéticos pelos usuários (indústrias farmacêuticas, de cosméticos, agropecuárias, etc.). Contudo, existem críticas de que o novo marco legal, por tornar muito mais acessível o uso a recursos genéticos, previamente conhecidos ou não, fere direitos fundamentais de povos tradicionais com conhecimentos associados a esses recursos, por não realizar uma repartição justa e equitativa dos benefícios gerados pela bio-prospecção (ver capítulo V e artigos 20 e 21² da Lei n. 13.123/2015). A nova lei revoga a Medida Provisória n. 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, a qual regulamenta o assunto até a regulamentação da Lei 13.123, esperada para entrar em vigor ainda em 2015. O texto que regulamenta a nova lei esteve em fase de consulta pública entre os dias 12 de junho e 30 de outubro de 2015 (EBC, 2015). Com a entrada em vigor da Lei 13.123, espera-se que o Brasil ratifique o Protocolo de Nagoya da CDB.

META 15.7

tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem

A Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, em vigor no Brasil desde 26 de novembro de 1965, foi promulgada pelo Decreto n. 58.054, de 23 de março de 1966. Esta Convenção dispõe que os países devem adotar medidas para evitar a extinção de espécies naturais. Em seu artigo IX, ela define que os países devem

² Art. 20. Quando a modalidade escolhida for a repartição de benefícios monetária decorrente da exploração econômica de produto acabado ou de material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético, será devida uma parcela de 1% (um por cento) da receita líquida anual obtida com a exploração econômica, ressalvada a hipótese de redução para até 0,1 (um décimo) por acordo setorial previsto no art. 21.

Art. 21. Com o fim de garantir a competitividade do setor contemplado, a União poderá, a pedido do interessado, conforme o regulamento, celebrar acordo setorial que permita reduzir o valor da repartição de benefícios monetária para até 0,1% (um décimo por cento) da receita líquida anual obtida com a exploração econômica do produto acabado ou do material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado de origem não identificável.

comprometer-se a tomar medidas para a superintendência e a regulamentação de importações, exportações e trânsito de espécies protegidas da flora e da fauna.

A Convenção de Washington sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites) foi ratificada pelo Brasil em 1975 e promulgada pelo Decreto n. 76.623 do mesmo ano. A Cites apresenta a proteção para uma diversidade de espécies da fauna e da flora por meio de instrumentos como a regulação e o monitoramento do comércio internacional de espécies, com especial atenção para aquelas ameaçadas de extinção, buscando o desenvolvimento sustentável na área.

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) dispõe que as partes devem “recuperar e restaurar ecossistemas degradados e promover a recuperação de espécies ameaçadas por meio da elaboração e da implementação de planos e outras estratégias de gestão”.

Em âmbito interno, o novo Código Florestal (Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012) e a Lei de Proteção da Fauna, conhecida como “Código da Caça” (Lei n. 5.197, de 3 de janeiro de 1967), estabelecem prescrições relativas à proteção às espécies nativas da fauna e da flora do país (MMA, 2014c; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012).

META 15.8

até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias

O Brasil possui uma Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras (CTPEEI) que funciona no âmbito da Comissão Nacional da Biodiversidade. A CTPEEI tem como finalidades a uniformização de termos utilizados para espécies exóticas invasoras; a realização de diagnósticos a fim de identificar a ocorrência e a distribuição dessas espécies, para que possam ser avaliados os impactos aos ecossistemas e à saúde humana; a elaboração, a publicação e a revisão constante da Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras da flora, da fauna e de micro-organismos que afetam o meio ambiente e a saúde humana; a criação, bem como o gerenciamento e a implementação, de um banco de dados que permita o acompanhamento e o monitoramento dessas espécies; além de medidas entre diversos setores e esferas governamentais que busquem combater, controlar, mitigar ou erradicar as espécies exóticas invasoras do território nacional.

A CTPEEI já elaborou importante documento sobre o tema, intitulado “Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras”, o qual apresenta diversas diretrizes e ações voltadas para o combate a espécies exóticas invasoras, frisando o comprometimento integrado de todos os níveis do poder e de todos os órgãos envolvidos na temática.

Outro Comitê, este recentemente criado, em 2012, é o Comitê de Aconselhamento sobre Espécies Exóticas Invasoras, que tem como objetivo traçar uma agenda de trabalho comum a todos os órgãos envolvidos – SFB, Ibama, ICMBio – para redução ou erradicação das espécies exóticas invasoras.

Por último, cabe destacar a aprovação da Resolução n. 06 da Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio), de 3 de setembro de 2013, que apresenta as Metas Nacionais de Biodiversidade para o ano de 2020. Especificamente, a meta 9 institui que, até 2020, a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras deve estar totalmente implementada, além da criação de uma Política Nacional sobre o tema, de forma integrada e continuada entre os órgãos e os poderes competentes (MMA, 2014d).

META 15.9

até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza, e nos sistemas de contas

Alguns indicadores podem ser desenvolvidos com base na existência de políticas de conservação dos ecossistemas e da biodiversidade em vários ministérios, recursos disponíveis para planos ambientais, tais como o Fundo Clima, e outros recursos investidos e/ou gastos com o tema. O tema é bem abrangente e não se dispõe de indicadores que integrem as diferentes dimensões abrangidas por esta meta.

Há informações de que o Ipea estaria levantando dados sobre gasto e investimento em questões ambientais.

META 15.a

mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas

| Indicador | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|---------------|--|-------------------|----------------------|
| Total de recursos orçamentários anuais do ICMBio | Anual | - | Portal da Transparência | ■ Unidade gestora | - |
| Total de recursos orçamentários anuais alocados para a SEDR/MMA | Anual | - | Portal da Transparência | - | - |
| Total de recursos orçamentários anuais alocados para o Programa Bolsa Verde | Anual | - | Portal da Transparência | - | - |
| Total de recursos arrecadados pelo Fundo Amazônia | Anual | - | Fundo Amazônia | - | - |
| Total de recursos disponíveis e concedidos pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente | Anual | - | FNMA. Relatório de Gestão do exercício de 2013 | - | - |

O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), criado pela Lei n. 7.797, de 10 de julho de 1989, contribui como agente financiador para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) (MMA, 2014e).

Há também o Fundo Amazônia, que tem como objetivo captar recursos para implementar ações não reembolsáveis em prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, bem como promover a conservação e o uso sustentável desse bioma (FUNDO AMAZÔNIA, 2014).

Ademais, deve-se mencionar o Programa Fundo Clima, que se destina a aplicar a parcela de recursos reembolsáveis do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, ou Fundo Clima, criado pela Lei n. 12.114 em 09/12/2009 e regulamentado pelo Decreto n. 7.343, de 26/10/2010. O Fundo Clima é um dos instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima e se constitui em um fundo de natureza contábil, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente com a finalidade de garantir recursos para apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que tenham como objetivo a mitigação da mudança global do clima. O Programa tem por objetivo, entre outros, apoiar a implantação de empreendimentos, a aquisição de máquinas e equipamentos e o desenvolvimento tecnológico relacionados à redução de emissões de gases do efeito estufa e à adaptação às mudanças do clima e aos seus efeitos (BNDES, 2015).

META 15.b

mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento, para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) tem como objetivo fomentar atividades sustentáveis nas florestas nacionais e promover a inovação tecnológica a essas atividades. O FNDF foi criado pela Lei n. 11.284 de 2006 e é gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro. O Fundo destina recursos a projetos selecionados por meio de chamadas públicas que visem, entre outros objetivos, a recuperar áreas degradadas com espécies nativas, promover a educação ambiental, capacitar pessoas para o manejo florestal sustentável, aproveitar econômica e sustentavelmente os recursos florestais (SFB, 2014a).

O Fundo Amazônia (*vide* meta 15.a) tem como objetivos apoiar projetos nas áreas de gestão de florestas públicas e áreas protegidas; controle, monitoramento e fiscalização ambiental; manejo florestal sustentável; atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta; zoneamento ecológico-econômico (ZEE), ordenamento territorial e regularização fundiária; conservação e uso sustentável da biodiversidade e recuperação de áreas desmatadas (FUNDO AMAZÔNIA, 2014a).

Ver também o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), do Ministério do Meio Ambiente.

META 15.c

reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde foi instituído pela Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentado pelo Decreto n. 7.572, de 28 de setembro de 2011. Ele possui como objetivos: 1) incentivar a conservação dos ecossistemas (manutenção e uso sustentável); 2) promover a cidadania e a melhoria das condições de vida; 3) elevar a renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural; e 4) incentivar a participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, técnica e profissional.

O Bolsa Verde concede a cada trimestre um benefício de R\$ 300,00 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para a conservação ambiental. O benefício será concedido por dois anos, podendo ser renovado. Como 47% das 16,2 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza estão na área rural, a proposta é aliar o aumento na renda dessa população à conservação dos ecossistemas e ao uso sustentável dos recursos naturais. Esse novo benefício, parte do Programa Brasil sem Miséria, é destinado àqueles que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em

reservas extrativistas, florestas nacionais, reservas de desenvolvimento sustentável federais e assentamentos ambientalmente diferenciados da reforma agrária. Territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais também podem ser incluídos no Programa, além de outras áreas rurais definidas por ato do Poder Executivo. O Programa representa um passo importante na direção de reconhecer e compensar comunidades tradicionais e agricultores familiares pelos serviços ambientais que prestam à sociedade (MMA, 2015)

16 PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES



OBJETIVO 16.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Considerações iniciais

As diversas metas deste Objetivo contemplam temas variados, como promoção da paz, acesso à Justiça, combate à violência e à corrupção, instituições eficazes, responsáveis e inclusivas, que engloba o desafiador tema da promoção do Estado de Direito, indispensável à consecução de outros objetivos de desenvolvimento sustentável.

Em 2006, a Assembleia-Geral das Nações Unidas adotou a Resolução n. 61/39, que inclui em sua pauta “o Estado de Direito em nível nacional e internacional”. Posteriormente, houve a criação de um Escritório de Coordenação para o Estado de Direito dentro do Secretariado das Nações Unidas, que dialoga com todas as instituições, programas e fundos da Organização para garantir a transversalidade dessa pauta. Desde então, a Organização tem buscado pautar o Estado de Direito em seus programas e atividades pelo mundo, respaldada por seus Estados membros.

O Secretário-Geral das Nações Unidas define o Estado de Direito como

[...] um princípio de governança segundo o qual todas as pessoas, instituições e entidades, públicas e privadas, incluindo o próprio Estado, são sujeitas a leis publicamente promulgadas, igualmente aplicadas e julgadas de forma independente, e que são consistentes com normas e padrões de direito internacional dos direitos humanos. Necessitam-se, ainda, medidas para assegurar o cumprimento da lei, separação de Poderes, participação no processo decisório, segurança jurídica, evitar a arbitrariedade e garantir a transparência processual jurídica.¹

O desafio de mensurar indicadores para acompanhamento das metas do Objetivo 16 não está na falta de informações, mas sim na diversidade dos atores que atuam para garantir a existência da paz, do acesso à Justiça e de instituições eficazes no Brasil e em âmbito internacional. Os indicadores escolhidos mostram a consolidação dessa atuação em torno dessas temáticas.

¹ S/2004/616.

META 16.1

reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|--|---|---|----------------------|
| Taxa de crimes violentos letais intencionais | Anual | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sinesp ▪ Senasp ▪ MJ ▪ IBGE ▪ FBSP | Anuário brasileiro de segurança pública (2014). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ISSN 1983-7364 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UFs | ODS 3, 4, 5 |
| Taxa de mortes por agressão | Anual | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sinesp ▪ Senasp ▪ MJ ▪ IBGE ▪ FBSP | Anuário brasileiro de segurança pública (2014). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ISSN 1983-7364 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UFs | ODS 3, 4, 5 |
| Taxa de outros crimes letais | Anual | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sinesp ▪ Senasp ▪ MJ ▪ IBGE ▪ FBSP | Anuário brasileiro de segurança pública (2014). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ISSN 1983-7364 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UFs ▪ Índice dividido em sete categorias: homicídio culposo de trânsito; mortes acidentais no trânsito; outras mortes acidentais; outros crimes resultantes em morte (abandono de incapaz com resultado em morte; maus-tratos com resultado em morte; estupro com resultado em morte); outros homicídios culposos; suicídio; e mortes a esclarecer | ODS 3, 4, 5 |
| Taxa de crimes contra a liberdade sexual | Anual | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sinesp ▪ Senasp ▪ MJ ▪ IBGE ▪ FBSP | Anuário brasileiro de segurança pública (2014). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ISSN 1983-7364 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UFs/índice dividido em duas categorias: estupro e tentativa de estupro | ODS 3, 4, 5 |

Continua...

...Continuação

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|-----------------------|---|--|--|----------------------|
| Taxa de crimes intencionais não letais contra a pessoa | Anual | Sinesp/Senasp/ Sinesp ▪ Senasp ▪ MJ ▪ IBGE FBSP | Anuário brasileiro de segurança pública (2014). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ISSN 1983-7364 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UFs/índice dividido em cinco categorias: tentativa de homicídio, lesão corporal de trânsito, lesão corporal dolosa, outras lesões corporais culposas e outros crimes resultantes em lesão corporal | ODS 3, 4, 5 |
| Taxa de crimes violentos não letais contra o patrimônio (roubo) | Anual | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sinesp ▪ Senasp ▪ MJ ▪ IBGE ▪ FBSP | Anuário brasileiro de segurança pública (2014). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ISSN 1983-7364 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UFs | ODS 3, 4, 5 |
| Número de mortes por armas de fogo | Anual | SIM/SVS/MS | WAISELFISZ, JJ. Mapa da Violência 2013: Mortes matadas por armas de fogo. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Causa básica ▪ Cidade ▪ Capital ▪ UFs ▪ Idade ▪ Sexo ▪ Raça/cor ▪ Grande região | ODS 3, 4, 5 |
| Número de mortes por homicídio entre jovens | Anual | SIM/SVS/MS | WAISELFISZ, JJ. Mapa da Violência 2014: Os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO, 2014. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Homicídios ▪ Acidentes de transportes ▪ Suicídios ▪ Cor ▪ Faixa etária ▪ Sexo ▪ Capital ▪ Município ▪ UFs | ODS 3, 4, 5 |
| Número de homicídios dolosos | Anual (2009 até 2012) | Órgãos de Segurança Pública das Unidades da Federação desde 2004 | Sinesp | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UFs | ODS 3, 4, 5 |
| Número de ocorrências criminais registradas pelas Polícias Civis | 2006 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ MJ ▪ Senasp ▪ IBGE ▪ Secretarias Estaduais de Segurança Pública ▪ Datasus | Análise das Ocorrências Registradas pelas Polícias Civis. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2006 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Tipos de crime ▪ UFs ▪ Grandes regiões | ODS 3, 4, 5 |

Continua...

...Continuação

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|--|---|--|---|----------------------|
| Número de policiais mortos | Anual | <ul style="list-style-type: none"> Sinesp Senasp MJ IBGE FBSP | Anuário brasileiro de segurança pública (2014). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ISSN 1983-7364 | <ul style="list-style-type: none"> UFs Policiais civis mortos em confronto em serviço Policiais militares mortos em confronto em serviço Policiais civis mortos em confronto ou por lesão natural fora de serviço Policiais militares mortos em confronto ou por lesão natural fora de serviço | ODS 3, 4, 5 |
| Número de denúncias do Disque 180 relacionadas à Lei Maria da Penha | Semestral | SPM. Ligue 180 | Relatório Central de Atendimento à Mulher. Ligue 180/SPM (2013) | <ul style="list-style-type: none"> Tipo de atendimento Tipo de violência | ODS 3, 4, 5 |
| Número de pessoas desaparecidas no Brasil | Mensal | Ministério da Justiça. Desaparecidos | MJ | <ul style="list-style-type: none"> UFs Tipo de desaparecimento Sexo Raça/cor Status (encontrado/desaparecido) | ODS 3, 4, 5 |
| Óbitos por armas de fogo na população jovem | Anual (dados disponíveis de 2002 à 2012) | <ul style="list-style-type: none"> Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) SVS Ministério da Saúde | WAISELFISZ, JJ. Mapa da Violência 2013: Mortes matadas por armas de fogo. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013 | <ul style="list-style-type: none"> Capitais UFs Regiões e Brasil | ODS 3, 4, 5 |
| Crescimento % das taxas de óbito por armas de fogo na população jovem | Anual (dados disponíveis de 2002 à 2012) | <ul style="list-style-type: none"> Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) SVS Ministério da Saúde | WAISELFISZ, JJ. Mapa da Violência 2013: Mortes matadas por armas de fogo. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013 | <ul style="list-style-type: none"> UFs e Brasil | ODS 3, 4, 5 |
| Taxas de óbitos (por 100 mil) por armas de fogo na população jovem | Anual (dados disponíveis de 2002 à 2012) | <ul style="list-style-type: none"> Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) SVS Ministério da Saúde | WAISELFISZ, JJ. Mapa da Violência 2013: Mortes matadas por armas de fogo. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013 | <ul style="list-style-type: none"> Capitais Grandes regiões e Brasil | ODS 3, 4, 5 |
| Crescimento das taxas de homicídio por armas de fogo 2003/2012 e vitimização negra. População total | Anual (dados disponíveis de 2003 à 2012) | <ul style="list-style-type: none"> Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) SVS Ministério da Saúde | WAISELFISZ, JJ. Mapa da Violência 2013: Mortes matadas por armas de fogo. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013 | <ul style="list-style-type: none"> UFs, grandes regiões, Brasil, raça/cor | ODS 3, 4, 5 |

Esta é uma meta desafiadora, pois são muitas as formas de violência. Deve-se ressaltar que, em alguns casos, variações em índices e números de ocorrências de determinado fenômeno não significam, necessariamente, um retrocesso. Um exemplo é o aumento de denúncias do Disque 180, que pode, a depender, ser interpretado como um incremento no nível de conscientização da população sobre a Lei Maria da Penha e temas relacionados que também são trabalhados na central, como tráfico de mulheres, por exemplo.

Também se deve ter em mente que se tratando de variações em índices de crimes violentos se sugere cautela sobre o impacto de níveis de redução ou aumento. Em determinado contexto, um índice de homicídios por 100 mil habitantes pode ser mais difícil de redução em 1/100.000 que em outra dimensão, sendo, assim, necessário considerar as especificidades de cada localidade, as dinâmicas de prevenção ao crime e as políticas públicas vigentes. Portanto, sugere-se que não sejam utilizadas comparações entre distintas localidades e que se abordem os níveis de redução ou aumento para cada Unidade da Federação ou município com base em seu contexto específico.

Sempre que possível, e dependendo das capacidades de cada instituição de segurança pública, se deve buscar a desagregação por gênero e raça de vítimas e suspeitos de crimes. Assim, garante-se a aplicação de políticas defendidas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade racial (Seppir), por meio das quais se pode melhor orientar políticas públicas para públicos específicos.

Destaca-se a atuação consolidada e ativa e a produção de dados da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e das diversas instituições de políticas para as mulheres e de segurança pública nos estados e nos municípios.

META 16.2

acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|---|---|--|----------------------|
| Taxa de mortes por agressão | Anual | <ul style="list-style-type: none"> ■ IBGE ■ MS ■ Datasus ■ FBSP | Anuário brasileiro de segurança pública (2014). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ISSN 1983-7364 | <ul style="list-style-type: none"> ■ UF ■ Faixa etária | ODS 4, 5 |
| Número de vítimas do crime de tráfico de pessoas e crimes correlatos | Anual | <ul style="list-style-type: none"> ■ MS ■ Sins ■ Viva | Relatório nacional sobre tráfico de pessoas (2012). UNODC/MJ/SNJ | <ul style="list-style-type: none"> ■ Faixa etária ■ Sexo ■ Raça/cor | ODS 4, 5 |
| Vítimas do crime de tráfico de pessoas recebidas pelo Disque 100 da SDH | Anual | Disque 100 – SDH | Relatório nacional sobre tráfico de pessoas (2012). UNODC/MJ/SNJ | <ul style="list-style-type: none"> ■ Tipos criminais, categoria da vítima | ODS 4, 5 |

Continua...

...Continuação

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|---|--|---|----------------------|
| Taxa de mortalidade violenta, por idade simples | Anual | <ul style="list-style-type: none"> SIM SVS MS | WAISELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2014: Os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO, 2014 | <ul style="list-style-type: none"> Idade Tipo de crime | ODS 4, 5 |
| Número de óbitos de crianças e adolescentes | Anual | <ul style="list-style-type: none"> SIM SVS MS | WAISELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2012: Crianças e adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO, 2012 | <ul style="list-style-type: none"> Causa do óbito | ODS 4, 5 |
| Taxa de homicídios de crianças e adolescentes | Anual | <ul style="list-style-type: none"> SIM SVS MS | WAISELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2012: Crianças e adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO, 2012 | <ul style="list-style-type: none"> Idade | ODS 4, 5 |
| Número e taxa de atendimentos no SUS de crianças e adolescentes por violência | Anual | <ul style="list-style-type: none"> SIM SVS MS | WAISELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2012: Crianças e adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO, 2012 | <ul style="list-style-type: none"> Sexo Faixa etária Tipo de violência | ODS 4, 5 |
| Número e taxa de reincidência nos atendimentos de crianças e adolescentes por violência no SUS | Anual | <ul style="list-style-type: none"> SIM SVS MS | WAISELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2012: Crianças e adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO, 2012 | <ul style="list-style-type: none"> Faixa etária Reincidência | ODS 4, 5 |
| Índice de homicídios de adolescentes | Bianual | <ul style="list-style-type: none"> Unicef MS-Datasus | Índice de homicídios na adolescência | <ul style="list-style-type: none"> Municipal | ODS 4, 5 |
| Número de pessoas de 5-17 anos em situação de ocupação (trabalho infantil) | Anual | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Trabalho Infantil. IBGE, 2001 | <ul style="list-style-type: none"> Idade Região Roras trabalhadas Tipo de atividade Rendimento Sexo | ODS 4, 5, 8 |
| Taxa de crianças e adolescentes fora da escola | Anual | Educação e trabalho | IBGE | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões Faixa etária Tipo de educação | ODS 4, 5 |
| Número de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas | Anual | Levantamento anual dos/as adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas – 2012 | Levantamento anual dos/as adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas – 2012. SDH/Sinase, 2013 | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões UFs Grau de privação de liberdade Tipo de atos infracionais cometidos Sexo, Saixa etária | ODS 4, 5 |

O Brasil aprovou seu Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, por meio da Lei n. 8.069, de 13/07/1990. O Estatuto da Criança e do Adolescente brasileiro foi uma das primeiras leis no mundo a traduzir os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada um ano antes, tornando-se uma referência para outros países.

O Unicef/Brasil, na ocasião em que o Estatuto completou 25 anos, lançou o relatório #ECA-25anos, com uma análise de indicadores relacionados à infância e à adolescência desde a aprovação do ECA, em 1990.

De acordo com o Unicef, o ECA criou bases sólidas que asseguraram o progresso nos indicadores da infância e da adolescência. Entre os avanços estão a queda da mortalidade infantil e na infância e o progresso em todos os indicadores na área de educação, a redução do trabalho infantil e a redução do sub-registro de nascimento.

No entanto, o Unicef alerta que esses resultados não estão alcançando determinados grupos. Muitas crianças e adolescentes estão sendo deixados para trás em razão de sua raça ou etnia, condição física, social, gênero ou local de moradia. Crianças indígenas, por exemplo, estão entre as mais vulneráveis.

Outro desafio apresentado pelo Unicef é o da exclusão escolar. Mais de 3 milhões de crianças e adolescentes ainda estão fora da escola (PNAD, 2013). Os excluídos da educação representam exatamente as populações marginalizadas no país: pobres, negros, indígenas e quilombolas. Muitos deixam a escola para trabalhar e contribuir com a renda familiar. Uma parcela tem algum tipo de deficiência, e grande parte vive nas periferias dos grandes centros urbanos, no semiárido, na Amazônia e na zona rural.

Para o Unicef, a mais trágica das violações de direitos que afetam meninos e meninas brasileiros são os homicídios de adolescentes. De 1990 a 2013, passou de 5 mil para 10,5 mil casos ao ano (DATASUS, 2013), um aumento de 110%. Isso significa que, em 2013, a cada dia 28 crianças e adolescentes eram assassinados (UNICEF, 2015).

Uma ação interessante é o Proteja Brasil (<http://www.protejabrasil.com.br/br/>), um aplicativo para smartphones criado para facilitar denúncias e informar sobre violência contra crianças e adolescentes. A partir do local onde o usuário está, o aplicativo indica telefones e endereços e o melhor caminho para chegar a delegacias especializadas de infância e juventude, conselhos tutelares, varas da infância e organizações que ajudam a combater a violência contra a infância e a adolescência nas principais cidades brasileiras.

No Brasil, a Lei n. 9.455, de 7 de abril de 1997, define os crimes de tortura e dá outras providências. As penas definidas são aumentadas se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 anos, de acordo com o parágrafo 4º, II, em redação dada pela Lei n. 10.741/2003.

META 16.3

promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|---------------|---|--|----------------------|
| Número da população carcerária total no Brasil | Anual | MJ | Relatórios estatístico-analíticos do sistema prisional brasileiro | - | - |
| Número do déficit de vagas no sistema carcerário no Brasil | Anual | CNJ | Novo diagnóstico de pessoas presas no Brasil | - | - |
| Porcentagem de população encarcerada provisoriamente | Anual | MJ | Relatórios estatístico-analíticos do sistema prisional brasileiro | - | - |
| Relação tempo de tramitação de processo em papel e em formato digital | Anual | CNJ | Diagnóstico de pessoas presas no Brasil (2009, 2010, 2011) | - | - |
| Tempo de tramitação de processo em fase final no STF | Anual | CNJ | Diagnóstico de pessoas presas no Brasil | <ul style="list-style-type: none"> ■ Inclui <i>habeas corpus</i> | - |
| Déficit de defensores públicos no Brasil | | MJ | Mapa da Defensoria Pública no Brasil | <ul style="list-style-type: none"> ■ Por UF e ■ Município | - |
| Número de defensores públicos no Brasil | | MJ | Mapa da Defensoria Pública no Brasil | <ul style="list-style-type: none"> ■ Por UF ■ Comarca e ■ Município | - |
| Número de pessoas sendo assistidas pela DPU | | DPU | Assistência jurídica integral e gratuita no Brasil: um panorama da atuação da Defensoria Pública da União | <ul style="list-style-type: none"> ■ Por UF ■ Comarca e ■ Município | - |
| Número global de atendimentos da DPU | | DPU | Assistência jurídica integral e gratuita no Brasil: um panorama da atuação da Defensoria Pública da União | <ul style="list-style-type: none"> ■ Por UF ■ Comarca e ■ Município | - |
| Coefficiente de atendimentos assistidos por defensor público federal | | DPU | Assistência jurídica integral e gratuita no Brasil: um panorama da atuação da Defensoria Pública da União | - | - |

Continua...

...Continuação

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|---------------|---|---|---|----------------------|
| Número do estoque inicial de inquéritos | | CNPM | Diagnóstico da investigação de homicídios no Brasil | <ul style="list-style-type: none"> ■ Por movimentação ■ Arquivamento ■ Finalização e ■ Desclassificação ■ Nacional e ■ Por UF | - |
| Número de estoque inicial de inquéritos – inicial X finalizado | | CNPM | Diagnóstico da investigação de homicídios no Brasil | - | - |
| Número de leis específicas de proteção para pessoas vivendo com o vírus HIV | | <ul style="list-style-type: none"> ■ Departamento de DST ■ Aids e ■ Hepatites Virais | Declaração dos direitos fundamentais da pessoa portadora do vírus da Aids | - | ODS 3 |
| Existência de leis específicas que consideram crime de discriminação aos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de Aids | | Presidência da República | Lei n. 12.984, de 2 de junho de 2014 | - | ODS 3 |
| Indicadores Nacionais de Acesso à Justiça (Inaj) | Anual | SRJ/MJ | Atlas de acesso à Justiça – indicadores nacionais de acesso à Justiça | <ul style="list-style-type: none"> ■ UFs ■ Sexo | - |
| Taxa de congestionamento | Anual | CNJ | Justiça em números 2014: ano-base 2013 | <ul style="list-style-type: none"> ■ UFs ■ Tribunais | - |
| Existência de componente de direitos humanos em formação policial | | MJ | Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública | - | - |
| Quantidade de casos levados contra o Brasil na CIDH/Corte IDH | | CIDH | Cases in the court | - | - |
| Número de casos encaminhados aos mecanismos de supervisão dos tratados de direitos humanos | | <ul style="list-style-type: none"> ■ Divisão de Direitos Humanos ■ MRE | DDH-MRE | - | - |

Não há consenso na literatura para os componentes conceituais do Estado de Direito, particularmente quando se considera o termo em inglês utilizado na designação dos ODS (*rule of law*). Portanto, a lista de fontes e indicadores utilizada na meta 16.3 não deve ser tida como exclusiva e pode ser acrescida de outros indicadores, caso seja aplicável.

Os indicadores compilados para aplicação no Brasil e auxílio no planejamento e na verificação do cumprimento das metas do Objetivo 16 refletem o conceito elaborado pelo Secretário-Geral e, ainda, os pilares de sustentação das instituições democráticas no Brasil e a construção do Estado de Direito com base na proteção dos direitos de seus cidadãos. Diversas instituições brasileiras têm trabalhado para o fortalecimento do Estado de Direito nas últimas décadas, em todas as esferas governamentais e em todos os Poderes. Desse modo, os indicadores compilados fornecem informações sobre a forma como todos podem contribuir para alcançar as diferentes metas e o Objetivo ao final do período proposto de 15 anos.

Considerando o caráter difuso do conceito de Estado de Direito, os indicadores propostos para o Objetivo 16 encontram-se dispersos entre várias instituições brasileiras orientadas a essa proposta. As diferentes metas contemplam situações diversas, como violência contra a mulher e corrupção.

META 16.4

até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------------------------|--|-------------------------|--|----------------------|
| Valoração de capitais brasileiros no exterior | Relatório único – ano-base 2013 | Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) – ano base 2013 | Banco Central do Brasil | <ul style="list-style-type: none"> ■ Por total de ativos ■ Por distribuição dos ativos ■ Por distribuição geográfica do investimento ■ Por setor investido ■ Por investimentos brasileiros em carteira no exterior ■ Por recursos mantidos no país ■ Por instituições financeiras na forma de moeda estrangeira e depósitos no exterior | ODS 9 |
| Porcentagem de pedidos de Recuperação de Ativos Nacionais no Exterior | Mensal (2010-atual) | Cooperação Jurídica Internacional | DRCI/MJ | <ul style="list-style-type: none"> ■ Por quantidade de pedidos ■ Por porcentagem (tipo de processo, objeto do pedido, por urgência) | ODS 9 |

Continua...

...Continuação

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|------------------------|--|----------------------------------|--|----------------------|
| Quantidade total de ofícios sobre crimes financeiros enviados anualmente ao Ministério Público e ao Judiciário | Anual | Crimes financeiros – comunicação ao Ministério Público | SISBACEN | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões | ODS 9 |
| Quantidade total de ofícios sobre crimes financeiros enviados anualmente ao Ministério Público e ao Judiciário | Sem informação precisa | Crimes financeiros – comunicação ao Ministério Público | SISBACEN | <ul style="list-style-type: none"> Grandes regiões e Tipo de crime | ODS 9 |
| Número de armas irregulares apreendidas no Brasil | Anual | Relatório de Gestão 2013 | DPF | <ul style="list-style-type: none"> UFs Tipos de armas | - |
| Número de armas registradas no Brasil | Anual | Departamento da Polícia Federal – Lei de Acesso à Informação | Instituto Defesa | <ul style="list-style-type: none"> UFs | - |
| Número de armas entregues sob o Estatuto do Desarmamento | Anual | DPF | - | <ul style="list-style-type: none"> UFs Tipos de armas | - |
| Número de armas destruídas | Anual | DPF | - | <ul style="list-style-type: none"> UFs Tipos de armas | - |
| Existência de campanha para desarmamento | N/A | Campanha do Desarmamento | MJ | - | - |

Assim como ressaltado na observação textual da meta 16.1, um aumento no nível de pedidos de cooperação internacional para recuperação de ativos ou no número de apreensão de armas irregulares não implica, necessariamente, aumento da atividade ilícita. Portanto, é possível interpretar certos índices como um aumento da capacidade do Estado de realizar atividades de repressão e de recuperação. Por sua vez, estas últimas contribuem para o alcance da meta específica.

Alguns dados do Departamento de Polícia Federal não estão disponíveis para o público por possuírem caráter reservado ou confidencial. Entretanto, deve-se considerar que o governo dispõe de formas para aferir as informações relacionadas.

META 16.5

reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|----------------------|--|------------------------------------|--|----------------------|
| Taxa de municípios fiscalizados por meio do Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos | Anual (2003-2014) | Resultado alcançado pelo Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos para Municípios, realizado anualmente por sorteio com sessenta municípios de até 500 mil habitantes. A fiscalização teve como objetivo analisar a aplicação dos recursos federais no município sob a responsabilidade de órgãos e entidades federais, estaduais, municipais ou entidades legalmente habilitadas, relativas ao período fiscalizado indicado individualmente | CGU | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Município ▪ Ações de controle realizadas | - |
| Processos autuados por corrupção | Anual (2013-2015) | MPF – combate à corrupção | Ministério Público Federal | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UF ▪ Classe ▪ Assuntos relacionados à temática | - |
| Processos extrajudiciais por corrupção (autuados) | Anual (2012-2015) | MPF – combate à corrupção | Ministério Público Federal | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UF ▪ Classe ▪ Assuntos relacionados à temática | - |
| Ações propostas pela PGE de impugnação aos registros de candidatura pela Lei da Ficha Limpa | 2014 (ano eleitoral) | Obtenção sob demanda | Procuradorias Regionais Eleitorais | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Candidatos renunciados ▪ Candidaturas mantidas ▪ Registros indeferidos | - |

Continua...

...Continuação

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|-----------------------------|---|---|---|-------------------------|
| Dados detalhados sobre a execução orçamentária e financeira do governo federal | Diária | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Responsabilidade dos ministérios e de outros órgãos do Poder Executivo Federal ▪ Siafi ▪ Siasg ▪ Siest e ▪ SCDP | Portal da Transparência | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fase de despesa (empenho) ▪ Liquidação ou pagamento) | ODS 9 |
| Dados das revisões e das receitas realizadas do governo federal | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Responsabilidade dos ministérios e de outros órgãos do Poder Executivo Federal ▪ Siafi ▪ Siasg ▪ Siest e ▪ SCDP | Portal da Transparência | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Órgão ou receita | ODS 9 |
| Dados básicos de convênios e outros instrumentos congêneres do governo federal | A partir de janeiro de 1996 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Responsabilidade dos ministérios e de outros órgãos do Poder Executivo Federal ▪ Siafi ▪ Siasg ▪ Siest e ▪ SCDP | Portal da Transparência | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Convênios por UF ▪ Município ▪ Órgão concedente ▪ Liberações | ODS 9 |
| Dados sobre a relação das empresas e das pessoas físicas que sofreram sanções que impliquem restrição ao direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a administração pública nos três Poderes e em todas as esferas federativas | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Responsabilidade dos ministérios e de outros órgãos do Poder Executivo Federal ▪ Siafi ▪ Siasg ▪ Siest e ▪ SCDP | Portal da Transparência | - | ODS 8,9 |
| Número de magistrados que sofreram ação do CNJ | Anual (a partir de 2005) | Justiça em números 2014: ano-base 2013 | CNJ | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Tipo de punição | - |
| Número de empresas punidas pela lei de combate à corrupção | Anual | Sistema Integrado de Registro do Ceis/CNEP | CGU/CNEP | - | ODS 8,9 |

Continua...

...Continuação

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|---|---------------------------------|---|----------------------|
| Número de processos por improbidade administrativa de cargos eletivos | Anual | Mapa da improbidade – MPF | MPF/PRR | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UF, cargo ▪ Partido político | – |
| Número de funcionários públicos que sofreram ação administrativa | Anual | MPF – combate à corrupção | MPF | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UF | – |
| Número de funcionários públicos investigados por corrupção | Anual | MPF – combate à corrupção | MPF | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UF, tipo de investigação | – |
| Número de funcionários públicos exonerados | Anual | Portal da Transparência | Porta da Transparência/CGU/Ceaf | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Órgão de lotação, data de demissão | – |

O combate à corrupção congrega um grande número de instituições: Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União e tribunais das diversas instâncias do Judiciário, mostrando a forma como os diferentes Poderes republicanos estão envolvidos e focados para reduzir a corrupção.

Considerando a dificuldade de mensuração da incidência de subornos ou da corrupção, optou-se por elencar indicadores positivos das ações de fiscalização e normativas relacionadas ao tema. Novamente sugere-se cautela ao tratar do número de processos ou de casos identificados, uma vez que não necessariamente correspondem a um aumento na prevalência dessa atividade ilícita, podendo estar relacionados à melhoria na capacidade de fiscalização e repressão do Estado.

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime sugere que não sejam adotados como parâmetros índices sobre “percepção” relacionados à corrupção ou subornos. Isso se deve ao fato de que não há forma objetiva ou científica de correspondê-los à realidade do fenômeno. Portanto, esses índices não são adequados para mensurar progresso ou instruir a elaboração de políticas públicas práticas e efetivas.

META 16.6

desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|--------------------------|--|---|--|----------------------|
| Dados sobre projetos e ações no âmbito do Poder Executivo Federal | Variável | Divulgadas pelos órgãos em suas respectivas páginas eletrônicas | Portal da Transparência | <ul style="list-style-type: none"> Variável | - |
| Dados sobre o Programa Brasil Transparente para auxiliar estados e municípios na implementação das medidas de governo transparente previstas na Lei de Acesso à Informação | Variável | Controladoria-Geral da União | Brasil Transparente | - | - |
| Dados sobre diferentes aspectos da Governança Corporativa – prestação de contas | Relatórios anuais | Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) | Relatórios anuais | - | - |
| Dados sobre os procedimentos e os sistemas relativos às prestações de contas de comitês, candidatos e partidos políticos nas eleições | Ano eleitoral | Tribunal Superior Eleitoral (TSE) | TSE | - | - |
| Número de recursos e reclamações registrados no Sistema de Informação ao Cidadão, de acordo com a Lei de Acesso à Informação | Mensal (ago./2012-atual) | Sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão | Governo federal/e-SIC | <ul style="list-style-type: none"> Por solicitados Por evolução percentual mensal Por tipos de resposta Por motivos de negativa das respostas Por UF do solicitante Por gênero Por escolaridade Por profissão Por perfil da pessoa jurídica | - |

Continua...

...Continuação

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|--------------------------|---|---|---|----------------------|
| Número de pedidos de informações respondidos registrados no Sistema de Informação ao Cidadão, de acordo com a Lei de Acesso à Informação | Mensal (ago./2012-Atual) | Sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão | Governo federal/e-SIC | - | - |
| Número de acessos negados no Sistema de Informação ao Cidadão, de acordo com a Lei de Acesso à Informação | Mensal (ago./2012-Atual) | Sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão | Governo federal/e-SIC | - | - |
| Existência de mecanismo de controle de gastos públicos | Anual | Governo federal/CGU/Portal da Transparência | Despesas | <ul style="list-style-type: none"> ▪ União ▪ UF ▪ Transferência de recursos ▪ Gastos diretos do governo ▪ Consultas temáticas ▪ Consultas por função orçamentária | ODS 9 |
| Taxa de esclarecimento de crimes | Mensal | Secretarias de Segurança Pública (SSP) das Unidades da Federação, sob demanda | Secretarias de Segurança Pública (SSP) das Unidades da Federação, sob demanda | <ul style="list-style-type: none"> ▪ UF | - |

META 16.7

garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|---|----------------|--|----------------------|--------------|----------------------|
| Número de plebiscitos oficiais | Por plebiscito | Plebiscitos e referendos | TSE | - | - |
| Número de enquetes de participação popular no site da Câmara dos Deputados – perguntas relacionadas a temas polêmicos e/ou de interesse | Variável | Enquetes da Câmara dos Deputados | Câmara dos Deputados | - | - |

Continua...

...Continuação

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|---|--|---|----------------------|
| Taxa de participação nas eleições | | Estatísticas eleitorais 2014 | TSE | <ul style="list-style-type: none"> ■ Nível federal ■ UF ■ Município e ■ Por turno | - |
| Percentual de participação de eleitores não obrigados ao sufrágio | | Estatísticas eleitorais 2014 | TSE | <ul style="list-style-type: none"> ■ Idade: entre 16 e 18 anos e maiores de 70 | - |
| Número de inscrições no Projeto Parlamento Jovem | 2009-2015 | Parlamento Jovem | Câmara dos Deputados | - | - |
| Número e porcentagem da participação ativa de mulheres na política | | Poder e participação política. Tabelas | SPM | - | ODS 5 |
| Existência de marco legal que regulamente os mecanismos de participação social nas instâncias de deliberação das políticas públicas que assegure a participação de adolescentes e jovens | | Congresso Nacional | Senado Federal | - | ODS 4 |
| Número de organizações voluntárias no Brasil | | Secretaria da Receita Federal do Brasil | Receita Federal. Cartório pessoas jurídicas | <ul style="list-style-type: none"> ■ Nível nacional | - |
| Número de pessoas que fazem atividade voluntária | Variável | Rede Brasil Voluntário. Pesquisa | Rede Brasil Voluntário. Fundação Itaú Social | <ul style="list-style-type: none"> ■ Nível federal ■ UF ■ Município ■ Sexo ■ Idade | - |

META 16.8

ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global

Para esta meta não foram identificadas formas específicas para mensuração no Brasil. O estabelecimento de indicadores globais em relação a esta meta poderá oferecer parâmetros para identificação de indicadores em âmbito interno.

Uma das maiores discussões atuais sobre as instituições de governança global diz respeito à reforma do Conselho de Segurança da ONU. O Brasil advoga que apenas um Conselho de Segurança verdadeiramente representativo e transparente, que permitiria um grau maior de participação dos Estados membros, poderá traduzir adequadamente os interesses da comunidade internacional, sobretudo dos países em desenvolvimento, nos dias atuais. Segundo o Brasil, a expansão do Conselho de Segurança, com o ingresso de novos membros permanentes e não permanentes, contribuiria para que as decisões do órgão, que afetam toda a comunidade internacional, fossem tomadas com mais equilíbrio e de forma mais legítima, eficaz, inclusiva e justa.

Nesse debate, que ganhou intensidade a partir dos anos 1990, o Brasil juntou-se à Alemanha, à Índia e ao Japão para formar o denominado G-4 em 2004. Com base no firme reconhecimento mútuo de que são candidatos legítimos a membros permanentes em um Conselho de Segurança reformado, os quatro países apoiam seus respectivos pleitos de forma recíproca. O grupo defende a expansão do Conselho de Segurança nas categorias de membros permanentes e não permanentes, com maior participação dos países em desenvolvimento em ambas, com vistas a melhor refletir a atual realidade geopolítica.

Em 2005, o G-4 apresentou nas Nações Unidas projeto específico de resolução (L.64), que resultaria num Conselho expandido para um total de 25 membros, com seis novos assentos permanentes atribuídos à África (dois), à Ásia (dois), à Europa Ocidental (um) e à América Latina e Caribe (um) e quatro novos assentos não permanentes para África (um), Ásia (um), Europa Oriental (um) e América Latina e Caribe (um). A proposta do G-4 também prevê reavaliação da reforma após 15 anos, quando seria considerada, entre outros aspectos, a questão do veto. Até essa revisão, os novos membros permanentes assumiriam o compromisso de não fazer uso do veto nas suas deliberações no Conselho de Segurança (MRE, 2015).

Vide também as observações quanto à meta 10.6, em relação à participação dos países em desenvolvimento nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais.

META 16.9

até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|---------------|--|-------|-------------------|----------------------|
| Estatísticas sobre o registro civil | Anual | Estatísticas do registro civil | IBGE | ■ Grandes regiões | ODS 1, 4, 8 |
| Taxa de sub-registro civil | Anual | Estatísticas do registro civil | IBGE | ■ Grandes regiões | ODS 1, 4, 8 |
| Taxa de sub-registro civil de crianças e adolescentes indígenas | Anual | O Brasil indígena características sociodemográficas e domiciliares | IBGE | ■ Grandes regiões | ODS 1, 4, 8 |
| Porcentagem de crianças menores de 5 anos que possuem registro civil | | Estatísticas do registro civil 2013 | IBGE | ■ Grandes regiões | ODS 1, 4, 8 |

No Brasil, foi firmado o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e ampliação do acesso à documentação, por meio do Decreto n. 6.289, de 06/12/2007, que tem como objetivo conjugar esforços da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios visando a erradicar o sub-registro civil de nascimento no país e a ampliar o acesso à documentação civil básica a todos os brasileiros.

Do Compromisso Nacional faz parte a Mobilização Nacional pela Certidão de Nascimento. Essa Mobilização Nacional tem uma campanha permanente, a qual tem permitido que o acesso ao exercício de direitos alcance a população em situação de pobreza extrema. Com a busca ativa e a parceria com o Plano Brasil sem Miséria, a campanha tem alcançado as pessoas excluídas por barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais.

A certidão de nascimento é o primeiro documento civil, e o acesso universal a ela constitui importante passo para o exercício pleno da cidadania no Brasil, sendo, portanto, um direito humano. Nela estão anotados todos os dados do registro civil de nascimento, que reconhece perante a lei nome, filiação, naturalidade e nacionalidade da pessoa. Sendo o documento originário, só com a certidão é possível obter os demais documentos civis.

O esforço conjunto, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), apresenta resultados extremamente positivos: a média nacional de crianças sem registro de nascimento caiu mais de 50% em cinco anos. Segundo o Unicef, estima-se que 10% das crianças até 5 anos não sejam registradas na América Latina. No Brasil, o Censo 2010 indica uma porcentagem bem menor: 2,67% de pessoas não registradas nessa faixa etária. Mesmo com os bons resultados, os desafios ainda são grandes, considerando-se a ausência

de cartórios em diversos municípios e as longas distâncias a serem percorridas até eles, que afetam principalmente a população que vive afastada dos grandes centros urbanos ou em comunidades tradicionais (SDH/PR, 2015).

META 16.10

assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|--------------------------|--|-----------------|--|----------------------|
| Quantidade de pedidos registrados de acordo com a Lei de Acesso à Informação | Mensal (ago./2012-atual) | Sistema eletrônico do Serviço de Informação ao cidadão | Governo federal | <ul style="list-style-type: none"> Por solicitados Por evolução percentual mensal Por tipos de resposta Por motivos de negativa das respostas Por UF do solicitante Por sexo Por escolaridade Por profissão Por perfil da pessoa jurídica | ODS 4, 5 |
| Dados quantitativos e qualitativos da Ouvidoria Ipea | Anual | Ouvidoria do Ipea | Ipea | <ul style="list-style-type: none"> Categorias Assuntos e demandantes de manifestações Distribuição mensal por categoria | - |
| Dados quantitativos e qualitativos da Ouvidoria MDIC | | Ouvidoria MDIC | MDIC | <ul style="list-style-type: none"> Por assunto e por natureza Por órgão responsável pelo assunto e por natureza Por órgão responsável pelo assunto e por situação | - |
| Proporção de indivíduos que utilizaram o governo eletrônico nos últimos 12 meses | | TIC domicílios e usuários 2013 | NIC.br | <ul style="list-style-type: none"> Por área (urbana ou rural) Faixa etária Renda familiar | ODS 9 |
| Proporção de usuários de internet por tipos de serviço do governo eletrônico utilizados nos últimos 12 meses | | TIC domicílios e usuários 2013 | NIC.br | <ul style="list-style-type: none"> Por área (urbana ou rural) Faixa etária Renda familiar | ODS 9 |

Continua...

...Continuação

| Indicadores | Periodicidade | Base de dados | Fonte | Desagregação | Principais sinergias |
|--|--------------------------|--|-----------------|--|----------------------|
| Proporção de indivíduos que acessaram a internet por atividades desenvolvidas de interação com autoridades públicas | | TIC domicílios e usuários 2013 | NIC.br | <ul style="list-style-type: none"> Por área (urbana ou rural) Faixa etária Renda familiar, etc. | ODS 9 |
| Proporção de usuários de internet que não usaram o governo eletrônico nos últimos 12 meses, por motivos para não utilização | | TIC domicílios e usuários 2013 | NIC.br | <ul style="list-style-type: none"> Por área (urbana ou rural) Faixa etária Renda familiar, etc. | ODS 9 |
| Número de recursos e reclamações registrados no Sistema de Informação ao Cidadão, de acordo com a Lei de Acesso à Informação | Mensal (ago./2012-atual) | Sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão | Governo federal | <ul style="list-style-type: none"> Por solicitados Por evolução percentual mensal Por tipos de resposta Por motivos de negativa das respostas Por UF do solicitante Por gênero Por escolaridade Por profissão Por perfil da pessoa jurídica | ODS 9 |
| Número de pedidos de informações respondidos registrados no Sistema de Informação ao Cidadão, de acordo com a Lei de Acesso à Informação | Mensal (ago./2012-atual) | Sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão | Governo federal | - | ODS 9 |
| Número de acessos negados no Sistema de Informação ao Cidadão, de acordo com a Lei de Acesso à Informação | Mensal (ago./2012-atual) | Sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão | Governo federal | - | ODS 9 |
| Existência de leis para proteção da privacidade e de dados sigilosos | | Quadro dos dispositivos legais de caráter federal relacionados à segurança da informação | Governo federal | - | - |

A Lei n. 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas de órgãos e entidades.

Com a Lei de Acesso, a publicidade passou a ser a regra, e o sigilo, a exceção. Dessa forma, as pessoas podem ter acesso a qualquer informação pública produzida ou custodiada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública. A Lei de Acesso, entretanto, prevê algumas exceções ao acesso às informações, notadamente àquelas cuja divulgação indiscriminada possa trazer riscos à sociedade ou ao Estado.

A Lei vale para os três Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive para os Tribunais de Contas e o Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos.

No governo federal, a Lei de Acesso à Informação foi regulamentada pelo Decreto n. 7.724/2012.

META 16.a

fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime

No Brasil não existe uma única instituição centralizada e específica encarregada de prevenir e combater o terrorismo internacional. Há uma justaposição de competências parciais e difusas sobre essa matéria. Diversas agências de segurança e inteligência brasileiras atuam na prevenção e no combate ao terrorismo internacional, sendo o monitoramento ativo e a prevenção das ameaças feitos pela Agência Brasileira de inteligência (Abin) e pela Interpol, com a contribuição de agências de inteligência estrangeiras ou outros órgãos internacionais. Esses órgãos e agências internacionais têm frequentemente repassado inteligência e atuado tanto no treinamento quanto agido em cooperação operacional com a Polícia Federal brasileira. Informada por esses órgãos de inteligência ou movida por inteligência própria, a Polícia Federal tem também exercido a repressão policial por meio da vigilância e da investigação de indivíduos possivelmente ligados a movimentos extremistas, financiamento de terrorismo, redes de falsificação de documentos e outras atividades de facilitação e apoio ao terrorismo. A Polícia Federal também atua na prevenção e na obstrução de possíveis atividades terroristas em solo brasileiro por meio do monitoramento e da vigilância dos pontos de fronteira e imigração brasileira (LASMAR, 2015).

META 16.b

promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) tem o compromisso de fazer cumprir as leis e as políticas discriminatórias em relação a crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e promover os direitos LGBT. Deve-se lembrar da atuação, já mencionada em relação a outros ODS, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM) e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) na promoção e no cumprimento de leis e políticas não discriminatórias para essas questões específicas.

A Lei n. 10.741, de 1ª de outubro de 2003, que institui o Estatuto do Idoso, dispõe sobre o papel da família, da comunidade, da sociedade e do poder público de assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (SDH/PR, 2015).

A Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) é um órgão integrante da SDH/PR e atua na articulação e na coordenação das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência. A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York em 30 de março de 2007, aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo n. 186, de 9 de julho de 2008, e pelo Decreto do Poder Executivo n. 6.949, de 25 de agosto de 2009, conforme o procedimento do § 3º do art. 5º da Constituição, balizam a Política Nacional para a Pessoa com Deficiência (SDH/PR, 2015).

O Relatório sobre Violência Homofóbica, divulgado pela SDH/PR, é um instrumento fundamental para o enfrentamento da violação e para a promoção dos direitos LGBT. As fontes do Relatório são o Disque 100, da SDH/PR, o Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), e a Ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS), do Ministério da Saúde (SDH/PR).

Referências



BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Pronaf Mulher**. 2014. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronaf_mulher.html>. Acesso em: 28/11/2014.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos**: Resolução n. 44, de 16 de agosto de 2011. 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/resolucoes-do-grupo-gestor/arquivos/Resolucao,P20no,P2044-,P-20de,P2016,P20de,P20agosto,P20de,P202011.pdf.pagespeed.ce.NxvK-T5qLn.pdf>>. Acesso em: 08/10/2014.

_____. **Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul**. 2012a. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/saf-projetos/programa-sul-sul-retificado.pdf>>. Acesso em: 07/10/2014.

_____. **Protocolo Nacional para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Situação de Desastres (2013)**. Disponível em: <<http://2cnpdc.mi.gov.br/documents/10157/20108/PROTOCOLO+-+DIREITOS+DE+CRIAN%C3%87AS+E+ADOLESCENTES+EM+SITUA%C3%87%-C3%83O+DE+DESASTRES?version=1.1>>. Acesso em: 05/11/2014.

_____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento 2014**. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Docs/5_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf>. Acesso em: 06/10/2014.

FOSTER, James; GREER, Joel; THORBECKE, Erik. Notes and comments: a class of decomposable poverty measures. **Econometrica**, v. 52, n. 3, 1984. Disponível em: <[http://darplse.ac.uk/paper-sdb/Foster_et_al_\(Econometrica_84\).pdf](http://darplse.ac.uk/paper-sdb/Foster_et_al_(Econometrica_84).pdf)>. Acesso em: 11/11/2015.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **De olho nas terras indígenas no Brasil**. 2015. Disponível em: <<http://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/terras-indigenas>>. Acesso em: 11/06/2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (2010)**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/api/publicacaoarquivo/561>>. Acesso em: 20/10/2014.

_____. **Boletim do Ipea de Acompanhamento e Análise de Políticas Sociais**, n. 22, 2014a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/140930_bps22.pdf>, Acesso em: 09/10/2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Prouni – Programa Universidade para Todos**. 2008. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140>. Acesso em: 04/12/2014.

_____. **O que é o Pronatec?** 2014b. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>>. Acesso em: 20/10/2014.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Fortalecimento da cultura de gestão de riscos de desastres no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/undp/documents/projects/BRA/PRODOC%20%20Defesa%20Civil_NEX.doc>. Acesso em: 11/11/2014.

_____. **Principais ações do Programa 2040: gestão de riscos e resposta a desastres**. 2014. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/acoes-2040>>. Acesso em: 05/11/2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Memorando de entendimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Guatemala sobre cooperação técnica na área de desenvolvimento social**. 2008. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_47>. Acesso em: 19/05/2015.

_____. **Memorando de entendimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Gana para a promoção da cooperação Sul-Sul relativa ao fortalecimento da agricultura e da segurança alimentar**. 2010. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-gana-para-a-promocao-da-cooperacao-sul-sul-relativa-ao-fortalecimento-da-agricultura-e-da-seguranca-alimentar>>. Acesso em: 18/05/2015.

_____. **Memorando de entendimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da África do Sul no campo do desenvolvimento social**. 2010a. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-da-africa-do-sul-no-campo-do-desenvolvimento-social>>. Acesso em: 18/05/2015.

_____. **Memorando de entendimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de El Salvador sobre cooperação técnica na área de desenvolvimento Social**. 2010b. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-el-salvador-sobre-cooperacao-tecnica-na-area-de-desenvolvimento-social>>. Acesso em: 19/05/2015.

_____. **Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Colômbia para implementação do Projeto “Apoio Técnico para o Fortalecimento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional da Colômbia”**. 2011. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-tecnica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-da-colombia-para-implementacao-do-projeto-2011capoio-tecnico-para-o-fortalecimento-da-politica-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-da-colombia201d>>. Acesso em: 18/05/2015.

_____. **Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Honduras para implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Programa de Asignación Familiar (Prاف) à luz das experiências operativas do Programa Bolsa Família do Brasil”**. 2012. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2012/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-tecnica-e-cientifica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-honduras-para-implementacao-do-projeto-2012cfortalecimento-institucional-do-programa-de-asignacion-familiar-praf-a-luz-das-experiencias-operativas-do-programa-bolsa-familia-do-brasil201d>>. Acesso em: 18/05/2015.

_____. **Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Honduras para implementação do Projeto “Geração de Capacidades Técnicas Hondurenhas no Marco da Política de Proteção Social”**. 2012a. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2012/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-tecnica-e-cientifica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-honduras-para-implementacao-do-projeto-2012cgeracao-de-capacidades-tecnicas-hondurenhas-no-marco-da-politica-de-protecao-social201d>>. Acesso em: 18/05/2015.

_____. **Memorando de entendimento entre o governo da República Árabe do Egito e o governo da República Federativa do Brasil para cooperação na área de Desenvolvimento Social**. 2013. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2013/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-arabe-do-egito-para-cooperacao-na-area-de-desenvolvimento-social>>. Acesso em: 18/05/2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Bolsa Família informa. Edição extraordinária**: “Anunciado reajuste de 10% nos valores dos benefícios do Bolsa Família”. 2014a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/informes/informe-gestores/Informe,P20411,P20Reajuste,P20Bolsa.pdf.pagespeed.ce.mVVYjLSYKj.pdf>>. Acesso em: 28/11/2014.

_____. **Bolsa Verde**. 2014b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/bolsa-verde/beneficiarios/bolsa-verde>>. Acesso em: 08/10/2014.

_____. **Bolsa Família**. 2014c. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 09/10/2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Programa de Cooperação Internacional Brasil – FAO**. 2014. Disponível em: <<http://www.rlc.fao.org/pt/programabrasilfao>>. Acesso em: 07/10/2014.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS INOVADORAS (ANPEI). **Position paper da Anpei sobre o PL n. 7.735/2014**. Disponível em: <<http://www.anpei.org.br/documents/10179/0/Position%20Paper%20da%20Anpei%20Sobre%20o%20PL%207735-2014/d9d621bb-a5d0-41ee-9eb2-b3bebb8ac48d?version=1.0>>. Acesso em: 11/11/2014.

BRASIL. **Medida Provisória n. 2.186-16**, de 23 de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2186-16.htm>. Acesso em: 11/11/2014.

_____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento 2014**. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: http://www.pnud.org.br/Docs/5_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf. Acesso em: 06/10/2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 7.735/2014**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=619150>>. Acesso em: 11/11/2014.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**. Brasília: Conab, 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_10_09_14_54_26_boletim_graos_outubro_2014.pdf>. Acesso em: 10/10/2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Núcleos de conservação**. 2014. Disponível em: <<http://plataformarg.cenargen.embrapa.br/rede-animal/nucleos-de-conservacao>>. Acesso em: 29/10/2014.

_____. **Rede vegetal**. 2014a. Disponível em: <<http://plataformarg.cenargen.embrapa.br/rede-vegetal>>. Acesso em: 29/10/2014.

_____. **Embrapa amplia o maior banco genético da América Latina**. 2014b. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1645255/embrapa-amplia-o-maior-banco-genetico-da-america-latina>>. Acesso em: 29/10/2014.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Câmara adia votação de projeto sobre recursos genéticos e conhecimentos tradicionais**. 2014. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/camara-adia-votacao-de-projeto-sobre-recursos-geneticos-e-conhecimentos-tradicionais>>. Acesso em: 11/11/2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Conselho de Gestão do Patrimônio Genético**. 2014. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/patrimonio-genetico/conselho-de-gestao-do-patrimonio-genetico>>. Acesso em: 11/11/2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Brasília: TCU, 2010. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/agricultura/Relat%C3%B3rio%20de%20auditoria_Forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20Estoques.pdf>. Acesso em: 10/10/2014.



BRASIL. **Observatório crack: é possível vencer**. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/index.html>>. Acesso em: 28/10/2014.

_____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento 2014**. Brasília: Ipea, 2014a. Disponível em: http://www.pnud.org.br/Docs/5_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf. Acesso em: 06/10/2014.

DENATRAN, 2015. **Frota**. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/frota.htm>>. Acesso em: 25/09/2015.

DOURADO I, OLIVEIRA VB, AQUINO R, BONOLO P, LIMA-COSTA MF, MEDINA MG, ET AL. **Trends in primary health care-sensitive conditions in Brazil**: the role of the Family Health Program (Project ICSAP-Brazil). *Med Care*. 2011; 49(6):577-84.

EHEMU. **Health expectancy calculation by the Sullivan Method**: a practical guide. 2007. Disponível em: <http://www.eurohex.eu/pdf/Sullivan_guide_final_jun2007.pdf>. Acesso em: 26/08/2015.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Cooperação Tripartite Haiti-Brasil-Cuba**. 2014. Disponível em: <<http://www.cooptripartite.ict.fiocruz.br/pt-br/content/apresenta%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 15/10/2014.

GUANAIS F, GÓMEZ-SUÁREZ R, PINZÓN L. **Series of avoidable hospitalizations and strengthening primary health care**: primary care effectiveness and the extent of avoidable hospitalizations in Latin America and the Caribbean. Banco Interamericano de Desarrollo; 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Relatório de acidentes ambientais 2013**. 2014. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/documentos/publicacoes>>. Acesso em: 07/11/2014.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER JOSÉ GOMES DE ALENCAR (INCA). **Convenção-quadro para o controle do tabaco**: o que é. 2014. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/convencao_quadro/o_que_e>. Acesso em: 14/10/2014.

_____. **Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco**. 2014a. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/status_politica/a_politica_nacional>. Acesso em: 14/10/2014.

MEDICINES PATENT POOL (MPP). 2014. Disponível em: <<http://www.medicinespatentpool.org/>>. Acesso em: 15/10/2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ). **Políticas sobre drogas**. 2014. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7b3A1B2C37-4B6D-4C92-80F8-6BD24F53CBAF%7d&BrowserType=NN&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7b3DE302EF-93BE-4BF5-8921-C45C-762640D9%7d%3B&UIPartUID=%7b2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7d>>. Acesso em: 28/10/2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Medicamentos 2001**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_medicamentos.pdf>. Acesso em: 15/10/2014.

_____. **Entendendo o SUS**. 2006. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2013/agosto/28/cartilha-entendendo-o-sus-2007.pdf>>. Acesso em: 17/10/2014.

_____. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006a. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PoliticaNacionalPromocaoSaude.pdf>>. Acesso em: 16/10/2014.

_____. **Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. 2011. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/conteudo/917_cartilha_dcnt.pdf>. Acesso em: 16/10/2014.

_____. **Raps – Rede de Atenção Psicossocial**. 2014. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/803-sas-raiz/daet-raiz/saude-mental/12-saude-mental/12588-raps-rede-de-atencao-psicossocial>>. Acesso em: 30/01/2015.

_____. **Manual de orientações às farmácias e às drogarias credenciadas no “Aqui tem Farmácia Popular”**. s/d. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/abril/23/MANUAL-aquitem.pdf>>. Acesso em: 15/10/2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Oriental do Uruguai para implementação do projeto “Apoio ao Fortalecimento do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados do Uruguai”**. 2009b. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6343/> Acesso em: 02/12/2014.

_____. **Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Guiné-Bissau para implementação do projeto “Fortalecimento e Capacitação Técnica das Instituições de Saúde para Atendimento às Mulheres e aos Adolescentes Vítimas de Violência Baseada em Gênero e Promoção de Saúde”**. 2010. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-tecnica-e-cientifica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-da-guine-bissau-para-implementacao-do-projeto-201cfortalecimento-e-capacitacao-tecnica-das-instituicoes-de-saude-para-atendimento-as-mulheres-e-adolescentes-vitimas-de-violencia-baseada-em-genero-e-promocao-de-saude201d>>. Acesso em: 16/10/2014.

_____. **Ajuste complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Moçambique para implementação do Projeto “Apoio ao Sistema de Atendimento Oral de Moçambique – Implementação de Laboratório de Referência em Prótese Dentária em Maputo”**. 2010a. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-geral-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-mocambique-para-implementacao-do-projeto-201capoio-ao-sistema-de-atendimento-oral-de-mocambique-2013-implementacao-de-laboratorio-de-referencia-em-protese-dentaria-em-maputo201d>>. Acesso em: 04/12/2014.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS (SENAD). **Política Nacional sobre Drogas**. Brasília: MJ, 2005. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Legislacao/326979.pdf>>. Acesso em: 28/10/2014.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS (SENAD). **Relatório Brasileiro sobre Drogas**. Brasília: Senad, 2009. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Relatorios/328379.pdf>>. Acesso em: 15/10/2014.

UNITAID. **Annual Report (2012)**. Disponível em: <<http://apps.who.int/medicinedocs/documents/s20192en/s20192en.pdf>>. Acesso em: 15/10/2014.

WHO. **The End TB Strategy**. 2015. Disponível em: <http://www.who.int/tb/post2015_TBstrategy.pdf?ua=1>. Acesso em: 26/08/2015.



AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). **Unilab e Agência Brasileira de Cooperação (ABC) celebram Termo de Cooperação**. 2014.

_____. **Brasil e Cabo Verde pela educação especial inclusiva**. 2014a.

_____. **Painel de controle do Programa Ciência sem Fronteiras**. 2014b. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarnoticia/447>. Acesso em: 23/10/2014.

BRASIL. **Programa capacita jovens para o mercado de trabalho**. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/04/programa-capacita-jovens-para-o-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 30/10/2014. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarnoticia/447>>. Acesso em: 23/10/2014. Disponível em: <www.abc.gov.br/imprensa/mostrarnoticia/470>. Acesso em: 23/10/2014.

_____. Presidência da República. **Decreto n. 6.755**, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.

_____. Presidência da República. **Decreto n. 7.642**, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras.

_____. Presidência da República. **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

_____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento 2014**. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Docs/5_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf>. Acesso em: 06/10/2014.

GATTI, B. (Org.). **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: Unesco, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (2010)**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/api/publicacaoarquivo/561>. Acesso em: 20/10/2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP), 2014. **Uma proposta para o índice de infraestrutura escolar e o índice de formação de professores**. Brasília: Inep, 2014. Textos para Discussão, n. 38. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/subcategoria/13>>. Acesso em: 19/05/2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Relatório de gestão do exercício 2012**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 30/10/2014.

_____. **Brasil alfabetizado**. 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 30/10/2014.

_____. **Manual operacional de educação integral**. Brasília, 2014a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 17/10/2014

_____. **O que é o Pronatec?** 2014b. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>. Acesso em: 20/10/2014.

_____. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)**. 2014c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 29/10/2014.

_____. **Pronatec: objetivos e iniciativas**. 2014d. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/objetivos-e-iniciativas>>. Acesso em: 03/11/2014.

_____. **Relatório de gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação 2013**. 2014e. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/fnde/institucional/relatorios>>. Acesso em: 30/10/2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC); MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Programa Nacional de Educação Ambiental**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>>. Acesso em: 17/10/2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Brasil carinhoso**. 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/brasilsemiseria/brasil-carinhoso>>. Acesso em: 21/10/2014.

MUSSET, P. Initial teacher education and continuing training policies in a comparative perspective. Current practices in OECD countries and a literature review on potential effects. **OECD Education Working Papers**, n. 48, OECD Publishing, 2010.



BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento 2014**. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em <http://www.pnud.org.br/Docs/5_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf> Acesso em: 19/09/2015.

_____. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS 2002 - Relatório Final**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pnds/img/relatorio_final_pnds2006.pdf>. Acesso em: 20/10/2014.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO. Com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Relatório Final, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getpdf.asp?t=130748&tp=1>>.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Metodologia integrada de coleta e análise de dados e informações sobre tráfico de pessoas**. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/politica-brasileira/anexos_metodologia/2-metodologia-integrada-de-coleta-de-dados-e-analise-de-dados-e-informacoes-sobre-trafico-de-pes.pdf>. Acesso em: 05/02/2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Diretora da OIT comenta Emenda das Domésticas**. 2013b. Disponível em: <<http://blog.mte.gov.br/trabalho/detalhe-1855.htm#.VIC2-THF82Y>> Acesso em: 04/12/2014.

_____. **Trabalho doméstico: perguntas e respostas**. 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/trab_domestico/perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 27/10/2014.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Emenda Constitucional n. 72**, de 2 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc72.htm>. Acesso em: 05/02/2015.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM). **Site oficial**. 2014. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/>>. Acesso em: 01/09/2015.

_____. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015**. 2014b. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>>. Acesso em: 01/09/2015.

_____. **Lei Maria da Penha**: breve histórico. 2014c. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/lei-maria-da-penha/lei-maria-da-penha/breve-historico>>. Acesso em: 01/09/2015.

_____. **Programa Mulher e Ciência**. 2014d. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-articulacao-institucional-e-acoes-tematicas/coordenacao-geral-de-programas-e-acoes-de-educacao/programas>>. Acesso em: 01/09/2015.

_____. **Observatório Brasil de Igualdade de Gênero**. 2014e. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/>>. Acesso em: 01/09/2015.

IPEA. Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). **Nota Técnica**, n. 11. Brasília, 2014.

ENAP. **Servidores públicos federais**: gênero – 2014. Brasília, 2014 (Série Estudos).

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência – caderno complementar 1**: Homicídios de mulheres no Brasil, 2012.

_____. **Mapa da violência – atualização**: Homicídios de Mulheres no Brasil, 2012.



AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). **Nicarágua**. 2012a. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Nicaragua>>. Acesso em: 28/10/2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Sobre a ANA**. 2014. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/institucional/SobreaAna/Default.aspx>>. Acesso em: 24/10/2014.

_____. **Capacitação para o Singreh**. 2014a. Disponível em: <<http://capacitacao.ana.gov.br/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 24/10/2014.

CAPACITY DEVELOPMENT IN SUSTAINABLE WATER MANAGEMENT (CAP-NET). **About CAP-NET**. 2015. Disponível em: <<http://www.cap-net.org/about-cap-net/>>. Acesso em: 21/05/2015.

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (CBH). **O que é um CBH?** 2015. Disponível em: <<http://www.cbh.gov.br/GestaoComites.aspx>>. Acesso em: 06/02/2015.

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH). **Quem participa**. 2014. Disponível em: <http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10>. Acesso em: 26/11/2014.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Unidades de Conservação**: categorias. 2014. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/categorias.html>>. Acesso em: 26/11/2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Colômbia para Implementação do Projeto “Capacitação de Técnicos Colombianos nas Áreas de Monitoramento Hidrológico, de Qualidade de Água e de Automatização das Redes Hidrológicas e Intercâmbio de Experiências em Programas e Projetos Turísticos”**. 2009. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2013/programa-executivo-relativo-ao-acordo-basico-sobre-privilegios-e-imunidades-e-relacoes-institucionais-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-instituto-interamericano-de-cooperacao-para-a-agricultura-iica-para-a-implementacao-do-projeto-de-cooperacao-tecnica-desenvolvimento-do-setor-agua-interaguas-na-area-de-saneamento-basico>>. Acesso em: 27/10/2014.

_____. **Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico sobre Privilégios e Imunidades e Relações Institucionais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interame-**

ricano de Cooperação para a Agricultura (IICA) para a implementação do Projeto de Cooperação Técnica “Desenvolvimento do Setor Água – Interágua na Área de Saneamento Básico”. 2013. Disponível em: < <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2013/programa-executivo-relativo-ao-acordo-basico-sobre-privilegios-e-imunidades-e-relacoes-institucionais-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-instituto-interamericano-de-cooperacao-para-a-agricultura-iica-para-a-implementacao-do-projeto-de-cooperacao-tecnica-desenvolvimento-do-setor-agua-interaguas-na-area-de-saneamento-basico>>. Acesso em: 27/10/2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Plano Nacional de Recursos Hídricos**: prioridades 2012-2015. Brasília: MMA, 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/161/_publicacao/161_publicacao16032012065259.pdf>. Acesso em: 27/11/2014.

_____. **Conservação e uso Sustentável**. 2014a. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php/biomas/cerrado/conservacao-e-uso-sustentavel>>. Acesso em: 27/10/2014.

_____. **Programa Água Doce**. 2014b. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/programa-agua-doce>>. Acesso em: 27/10/2014.

_____. **Cadastro Ambiental Rural (CAR)**. 2015. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/cadastro-ambiental-rural>>. Acesso em: 06/02/2015.

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (PROGRAMA ARPA). **O que é o ARPA**. 2014. Disponível em: <<http://programaarpa.gov.br/uncategorized/oquee/>>. Acesso em: 27/10/2014.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SAE). Água e **desenvolvimento sustentável**: recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços do Brasil. Brasília: SAE/PR, 2013a. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2013/pjc/imagens/noticias/publicacao_agua_sae.pdf>. Acesso em: 24/10/2014.

SENADO FEDERAL. **PLS – Projeto de Lei do Senado, n. 505 de 2013**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=115630>. Acesso em: 21/05/2015.

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AMBIENTAL (SIGAM). **Projeto de Recuperação de Matas Ciliares**. 2015. Disponível em: <<http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam2/Default.aspx?idPagina=6481>>. Acesso em: 06/02/2015.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS (SNIRH). 2014. Disponível em: <<http://www2.snirh.gov.br/home/>>. Acesso em: 24/10/2014.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). 2013. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/serieHistorica/>>. Acesso em: 24/10/2014.



AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). **Equador**. 2012. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Equador>>. Acesso em: 28/10/2014.

_____. **Nicarágua**. 2012a. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Nicaragua>>. Acesso em: 28/10/2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Bancos de informações de geração**. 2015. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/FontesEnergia.asp>>. Acesso em: 02/02/2015.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Políticas de inovação para o setor elétrico**. 2015. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/comunicacao/exibir_destaque.php?-chave=430>. Acesso em: 21/05/2015.

DEFESANET. **Plano de Ação Conjunta entre o Brasil e a China: 2015-2021**. 2015. Disponível em: <<http://www.defesamet.com.br/brasilchina/noticia/19180/BR-CN---Plano-de-Acao-Conjunta-entre-o-BRASIL-e-a-CHINA-%E2%80%94-2015-2021/>>. Acesso em: 16/09/2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Projetos pontuais**. 2014c. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/projetos-pontuais>>. Acesso em: 28/10/2014.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Nota Técnica DEA 16/12. Avaliação da Eficiência Energética para os próximos 10 anos (2012-2021)**. 2012. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/mercado/Documents/S%C3%A9rie%20Estudos%20de%20Energia/20121221_1.pdf>. Acesso em: 02/02/2015.

_____. **Balanco energético nacional**. 2014. Disponível em: <<https://ben.epe.gov.br/BENSeries-Completas.aspx>>. Acesso em: 02/02/2015.

_____. **Anuário estatístico de energia elétrica**. 2014a. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/AnuarioEstatisticodeEnergiaEletrica/Forms/Anurio.aspx>>. Acesso em: 02/02/2015.

INTERNACIONAL ENERGY AGENCY (IEA). **World energy outlook**. 2011. Disponível em: <http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/weo2011_web.pdf>. Acesso em: 04/02/2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Promoção de Cultivos Alternativos para a Produção de Biocombustíveis – Fase II”**. 2008. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_85/>. Acesso em: 28/10/2014.

_____. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Fortalecimento de Capacidades para o Desenvolvimento do Plano Nacional de Eletrificação Rural”**. 2009a. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-cientifica-4-e-tecnica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-peru-para-implementacao-do-projeto-201cfortalecimento-de-capacidades-para-o-desenvolvimento-do-plano-nacional-de-eletrificacao-rural201d/>>. Acesso em: 28/10/2014.

_____. **Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China**. 2012c. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2012/plano-decenal-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-popular-da-china/>>. Acesso em: 28 out. 2014.

_____. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala para a Implementação do Projeto “Plano de Eletrificação Rural Vinculado ao Desenvolvimento Local – Fase II”**. 2013a. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2013/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-cientifica-e-tecnica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-da-guatemala-para-a-implementacao-do-projeto-201cplano-de-eletrificacao-rural-vinculado-ao-desenvolvimento-local-fase-ii201d/>>. Acesso em: 27/10/2014.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME). **Programa Luz para Todos**. 2014. Disponível em: <https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp>. Acesso em: 26/11/2014.

. **Plano decenal de expansão de energia 2021**. 2014a. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/PDEE/20130326_1.pdf>. Acesso em: 04/02/2015.

. **Plano decenal de expansão de energia 2023**. 2014b. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/Estudos/Documents/PDE2023.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. **Governo prepara salto da energia solar em residências e empresas**. 2015. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/web/guest/area-de-imprensa/-/asset_publisher/AiNH1N2a-VCzE/content/governo-prepara-salto-da-energia-solar-em-residencias-e-empresas;jsessionid=56033C46475CC198C2425FFA9F7883F0.srv154>. Acesso em: 21/05/2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Tarifa Social de Energia Elétrica**. 2015. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastronico/programas-usuarios/acoes/tarifa-social-de-energia-eletrica/tarifa-social-de-energia-eletrica>>. Acesso em: 04/02/2015.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n. 12.212, de 20 de janeiro de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12212.htm>. Acesso em: 02/02/2015.



BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Parceria Nacional para a Inclusão Financeira**. 2014. Disponível em: <http://inclusaofinanceira.bcb.gov.br/parcerianacional/Documents/Relatorio_PNIF.pdf>. Acesso em: 24/11/2014.

BRASIL. **Destaques**. Brasília: Secretaria de Comunicação Social, 2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/caderno-destaques>>. Acesso em: 05/02/2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude**. Brasília: MTE; SEGPRES; OIT, 2010.

_____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento 2014**. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em <http://www.pnud.org.br/Docs/5_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf>.

_____. **Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)**. 2013a. Disponível em: <<http://www.asdert.org.br/fotos/Apresenta%E7%E3o%20-%20Redesenho%20do%20PETI.pdf>>. Acesso em: 28/11/2014.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **A hora da igualdade: brechas por fechar, caminhos por abrir**. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org/handle/11362/2973>>. Acesso em: 05/02/2015.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Em-**

prego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente. 2008. Disponível em: <<http://www.cep.al.org/brasil/noticias/noticias/3/34013/EmpregoDesenvHumanoTrabDecente.pdf>>. Acesso em: 05/02/2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Pronatec:** objetivos e iniciativas. 2014d. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/objetivos-e-iniciativas>>. Acesso em: 03/11/2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Estatísticas do Simples Nacional.** 2014. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/estatisticasSinac.app/EstatisticasOptantesPorDataMunicipio.aspx?tipoConsulta=2&optanteSimei=>>>. Acesso em: 27/11/2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS).** 2011. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/plano-nacional>>. Acesso em: 29/10/2014.

_____. **Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur).** 2014c. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sca/proeco/turverde.html>>. Acesso em: 03/11/2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente.** Brasília: MTE, 2010. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/pnetd_534.pdf>. Acesso em: 03/11/2014.

_____. **Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante.** 2010a. Disponível em: <http://www2.mte.gov.br/politicamigrante/imigracao_proposta.pdf>. Acesso em: 24/11/2014.

_____. **Cadastro de Empregadores – Portaria Interministerial n. 02, de 12 de maio de 2011.** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF80808148EC2E5E0149E2D700653845/CADASTRO%20DE%20EMPREGADORES%20ATUALIZA%C3%87%C3%83O%20Extraordin%C3%A1ria%20de%2024-11-2014-1.pdf>>. Acesso em: 26/11/2014.

_____. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador 2011-2015.** Brasília: MTE, 2011. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/ipecc/pub/plan-prevencao-trabalho infantil-web_758.pdf>. Acesso em: 05/02/2015.

_____. **Exercício de Monitoramento do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente.** Brasília: MTE, 2013. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D41032A78014118F-FBB231BA7/Exerc%C3%ADcio%20de%20Monitoramento%20do.pdf>>. Acesso em: 31/10/2014.

_____. **Trabalho escravo no Brasil em retrospectiva:** referências para estudos e pesquisas. 2014a. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC882013543FD-F74540AB/retrospec_trab_escravo.pdf>. Acesso em: 26/11/2014.

_____. **PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. 2014b. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/delegacias/sp/peti-programa-de-erradicacao-ao-trabalho-infantil/>>. Acesso em: 30/10/2014.

_____. **Projovem Trabalhador**. 2014c. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/projovem-trabalhador-1.htm>. Acesso em: 03/11/2014.

_____. **Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD)**. 2015. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/antd/agenda-nacional-de-trabalho-decente-antd.htm>>. Acesso em: 05/02/2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Programa Turismo Sustentável e Infância**. 2014. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/programa_sustentavel_infancia/>. Acesso em: 03/11/2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho decente e juventude**: América Latina: sumário executivo. Brasília: OIT, 2007. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_253.pdf>. Acesso em: 05/02/2015.

_____. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília: OIT, 2009. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_brasil_252.pdf>. Acesso em: 05/02/2015.

_____. **Empregos verdes no Brasil**: quantos são, onde estão e como evoluirão nos próximos anos. Brasília: OIT, 2009a. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/green_job/pub/empregos_verdes_brasil_256.pdf>. Acesso em: 05/02/2015.

_____. **Guia sobre os novos Indicadores de Emprego dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio**: inclui o conjunto completo dos Indicadores de Trabalho Decente. Brasília: OIT, 2009b. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_emp/documents/publication/wcms_110515.pdf>. Acesso em: 10/08/2015.

_____. **As boas práticas da inspeção do trabalho no Brasil**: a erradicação do trabalho análogo ao de escravo. Brasília: OIT, 2010. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/labour_inspection/pub/trabalho_escravo_inspecao_279.pdf>. Acesso em: 26/11/2014.

_____. **As boas práticas da inspeção do trabalho no Brasil**: a inspeção do trabalho no Brasil: pela promoção do trabalho decente. Brasília: OIT, 2010a. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/labour_inspection/pub/trabalho_decente_inspecao_280.pdf>. Acesso em: 05/02/2015.

_____. **As boas práticas da inspeção do trabalho no Brasil**: a prevenção e a erradicação do trabalho infantil. Brasília: OIT, 2010b. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/labour_inspection/pub/trabalho_infantil_inspecao_281.pdf>. Acesso em: 05/02/2015.

_____. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil.** Brasília: OIT, 2010c. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/pub/combatedotecontemporaneo_307.pdf>. Acesso em: 05/02/2015.

_____. **Boas práticas do setor saúde para a erradicação do trabalho infantil.** Brasília: OIT, 2010d. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/ipecc/pub/boas_praticas_saude_324.pdf>. Acesso em: 05/02/2015.

_____. **Nota 3 – Erradicar o trabalho infantil doméstico.** Brasília: OIT, 2011. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/notas_oit_3_559_733.pdf>. Acesso em: 05/02/2015.

_____. **Manual para a redução da pobreza por meio do turismo.** Genebra: OIT, 2011a. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/guia%20turismo%20sustent%C3%A1vel_957_964.pdf>. Acesso em: 05/02/2015.

_____. **Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000.** 2012. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/indicadorestdnovo_880.pdf>. Acesso em: 05/02/2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT); PROGRAMA CONJUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE HIV/AIDS (UNAIDS); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho: construindo a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho: combatendo a homo-lesbo-transfobia.** Brasília: OIT/Unaid/ PNUD, 2014. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/manual_completo_direitoshumanoslgbt_1153.pdf>. Acesso em: 05/02/2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Empregos verdes: trabalho decente em um mundo sustentável e com baixas emissões de carbono.** 2008. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/green_job/pub/empregos_verdes_rumos_257.pdf>. Acesso em: 05/02/2015.



AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). **Haiti**. 2014a. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Haiti>>. Acesso em: 04/11/2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Pesquisa e desenvolvimento**. 2014. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=75&idPerfil=6&idiomaAtual=0>>. Acesso em: 04/11/2014.

BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento 2014**. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em <http://www.pnud.org.br/Docs/5_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf>.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL (ELETRONORTE). **Perfil e estrutura**. 2014. Disponível em: <<http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/aEmpresa/>>. Acesso em: 04/11/2014.

COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA (CGTEE). 2014. Disponível em: <<http://www.cgtee.gov.br/sitenovo/index.php?secao=26>>. Acesso em: 04/11/2014.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). 2014. Disponível em: <<http://www.cnpq.br>>. Acesso em: 13/11/2014.

_____. **Colaboração Interamericana em Materiais (Ciam)**. 2014a. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/ciam>>. Acesso em: 13/11/2014.

_____. **Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (Cytel)**. 2014b. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/cytel>>. Acesso em: 13/11/2014.

_____. **Ibas**. 2014c. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/ibas>>. Acesso em: 13/11/2014.

_____. **Proáfrica**. 2014d. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/proafrica>>. Acesso em: 13/11/2014.

_____. **Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia (Prosul)**. 2014e. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/prosul>>. Acesso em: 13/11/2014.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Resenha D.O.U.** 2012. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/intranet/download/arquivos/cdoc/biblioteca/resenha/2012/agosto/Res2012-08-28DOUICMBio.pdf>>. Acesso em: 25/11/2014.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA (INT). **Sobre o INT.** 2014. Disponível em: <<http://www.int.gov.br/informacoes-institucionais/sobre-o-int>>. Acesso em: 10/12/2014.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION (ITU). **Percentage of Individuals using the Internet 2000-2013.** 2013. Disponível em: <http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/statistics/2014/Individuals_Internet_2000-2013.xls>. Acesso em: 13/11/2014.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI). **Plano Diretor 2011-2015.** 2011. Disponível em: <<http://www.mcti.gov.br/documents/10179/35540/Plano+Diretor+do+INT+-+2011-2015/464933b4-e494-48d6-b2de-397449455a2b?version=1.0>>. Acesso em: 04/11/2014.

_____. 2014. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/307525/Descricao.html>>. Acesso em: 13/11/2014.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Programa Cidades Digitais** (cartilha). 2014. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/publicacoes/doc_download/1435-cartilha-do-programa-cidades-digitais-versao-em-portugues>. Acesso em: 17/11/2014.

_____. **Programa Nacional de Banda Larga** (folder). 2014a. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/publicacoes/doc_download/1437-folder-do-programa-nacional-de-banda-larga>. Acesso em: 17/11/2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Comissão Técnica do Plano Indústria.** 2013. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1364488523.pdf>. Acesso em: 25/11/2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Governo federal e setor empresarial firmam acordo para reduzir a emissão de gases em sete atividades industriais.** 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/8606-ind%C3%BAstria-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em: 25/11/2014.

_____. **Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação.** 2014i. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima/planos-setoriais-de-mitigacao-e-adaptacao>>. Acesso em: 25/11/2014.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). **Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem).** 2014. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=10&ler=t3431#concorrencias_internacionais>. Acesso em: 05/11/2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (Unido). **International Yearbook of Industrial Statics 2015.** United Nations Industrial Development Organization – Unido. Edward Elgar. Cheltenham.

_____. **Inclusive and Sustainable Industrial Development (Isid)**. Disponível em: <http://www.unido.org/fileadmin/user_media_upgrade/Who_we_are/Mission/ISID-Brochure-LowRes1_EN.pdf>. Acesso em: 03/09/2015.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto-Lei n. 719. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0719.htm>. Acesso em: 13/11/2014.

_____. Decreto n. 5.542. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5542.htm>. Acesso em: 13/11/2014.



BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de estabilidade financeira**: 2014. 2014. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELESTAB201409>>. Acesso em: 03/02/2015.

BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento 2014**. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em <http://www.pnud.org.br/Docs/5_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf>.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). 2014. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/acessoainformacao/>>. Acesso em: 17/11/2014.

_____. **CVM assina Memorando Multilateral de Entendimento da IOSCO**. 2014a. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/infos/CVM%20assina%20Memorando%20Multilateral%20de%20Entendimento%20da%20IOSCO%20-%20final.asp>>. Acesso em: 17/11/2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Decreto n. 5.106, de 15 de junho de 2004**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivo/secex/sgpc/decretos/decreto5106_04.pdf>. Acesso em: 20/11/2014.

_____. **Acordos dos quais o Brasil é parte**. 2014. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=405>>. Acesso em: 20/11/2014.

_____. **Mercosul-Índia**. 2014a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1405&refr=405>>. Acesso em: 20/11/2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Migração Brasil-Europa. A situação dos migrantes brasileiros na Espanha e Portugal e de portugueses e espanhóis no Brasil: aspectos legais e vivências**. 2013. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7C816A419E9E34014237E326EF7521>>. Acesso em: 20/11/2014.

_____. **Observatório das Migrações Internacionais**. 2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/obmigra/home.htm>>. Acesso em: 20/11/2014.

_____. **Conselho Nacional de Imigração**. 2015. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/cni/cnig-aprova-proposta-de-projeto-de-lei-sobre-migracoes.htm>>. Acesso em: 17/09/2015.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n. 6.815/1980**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm>. Acesso em: 20/11/2014.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Pessoas com deficiência – dados estatísticos – pesquisas demográficas**. 2014. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/dados-estatisticos/pesquisas-demograficas>>. Acesso em: 20/11/2014.

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Indicadores**. 2014. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/indicadores>>. Acesso em: 20/11/2014.



AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). 2014. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa>>. Acesso em: 01/12/2014.

BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento 2014**. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em <http://www.pnud.org.br/Docs/5_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf>.

FÓRUM DE DIÁLOGO IBAS. **IBSA Working Group on Human Settlements**. Disponível em: <<http://www.ibsa-trilateral.org/images/stories/documents/IBSA%20%20Human%20Settlements%20rev%20KM.pdf>>. Acesso em: 11/12/2014.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. 2014. Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/preservacao/monumenta>>. Acesso em: 24/11/2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Fundo Nacional de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural**. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=D4C5EE5FA6FAD066A8A3A9CAC8F74FD0?id=1195>>. Acesso em: 24/11/2014.

_____. **Sistema Nacional de Patrimônio Cultural**. 2014a. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14330&retorno=paginaIphan&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 24/11/2014.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI). **Princípios e Diretrizes da 2ª CNPDC**. 2014. Disponível em: <<http://www.2cnpdc.mi.gov.br/documents/10157/65627/Princ%C3%ADpios+e+Diretrizes+da+2%C2%AA+CNPDC>>. Acesso em: 28/11/2014.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana**. 2006. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/Biblioteca/BrasilAcessivel-Caderno02.pdf>>. Acesso em: 25/11/2014.

_____. **Campanha Plano Diretor**. 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/planejamento-urbano/350-campanha-plano-diretor.html>>. Acesso em: 25/11/2014.

_____. **Plano Nacional de Habitação (PlanHab)**. 2014a. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/plano-nacional-de-habitacao.html>>. Acesso em: 11/12/2014.

_____. **Reabilitação urbana**. 2014b. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais/902-apresentacao.html>>. Acesso em: 25/11/2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo do Desenvolvimento de Assentamentos Humanos**. 2008. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/memorando-de-entendimento-sobre-cooperacao-no-campo-do-desenvolvimento-de-assentamentos-humanos/>>. Acesso em: 11/12/2014.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). **Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**. 2014c. Disponível em: <<http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br/sitioPPA/paginas/todo-ppa/objetivos.xhtml?programa=2029>>. Acesso em: 27/11/2014.

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **1º Relatório Nacional da República Federativa do Brasil sobre o Cumprimento das Disposições da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2008-2010**. 2010. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_30.pdf>. Acesso em: 17/09/2015.

UNISDR. **Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030**. 2015. Disponível em: <<http://unisdr-cerrd.wikispaces.com/1.+Marco+de+Sendai+para+a+Redu%C3%A7%C3%A3o+do+Risco+de+Desastres+2015-2030>>. Acesso em: 17/09/2015.



AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). 2014. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa>>. Acesso em: 01/12/2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA (ABRELPE). **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. 2013e. Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br/panorama_apresentacao.cfm>. Acesso em: 05/02/2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 4.611/2012**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=558046>>. Acesso em: 02/12/2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **O papel das compras públicas sustentáveis na economia verde**. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2746:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 02/12/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. 2012. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/indicadores_desenvolvimento_sustentavel/2012/ids2012.pdf.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Resíduos e contaminantes**. 2014. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MA-PA/pagina-inicial/pnrcr>>. Acesso em: 02/12/2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) 2011-2014**. 2011. Disponível em: <http://www.consumosustentavel.gov.br/wp-content/uploads/ppcs_vol1-web.pdf>. Acesso em: 03/12/2014.

_____. **Campanhas**. 2014. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educacao/comunicacao/campanhas-de-consumo-sustentavel>>. Acesso em: 03/12/2014.

_____. **Convenção de Estocolmo**. 2014a. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/convencao-de-estocolmo>>. Acesso em: 02/12/2014.

_____. **Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)**. 2014b. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas>>. Acesso em: 03/12/2014.

_____. **Gestão de resíduos**. 2014f. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/gest%C3%A3o-adequada-dos-res%C3%ADduos>>. Acesso em: 02/12/2014.

_____. **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)**. 2014h. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/plano-nacional>>. Acesso em: 01/12/2014.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). **Instrução Normativa n. 01**. 2010. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2010/03/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-01-10.pdf>>. Acesso em: 02/12/2014.

_____. **Resíduos sólidos: Objetivo 0319**. 2014e. Disponível em: <<http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br/sitioPPA/paginas/todo-ppa/metas-iniciativas.xhtml?objetivo=0319>>. Acesso em: 02/12/2014.

_____. **Compras governamentais**: relatórios. Disponível em: <<http://comprasgovernamentais.gov.br/cidadao/informacoes-gerenciais/relatorios>>. Acesso em: 17/09/2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo e sustentabilidade**. 2007. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/conteudo_fundamental_turismo_e_sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 11/12/2014.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n. 12.349/2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12349.htm>. Acesso em: 02/12/2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Rumo a uma economia verde**: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. 2011. Disponível em: <http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_online.pdf>. Acesso em: 01/12/2014.

_____. **Sustainable consumption and production indicators for the future SDGs**: discussion paper. 2015. Disponível em: <<http://www.scpclearinghouse.org/d/the-clearinghouse/94-scp-indicators-for-the-future-sdgs-discussion-paper.html>>. Acesso em: 18/08/2015.



MACHADO FILHO, Haroldo. Climate change policy and legislation in Brazil. In: HOLLO, Erkki J.; KULOVESI, Kati; MEHLING, Michael (Ed.). **Climate change and the law**. New York/London: Dordbrecht/Heidelberg, 2013. p. 639-651.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura**. 2012. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/download.pdf>. Acesso em: 02/02/2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Plano Setorial da Saúde para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima**. 2013. Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br/userfiles/file/mudancasclimaticas/proclima/file/publicacoes/saude/portugues/plano_setorial_da_smamc.pdf>. Acesso em: 02/02/2015.

MINISTÉRIO DAS CIDADES; MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. **Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade para a Mitigação e de Adaptação à Mudança do Clima**. 2013. Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/images/ACOES_PROGRAMAS/Politica_MeioAmbiente.pdf>. Acesso em: 02/02/2015.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME). **Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação à Mudança do Clima na Mineração**. 2013. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1732825/Plano+Setorial+de+Mitiga%C3%A7%C3%A3o+e+de+Adapta%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+Mudan%C3%A7a+do+Clima+na+Minera%C3%A7%C3%A3o+-+Arquivo+pdf/22173f3d-21df-4cc4-89d1-d725b01a06b9;jsessionid=EDCC9840989A7E08B3A-98F0B1A4142CD.srv155>>. Acesso em: 02/02/2015.

_____. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2023**. 2014. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/Estudos/Documents/PDE2023.pdf>>. Acesso em: 02/02/2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Indústria de Transformação**. 2013. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1371044607.pdf>. Acesso em: 02/02/2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)**. 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/smcq_climaticas/_arquivos/plano_nacional_mudanca_clima.pdf>. Acesso em: 02/02/2015.

_____. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas – Cerrado**. 2010. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/201/_arquivos/ppcerra-do_201.pdf>. Acesso em: 02/02/2015.

_____. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM): 3ª fase (2012-2015) – Pelo Uso Sustentável e Pela Conservação da Floresta**. 2013. Disponível em: <http://www.amazonfund.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Publicacoes/PPCDAm_3.pdf>. Acesso em: 02/02/2015.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto n. 6.263, de 21 de novembro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6263.htm>. Acesso em: 02/02/2015.

_____. **Lei n. 12.187, de 29 de dezembro de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm>. Acesso em: 02/02/2015.

_____. **Decreto n. 7.390/2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7390.htm>. Acesso em: 02/02/2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>>. Acesso em: 02/02/2015.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. Decisão 4/CP-20. **Report of the Adaptation Committee – Annex: Recommendations for the Conference of the Parties**. Doc. FCCC/CP/2014/10/Add. 2. Disponível em: <<http://unfccc.int/resource/docs/2014/cop20/eng/10a02.pdf>>. Acesso em: 21/09/2015.



AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). 2014. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa>>. Acesso em: 01/12/2014.

BEIRÃO, André Panno; PEREIRA, Antônio Celso Alves (Org.). **Reflexões sobre a Convenção do Direito do Mar**. Brasília: Funag, 2014. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1091-Convencao_do_Direito_do_Mar.pdf>. Acesso em: 09/12/2014.

BRASIL. **Lei n. 8.617, de 4 de janeiro de 1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8617.htm>. Acesso em: 21/09/2015.

_____. **Lei n. 9.966, de 28 de abril de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8617.htm>. Acesso em: 21/09/2015.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC). **Planos buscam aumentar produção e combater a pesca ilegal do pescado**. 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2013/04/planos-buscam-aumentar-producao-e-combater-a-pesca-ilegal-do-pescado>>. Acesso em: 19/12/2014.

FERREIRA NETO, Walfredo Bento. **O Direito do Mar e a fronteira marítima brasileira**: a importância dos conceitos jurídicos de Mar Territorial, Zona Contígua, Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental para o desenvolvimento nacional. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/17519/o-direito-do-mar-e-a-fronteira-maritima-brasileira>>. Acesso em: 21/09/2015.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Marinho costeiro**. 2015. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/pesquisa-e-monitoramento/monitoramento/marinho-costeiro.html>>. Acesso em: 06/02/2015.

MARINHA DO BRASIL. **Decreto n. 1.530, de 22 de junho de 1995**. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cursos/csup/CNUDM.pdf>>. Acesso em: 21/09/2015.

_____. **Comissão Oceanográfica Internacional (COI)**. 2014. Disponível em: <<https://www1.mar.mil.br/dhn/?q=coi>>. Acesso em: 09/12/2014.

_____. **Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos (Goos)**. 2014a. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/secirm/goos.html>>. Acesso em: 09/12/2014.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA). **Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013/2014**. 2012. Disponível em: <[http://www.mpa.gov.br/files/Docs/Planos_e_Políticas/Plano%20Safra\(Cartilha\).pdf](http://www.mpa.gov.br/files/Docs/Planos_e_Políticas/Plano%20Safra(Cartilha).pdf)>. Acesso em: 08/12/2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização – Portaria MMA n. 09, de 23 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/biodiversidade31.pdf>. Acesso em: 03/12/2014.

_____. **Panorama da Conservação dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/205/_publicacao/205_publicacao03022011100749.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2014.

_____. **Recifes de coral**. 2014j. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/zona-costeira-e-marinha/recifes-de-coral>>. Acesso em: 11/12/2014.

_____. **Decreto n. 87.566, de 16 de setembro de 1982**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir1422/Decreto87566.pdf>>. Acesso em: 21/09/2015.

_____. **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II)**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/pngc2.pdf>. Acesso em: 06/02/2015.

MORE, Rodrigo. **Direito do Mar**. Disponível em: <<http://www.direitodomar.org/#!pc/c112u>>. Acesso em: 21/09/2015.

UNESCO. **Poluição marinha**: lidando com as principais causas do excesso de nutrientes. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/ocean_pollution_addressing_root_causes_of_nutrient_over_enrichment/#.Vf3xiE3lvIU>. Acesso em: 21/09/2015.



BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Programa Fundo Clima**. 2015. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Meio_Ambiente/fundo_clima.html>. Acesso em: 21/09/2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 7.735/2014**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=619150>>. Acesso em: 11/11/2014.

CENTRO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA FLORA (CNCFLORA). Disponível em: <http://www.inot.org.br/artigo/Proposta_Plano%20Nacional_Montanhas_conabio_1.pdf>. Acesso em: 15/12/2014.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. 2015. **“Nos trouxeram só para dizer sim”, diz indígena sobre a Lei da Biodiversidade**. Disponível em: <<http://www.abc.com.br/cidadania/2015/10/nos-trouxeram-so-para-dizer-sim-diz-indigena-sobre-lei-da-biodiversidade>>. Acesso em: 28/10/2015.

FUNDO AMAZÔNIA. **Fundo Amazônia**. 2014. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Fundo/>. Acesso em: 12/12/2014.

_____. **Relatório de Atividades 2013**. 2014a. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Relatorio_Anual/RAFA_virtual_PORT_2013.pdf>. Acesso em: 12/12/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS. **Novo Código Florestal**: oportunidades de negócios geradas pelos 21 milhões de hectares de passivo ambiental. Disponível em: <<http://www.ib-florestas.org.br/component/k2/item/2918-novo-codigo-florestal-oportunidades-de-negocios-geradas-pelos-21-milhoes-de-hectares-de-passivo-ambiental.html>>. Acesso em: 21/09/2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Protocolo de Nagoia no Âmbito da Convenção da Diversidade Biológica sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Decorrentes de sua Utilização**. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3267>>. Acesso em: 02/02/2015.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Câmara adia votação de projeto sobre recursos genéticos e conhecimentos tradicionais**. 2014. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/camara-adia-votacao-de-projeto-sobre-recursos-geneticos-e-conhecimentos-tradicionais>>. Acesso em: 11/11/2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Deliberação Conabio n. 57, de 28 de outubro de 2008**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/conabio/_arquivos/deliberacao_57_15.pdf>. Acesso em: 15/12/2014.

_____. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PP-CDam)**. Brasília: MMA, 2013. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80120/PPCDAm/_FINAL_PPCDAM.PDF>. Acesso em: 11/12/2014.

_____. **Conselho de Gestão do Patrimônio Genético**. 2014. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/patrimonio-genetico/conselho-de-gestao-do-patrimonio-genetico>>. Acesso em: 11/11/2014.

_____. **Espécies Ameaçadas de Extinção**. 2014c. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/especies-ameacadas-de-extincao>>. Acesso em: 11/12/2014.

_____. **Espécies Exóticas Invasoras**. 2014d. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biosseguranca/especies-exoticas-invasoras>>. Acesso em: 11/12/2014.

_____. **Fundo Nacional do Meio Ambiente**. 2014e. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/fundo-nacional-do-meio-ambiente>>. Acesso em: 12/12/2014.

_____. **Bolsa Verde**. 2015. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde>>. Acesso em: 21/09/2015.

_____. **Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80043/Modelo_CURB.pdf>. Acesso em: 02/02/2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Medida Provisória n. 2.186-16, de 23 de agosto de 2001**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2186-16.htm>. Acesso em: 11/11/2014.

_____. **Decreto n. 7.830, de 17 de outubro de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7830.htm . Acesso em: 11/11/2014.

_____. **Lei n. 12.651/2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 11/12/2014.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). 2014. Disponível em <<http://www.florestal.gov.br/menu-horizontal-de-internet/institucional/servico-florestal-brasileiro>>. Acesso em: 11/12/2014.

_____. **Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal**. 2014a. Disponível em <<http://www.florestal.gov.br/extensao-e-fomento-florestal/fundo-nacional-do-desenvolvimento-florestal/fundo-nacional-de-desenvolvimento-florestal>>. Acesso em: 12/12/2014.



GOVERNO FEDERAL. **Acesso à informação**. 2015. Disponível em: <<http://www.acaoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>>. Acesso em: 21/09/2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estupro no Brasil**: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). Brasília, 2014 (Nota Técnica n. 11).

LASMAR, Jorge. **A legislação brasileira de combate e prevenção do terrorismo 14 anos após 11 de setembro**: limites, falhas e reflexões para o futuro. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000100047-&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 21/09/2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **O Brasil e a reforma**. 2015. Disponível em: <<http://csnu.itamaraty.gov.br/o-brasil-e-a-reforma>>. Acesso em: 21/09/2015.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n. 9.455, de 7 de abril de 1997**. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.455-1997?OpenDocument>. Acesso em: 21/09/2015.

_____. **Decreto n. 6.289, de 6 de dezembro de 2007**. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%206.289-2007?OpenDocument>. Acesso em: 21/09/2015.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Direitos para todos**. 2015. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/promocao-do-registro-civil-de-nascimento>>. Acesso em: 21 set. 2015.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM) DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015**. 2014b. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>>. Acesso em: 01/09/2015.

_____. **Lei Maria da Penha**: breve histórico. 2014c. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/lei-maria-da-penha/lei-maria-da-penha/breve-historico>. Acesso em: 01/09/2015.

_____. **Observatório Brasil de Igualdade de Gênero**. 2014e. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/>>. Acesso em: 01/09/2015.

SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies**. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/395/29/PDF/N0439529.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 21/09/2015.

UNICEF. **Relatório do Unicef apresenta avanços e desafios relacionados à infância e à adolescência nos 25 anos do ECA**. 2015. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/media_30280.htm>. Acesso em: 21/09/2015.



Empoderando vidas. Fortalecendo nações.